



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

O JOVEM CELSO FURTADO: HISTÓRIA, POLÍTICA E ECONOMIA (1941-1948)

Roberto Pereira Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: História Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por **Roberto Pereira Silva** em 19/02/2010 e orientado pelo Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda.*

CPG, 19/02/2010

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Arruda", is written over a horizontal line.

Campinas, 2010

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

Si38j	<p>Silva, Roberto Pereira.</p> <p>O jovem Celso Furtado: história, política e economia (1941-1948)/ Roberto Pereira Silva. -- Campinas, SP: [s.n.]. 2010.</p> <p>Orientador : Jose Jobson de Andrade Arruda. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Furtado, Celso, 1920-2004. 2. Intelectuais – História. 3. História econômica. I. Arruda, José Jobson de Andrade, 1942-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">10-023-BIE</p>
-------	---

Título em Inglês: The Young Celso Furtado: history, politics and economy (1941-1948)

Keywords: Furtado, Celso, 1920-2004 ; Economic history ; Intellectual history

Area de Concentração : História econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda
Prof. Dr. Fernando Antonio Novais
Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes

Data da defesa: 19-02-2010

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluno: ROBERTO PEREIRA SILVA

“O Jovem Celso Furtado: História, Política e Economia (1941-1948)”

Defendida em 19 / 02 / 2010

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO NOVAIS
IE / UNICAMP



Prof. Dr. ALEXANDRE MACCHIONE SAES
UNIFAL / MG

Ao meu avô, Ayrton Polli, que assim como Macunaíma, um dia deve ter pensado: “este mundo não tem jeito mais e vou pro céu”. Deve ser agora uma estrela bem próxima da Ursa Maior, trocando tantos de seus causos com o “herói de nossa terra”.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao Professor José Jobson de Andrade Arruda, que aceitou orientar essa dissertação. Partilhar de sua experiência como historiador e professor, foi um estímulo em todas as etapas desse trabalho.

O professor Paulo Teixeira Iumatti, meu orientador de iniciação científica e membro da banca de qualificação, foi quem colocou a pesquisa histórica como uma possibilidade concreta, ao me incentivar a estudar Celso Furtado. Disso surgiu uma confiança e admiração intelectual que nutro por ele e que é renovada a cada novo encontro.

A presença, os comentários e as críticas do Professor Fernando Antonio Novais nas bancas de qualificação e defesa foi, acima de qualquer coisa, uma honra sem limites e certamente a maior recompensa que tive por este trabalho. Incorporar todas as suas sugestões exigiria de mim uma maturidade e conhecimentos que estou longe de atingir. Ainda assim, espero que o resultado tenha ao menos tangenciado suas sugestões.

Ao professor Alexandre Marchionne Saes, o qual conheci ainda quando estudante de doutorado no Instituto de Economia, agradeço a leitura atenta e as sugestões propostas. A julgar pela seriedade com que levou seu trabalho de argüição, certamente deve um grande professor.

No Instituto de Economia tive contato com um conjunto de professores que certamente deixaram sua marca em minha formação intelectual, graças ao convívio e a troca de idéias a que sempre estiveram dispostos. Guardo com muito carinho as aulas e as conversas com Ana Lúcia Gonçalves da Silva, Francisco Luiz Cazeiro Lopreato, Eugênia Troncoso Leone, Maria Alejandra Caporale Madi, Lígia Maria Osório Silva. Hernani Maia Costa incentivou muito a realização desse trabalho, emprestando livros e me levando a expor minhas idéias em seminários. O Professor Eduardo Barros Mariutti, grande professor, levantou questões importantes para minha formação em sua disciplina sobre capitalismo e escravidão. Pedro Paulo Zahluth Bastos, além do estímulo intelectual como professor foi um conselheiro e amigo, me ajudando em alguns momentos fundamentais.

Um agradecimento especial cabe ao Professor Jose Ricardo Barbosa Gonçalves, cujo convívio foi um privilégio e um desafio constante. Ele tem uma rara capacidade de levantar questões e problemas, nos levando a questionar nossas certezas e rever caminhos. Minha formação intelectual seria muito mais fragmentada não fosse o estímulo e o desafio que sempre me colocou de ultrapassar a fronteira do conhecimento fácil.

Marcos Paulo de Passos sempre foi imaginado como o *leitor ideal* de tudo quanto escrevi. Suas observações e sugestões sobre a escrita no sentido profundo acompanham nossa amizade de mais de uma década. Tivemos tantos pontos de partida e de chegadas em comum que é difícil dizer o quanto lhe sou devedor, de forma que esse trabalho é muito dele.

Na elaboração e escrita dessa dissertação, o convívio com o Sergio Leal foi um contraponto sempre estimulante. Ver seu processo criativo de composição musical, seus cadernos manuscritos, me ajudou a pensar esse meu ofício de historiador, que exige uma sintonia fina entre disciplina intelectual e criatividade. Além disso, nossas conversas madrugadas a dentro, quando íamos e voltávamos a pé para o centro de Guarulhos permanecem ainda, não só na dissertação, mas em mim.

Outros amigos guarulhenses também compartilharam comigo as experiências da juventude e de nossa “problemática” madureza. Sergio Barbosa da Silva Júnior e sua família, Seu Sérgio, Dona Sônia e Alessandra, em cuja casa todos passamos noites e dias

inesquecíveis, regados por seu café e seu violão. Todos que viveram esses momentos devem sentir falta da cumplicidade acolhedora daquela casa, que nos deu a impressão, por tanto tempo, de que estávamos amparados, protegidos contra tudo e contra todos que ousassem se opor aos nossos sonhos e à nossa força.

Eduardo Marcolan Sartori, amigo de muitos anos, com o qual vivenciei tanta coisa: o futebol, depois fliperama, o videogame, o rock e a MPB. Sua profunda inquietação pelas coisas, sua capacidade de ouvir e de compartilhar são traços de uma pessoa excepcional, e sempre me felicitei pelo privilégio de compartilhar sua humana grandiosidade.

Júlio César Leal, cuja história se cruzou com outra amiga, Miram Della Posta de Azevedo e se completou com a Julinha, uma linda e terna menina. Conviver com eles foi sempre um grande prazer. É uma felicidade sem fim ver esses dois amigos juntos e saber que sempre me sentirei uma parte dessa família.

Camilo Gomes da Silva, o Camilo Poesia, que conheci no segundo grau. Tantas conversas tivemos, tantas histórias trocamos... Essa dissertação é um pequeno fruto da lição de luta e perseverança que aprendi desse grande amigo, cuja gentileza e generosidade vão além de qualquer palavra.

Erick Sposito, amigo de tanto tempo, cuja marca principal foi sempre um otimismo e uma alegria que me faz sentir bem em qualquer lugar quando ele está por perto.

Edson Tadeu Queiroz, cuja paixão pela música e pelo cinema fazem de nossa amizade um grande aprendizado, para além de sua cumplicidade e amizade firme e incondicional.

Alecsander de Sousa, Além das tantas correções, foi um companheiro de jornada, estudando letras na mesma faculdade que eu, mas que preferiu, corajosamente, tomar outros rumos, deixando a vida acadêmica de lado.

Fernando e Dino Grejo são amigos que tenho até hoje, apesar do contato escasso. Vivemos muita coisa juntos, inclusive a idéia infame de uma banda de rock chamada “Origami”, na qual participei sem tocar nenhum instrumento...

Octávio Rangel, amigo que está trilhando um caminho semelhante na vida acadêmica, foi um estímulo e um espelho onde reencontrei as mesmas angústias e dificuldades que tive nessa trajetória. Essa realização é sua também.

Luis José de Sousa, amigo confuso, inquieto, me deu um imenso prazer quando iniciou um curso de história há pouco tempo. Espero que essa dissertação, a qual viu surgir, lhe inspire a continuar no caminho de Clio.

Um agradecimento final deve ser dado pela incrível possibilidade que temos de reencontrar muitos desses amigos e outros também nos jogos dos SAFC, os Solteiros Alucinados Futebol Clube, embora, hoje em dia, nem todos sejam solteiros, nem alucinados e, é forçoso dizer, nem devam ser chamados de jogadores.

Em Campinas tive a oportunidade de fazer grandes amizades. Rafael da Costa Natera, que me acolheu em sua casa durante um semestre inteiro, se tornou um grande amigo. Convivi com sua generosidade (às vezes temperada com certa rudeza sul-mato-grossense) e cumplicidade por um longo tempo, entre leituras, discussões e muitos, muitos copos de coca-cola. Esse convívio ainda se estendeu na República Rosa Luxemburgo, onde dividi a casa e o coração com Gabriel Antunes Rossini, Emanuel Chaves Nakamura, William Vella Nozaki e Julia Gomes e Souza. Gabriel, um amigo cheio de malandragem e malemolência, o que não exclui, claro, sua camaradagem e dedicação, alegrou e encheu a casa com sua, algumas vezes duvidosa, “boa música”. Emanuel, certamente uma das pessoas mais generosas que conheci, é um modelo e exemplo de disciplina intelectual, além

de um amigo insubstituível. Em um dos semestres, abrigamos o Mario Augusto Morato Pinto, que generosamente aceitou permanecer um dia a mais em Campinas por causa de problemas que tive com o calendário escolar. Ele é um ótimo amigo com péssimas piadas e demorou um pouco até me habituar a seu “senso de humor”, o qual, entretanto, jamais apagou a cumplicidade de uma amizade que se iniciou na academia e agora continua nos sambas paulistanos.

Perto de nossa república moravam duas meninas, Manuela Carmo e Erika Sousa Lopes. Manuela, apesar de seu sono descomunal, o que a fez se ausentar por muitas madrugadas, é uma grande amiga, sincera ao extremo, com uma ironia e uma sagacidade raras, o que tornou nosso convívio muito divertido. Erika, embora tenha demorado um pouco para começar a falar, logo se tornou uma amiga fiel e constante. Passamos longuíssimas madrugadas juntos, eu ela William e Rafael, desafiando as leis de Barão Gerando e procurando bares abertos até depois da 1h da manhã. Além dos uísques, das músicas incessantemente repetidas da Elis Regina e do Cazuza, das caronas, Erika é uma pessoa extraordinária, com uma bondade e uma capacidade rara de aceitar e compreender o outro.

A amizade com o William Vella Nozaki foi consolidada rapidamente. De nossas conversas no Massa Crítica e na cantina do IE, surgiu um convívio e uma troca de idéias que não parou mais. Muito dos acertos dessa dissertação provêm de conversas e sugestões suas, nas madrugadas acordadas que passamos na república. Ainda hoje continuar compartilhando as dificuldades e as alegrias da reflexão intelectual é um privilégio que tenho,

Dos amigos que fiz na USP, Pedro Afonso Cristovão dos Santos teve uma participação importantíssima nessa dissertação. Além de ter lido e comentado todas as versões que lhe enviei nesses três anos, discutimos pontos importantes de nossos trabalhos, numa prova cabal do caráter coletivo do trabalho científico. É um grande amigo e um intelectual do mais alto nível, com o qual me benefico de suas conversas e de seus textos.

Maicon Vinicius da Silva Carrijo foi o primeiro mestrando que conheci e dele foi a primeira defesa de dissertação que assisti. A leitura crítica que sempre se dispôs a fazer de meus textos, bem como seus conselhos, que assumiram o caráter de exemplaridade, pois amparados por uma disciplina e capacidade intelectual admiráveis, foram e ainda são fundamentais para mim.

Não poderia deixar de mencionar também, Silvina Bianchini, Juliana Roncon e o grande Renato Alves Pereira, cuja amizade e convívio tornou a USP muito mais leve.

Na Unicamp, convivi com pessoas que admiro muito e que lamento não ter convivido ainda mais: Rodrigo Leão, Leandro Horie, Gustavo Carvazan, Dennys Montaigner, Luciana Portilho, José Tadeu, Rubia Wegner, Beatriz Mioto, Isabel Viegas, Juliana Barcelar, Trovão, Daniel Feldmann, Régis de Oliveira, Peterson Molina, Camila Lins, Camila Linhares, Mesaque, Armando Funari, Daniel (palitinho) e Marcelo Loural.

No Instituto de Economia, gostaria de agradecer a todos os funcionários que conseguem diminuir espantosamente a burocracia de uma universidade do porte da Unicamp: Alberto, Marinete, Cida, Fátima, Alex. Aos funcionários da Biblioteca do Instituto de Economia, do IFCH, do arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp. Também aos funcionários do IEB-USP e da Biblioteca Nacional, onde parte da pesquisa foi realizada.

O apoio institucional deve ser estendido ainda à Cátedra Jaime Cortesão, na USP, onde encontrei um ambiente de alto nível de discussão com professores e pesquisadores,

dentro do projeto temático “Dimensões do Império Português”. Também à FAPESP, cuja bolsa de mestrado permitiu que me dedicasse integralmente à pesquisa.

Finalmente, minha família. Faço parte da primeira geração que ingressou em um curso superior. Essa experiência não deixou de ser um afastamento de minhas origens, de minhas raízes mais profundas. Acho que o maior sacrifício que meus pais, Edson e Dirce, fizeram, foi me apoiar nesse caminho, e só eles sabem o quanto tiveram de abrir mão para isso. Esse apoio foi o maior presente e a maior prova de generosidade e amor que pude receber. Ricardo, meu irmão, acabou aceitando sem titubear a responsabilidade por tantas coisas para que eu pudesse estudar que qualquer agradecimento diminuiria o alcance de sua empreitada. Minha avó, com quem vivi e vivo, é um exemplo de perseverança e vontade de viver. Certa vez, conversávamos na mesa da cozinha e ela relembrou coisas de sua infância, quando as tropas da Revolução de 32 se alojaram na fazenda em que sua família trabalhava, e quando arrumou emprego, já adolescente, numa fábrica de tecidos na Zona Norte, ou ainda, quando trabalhou numa pensão para estudantes próxima ao Mackenzie. Após muitas lembranças, ela concluiu com uma frase: "cada um tem uma história". Pensei muito e acho que essa frase não quer dizer que cada um tem uma história individual, que é única e que nos diz quem somos. Creio que ela queria dizer que cada um tem sua história, mas esta não é individual, é coletiva, e essas vivências dela estavam presentes em mim, na cozinha, na casa, na comida e nos abraços que trocamos: esse instante em que as temporalidades se suspendem e os tempos se encontram enquanto os corações batem compassados

Por fim, meu avô, que não esperou o fim dessa dissertação, mas me ensinou que por mais contraditória que seja nossa condição humana, ao final, a bondade e o amor prevalecem sobre qualquer coisa.

Francine foi uma pessoa fundamental. Desde o dia em que a conheci, sabia que minha rotina seria transformada por seu sorriso e tudo o mais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	---

CAPÍTULO 1

O Jovem Celso Furtado	13
-----------------------------	----

CAPÍTULO 2

Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII.....	67
---	----

2.1 Antecedentes portugueses da colonização do Brasil.....	68
--	----

2.2.1 A Economia do pau-brasil	91
--------------------------------------	----

2.2.2 O sentido da colonização	101
--------------------------------------	-----

2.2.3 O ciclo da cana-de-açúcar.....	116
--------------------------------------	-----

2.3 Intermezzo: Celso Furtado e o método comparativo.....	123
---	-----

2.4 A formação da sociedade colonial.....	148
---	-----

2.5 Atavismos coloniais do Brasil atual [1948]	167
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

<i>Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII e Formação econômica do Brasil: entre o localismo e o cosmopolitismo</i>	179
---	-----

Apêndice ao item 2.1	189
----------------------------	-----

Bibliografia.....	191
-------------------	-----

Na história do desenvolvimento espiritual do Brasil há uma lacuna a considerar: a falta de seriação nas idéias, a ausência de uma genética. Por outros termos: um autor não procede de outro; um sistema não é consequência de algum que o precedeu. É uma verdade afirmar que não temos tradições intelectuais no rigoroso sentido. Na história espiritual das nações cultas cada fenômeno de hoje é um último elo de uma cadeia; a evolução é uma lei [...] Neste país, ao contrário, os fenômenos mentais seguem outra marcha; o espírito não está ainda criado e muito menos o espírito científico. A leitura de um escritor estrangeiro, a predileção por um livro de fora vem decidir da natureza das opiniões de um ator entre nós.

(Sílvio Romero, *A filosofia no Brasil*)

INTRODUÇÃO

Pode-se usar para Celso Furtado e seu *Formação econômica do Brasil*, o que disse Antonio Candido a respeito de *Raízes do Brasil* (1936), de Sergio Buarque de Holanda: um livro clássico de nascença. Com a diferença, entretanto, de que o primeiro, publicado em 1959, obteve esse reconhecimento como clássico muito mais cedo. Apenas quatro anos após a publicação, foi incluído, em sua sexta edição, com uma introdução assinada por Francisco Iglésias, na coleção Biblioteca Básica Brasileira, editada pela Universidade de Brasília, ao lado de outros clássicos como *Casa-grande & senzala*, *Capítulos de história colonial*, *Minha formação* e o próprio *Raízes do Brasil*. Além disso, já recebera comentários de Nelson Werneck Sodré, Paul Singer, Alan H. Lester e Fernando Novais, entre outros.

O teor das críticas e comentários que recebeu, levou Francisco Iglésias a retomar toda a historiografia econômica brasileira até então, para situar a revolução que o livro causou na história e nas ciências sociais do país, sobretudo a economia. Em 1969, o historiador mineiro ampliou seu texto e republicou-o sob o título: “Celso Furtado, pensamento e ação”. Esse subtítulo é uma ótima chave para nos aproximarmos de nosso personagem, pois sua consagração se deu através do reconhecimento de que sua trajetória intelectual estava imbricada com sua atuação, “pessoa em que o pensamento e a ação estavam mais que entrelaçados, formando uma unidade”.¹

O primeiro livro da área econômica de Celso Furtado foi *Economia Brasileira*, publicado em 1954, o qual, como refere Luiz Felipe de Alencastro, “era adotado em cursos universitários de São Paulo e Rio de Janeiro”.² Este e outros que publicou em seguida, têm a marca da experiência como técnico em instituições nacionais e internacionais: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e Grupo Misto CEPAL-BNDE, além de comissões para elaborar estudos em países como México e Venezuela.

¹ IGLÉSIAS, Francisco. “Celso Furtado, pensamento e ação”. In: idem, *História e Ideologia* [1969]. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 160.

² ALENCATRO, Luiz Felipe de. “Introdução”. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 27.

Essa relação entre teoria e prática, entretanto, sempre ofereceu dificuldades para os intérpretes de sua obra. Se, de um lado, a atuação como homem público e administrador é essencial em seus diagnósticos e na formulação de problemas, sua relação com a história econômica brasileira e com os outros intérpretes do Brasil é problemática, sob o ponto de vista do traçado das origens e do desenvolvimento de seu pensamento.

Com efeito, a explicação do êxito intelectual de Celso Furtado sempre foi um problema. Retomando a evolução da história econômica no Brasil, Francisco Iglésias aponta como seus antecedentes *Formação econômica do Brasil* (1500-1820), de Roberto Simonsen, de 1937 e dois livros de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo* [1942] e *História econômica do Brasil* [1945]. Entretanto, esclarece em seguida que “*Formação econômica do Brasil* não é simples prolongamento deles, pois é concebido e executado em perspectivas próprias”.³ Essas perspectivas próprias, essa originalidade do livro, permaneceu como uma questão que deveria ser resolvida nos anos de formação, no percurso intelectual de Celso Furtado. O historiador mineiro dá algumas indicações a esse respeito, ao sintetizar sua biografia intelectual: “contribuem para o êxito científico de Celso Furtado, além de suas naturais qualidades: o curso que fez em Paris; a experiência de funcionário em repartições brasileiras, no setor de administração pública ou de finanças; o exercício de funções, durante vários anos, no corpo permanente de economistas da ONU, servindo na CEPAL, no Chile e em outros países latino-americanos; o estágio como pesquisador na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, quando pôde ler muito, conhecer especialistas, observar a realidade de país mais evoluído; depois, o desempenho das mais altas funções na administração brasileira”.⁴

O problema, assim exposto, está formulado e persiste até nossos dias. Com efeito, o estudo da obra de Celso Furtado tem sido realizado na conjugação de sua experiência enquanto administrador e técnico, com sua formação teórica. Esta levanta o problema adicional de se construir em simbiose com os diagnósticos elaborados pelas instituições que frequentou, assim como em diálogo com a produção sobre história econômica brasileira.

Alguns autores encetaram um rastreamento da bibliografia que Celso Furtado utilizou para a elaboração de sua interpretação da história econômica brasileira,

³ IGLÉSIAS, Francisco. “Celso Furtado, pensamento e ação”. op. cit., p. 195.

⁴ Idem, p. 166.

contextualizando sua produção nos quadros mais amplos da renovação dos estudos sobre o Brasil, iniciada na década de 1930.

Uma importante articulação dos conhecimentos históricos e do diálogo que a obra de Celso Furtado constrói com outros intérpretes do Brasil pode ser encontrada nas reflexões de Francisco de Oliveira.

Em “A navegação venturosa”, encontramos um balanço da produção de Celso Furtado, chegando até o início da década de 1980. As influências teóricas de *Formação econômica do Brasil* são apontadas como:

uma leitura keynesiana da história brasileira. O ecletismo cepalino também está aí presente, mas a marca forte é keynesiana. Incorporando contribuições de variada procedência (*algumas não muito explícitas, bebidas no próprio Caio Prado Jr.*), o forte do livro é a explicação que apresenta da transição da economia exportadora de café para a economia industrial que emerge a partir da segunda grande guerra [grifo nosso]⁵

Mas é em “Viagem ao olho do furacão” que Francisco de Oliveira elabora uma hipótese de pesquisa capaz de estabelecer uma abrangente perspectiva de reconstituição do debate intelectual estabelecido por Celso Furtado. Para ele,

o diálogo que Celso Furtado trava intelectualmente, para construir sua interpretação do Estado na economia e na sociedade brasileira, é com o pensamento de direita brasileiro que dominou o cenário intelectual até fins da década de 1930, isto é, com os chamados autores do pensamento autoritário brasileiro, sobretudo [...] com Alberto Torres e Oliveira Vianna⁶

Embora reconhecendo essa interlocução com o pensamento autoritário brasileiro como “um diálogo inconsútil, invisível, sem traços, mas perfeitamente reconhecível”, a importância do artigo reside na reorientação do foco de análise para a questão do Estado na obra de Celso Furtado⁷. Não só reconhece o debate na tradição do pensamento autoritário

⁵ OLIVEIRA, Francisco. “A navegação venturosa” [1983]. In: Idem. *A navegação venturosa*. Ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Editora Boitempo, 2003, p. 19.

⁶ OLIVEIRA, Francisco. “Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. [1997] Reeditado em: Idem. *A navegação venturosa*. Ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Editora Boitempo, 2003, p. 62.

⁷ “Furtado não deduz o Estado da nação ou da sociedade, nem o contrário. Trabalha as relações entre essas duas instâncias, na forma em que um economista as trabalha — a rigor suas remissões ao Estado são sempre menos explícitas que entre os clássicos do autoritarismo, e em muitas de suas obras a política não passa de um

brasileiro, mas indica a centralidade da questão do Estado na passagem para a economia capitalista, cabendo destaque para o processo de modernização iniciado com a Revolução de 30:

[...] o que emergia era o papel do Estado numa economia capitalista, mesmo periférico. Os conservadores/autoritários tentaram dar uma resposta a essa questão. Alberto Torres e Oliveira Vianna podem ser considerados os mais representativos expoentes de toda essa confusa emergência [...] A diferença entre os clássicos do autoritarismo e os novos conservadores, *soi-disant* liberais da safra contemporânea de Furtado, e mesmo os neoliberais de hoje, é que os primeiros dispunham de uma interpretação do Brasil fundada numa análise da sociedade e das projeções e/ou repercussões e/ou conseqüências que a formação da sociedade projetava sobre as instituições políticas, sobre a política e o Estado⁸

Na obra de Furtado, portanto,

[...] a relação entre economia, sociedade, política e Estado é primorosamente reestruturada pela interpretação da crise dos anos 1930. [...] Tal tipo de interpretação não seria permissível pela compreensão da formação da sociedade, suas relações com a política e com a formação do Estado de que dispunham os clássicos do autoritarismo. Somente um olhar renovado teoricamente seria capaz da façanha teórica que Furtado consegue⁹

A hipótese de vincular uma interpretação sobre o papel do Estado brasileiro com as formulações de autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres, tem o mérito de abrir uma nova possibilidade de compreensão da obra furtadiana. Nela, é enfatizado o contexto histórico e intelectual, ou seja, abrange tanto a nova configuração do Estado na acumulação capitalista no Brasil nos anos 1930 quanto o contexto intelectual em que esta mudança é pensada. Descarta, portanto, um método de apreciação das “influências” identificáveis nas referências citadas pelo autor.

Uma nova possibilidade para a compreensão do diálogo que Celso Furtado estabelece com pensamento brasileiro foi aberta com a tradução e publicação, em 2001, da tese de doutorado de Celso Furtado, *Économie coloniale brésilienne* (XVIe et XVIIe

epifenômeno da economia [...] — mas evidentemente essas relações são varridas por uma lufada de ar fresco, mediante uma forma renovada de perceber suas articulações”. Idem, op. cit, p. 79.

⁸ Idem, p. 68.

⁹ Idem, p. 78.

siècles) defendida na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris em 1º de junho de 1948. A obra, traduzida como *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, com o subtítulo de *elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*, permanecera inédita, disponível apenas para consulta em exemplar mimeografado na universidade francesa. Seu acesso aos estudiosos brasileiros deu um novo impulso ao debate.

Tamás Szmrecsányi, responsável por sua publicação, lhe atribuiu grande relevo para os estudos furtadianos. Em seu artigo “Sobre a formação da *Formação econômica do Brasil* de C. Furtado”, parte do que chama de “alguns mistérios”, encontrados neste livro de 1959 e assinala o fato de que em *Formação econômica do Brasil* “há uma omissão quase total de referências à ‘bibliografia histórica brasileira’”. Em vista disso, propõe uma investigação sobre “a origem dos conhecimentos históricos de Celso Furtado, tão parcamente indicada pelas poucas fontes nacionais e portuguesas que ele cita no seu texto (*Formação econômica do Brasil*) e/ou nas notas de rodapé”.¹⁰

Para solucionar esse problema que, como vimos, fora aventado por Francisco de Oliveira, é imprescindível, ainda seguindo a reflexão de Szmrecsányi, a análise de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, na qual consta uma revisão da bibliografia sobre a história econômica brasileira no período tratado. Em suas próprias palavras: “julgo ter encontrado e identificado algumas das referências bibliográficas e documentais não-declaradas pelo autor em seu trabalho posterior, mas que, muito provavelmente foram levadas em conta por ele durante sua elaboração”.¹¹

É destas referências, apagadas de *Formação econômica do Brasil*, mas que constam em *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, que Szmrecsányi parte para assinalar “as lacunas bibliográficas”. As quais “acabam dificultando a sua interpretação [de *Formação econômica do Brasil*] e avaliação, particularmente no que se refere ao posicionamento historiográfico do autor”.¹²

Este posicionamento historiográfico presente na tese se caracteriza pelo “contexto mais genérico de uma ciência social voltada tanto para a História quanto para a Economia”.

¹⁰ SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da *Formação econômica do Brasil* de C. Furtado. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: EDUSP, 13(37), 1999, p. 207.

¹¹ Idem, p. 208.

¹² Idem, p. 209

De posse dessas informações, o autor revisita os temas presentes na tese de doutorado e em trabalhos posteriores¹³ de Celso Furtado e conclui que estes temas:

foram mantidos apenas em parte nas obras subseqüentes de Celso Furtado, enquanto as preocupações mais gerais, que inicialmente orientaram seu estudo, acabaram sendo descartadas por ele já nos primeiros trabalhos que publicou após sua volta da França e seu ingresso na CEPAL. Tais preocupações foram substituídas por uma visão de mundo essencialmente econômica, para não dizer economicista e tecnocrática, tornando mais difícil o entendimento de seus trabalhos para os leitores desprovidos de maiores conhecimentos de economia¹⁴

Ou seja, “o ingresso na CEPAL parece ter significado, para ele, uma segunda pós-graduação na qual teve que aprender e reaprender muito rapidamente para poder vir a diagnosticar e ensinar”.¹⁵

Ao distinguir o período cepalino como parte importante na formação de Celso Furtado e, justamente por isso, avaliar na tese de doutorado unicamente os temas que permaneceram em sua obra posterior, Tamás Szmrecsányi perde de vista um conjunto de preocupações, presentes não só neste trabalho, mas também em outros textos, relacionadas à questão do Estado, às possibilidades para a democracia e, ainda, questões metodológicas como o método comparativo e a definição de feudalismo tomada de empréstimo de Henri Pirenne e que irá reaparecer em outras obras do autor. Estas, mesmo que tenham sido “descartadas” em trabalhos posteriores, podem ensejar uma compreensão mais totalizadora do pensamento furtadiano.

A última interpretação em que nos deteremos é o texto de Bernardo Ricupero, “Celso Furtado e o pensamento social brasileiro”. A escolha desse texto se deve, entre outros fatores, pelo seu potencial de divulgar o trabalho de Celso Furtado, uma vez que foi publicado originalmente como prefácio à tradução mexicana de *A economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Nele, o sociólogo procede a uma contextualização do pensamento de Celso Furtado, sobretudo com os chamados radicais da década de trinta: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Junior.

¹³FURTADO, Celso. “Características gerais da economia brasileira”. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 1, março de 1950, pp. 7-38; idem. “O desenvolvimento econômico”. In: *Revista Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, Editorial Andes, vol. 1, n. 1, janeiro/março de 1955, pp. 2-23.

¹⁴ Idem, p. 211.

¹⁵ Idem, ibidem.

Segundo Ricupero, os “temas, problemas e mesmo a linguagem de nosso autor estabeleceram-se para além de seu contexto intelectual imediato, a CEPAL, em contato com outros autores latino-americanos e, principalmente, brasileiros”. Para tanto, “uma das mais interessantes possibilidades oferecidas pela leitura de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* é, precisamente, a de permitir o início do desvelamento do diálogo implícito de seu autor com o pensamento social brasileiro”.¹⁶

Além de Gilberto Freyre, presente na maior parte deste trabalho de Celso Furtado, Ricupero ressalta a importância de Caio Prado Jr., cuja confluência se dá pela “preocupação com a Economia, o relevo atribuído ao passado colonial, o programa político implícito, etc.”.¹⁷ A diferença entre ambos estaria, sim, em como superar a herança colonial e na interpretação do processo de industrialização.

Vale ressaltar, ainda, que a análise de Ricupero, na tentativa de estabelecer tais conexões, por vezes trabalha com conceitos que Furtado somente desenvolveria a partir de 1950, período posterior a sua tese de doutorado. É assim que estabelece o confronto entre a interpretação da industrialização entre Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Embora correto em sua comparação, sabemos que somente a partir de 1950, que este, já integrando os quadros da CEPAL, irá publicar seu primeiro trabalho sobre o tema.¹⁸ Portanto, a análise de Ricupero, embora tenha como preocupação a tese escrita por Furtado, em 1948, trabalha com temas posteriores a ela.

De maneira geral, portanto, o que podemos inferir dessas interpretações é a tentativa de vincular as origens do pensamento de Celso Furtado seja com o denominado pensamento social brasileiro de caráter radical, seja com os “clássicos do autoritarismo brasileiro”. Todavia, alguns problemas emergem destas tentativas. O primeiro deles pode ser considerado certa teleologia que informa os autores, pois é o desenvolvimento posterior da obra de Celso Furtado que serve de ponto de chegada para as análises. Tal fato justifica a insistência não só na comparação entre Furtado e Caio Prado Junior sobre o tema da industrialização, como também o relevo aos temas que permaneceram na obra do economista paraibano após o período cepalino. Por outro lado, algumas das referências

¹⁶ RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *In: Estudos Avançados*. São Paulo: EDUSP, 19 (53), 2005, p. 372.

¹⁷ Idem, p. 373.

¹⁸ Trata-se de: FURTADO, Celso. “*Características gerais da economia brasileira*”. op. cit.

aventadas por Francisco de Oliveira — Alberto Torres e Oliveira Vianna — também não se justificam por critérios derivados da análise interna das obras do economista paraibano. Ou seja, acreditamos ser correta a importância da temática do Estado, mas esta pode ser encontrada — como pretendemos demonstrar — em outros textos desse período formativo.

Ainda assim, mesmo partindo da importância de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* para a compreensão do debate estabelecido com a bibliografia brasileira, um outro flanco fica aberto: o diálogo que estabelece com o meio intelectual francês. Com efeito, os autores examinados não colocaram como problema a inserção da tese de doutorado nos debates sobre história e economia na França, um elemento imprescindível para compreendermos a formação intelectual de Celso Furtado.

Assim, nosso ponto de partida é o exame do período formativo de Furtado. Recuamos às suas primeiras publicações, datadas de 1941, até os textos escritos em 1948. Conseguimos reunir duas dezenas de artigos inéditos, dispersos em publicações como *a Revista da Semana, Panfleto, Revista do Serviço Público, Observador econômico e financeiro, revista do Instituto Brasil-Estados Unidos*. A análise desse material nos descortinou uma série de assuntos e preocupações de Celso Furtado na década de 40. Temas como a Segunda Guerra Mundial, a ascensão dos Estados Unidos e a política norte-americana na América Latina, o mundo europeu no pós-guerra, a política econômica francesa e inglesa do pós-guerra, além de temas brasileiros, como a história nacional, a discussão artística e a reforma administrativa do Estado Novo são contemplados nesses artigos e nos permitem estabelecer as relações entre Celso Furtado e o período em que vive e escreve. Dessa forma, nosso recorte cronológico tem como baliza os textos produzidos, muito embora o período no qual estão inseridos extrapolem esses limites.

Esse conjunto de temas e de formas de abordagem que se modificam rapidamente, à medida que sua experiência pessoal e intelectual se modifica, tem uma diferença marcante com o período posterior à sua entrada para a CEPAL. É essa ruptura básica que pretendemos marcar, sob a análise do jovem Celso Furtado.

Se, portanto, adotamos essa divisão, o período que recortamos como objeto de estudo é fluido, seus instrumentos e os objetos de análise se refinam com velocidade no tempo. Nesse sentido, a análise pressupõe a incorporação da temporalidade enquanto uma categoria central para apreensão do objeto. Uma perspectiva que permite esse tipo de

abordagem pode ser encontrada no conceito de historiografia tal como tem sido tratado nas pesquisas de José Jobson de Andrade Arruda¹⁹. Assim, entenderemos historiografia como a análise verticalizada de autor, obra e meio, ressaltando a relação entre presente, passado e futuro. Nas palavras do autor, historiografia é

uma análise crítica das obras de história produzidas pelos historiadores e dos próprios historiadores em sua imersão histórica. Vale dizer, pensar as obras que são produzidas não em si mesmas, nos objetos sobre os quais se debruçam, mas naquilo que são capazes de expressar o entorno problematizado das múltiplas temporalidades que nela se entrecruzam, expondo o tempo a partir de que falam seus atores e agentes, bem como os universos sociais, a ambientação cultural e as motivações dos seus construtores²⁰

Ainda sob essa perspectiva, as relações entre passado, presente e futuro se articulam na obra de Celso Furtado na *elaboração do diagnóstico para a ação*. Na introdução à edição brasileira de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, essa problemática é colocada de forma clara:

muitos de nós se interrogavam sobre o que fazer, certos de que viviam uma dessas épocas privilegiadas em que tomamos consciência de que o *futuro* depende de nosso comportamento *presente* e por isso nos sentimos desafiados. Contudo, pareceu-me ilusório imaginar que tínhamos condições de provocar uma mutação em nosso processo histórico. Precisávamos conhecer melhor nossa *formação*, os ingredientes de nossa cultura [grifo nosso]²¹

Estabelecidas as linhas gerais, no primeiro capítulo iremos nos concentrar nos textos de Celso Furtados publicados em revistas de variedades, bem como em publicações de orientação “científica”, buscando elencar os temas abordados e indicando como eles foram ganhando densidade com o passar do tempo. Nessa análise será de fundamental importância as referências ao contexto nacional e internacional, justamente para marcar a

¹⁹ ARRUDA, J. J. de Andrade. “Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 10, pp. 175-91, jun. 1998. *Idem.*; TENGARRINHA, J. M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. *idem.* “Cultura Histórica: territórios e temporalidades historiográficas”. Mesa redonda: Representações, Territorialidades e Cultura Histórica, durante o Seminário “História e Cultura Histórica”, promovida pelo Programa de pós-graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 25 de abril de 2007; *idem.* “História ou historiografia? Ciência ou Arte?” In: ARÓSTEGUI, J. *Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

²⁰ *Idem.*, “Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas”. op. cit., fls. 7-8.

²¹ FURTADO, Celso. “À guisa de explicação” [2000]. In: *Idem, Economia colonial no Brasil...*, op. cit., pp. 5-6.

articulação do autor com seu tempo, articulação essa expressa na forma como a obra é capaz de captar os debates e as questões de sua época.

No segundo capítulo, a despeito do tamanho desproporcional nesta dissertação, iremos nos dedicar à análise de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Isso se mostra necessário justamente para indicar o diálogo que Celso Furtado estabelece com a bibliografia brasileira e francesa. Para tanto, procuraremos um fio condutor: a explicitação das categorias e dos conceitos que permitam captar a organização interna da obra. O primeiro passo é examinar as referências bibliográficas no modo como foram lidas e utilizadas, citando-as no posicionamento estabelecido pelo raciocínio do autor.

Esse recurso, ou esse uso da bibliografia, é *um* momento da análise historiográfica, como nos ensina Fernando Novais:

a análise do discurso ideológico, por seu turno, envolve a indicação de sua linha interpretativa, a explicitação de sua forma de pensamento, a revelação de suas estruturas internas; e mais: sua inserção num contexto maior, no confronto com outros discursos em outras áreas da cultura, para configurar as estruturas mentais, as visões de mundo, através das quais se podem procurar, então, os nexos com os movimentos da sociedade²²

Momento no qual é possível deslindar as relações entre a obra e a tradição à qual ela faz referência, entrecruzamento de passado e presente. Retomada da tradição na qual esta é *modificada*, e que, portanto, só pode ser apreendida na feitura da obra enquanto *um certo arranjo*²³, uma organização formal que se manifesta na escolha e na exposição dos argumentos, mobilizando essa herança cultural para justificá-los.

Essa formulação intelectual apreensível pelo arranjo, pela forma, permite-nos o afastamento da noção de influência, pois nem sempre os argumentos tomados de empréstimo à tradição são levados às últimas conseqüências. Emerge ao primeiro plano, em contraposição, o caráter *utilitário* adquirido por algumas citações no corpo do texto de Celso Furtado, permitindo-lhe transitar por autores de orientação diversa, sem cair nem no ecletismo, nem na fidelidade unívoca às doutrinas.

²² NOVAIS, Fernando. “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In: MORAES, R, *et alli* (orgs.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 10

²³ Para a noção de *arranjo*, veja-se: CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Momentos decisivos 1750-1880 [1959]. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

Finalmente, faremos algumas indicações sobre a ruptura entre *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, e *Formação econômica do Brasil*, mostrando como o instrumental analítico é diverso e só pode ser compreendido com referência ao período posterior à tese de doutorado, ou seja, a partir de seu ingresso na CEPAL.

CAPÍTULO 1

O JOVEM CELSO FURTADO

O recorte cronológico escolhido tem como referência textos produzidos por Celso Furtado. O primeiro deles em outubro de 1941; o último de nosso recorte, em fins de 1948. Estudar a formação de seu pensamento, entretanto, envolve mais que a coleta e análise desse material.

O que pareceu mais acertado à natureza do nosso trabalho é o confronto entre a produção escrita e a reelaboração autobiográfica. Nosso autor se dedicou, em diversos momentos de sua vida, a reconsiderar sua própria trajetória. Em dois momentos específicos, ela toca o período por nós escolhido.

Em março de 1972, Celso Furtado aceita um pedido da UNESCO para escrever seu perfil para o número especial de lançamento do *International Social Sciences Journal*, sobre cientistas sociais. Sob o título “Aventuras de um economista brasileiro”, fez sua trajetória, marcando a infância no Nordeste, a formação intelectual livre e autodidata, as repercussões da Revolução de 30 e do Estado Novo. Relembrou sua passagem pelo curso de Direito na Universidade do Brasil, o trabalho no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), os estudos sobre organização, as grandes influências intelectuais e a passagem por diversos órgãos de planejamento e intervenção no Brasil e no exterior.

Treze anos depois, em 1985, publica o primeiro de seus três livros de memórias. “A Fantasia Organizada” inicia-se com um quadro do pós-Segunda Guerra Mundial e a reconstrução da Europa como elementos fundamentais em sua experiência vivida. A passagem pela Europa, durante a Guerra, na Força Expedicionária Brasileira e depois na Universidade de Paris e em viagens pela Europa Oriental, o convite e os anos de trabalho na CEPAL, resultaram numa longa permanência no estrangeiro, onde se aprimorou como técnico e acadêmico. O livro acaba justamente com sua decisão de voltar ao Brasil, no início de 1958, pontuando o caráter internacional de sua trajetória.

Esses dois relatos, por si sós, colocam questões sobre os diferentes momentos de escrita e sobre as experiências recordadas. No primeiro texto, escrito para um público

internacional²⁴, a ênfase recaiu sobre a infância no Nordeste, a experiência brasileira e mesmo as referências teóricas. Comte, Marx, a sociologia norte-americana, Mannheim, são expostos enquanto elementos que o ajudaram a compreender o Brasil. Já o primeiro livro de memórias, publicado em 1985, marca o novo retorno de Celso Furtado ao país, após o exílio que lhe foi imposto em 1964, o convite de Tancredo Neves para participar do Governo e depois a nomeação para Ministro da Cultura no ano seguinte. Nesse texto, a ênfase na formação internacional e cosmopolita pode ser vista como um requisito de qualificação para se inserir na discussão sobre a Nova República.

Nosso enfoque, entretanto, é fazer uma discussão historiográfica sobre *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Para isso, uma instância fundamental de nossa análise é a inserção do autor e da obra no conjunto de circunstâncias mais gerais que caracteriza sua época. Esse processo, nos parece, pode ser realizado se utilizarmos os textos autobiográficos e o material reunido e procurarmos extrair elementos de explicação mútua. Em outras palavras, confrontar sua produção jornalística com os textos autobiográficos, na medida em que ambos se esclareçam ou entrem em conflito. Os resultados desse procedimento, por sua vez, podem nortear a procura dos elementos fundamentais que sintetizem os dados biográficos e a experiência histórica.

Esse procedimento se nos afigurou o mais indicado, porque em outros campos a disponibilidade de material ainda é difícil para o período escolhido²⁵. Mas, além disso, outra vantagem de nosso caminho é que nem todos os acontecimentos influem de forma igual sobre os homens. Dessa forma, a produção escrita se transforma num indício de elementos que, no momento em que foram elaborados, resumem em si um sentido e um propósito que a pesquisa e a análise histórica procuram apreender.

Assim, nossa *démarche* será a elucidação dos aspectos autobiográficos com os textos que conseguimos reunir. Os primeiros irão nos guiar para elementos dos segundos,

²⁴ O público de Celso Furtado é descrito por Rosa Maria Vieira nesses termos: “o público a que se dirige agora é a comunidade intelectual européia. Afastado da cena política e inserido no meio universitário francês, busca o reconhecimento e a ‘legalidade acadêmica’, depois de décadas de exercício de uma prática teórica essencialmente voltada para a ação em organismos públicos na América Latina”. Rosa Maria Vieira, “Celso Furtado: auto-retrato e retórica”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. Ensaio em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 158

²⁵ Não obtivemos informações sobre os cursos e professores que Celso Furtado teve na Faculdade Nacional de Direito, tampouco conseguimos informações adicionais sobre o período e os cursos que frequentou na França. Nos restringimos, portanto, apenas aos dados fornecidos em sua autobiografia.

enquanto estes, inversamente, ampliarão aqueles ou indicarão caminhos, sendas esquecidas pela memória autobiográfica.

Alguns dados biográficos

Celso Furtado nasceu em 26 de julho de 1920, na cidade de Pombal, Paraíba. Seu pai provinha de uma família de magistrados e sua mãe, de proprietários de terra. Fez os estudos secundários na cidade de João Pessoa e, em meados de 1939 se mudou para o Rio de Janeiro, matriculando-se no ano seguinte na Faculdade Nacional de Direito.

Em “Aventuras de um economista brasileiro”²⁶, o período da infância e o sertão se misturam e explicam mutuamente as experiências da criança. A “família ampliada”, a atividade política restrita a lutas e rivalidades entre “famílias e grupos de famílias”. Esse “poder e arbitrariedade” dos homens se harmonizava com o clima despótico do sertão, no qual a estiagem, as chuvas torrenciais e as secas davam um caráter fatalista à vida. Ao lado dessa “incerteza e brutalidade”, a fuga para o sobrenatural dos santos e milagreiros, em parte encarnados na figura carismática de João Pessoa, o qual viu surgir como líder das massas e depois ser assassinado.

Essa rememoração, marcando o atraso de uma região tropical que entrou em decadência no século XIX, mas que fora o centro dinâmico da produção açucareira mundial, pontua a ótica regional do autor e procura explicar sua capacidade de confrontar as teorias desenvolvidas nos grandes centros internacionais de pesquisa científica, com a realidade concreta do subdesenvolvimento. Esses elementos, portanto, são encaminhados para frisar a retidão de espírito, experiências que não seriam suprimidas e garantiriam a independência de seu pensamento, transformando-se numa postura intelectual:

esses elementos se manifestam sob a forma de idéias-força, que enquadram o meu comportamento na ação e também minha atividade intelectual criadora. A primeira dessas idéias é a de que a arbitrariedade e a violência tendem a dominar no mundo dos homens. A segunda é a de que a luta contra esse estado de coisas exige algo mais que simples esquemas racionais. A terceira é a de

²⁶ FURTADO, CELSO. “Aventuras de um economista brasileiro”. In: D’AGUIAR, Rosa Freire (ed). *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 11-26.

que essa luta é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva²⁷

Nesse quadro de experiências, as idéias puderam seguir soltas, pois já tinham um esteio que lhes garantia o contato e o teste de validade efetuado através da vivência do subdesenvolvimento.

O autor conta que sua primeira paixão foi a História²⁸, a qual teve acesso através da biblioteca do pai e, depois, a literatura. Quanto a esta, confessa que “até os trinta anos acreditei que minha forma de expressão natural seria a ficção literária”. Prova disso é seu primeiro livro, publicado com recursos próprios, *Contos da vida expedicionária* (1946), no qual procura reelaborar literariamente, pela primeira vez, ainda aos vinte e cinco anos, a experiência vivida. De parte o aspecto literário do livro²⁹, temos como sintomático a consciência de que sua experiência de vida, esta, do sertão de um país subdesenvolvido, tem a importância fundamental de revelar um olhar peculiar sobre o mundo.

Celso Furtado também ressalta que suas influências intelectuais se exerceram “desde o ginásio”. Iniciados em 1932, esses estudos foram marcados pela “grande efervescência intelectual que ocorre no Brasil no período posterior à Revolução de 1930”. Até 1937, em suas palavras, “o país conhece um amplo debate e pela primeira vez toma contato abertamente com as grandes correntes de idéias da época”. O Ginásio marca a passagem do mundo regional para os grandes movimentos do país. A partir desse momento, as transformações nacionais são percebidas pelo estudante secundarista nordestino, de forma que, em 1937, “a repressão a toda atividade intelectual independente será total. As idéias absorvidas na fase anterior passam, assim, por um período de hibernação e de

²⁷ Idem, op. cit., p. 13.

²⁸ Há a transcrição de trecho de um diário escrito aos dezoito anos, na qual podemos ler na entrada de 20 de agosto de 1938: “quero registrar hoje, aqui, uma idéia que há tempo venho acariciando: escrever uma História da Civilização Brasileira. Seria uma obra completa sob o ponto de vista crítico-filosófico. Não seguiria o plano até hoje seguido pelos nossos historiadores. Ao lado das influências individuais observaria as influência das coletividades. Não me deixaria emaranhar pelos fatos”. Citado por, FURTADO, Rosa Freire d’Aguiar. “Apresentação”. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009, pp. 11-12.

²⁹ Segundo Francisco Iglésias: “o autor, forçando a nota, diz que são contos, mas não chegam a tanto. Há algum artificialismo nessas histórias, como há, por vezes, digressões próximas da ingenuidade artística [...] Falta vigor à maioria das páginas, o estilo é frouxo, salvando-se apenas o tom fraternal e simpático que percorre as histórias do jovem ficcionista”. Trata-se da introdução à *Formação econômica do Brasil*, na edição de 1963 para a Biblioteca Básica Brasileira. Reeditado como “Francisco Iglésias”. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 417.

amadurecimento, o que, para uns, significaria sedimentação e triagem, e, para outros, endurecimento mental e cristalização dogmática”.³⁰

Assim, a libertação intelectual da Revolução de 1930 e a repressão desencadeada pelo Estado Novo irão influir no jovem paraibano. Não apenas no plano político, o qual, aliás, é percebido em seus aspectos negativos (“a idéia de que um político é alguém sempre disposto a trapacear se me incutiu no espírito de forma indelével”³¹), mas também na ordem das idéias, o regime político nacional libertou e, depois, restringiu o curso dos livros e das idéias, permitindo um amadurecimento de suas linhas principais. Esse mesmo enraizamento irá moderar e singularizar suas “influências intelectuais”. Furtado enumera três delas, o positivismo, Marx e a sociologia norte-americana, filtrada por Gilberto Freyre. Em suas palavras, temos:

entre essas influências intelectuais exercidas desde cedo, identifico três correntes principais. Em primeiro lugar, está a positivista. É conhecida a profundidade e persistência da influencia positivista no Brasil. Um militar reformado, da família de minha mãe, deixou em minha casa um conjunto de livros positivistas, aos quais tive acesso desde os quinze anos. A primazia da razão, a idéia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como *conhecimento científico*, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso se me impregnou como evidente [grifo do autor]³²

Temos, portanto, o caminho peculiar de recepção do positivismo (um militar reformado da família da mãe), e mesmo a prévia aceitação dessa doutrina no país. De resto, o que retém dessa doutrina é explicado pela própria problemática brasileira (primazia da razão, conhecimento científico possibilitando o progresso), colocando-se como libertação das condições de atraso do Nordeste e do país. Assim, a razão organizando o “poder e a arbitrariedade” do mundo dos homens, o conhecimento científico num mundo até então marcado pelo atraso cultural e, finalmente, a possibilidade do progresso.

A segunda influência, Marx, também é recolocada em sua vivência prévia:

a segunda linha de influência vem de Marx, como subproduto de meu interesse pela História. Foi lendo a *História do socialismo e das lutas sociais*, de Max Beer, que me dei conta pela primeira vez de que a busca de um *sentido* para a história era uma atividade intelectual perfeitamente válida. Na sociedade estratificada e parada

³⁰ Idem, op. cit., pp.14-15.

³¹ Idem, op. cit., p.14.

³² Idem, op. cit., p. 15.

no tempo em que eu vivia, a idéia de que as formas sociais são *históricas*, portanto, podem ser superadas, permitia ver o mundo com outros olhos. Essa idéia, ligada à do conhecimento como arma para o progresso, que vinha do positivismo, compôs no meu espírito uma certa visão do homem em face da história. Essa idéia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo desembocava numa responsabilidade moral³³

Também aqui, a influência vem como “subproduto” e indiretamente, através da leitura de Max Beer. O elemento fundamental, a “busca de um sentido para a história” é válida quando colocada sob o pano de fundo da “sociedade estratificada e parada no tempo em que eu vivia”. Por outro lado, é também o Nordeste que aclara a consequência dessa idéia, “superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo” e implantar uma “responsabilidade moral” no intelectual.

Por fim,

a terceira linha de influência é a da sociologia norte-americana, em particular da teoria antropológica da cultura, com a qual tomei contato pela primeira vez por intermédio do livro de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*. Esse livro, lido aos 17 anos, não somente permitia ver muitas coisas com olhos novos, mas também nos *atualizava*, isto é, nos punha ao dia com o que se pensava no mundo intelectual em que se estava criando o conhecimento. Olhando respectivamente, vejo com clareza que o livro de Freyre pouco ou nada me influenciou no que respeita a sua mensagem substantiva, isto é, no que se refere à interpretação do processo histórico brasileiro. Sua importância esteve em que nos revelou todo um instrumental novo de trabalho³⁴

Essa terceira influência aparece sob um ponto de vista ambíguo pois, ao fim, o livro “pouco ou nada me influenciou”; o que nos permite supor que seu valor estava em veicular a “teoria antropológica da cultura”, aspecto particular da “sociologia norte-americana”. Por outro lado, o importante no trecho citado parece ser o caráter de *atualização* de conhecimentos, o que implica o meio atrasado em que vivia.

Antes de prosseguirmos, precisamos rever o que pudemos apurar até o momento. Cumpre ressaltar a posição periférica, ou, para usar um termo mais coerente com os anos 1970, subdesenvolvida, de nosso autor. O descompasso econômico, social e histórico

³³ Idem, op. cit., p. 15

³⁴ Idem, op. cit., p. 16.

coloca de antemão a perspectiva do progresso como algo imprescindível, ao mesmo tempo em que distorce, recoloca as idéias modernas sob o crivo de uma realidade inalienável, pois constituinte da experiência e da percepção de mundo do intelectual³⁵. Celso Furtado, nessas poucas páginas, recoloca no plano autobiográfico o atraso cultural brasileiro, o atraso social e econômico do Nordeste, a inexistência de idéias para compreender essa peculiaridade, e o papel do intelectual comprometido com a transformação da realidade baseado no conhecimento científico, na razão e no progresso. Esta exatamente sua postura nos anos 1970. Exilado desde 1964, e se dirigindo à comunidade internacional, refaz seu percurso mostrando as raízes particularistas de sua formação e como elas permitiram alcançar o cosmopolitismo e o internacionalismo de sua produção intelectual.

A Revista da Semana: o jornalismo entre a crítica de arte nacional e a conjuntura política internacional

Nesse momento iremos nos concentrar nos primeiros anos de 1940, quando Celso Furtado se muda para o Rio de Janeiro. No início da década ele se matricula no curso de Direito e inicia a atividade de jornalista na *Revista da Semana*, hebdomadário de variedades carioca.

A menção a esse período é escassa e aparece de forma alusiva, referindo-se a um período posterior. Em “A Fantasia organizada”, ao narrar sua mudança para Paris, em 1946, onde realizaria sua tese de doutorado, lembra: “escrevia para três periódicos: a *Revista da Semana*, minha velha casa, o semanário *Panfleto*, que atingia grande parte do público jovem e motivado politicamente, e o *Observador Econômico e Financeiro*, com ampla circulação na comunidade de negócios e no mundo oficial”.³⁶ Ou seja, a menção é feita com o sentido de uma atividade remunerada e como um meio de reflexão e discussão de idéias. Ainda assim, salvo essa menção, é preciso considerar a vontade de seu autor de que esses artigos que examinaremos permanecessem desligadas de sua produção intelectual, uma vez que não estão encadeados ao seu desenvolvimento posterior.

³⁵ A noção das idéias modernas sendo reformuladas na perspectiva periférica foi analisada na obra de Machado de Assis por Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades, 1992.

³⁶ FURTADO, Celso. *A fantasia organizada* [1985] In: Idem. *Obra auto-biográfica*. Três Tomos. Organização de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo, Paz e Terra, 1997, Tomo I, p. 98.

Elaborando uma cronologia de Celso Furtado, Francisco Iglésias, menciona que ele é jornalista na *Revista da Semana* desde 1940³⁷, entretanto, o primeiro artigo assinado que encontramos data de outubro de 1941. Nessa revista, encontramos uma produção concentrada nos anos 1941-1942, e alguns artigos entre 1946-1948. Na seqüência, iremos nos concentrar neste primeiro bloco, dividindo os artigos em duas unidades temáticas: assuntos nacionais e internacionais. Essa divisão nos parece acertada pois o enfoque é diferenciado de acordo com os temas. Ademais, essa classificação se coaduna bem com a forma de exposição de seus textos autobiográficos, nossa fonte principal para a recuperação da trajetória de Celso Furtado.

A temática variada e as diferentes formas narrativas dão indícios não só das preocupações, mas das abordagens utilizadas pelo jovem Celso Furtado, alterando-se entre a reportagem, a discussão histórica e o texto bem-humorado. Exemplo disso é este primeiro artigo, de outubro de 1941, “Marcos Barbosa e o primeiro índio brasileiro que voou”. Trata-se de um “mamanguapense”, “autodidata possuidor de rica inteligência e sagaz espírito inventivo”, inventor de uma máquina de voar. Esse engenho teria fascinado um indígena, levando-o a “entregar quanto possuía para tê-lo”. Ao tentar usá-lo, saltou do alto de um monte e morreu. A veracidade do fato é apresentada pela documentação na qual o relato se encontra: “Apanhados Históricos da Parahyba, do Sr. Celso Mariz, e no volume de d. Domingos do Loreto Couto ‘Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco, cuja primeira edição surgiu em março de 1757’”. O tema se explica pela comemoração do dia da Aviação, e aponta o desconhecimento do episódio histórico pelo público. Toca, portanto, na importância da pesquisa histórica para marcar as datas da história nacional: “Marcos Barbosa não figura entre os precursores da navegação aérea; nenhuma referência se lhe faz durante as festas que o Brasil dedica à aviação. O seu nome é estranho aos que estudam a história da aeronáutica”. Além disso, discute também as informações documentais: “os documentos à mão não nos autorizam a formular uma hipótese sobre a natureza do engenho criado por Marcos Barbosa”. Por fim, a assimilação do episódio à história de Ícaro feita pelos cronistas é criticada em termos cientificistas e, devemos dizer, anacrônicos:

por sinal afirmam que Ícaro, porque subiu mais de que o pai, viu as asas derreterem-se-lhe, indo ter ao mar, onde morreu, como se da

³⁷ IGLÉSIAS, Francisco. “Apresentação”. In: D’AGUIAR, Rosa Freire (ed). *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. I.

distância da terra não decorresse efeito contrário e o calor com a altura não se tornasse cada vez menos intenso... Os poetas dessa época não eram entendidos em física³⁸

O interesse pela história aparece aqui na demonstração de erudição, conhecimentos dos documentos antigos, e na preocupação de informar a história nacional no que ela tem de mais oficial: as datas comemorativas. Por outro lado, essa preocupação não evitou a crítica baseada, em última análise, na incompreensão da distinção entre poesia e física.

O interesse pelo passado nacional também aparece na reportagem “Onde fundeou Cabral a sua armada?”. Trata-se de uma entrevista com o coronel Luiz de Oliveira Bello, integrante de uma Comissão encarregada de investigar e pôr fim à controvérsia entre historiadores brasileiros e portugueses a respeito “do sitio exato em que fundearam as naus cabralinas”. Os resultados indicavam que a esquadra comandada por Cabral teria “aportado” em “*Cabrália*, na baía de Santa Cruz, duas léguas e meia ao norte da boca do Serinhaem”, local anteriormente designado. O coronel esclarece que “tal versão é conseqüente de uma antiga confusão da expressão ‘porto seguro’ escrita na carta que Pero Vaz de Caminha dirigiu a D. Manoel com o nome de *Porto Seguro* dado pelos primeiros portugueses que percorreram a costa ao sítio onde estivera a frota descobridora fundeada”. É citado o caso de Varnhagen que, em 1840 apontava *Cabrália* como o local correto, mas em 1877 examinou o sítio e mudou de opinião, indicando a boca do Serinhaem.

Celso Furtado indaga sobre os argumentos usados pelo coronel para fundamentar sua assertiva. Entre eles estão “característicos e acidentes geográficos e hidrográficos”, bem como o confronto com documentos e crônicas dos séculos XVI e XVII. De toda forma, firma-se a posição de que a pesquisa contemporânea, auxiliada pelas outras ciências, pode e deve renovar o conhecimento histórico. Aliás, esse é o caminho que deveria ser seguido pelos historiadores brasileiros devido à “maneira um tanto rudimentar como tem sido feita a nossa História. Entre nós o historiador, até bem pouco tempo, se deixava levar mais pelo comodismo que pelo interesse científico, nem sempre exequível fora do método de observação e análise”.³⁹

³⁸ FURTADO, Celso. “Marcos Barbosa e o primeiro Índio brasileiro que voou” *Revista da Semana*. Ano XLII, nº 43, de 25 de outubro de 1941. p. 3

³⁹ FURTADO, Celso. “Onde fundeou Cabral a sua Armada”. In: *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 19, de 9 de maio de 1942. pp. 22-23.

A esses artigos de interesse para a história nacional, acompanham reportagens que procuram dar conta de acontecimentos culturais no Brasil. Um bom exemplo é a longa reportagem “A Semana Santa comemorada em Ouro Preto”. Essa reportagem ocupou doze páginas da revista, sendo acompanhada de numerosas fotografias de Arnaldo Vieira. Além do caráter jornalístico, vale lembrar a importância da cidade na história cultural a partir do Modernismo. Com efeito, Mário de Andrade organizou uma viagem às cidades históricas mineiras com o intuito de conhecer a arte barroca brasileira. Disso resultou a idéia de que nessa região os ritos e características coloniais haviam sobrevivido aos séculos⁴⁰. Também Caio Prado Júnior menciona algo semelhante em seu livro *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia) [1942]: “pessoalmente, só compreendi perfeitamente as descrições que Eschwege, Mawe e outros fazem da mineração em Minas Gerais depois que lá estive e examinei *de visu* os processos empregados e que continuam, na quase totalidade dos casos, exatamente os mesmos. Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado”⁴¹.

Um pouco dessa intuição aparece no texto da reportagem: “quando se aproxima a Semana Santa, Ouro Preto sofre um colapso em sua vida monótona de cidade que sobreviveu a si mesma”. Referindo-se à movimentação da cidade, explica: “ia repetir-se o drama que há séculos ali tem lugar”. Segue-se uma descrição de todos os rituais da Semana Santa, com as explicações sobre o significado religioso de cada cerimônia. Apesar de seu ateísmo, “que se cristalizara desde os 13 anos”⁴², a descrição é honesta e busca captar o sentimento religioso:

vista na moldura sombria que é Ouro Preto, subindo e descendo as íngremes e escuras ladeiras da velha cidade, iluminada aqui e acolá por lampiões improvisados e lâmpadas tristonhas, seguindo o ritmo rude das lanças e dos guardas romanos batendo nas pedras ásperas do calçamento irregular — a Procissão ora mais estreita ora mais

⁴⁰ A relação entre os intelectuais modernistas e a pesquisa e definição da arquitetura mineira como patrimônio nacional é apontada em: PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo 1940-1968* [1996]. São Paulo, Cia das letras, 1998. pp. 25 e *segs.*

⁴¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia) [1942]. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 5.

⁴² FURTADO, Celso. “Aventuras de um economista brasileiro”, *op.cit.*, p. 15.

larga, pontilhada de cruzeiros brilhantes e velas mortíferas, é uma imagem viva do sentimento religioso⁴³

Essa imagem das permanências coloniais pode ser contraposta à idéia de progresso que Celso Furtado apreendera do Positivismo. Sob esse aspecto, a idéia-força de quebrar a continuidade e buscar um sentido de progresso para a história se torna mesmo imprescindível nas circunstâncias brasileiras.

Outra faceta de Celso Furtado nesse período é a crítica de arte. Há mesmo um artigo de combate, no qual explicita sua posição pessoal. Sob o título “Onde a voz do povo não é a voz de Deus”, comenta a final do “Concurso Columbia Concerts que teve por finalidade retribuir o Prêmio Guiomar Novais levando aos Estados Unidos um pianista jovem do Brasil”. Dos finalistas, Adolfo Tabacow e Arnaldo Estrela, Furtado faz uma reportagem mostrando a superioridade deste último. Contrapondo os dois candidatos, se refere a Arnaldo Estrela da seguinte forma: “jovem embora, há nesse pianista alguma coisa que o coloca além do plano em que estão aqueles que podem ser ‘julgados’. Estrela não terá atingido a plenitude. Entretanto ele revelou uma esclarecida consciência artística, o que dá às suas interpretações um alto valor. Quando um artista atinge o plano que este jovem alcançou será admirado, repudiado, exaltado... nunca julgado”. Por outro lado, há a intenção de desqualificar através de comentários que extrapolam a consideração artística, o outro finalista: “um artista pode ser aclamado indefinidamente. Dois que estão concorrendo, porém, não são propriamente aclamados. As palmas discretas são substituídas por um desordenado clamor de origem essencialmente partidária. Arnaldo Estrela foi aplaudido durante quinze minutos seguidos no recinto do [Hotel] Rex. Tabacow, entretanto, superou-o muito no conseguir ovações do público. É que ele foi aplaudido por último... e quem ri por último ri melhor”.⁴⁴

Temos também um comentário de fechamento da temporada de bailados no Rio de Janeiro. O texto se refere ao bailado “As Garças”, do compositor paraibano José Siqueira

⁴³ FURTADO, Celso: “A Semana Santa comemorada em Ouro Preto”. In: *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 15, de 11 de abril de 1942. pp. 20 e 29.

⁴⁴ “Onde a voz do povo não é a voz de Deus”. In: *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 27, de 4 de julho de 1942. pp. 20, 21 e 31. É preciso reconhecer a precisão da crítica de Celso Furtado. Arnaldo Estrela (1908-1981) é considerado o elo de ligação entre a geração de Guiomar Novais e a geração dos anos 1960. Formou músicos importantes como Antonio Barbosa, Vera Astrachan e Júlio Medaglia. Sua tendência esquerdista lhe permitiu se apresentar na Rússia nos anos 40. Após a vitória deste concurso da Columbia Records, se lançou em carreira nos Estados Unidos. Ver: LAGO JÚNIOR, Sylvio. *A Arte do Piano: História, Compositores, Obras e Grandes intérpretes*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2001.

(1907-1985). Este, além de compositor, assinava os artigos de crítica de arte da *Revista da Semana*. O bailado é descrito nos seguintes termos: “o assunto deste bailado é realmente belo. O enredo transporta-nos a um recanto de floresta, onde um drama de fina espiritualidade se desenrola. São sugestões de pura e transcendente beleza o que nos trás a música do primeiro quadro desse bailado. No segundo quadro, em que a sensível garça branca dança só na floresta, simbolizando a luta do ser que se sente tragado pelo destino, a música transporta-nos para o mundo fantástico de desesperos em que se debate a sensível ave”.⁴⁵

Também o cinema é foco de um dos artigos desse período: “Nós e Buck Jones”, escrito após o falecimento do ator norte-americano de filmes de *far-west*, Charles Jones. Sob esse pretexto, Celso Furtado analisa a característica do cinema em relação às outras artes: “aquilo que nas artes — na pintura, na música, na literatura — tem existido como simples meio, no cinema é fim”. Porque o cinema não “transpõe-nos para um plano que está acima do sentimento”, ou seja, “porque lhe tem faltado esse elemento específico, o cinema tem existido como simples *técnica* e muito longe está de se afirmar como arte independente”. Mas, cabe ressaltar que, “é desta fraqueza, entretanto, que vem a sua força — ele é acessível e facilmente atinge o alvo que tem em meta”⁴⁶.

O último artigo envolve de certa forma a discussão pública sobre as artes, a exemplo da notícia sobre Arnaldo Estrela. Trata-se agora, de um grupo de trabalhos recusados para a exposição anual dos alunos da Escola de Belas Artes. No ano de 1942, a exposição contaria com obras produzidas fora da instituição. Os estudantes da academia, tomados pela “inveja ou o medo” acabaram por “solicitar ao diretor da Escola que fossem tirados da exposição aqueles trabalhos que não haviam sido feitos sob as vistas dos mestres”. O evento fez com que o grupo rejeitado se unisse e, a exemplo do *Salon des Refusés* francês de 1863, fizesse uma exposição paralela. A exposição carioca, tal qual a parisiense, atraiu grande público. Celso Furtado aproveita para comentar a ausência de debates públicos entre artistas no país: “nesta terra generosa do Brasil nunca houve lugar para grandes querelas artísticas, dessas que envolvem revoltas, assaltos, duelos. Nunca se pôde levar muito a sério, entre nós, rivalidades de românticos e clássicos, simbolistas e realistas, acadêmicos e modernistas”. E

⁴⁵ *Idem*, “As garças”. In: *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 45 de 7 de novembro de 1942. p. 35.

⁴⁶ *Idem*, “Nós e Buck Jones”. In: *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 50, de 12 de dezembro de 1942. p. 3.

acrescenta: “já nenhum acadêmico consciencioso se arvora a ignorar a existência da arte moderna, nem nenhum modernista pensa em destruir todas as obras acadêmicas. Pelo menos estão todos conformados a viver lado a lado”.⁴⁷

Cumpramos ressaltar que Celso Furtado deixa de lado não só a polêmica sobre a Semana da Arte Moderna de 1922, mas muitas outras anteriores. O movimento modernista paulista, por exemplo, alcançou grande repercussão nos jornais de mais ampla circulação de São Paulo e Rio de Janeiro, e envolveu figuras importantes da intelectualidade brasileira⁴⁸. Por outro lado, o caráter mais descritivo que analítico das críticas é tributário da natureza da *Revista da Semana*, periódico de variedades cujas páginas de crítica de arte estavam ao lado das dicas de costura e de moda. Revelariam, também, um pouco do idealismo do jovem estudante de Direito.

De toda forma, podemos ressaltar como o interesse pela história teve como horizonte o presente. É este que obriga o retorno ao passado, ao mesmo tempo em que a pesquisa histórica deve ter como foco principal esclarecer o presente. Há ocasiões, também, em que as fronteiras entre passado e presente se tornam tênues em decorrência das características da história brasileira. O exemplo de Ouro Preto, “cidade que sobreviveu a si mesma” marca essa distinção e o rompimento na linearidade progressiva do tempo. Embora não esteja dito, situações como esta podem ser transformadas pelo progresso orientado pela Razão e o conhecimento científico, conforme indicara em “Aventuras de um economista brasileiro”. Outro ponto que merece atenção é a discussão pública sobre arte. Embora se possa discernir o caráter pontual dos textos, vale indicar a intenção de ampliar a discussão artística, ainda que esta esteja formulada em linguagem subjetiva e impressionista nesses textos.⁴⁹ Ou seja, descortinamos uma preocupação com o público, pressupondo um local democrático de discussão.

⁴⁷ *Idem*, “No Rio, um ‘Salon de Refusés’”. In: *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 52, de 16 de dezembro de 1942. p. 34.

⁴⁸ Além disso, é interessante marcar a ausência de referências ao modernismo, seja na vertente paulista, seja na vertente regionalista. Um importante trabalho para ser feito é o confronto do livro de *De Nápoles a Paris* (contos da vida expedicionária), de 1946 com a linguagem e a temática modernista. Nos parece que tal trabalho concluiria pela ausência de elementos modernistas na temática e na linguagem empregadas por Celso Furtado.

⁴⁹ Cumpramos anotar que a crítica impressionista não indica amadorismo ou imprecisão. Como nota Antonio Candido, numa reabilitação da crítica impressionista: “na verdade abrangemos coisas demais sob o rótulo de crítica. Propriamente dita, ela talvez seja, antes de tudo, apreciação de cunho pessoal, como a desenvolveu o jornalismo no século XIX”. CANDIDO, Antonio. “Um impressionismo válido” [1958]. *Textos de intervenção*. Seleção, apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002. p. 46.

Essa produção focalizada no dia a dia, e tendo como referência o cenário nacional, não pode desviar a atenção para outras preocupações de Celso Furtado. Com efeito, sua geração se formou sob o impacto da ditadura do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial. Esses dois fatos são de importância fundamental na conformação da sensibilidade e na direção que sua trajetória intelectual irá assumir. Se já vimos seu depoimento sobre o impacto do Estado Novo na circulação dos livros e das idéias, “A Fantasia Organizada” é aberta com uma reflexão sobre a reconstrução européia após o término do conflito. Além disso, temos o testemunho da experiência da guerra em seu primeiro livro, *De Nápoles a Paris* (Contos da vida expedicionária). Celso Furtado se alistou na Força Expedicionária Brasileira em 1944, e após a conclusão do curso de Direito, foi convocado para servir na Itália como operador de comunicações, devido ao seu conhecimento da língua inglesa.

No Brasil, entretanto, Celso Furtado acompanhava os acontecimentos da Grande Guerra. Com efeito, a *Revista da Semana* noticiou semanalmente a Guerra, traduzindo contribuições de jornalistas internacionais, pois não agencia ou enviados internacionais. Além disso, o periódico publicava mensalmente um mapa das regiões onde sucediam-se os maiores conflitos, bem como o posicionamento dos exércitos em guerra. Esses mapas eram acompanhados de comentários, geralmente sem assinatura. Entretanto, um dos cadernos, publicado em 20 de dezembro de 1942, foi assinado por Celso Furtado, sob o título de “A Intranqüilidade Japonesa”. Nele, faz uma análise das transformações do Japão desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), relacionando o desenvolvimento industrial com os distúrbios sociais: “lado a lado com a industrialização, surgiu uma certa inquietude social que se manifestou principalmente durante a guerra passada”. Essa inquietude em alguns momentos tocou o socialismo: “o exército japonês que, após a guerra de 1914, estacionou na Sibéria, quando regressou à pátria apresentou sintomas, algumas vezes graves, de influência socialista. Somente nesta última década a corrente socializante foi estancada nos centros industriais japoneses. O constante *déficit* alimentício, as longas jornadas de trabalho e as relativamente duras condições deste nas fábricas, num povo de tradições agrícolas, vinham sendo o fermento dessa intranqüilidade”.⁵⁰

⁵⁰ *Idem*, “A Intranqüilidade Japonesa” *Revista da Semana*. Ano XLII, nº 51 de 20 de dezembro de 1941. (Caderno especial) pp. 38-39.

É importante salientar a assimilação de desenvolvimento industrial e conflitos sociais em sociedades marcadas por tradições agrícolas. Por outro lado, a assimilação entre intranqüilidade social e idéias comunistas é indício da polarização ideológica que grassava no período e situa Celso Furtado entre os intelectuais que viam a “influência socialista” como algo a ser evitado, sobretudo em situações de penúria e carestia.

Em outro texto, apresentado na seção “O mundo em guerra”⁵¹, a qual noticiava o conflito, o foco é na reestruturação do Estado-Maior alemão após o recuo das forças nazistas na região russa do vale do Don. Celso Furtado interpreta essa substituição como uma possível mudança nos planos do Führer, alterando a frente de combate da Rússia para o Mediterrâneo. Também é mencionado o contra-ataque britânico a uma ofensiva aérea italiana. Ressalta o desenvolvimento da aviação de bombardeio, que permitiu à Inglaterra enviar seus aviões para cruzar os Alpes, bombardear as regiões industrializadas da Itália e retornar à sua base na ilha.

A conjuntura de guerra também deu ensejo a reflexões sobre as identidades nacionais e seus símbolos. É o que podemos encontrar no artigo “Os inimigos de Chopin”. Trata-se da destruição do monumento a Chopin, em Varsóvia, pelos alemães. O artigo é construído pela identificação entre a Polônia e o compositor. Foi esse fato que levou os alemães não só a destruírem o monumento como a proibirem a audição das peças do pianista e compositor polonês. A reflexão se concentra na oposição entre local e universal: “pelo seu espírito Chopin é universal — como são Homero e Virgílio, que existirão independentemente dos povos cuja glória cantaram. Chopin não é um valor específico polonês: a sua linguagem qualquer oprimido ou qualquer revoltado compreenderá [...] No entanto, não há inimigo da Polônia que se não julgue inimigo de Frederico Chopin”. Essa assimilação é levada às últimas conseqüências: “teria sido possível um Chopin se não existira uma Polônia? Certamente não. Como a Polônia não seria o que é sem este capítulo de sua existência: Frederico Francisco Chopin”.⁵²

O artigo é sintomático da dificuldade de tratamento da questão identitária. Celso Furtado a situa justamente nos fatores culturais que formam a identidade nacional, e nas formas de exacerbação simbólica dos mecanismos de dominação. Daí a ênfase na estratégia

⁵¹ *Idem*, “O mundo em guerra”. In: *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 51 de 12 de dezembro de 1942. pp. 38-39.

⁵² *Idem*, “Os Inimigos de Chopin”. In: *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 14, de 4 de abril de 1942. p. 3

de conquista manifesta na proibição de execução da música de Chopin, ao mesmo tempo em que esta é assimilada ao romantismo e à revolução, podendo incutir sentimentos de resistência no povo conquistado.

Esse problema das identidades nacionais é retomado em outro texto, ampliando o questionamento para a unidade cultural européia. No artigo “Europa e América” a questão colocada é “somos nós, americanos, realmente herdeiros da Europa?”. A resposta se inicia pelo questionamento da unidade cultural européia, a exemplo da diversidade cultural no Império Romano e da influência grega: “A Europa é algo de tão heterogêneo quanto todo o mundo antigo. Tantas e tão diversas são as tendências que se entrecrocaram no continente europeu que a ação planificadora do tempo apenas conseguiu dar ao conjunto uma aparência de homogeneidade”. Ora, essa diversidade européia coloca o problema das raízes da herança americana. Para Celso Furtado, “transplantado para a América, o europeu perdeu as raízes que o ligavam aos ancestrais multi-seculares, cujo espírito residia mais no grupo a que pertencia do que nele pessoalmente”. Isso irá condicionar o nascimento de uma idéia comunitária, em contraposição ao individualismo que existe no Velho Mundo: “o homem que se firmara na Europa a custa de lutas e disputas seculares encontraria no continente novo uma terra sem fronteiras. De um mundo onde o vizinho era o inimigo potencial, ele passara para outro onde o vizinho será o aliado contra a solidão”. O final do artigo indica a percepção da perda de preeminência mundial de que goza a Europa: “a América surgiu quando a Europa começava a apresentar sintomas de maturidade; alcançou uma posição de relativa independência espiritual quando a Europa ainda goza sua plenitude. Poderá, portanto, participar do seu destino para a vida e para a morte. Não será, porém, nunca, a herdeira de suas ruínas”.⁵³

Essa percepção da América surgindo como um continente que vem conquistando sua “independência espiritual” é complementada pela percepção da unidade do continente. Isso é indicado num artigo intitulado “as três fases do Pan-americanismo”. Nele, Celso Furtado faz uma periodização das conferências internacionais pan-americanas, distinguindo três fases. A primeira delas terminaria com a Grande Guerra de 1914, cujas preocupações eram: “intercâmbio de estudantes, compilação e classificação dos Tratados e Convenções, problemas aduaneiros e de política sanitária”. Um segundo momento, sob o impacto da

⁵³ *Idem*, Europa e América”. In: *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 41, de 10 de outubro de 1942. p. 3.

guerra, teve como foco principal o “estudo efetivo dos problemas relativos à ordem interna do Continente”, sobretudo a redução dos conflitos militares entre os Estados Americanos. Celso Furtado ressalta a VII Conferência, de 1933 na cidade de Montevideu na qual se dispôs que, “nenhum Estado tem o direito de intervir nos assuntos internos de outro Estado”. A VIII Conferência “dá início a esta fase em que são considerados, ao lado dos problemas da paz continental, os da cooperação política pan-americana”. Isso se deve aos “rumos tomados pelos acontecimentos políticos em outros continentes que precipitaram a efetivação de um pan-americanismo em larga escala. A percepção da iminência do perigo aproximou os ângulos de observação”. A consolidação da unidade do continente sob a égide do pan-americanismo, entretanto, não é colocada na perspectiva do imperialismo norte-americano. Isso porque “é possível que o historiador do futuro seja obrigado a abrir para o pan-americanismo uma exceção entre os grandes movimentos surgidos ou realizados na primeira metade desse século. Essencialmente políticos, estes movimentos desabrocharam uma época militar-imperialista de desajustamentos e conflitos internacionais”. Mobiliza como exemplos o pan-islamismo e o pan-germanismo. Ao contrário, o movimento que tem lugar na América não se contrapõe a qualquer outro, ficando assim excluído de manifestações militares, e, além disso, “não exclui a possibilidade de estender a todas as nações do mundo os benefícios da compreensão e do respeito mútuos”.⁵⁴

O fundamental nesses últimos textos é a ascensão Americana ou, melhor dizendo, dos Estados Unidos. A coordenação da política internacional do continente não é vista em termos de imperialismo ou de interesses políticos concretos e utilitaristas por parte da nação estadunidense. Isso é um elemento importante, sobretudo quando colocado à contraluz da provável diminuição do poder político europeu após o fim do conflito mundial. De qualquer forma, essa ótica otimista e integracionista da formação de uma identidade continental americana deve ser pontuada, pois terá desdobramentos na reflexão de Celso Furtado no imediato pós-guerra.

De um modo geral, temos uma visão na qual o elemento econômico raramente se coloca no horizonte explicativo, salvo no texto sobre o Japão. Ou seja, as relações

⁵⁴ *Idem*, “As três fases do Pan-americanismo”. *Revista da Semana*..Ano XLIII, nº 3 de 17 de Janeiro de 1942. p. 3

internacionais e até mesmo o próprio tratamento dado à II Segunda Guerra não apontam para o reconhecimento das causas econômicas do conflito, tampouco está estabelecida qualquer causalidade com a Crise Econômica de 1929. Essas considerações sobre os Estados Unidos, entretanto, podem indicar uma visão positiva da política externa norte-americana, referida no texto anterior. Com efeito, hoje sabemos que as reuniões pan-americanas foram o braço diplomático do imperialismo estadunidense. Entretanto, as diversas intervenções na América-Latina no período poderia facilmente ser usado para matizar o caráter universalista do pan-americanismo. Como não nos cabe julgar a apreensão individual dos processos sociais e políticos que vive, o que podemos fazer por enquanto é deixar em aberto algo que se delinea como a importância dos Estados Unidos no cenário mundial para Celso Furtado.

Em um outro artigo podemos ler algumas sugestões pontuais, as quais ainda assim são encobertas pela busca de uma comicidade na narrativa. Sob o título de “Uma paródia original”, Celso Furtado faz uma comparação entre Gandhi e os “condutores de povos”, os quais surgiram “na devastada Europa do após-guerra”. Contrapondo de forma humorística as características belicosas desses líderes com os ideais pacifistas do líder indiano, Celso Furtado deixa nas entrelinhas algumas características desses “condutores de povos”, resvalando para o estigma, quando aborda a origem social desses líderes em atividades mal-remuneradas e sua baixa instrução formal: “indivíduos de minguada cultura — pintores de parede, pedreiros — subindo aos pináculos do poder logo se davam ao luxo de escrever obras e cobrir o peito de medalhas”; mais adiante tratando da consolidação do poder desses líderes, anota que “apareceram então campos de concentração, serviços de espionagem os mais complicados, controle disso, daquilo, daquiloutro. Cada um que procurasse meios mais estranhos e inéditos de fazer o mundo acreditar que eles de fato eram desejados e amados dos seus povos”. Esse quadro caricatural vai se intensificando, como, por exemplo, já ao final do texto: “tendo-se tornado moda entre os ‘grandes condutores’ europeus o *protegerem* povos amigos invadindo-lhes o território e escravizando-os, o simpático amigo da roca ventilou a opinião (e logo foi aplaudido pela maioria dos seus concidadãos) de que a melhor maneira de vencer um inimigo é abrir-lhe as portas e logrã-lo não lhe dando motivo para utilizar as próprias armas...”.⁵⁵

⁵⁵ Idem, “Uma Paródia Original”. In: *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 22, de 30 de maio de 1942. p. 3

Aqui, portanto, há uma assimilação entre conjuntura de guerra, crise econômica, ascensão de líderes nacionalistas e as interferências expansionistas de outras nações.

Nessas páginas tivemos a intenção de apontar aqui uma produção jornalística que foi esquecida pelo próprio autor. Com ela pudemos perceber algumas preocupações do jovem Celso Furtado. Dividindo-as em temas nacionais e internacionais, pudemos perceber que este último recebeu uma atenção maior e se concentrou na conjuntura política e econômica, vista do ponto de vista das relações internacionais o qual ascende ao primeiro plano em épocas de guerra. Uma característica desses textos, entretanto, é seu caráter conjuntural e o pouco espaço explicativo e causal. Vimos a ausência de explicações econômicas para a conjuntura, e mesmo a indicação muito difusa de processos históricos mais estruturais. Salvo exceção para os textos sobre o pan-americanismo e a situação japonesa. O primeiro procura compreender as relações diplomáticas num período de mais de 40 anos. Já o segundo procura avaliar o impacto da industrialização em uma economia agrária.

Já os tópicos nacionais foram marcados sobretudo pela história e a crítica de arte, a qual chegou ao tom polêmico e combativo. Afora isso, temos que considerar que a natureza da publicação, as exigências editoriais e a extensão dos artigos restringem a extensão e o caráter das matérias.

Faculdade Nacional de Direito e DASP.

Se retomarmos, agora, os textos autobiográficos, teremos, como informações relevantes o ingresso na Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro em 1940 e a aprovação em concurso público para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1944, no cargo de assistente de organização e, no ano seguinte, técnico de administração, também no Rio de Janeiro.

Esse período é lembrado em sua autobiografia, relacionando-o com o desenvolvimento das ciências sociais no período:

quando entrei na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, os estudos de ciências sociais estavam apenas em seus começos. Uma reforma recente, de inspiração francesa, introduzira esses estudos visando principalmente a formar professores para as escolas secundárias. A economia ainda não existia como curso

universitário. O direito era o caminho para a atividade pública e, no meu caso, a tradição familiar. Contudo, os meus estudos, já no terceiro ano Universitário [1942], se afastaram do direito para a administração. No campo da administração, passei a interessar-me especificamente por problemas de organização. Tomei então contato com a moderna literatura norte-americana sobre organização, tanto no que respeita a atividades estatais como empresariais. Os meus primeiros estudos publicados, de caráter não literário, são no campo da organização, tanto aplicada como teórica. Fascinava-me refletir sobre a organização de um time de futebol *jogando*: que flexibilidade comporta a sua estrutura, ou seja, o conjunto das regras do jogo! Utilizei esse exemplo num estudo de teoria da organização. A minha primeira atividade ligada ao Estado foi como técnico-assistente de organização⁵⁶

Um pouco das preocupações posteriores podem ser notadas nessas reminiscências, sobretudo os comentários sobre economia e o desenvolvimento das ciências sociais. Todavia, se lembrarmos que, em outro trecho, ele faz menção a Gilberto Freyre como a porta de entrada para a sociologia norte-americana, “em particular a teoria antropológica”, encontramos aqui um outro ramo, a teoria sobre organização e, mais ainda, os estudos sociológicos.

A missão francesa a que se refere ocorreu em 1935, através de Anísio Teixeira. Do grupo de professores que foi para o Rio de Janeiro estava o economista Maurice Byé, mais tarde orientador de Celso Furtado em Paris.⁵⁷

Essa atualização de conhecimentos, via teoria da organização, encontrou um campo fértil de expansão no período em que permaneceu no DASP⁵⁸, pois certamente freqüentou os cursos de administração oferecidos pelo Departamento.

⁵⁶ FURTADO, Celso. “Aventuras de um economista brasileiro”, *op. cit.*, p. 17. O exemplo sobre o time de futebol aparece em “Teoria da estrutura em organização” analisado mais abaixo.

⁵⁷ Sobre a missão francesa, pode-se consultar o artigo de Jean-Paul Lefebvre, “Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930”. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, Année 1993, Volume 38, Num. 1, pp. 24-33.

⁵⁸ Veremos que entre as atribuições do DASP está a promoção de cursos sobre administração para os funcionários. Segundo Beatriz Wahrlich, “em fins de 1940 o ensino da administração foi institucionalizado, mediante a criação, no DASP, dos cursos de administração, destinados a promover o aperfeiçoamento e a especialização dos servidores do Estado. O mesmo ato autorizava o DASP a organizar, também, ‘cursos de extensão e utilizar outros meios para divulgar conhecimentos relativos à administração pública’. Embora o referido decreto-lei determinasse que os cursos entrassem em funcionamento em 1941, somente em abril de 1942 foram eles devidamente regulamentados”. *A reforma administrativa...*, *op. cit.*, p. 240. Procuramos informações sobre listas de cursos e de inscritos junto ao Arquivo Nacional, onde estão localizados os arquivos do DASP, mas não obtivemos resultados.

Antes de prosseguirmos com a análise dos textos publicados na *Revista do Serviço Público*, precisamos fazer alguns apontamentos sobre a reforma administrativa para compreendê-los.

O DASP e a Reforma Administrativa

A criação do DASP estava prevista na Constituição de 1937, (art. 67), sendo efetivada pelo Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Tinha como objetivos principais a uniformização das carreiras e dos procedimentos administrativos das várias repartições públicas federais; organização anual do orçamento, encaminhado-o à Câmara dos Deputados; fiscalização da execução orçamentária; seleção de candidatos ao serviço público, desenvolvendo atividades de aperfeiçoamento e cursos sobre administração para os funcionários ingressantes e antigos, elaborando provas e concursos baseados no critério de mérito e aconselhamento ao Executivo.

As tentativas de padronização das carreiras e dos vencimentos dos funcionários públicos já vinham de 1935, com a Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeira, e depois com a Lei do Reajustamento de 1937. A situação da administração federal pode ser percebida na variedade de cargos e funções existentes. Em documento denominado *A revolução burocrática*, de 1940, podemos ler que, “existiam na administração federal nada menos de 520 denominações diversas de cargos, sendo que 330 na administração central e 190 na regional”. Quanto ao pagamento, “a anarquia reinante não era menor. O orçamento acusava cerca de 500 categorias, havendo uma só repartição que possuía 70”.⁵⁹ Além disso, grande parte dos funcionários eram contratados diretamente pelos órgãos executivos, sem qualquer tipo de exame — os denominados extra-numerários.

A necessidade de um órgão administrativo diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo já fora anunciada em 10 de novembro de 1937, em proclamação radiofônica do Presidente Getúlio Vargas:

O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Na distribuição das atribuições legais,

⁵⁹ DASP. Serviço de documentação. *A Revolução Burocrática*, (separata de *O observador econômico financeiro*). Dezembro de 1940, p. 10.

não se colocara, como se deveria fazer, em primeiro plano, o interesse geral; aluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais⁶⁰

Como podemos perceber, seu surgimento está inserido em um projeto de mudança constitucional e anuncia a centralização que tal reforma, um dos traços do Estado Novo, irá promover. Depreende-se, também, uma idéia cara ao Estado em vias de implantação, de que a pluralidade de desígnios é prejudicial ao bem comum e obstrui uma direção unívoca rumo aos objetivos gerais da nação. Fruto da condenação do liberalismo, a reforma administrativa mostrará sua eficiência, segundo Vargas, justamente na centralização, no consenso de todas as diferentes instâncias para a consecução de objetivos cuja finalidade última seria “o interesse geral”.

A existência do DASP, entretanto, não teve um caráter permanente, sendo pautada por diversas mudanças e reorganizações durante o Estado Novo. Não iremos enumerar essas modificações⁶¹, mas nos concentraremos, sobretudo, no modelo que serviu de referência para a reforma administrativa no Brasil.

A criação do DASP teve como base a Comissão do Serviço Civil⁶² dos EUA. A diferença fundamental entre os dois órgãos administrativos, no entanto, reside em que nos Estados Unidos, a Comissão do Serviço Civil esteve, desde o início, ligada ao Departamento do Tesouro, enquanto no Brasil, o DASP, em contrapartida, esteve subordinado ao Chefe do Poder Executivo. Essa diferença é fundamental, pois manifesta o nível de centralização administrativa brasileira, uma vez que é controlada diretamente pelo Presidente da República.

Por outro lado, sua estrutura administrativa tinha como referencial teórico os trabalhos de Willoughby⁶³. Em sua obra, *Princípios de administração pública*, cuja

⁶⁰ Beatriz Wahrlich, *Reforma administrativa na era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1985, p. 235.

⁶¹ Para uma análise das mudanças, consulte-se o já citado *Reforma administrativa na era de Vargas*.

⁶² A tradução do inglês *civil service* por serviço civil, ao invés de serviço público, feita inclusive por Celso Furtado, deve levar em consideração que *civil service* se define como serviço público baseado em critérios competitivos e concentrado na área administrativa. Distinto, portanto, do serviço público nas áreas legislativa, judiciária e militar.

⁶³ Sobre W. F. Willoughby, Beatriz Wahrlich assim resume suas idéias: “foi um dos pioneiros da teoria administrativa norte-americana, hoje conhecida como ‘teoria clássica ou tradicional’”. A característica básica

primeira edição data de 1927, ele desenvolve a Teoria dos Departamentos de Administração Geral (D.A.G.).

Buscando uma nítida separação entre política e administração, define o papel de um departamento geral de administração tendo em conta:

a distinção entre atividades primárias ou funcionais, e as atividades institucionais, ou domésticas (*housekeeping*), exercidas pelo governo. Atividades primárias ou funcionais são aquelas desempenhadas por um órgão a fim de alcançar as finalidades que lhe deram origem (atividade política). Atividades institucionais ou domésticas são aquelas que esse órgão necessita desempenhar para poder *existir e funcionar* (administrativas)⁶⁴

Encontramos essa mesma concepção na proposta de reforma do Ministério de Educação e Saúde Pública, redigida por Gustavo Capanema e encaminhada por Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, em fins de 1935:

A gestão de tais atividades [recrutamento de pessoal, contabilidade e controle do patrimônio estatal] cujo conjunto constitui a administração geral do ministério, deve ficar ou a cargo de um só órgão especializado, o Departamento de Administração Geral, ou a cargo de dois órgãos especializados, a saber, a Diretoria de Pessoal e Material e a Diretoria de Contabilidade⁶⁵.

A percepção desta separação entre política e administração é um dos motes do debate sobre reforma administrativa durante o Estado Novo. Essa distinção nos permite desvelar um dos aspectos mais marcantes do período: a reforma política feita em termos de centralização e, ao mesmo tempo, delegando poder a uma nova classe caracterizada por um saber técnico e, por definição, alheio aos interesses de classes, ao contrário do que ocorria na Primeira República.

de suas idéias era a crença em princípios de administração, de aplicação universal. Willoughby também figurava influentemente entre os cientistas políticos norte-americanos que proclamavam haver nítida separação entre 'política' e 'administração' [...] A finalidade máxima da 'administração' seria a 'eficiência operacional' e, para a consecução desse objetivo, o chefe do Poder Executivo, como 'gerente-geral', precisava de apoio de um 'departamento de administração geral'. Esse departamento teria funções predominantemente normativas, de coordenação e controle, atuando em conjugação com outras unidades da administração, de natureza operativa, situadas junto ao escalão seguinte da escala hierárquica. Aconselhava, ainda, Willoughby, que exceto em casos especiais, uma organização padronizada e uniforme fosse imprimida a todas essas unidades de administração geral". "Departamento Administrativo do Serviço Público". In: ABREU, Alzira. *et. alli. Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro do período pos-1930*. Rio de Janeiro, FGV, 2002, pp. 1828-1929.

⁶⁴ Wahrlich, Beatriz, *op. cit.*, pp. 281-282.

⁶⁵ In: Wahrlich, *ibidem*, p. 282.

Revista do Serviço Público

De posse dessas informações gerais, podemos ler os artigos de Celso Furtado na *Revista do Serviço Público*. O estudo da administração pública é feito através da observação do modelo norte-americano, com vistas a implementação de um serviço público equivalente no Brasil. Equivalente não significa — é escusado dizer — semelhante. É uma constante nos textos da revista, e aqui não falamos apenas de Celso Furtado, a preocupação em adaptar as teorias da administração para a funcionalidade do Estado brasileiro. Isso se explica pois o DASP vem uniformizar e padronizar um sistema de administração extremamente heterogêneo. Daí, também, o olhar direcionado às incongruências e imperfeições do serviço público nos Estados Unidos.

O primeiro dos artigos, “A estrutura da Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos”, de fevereiro de 1944, marca bem esse direcionamento analítico pautado pela situação brasileira. Esta Comissão tem como finalidade “efetivar a política de implantação do sistema de mérito no preenchimento dos cargos do serviço público federal daquele país”. Esse tema tem importância capital no funcionamento do DASP, já que uma de suas finalidades é uniformizar a contratação e a classificação dos funcionários nos diferentes ministérios. Desde 1935, a Comissão Permanente de Padronização existe no Brasil e esta tarefa de unificação foi um processo que se estendeu por todo o Estado Novo. Dessa forma, Celso Furtado irá centrar-se justamente na dificuldade da tarefa, a qual é análoga no Brasil e requer adaptações constantes. Daí a atenção especial ao “fato da flexibilidade e instabilidade de estrutura que apresenta esse importante órgão [a Comissão do Serviço Civil]. E isto é tão mais digno de atenção quanto se sabe que muitos dos problemas que assoberbam os administradores de pessoal estão apenas aflorados ou parcialmente resolvidos”.⁶⁶ Por outro lado, a escolha da Comissão norte-americana como objeto de estudo é justificada uma vez que o “prestígio que progressivamente granjeou fê-la evoluir até a posição de pedra angular do sistema de administração de pessoal no nível federal, naquele país”.

⁶⁶ FURTADO, Celso. “A Estrutura da Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos”. *Revista do Serviço Público*. ano VII, vol. I, nº 2. Brasil, fevereiro de 1944, p. 66.

As fontes utilizadas foram as diferentes versões do *United States Government Manual*, a última delas do “verão de 1943”. A análise de toda a estrutura da Comissão do Serviço Civil, explicando a atribuição de cada atividade é encerrada ao apontar as mudanças ocorridas. O objetivo é “deixar evidente ao leitor aquela instabilidade estrutural, que nos parece ser uma hábil política dos dirigentes da Comissão”. Esta “tem sabido conservar-se bastante alto para ter do conjunto dos fatos sobre que atua uma perspectiva nada deformadora; e porque goza dessa posição privilegiada, pôde, através de uma ação em grande parte orientadora, desenvolver uma frutífera atividade”.⁶⁷

Um segundo artigo, publicado quatro meses depois, “Notas sobre a administração de pessoal no Governo Federal Americano”, mantém a perspectiva comparativa, propondo “divulgar alguns aspectos da experiência americana nesse terreno [elaboração de regimentos para a administração de pessoal], com o que estaremos contribuindo para a compreensão dos nossos problemas afins”.⁶⁸ O foco, novamente é a Comissão do Serviço Civil americana, agora em sua relação com os Departamentos de Administração de cada Ministério, no caso em análise, do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos. A comparação procura captar os elementos de normalização e padronização dos cargos, na própria dinâmica das necessidades de criação de postos do Ministério. A importância desse procedimento é justificada pela semelhança de objetivos no Brasil, onde

o governo federal colocou-se à vanguarda de um movimento de idéias promovendo uma reforma administrativa que assenta em vasto e complexo sistema de órgãos de administração geral articulados à base de função. Os resultados dessa reforma já se podem apreciar hoje; e essa apreciação põe à vista um vultoso número de problemas particulares que não podiam ser suspeitados no momento da sementeira. Presentemente desenvolvem-se frutíferos estudos tendentes à solução desses problemas, ao ensejo da elaboração dos regimentos dos Departamentos de Administração. E desses estudos bem se pode esperar que muito contribuam para a consolidação da nossa reforma administrativa no setor de organização”.⁶⁹

O artigo procura indicar a supervisão da Comissão na criação, supressão e preenchimento de cargos, sob a demanda do Departamento de Pessoal e do Ministro da

⁶⁷ *Idem*, p. 69.

⁶⁸ *Idem*, “Notas sobre a administração de pessoal no Governo Federal Americano” *Revista do Serviço Público*, ano VII, vol. III, nº 1. Brasil, julho de 1944, p.49.

⁶⁹ *Idem*, *ibidem*.

Agricultura, ressaltando que “a divisão das esferas de influência da Comissão do Serviço Civil e dos Diversos Serviços do Pessoal é perfeitamente nítida; àquela cabe resolver os problemas de ordem geral; aos segundos, os problemas específicos do seu campo de ação. Todos esses órgãos, destarte, têm atividades de estudo e execução”.⁷⁰

Por outro lado, “diferençando os órgãos ministeriais de pessoal americanos dos brasileiros, cabe frisar que aqueles não tomam a si a incumbência do pagamento de pessoal, a cargo do ‘Department of Treasury’, não tendo, assim, as atividades da nossa Seção Financeira e grande parte das da Seção de Controle. Por outro lado, os órgãos de pessoal americanos imprimem grande expansão aos trabalhos de planejamento, análise e classificação de funções, medida de eficiência e supervisão geral do pessoal”.⁷¹ Um último ponto importante neste artigo é a colaboração da *Civil Service Commission* norte-americana para a reforma administrativa brasileira. Esta envolvia o envio de funcionários aos Estados Unidos para estudar os departamentos administrativos.

A publicação dos resultados dos estudos de Celso Furtado sobre administração e organização sofre um hiato devido ao alistamento militar no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva ainda em 1944 e a convocação para a Força Expedicionária Brasileira em janeiro de 1945. Celso Furtado irá permanecer até agosto deste ano na Itália, no posto de “oficial de ligação junto ao V Exército norte-americano”, em virtude de seus conhecimentos da língua inglesa. Nesse mesmo mês, de volta ao Brasil, reassume seu cargo de Técnico em Administração no DASP.

Mesmo mantendo o caráter técnico da discussão, “Teoria da estrutura em organização” tem como ponto central a discussão sobre as diferentes estruturas em organização, ou seja a forma como as ações podem ser estruturadas e executadas em relação aos tipos específicos de organização. Em suas palavras, “organização é sinergia: unidade de ação. E que a unidade de ação tem seu fundamento na singularidade de propósito. Assim, um *team* de *foot-ball*, que é um conjunto de elementos operando com o mesmo propósito”. Esse conjunto de elementos operando para executar uma ordem é o objetivo da ciência da organização: “a ciência da organização se preocupa com os fenômenos de natureza relacional, ocorridos entre os elementos do grupo social, e que

⁷⁰ *Idem*, p. 50.

⁷¹ *Idem*, *ibidem*.

repercutem na consecução do fim a que se propõe o grupo.⁷² Celso Furtado irá examinar quatro tipos de estrutura de organização, a saber: escalar, departamental, linha-*staff* e funcional. Cada uma delas procura responder a alguma característica básica da organização e possui seus problemas específicos. A primeira tem como preocupação central a unidade de chefia e comando, estruturando-se verticalmente entre chefes e subordinados sem quebra hierárquica. Esse tipo de estrutura, no entanto, funciona bem apenas em pequenas organizações. A estrutura departamental lida bem com a diferenciação e as especializações, através da agregação de elementos semelhantes, obedecendo a objetivos comuns. O problema maior desse tipo é a “delimitação do campo operatório de cada departamento”.⁷³ A estrutura linha-*staff* tem como ponto forte a assistência técnica à chefia, através de um grupo técnico de aconselhamento e instrução (*staff*) que ajuda o líder a resolver problemas específicos e que fogem de suas habilidades e conhecimentos. Tipo necessário em grandes organizações, tem como inconveniente maior a quebra da unidade de chefia e de comando, pois em casos extremos os diferentes grupos precisam se comunicar verticalmente com a chefia e horizontalmente com os outros elementos de *staff*.

O último elemento, a estrutura funcional, recebe uma atenção maior, bem como suas vantagens são maximizadas em contraposição às suas ineficácias. Podemos explicar isso, se retomarmos uma citação do texto anterior, no qual menciona a reforma administrativa, na “vanguarda de um movimento de idéias” a qual repousa em um “complexo sistema de órgãos de administração geral articulados à base de *função* [grifo nosso]”. Ou seja, há a preocupação, ao lado do exame dos tipos de estrutura, em compreender o tipo específico que vem sendo aplicado no Brasil. Reencontramos, portanto, o mesmo olhar particularista, que procura olhar as teorias estrangeiras com a preocupação de aclimatá-las.

De qualquer forma, a especificidade do tipo funcional permite a junção de outra preocupação do jovem Furtado estudante de teoria administrativa e organização: o planejamento.

A estrutura funcional procura equacionar dois problemas distintos que derivam de grandes organizações: a unidade de comando e a transferência de coordenação. Ao distribuir responsabilidades aos elementos de *staff*, estes adquirem autoridade sobre

⁷² *Idem*. “Teoria da estrutura em organização”. *Revista do Serviço Público*. Ano IX, Vol. I, nº 2. Brasil, fevereiro de 1946, p. 17.

⁷³ *Idem*, p. 21.

subordinados em assuntos específicos, “do que resultará uma pluralidade de chefes agindo simultaneamente sobre os mesmos executores”.⁷⁴ A manutenção da unidade de comando é garantida, entretanto, uma vez que cada chefia dê ordens apenas em seu campo de especialidade, de forma que os subordinados recebam diferentes ordens de diferentes chefias, não ocorrendo interferência entre elas. Dessa forma,

esse tipo de estrutura só é compreensível em organizações muito complexas. E isto pela seguinte razão: quando a divisão do trabalho é resultante de grande avanço da técnica, deixa de ser fundamental que o executor conheça os fins últimos da operação que lhe cabe. Uma vez que execute bem a sua tarefa — ele terá contribuído para a eficiência do grupo.

Essa especialização do trabalho, no qual os *fins* e os *meios* se dissociam, marca, por outro lado, a possibilidade de incorporação do planejamento, uma vez que esse implica o trabalho técnico. Entretanto, junto com o planejamento assume-se a imparcialidade e o distanciamento da especialização. Assim, “outra vantagem nuclear da estrutura funcional é possibilitar completa independência das atividades de planejamento. [...] A análise do tipo funcional leva à perfeita compreensão dos recursos do planejamento sistemático do trabalho; planejamento que dever ser realizado por especialistas liberados de quaisquer preocupações relativas à supervisão ou ao controle imediato da execução”.

A desvantagem desse tipo, entretanto, é que “a imperfeita delimitação dos campos funcionais acarreta, primeiramente atrito entre os chefes do mesmo nível e como resultado disto confusão no espírito dos executores [...] Em todos os casos, a tendência à desarticulação deve ser contrabalançada por uma chefia de nível superior integrada e eficiente”.⁷⁵

A análise desses textos sobre administração pública indica o aprofundamento das pesquisas de Celso Furtado. São traços importantes a busca de elementos que possam contribuir para a reforma administrativa no Brasil. Esta, como vimos na citação mais acima, tem uma avaliação positiva. Os estudos de administração recebem o influxo da preocupação com o planejamento, e este é esboçado tendo como pressuposto o planejador especializado e distanciado dos processos de execução. Essas preocupações recebem ênfase nos textos memorialísticos, ao contrário da produção mais difusa da *Revista da Semana*. De

⁷⁴ *Idem*, p. 22

⁷⁵ *Idem*, p. 26

todo modo, percebemos a intenção de Celso Furtado em legitimar sua capacidade como técnico ao vinculá-la ao início de sua trajetória intelectual.

Uma outra característica desses textos é, sem dúvida alguma, o caráter técnico. Demonstram familiaridade com o tema, embora não sejam acompanhados de referências bibliográficas. Além disso, fogem de uma explicação das causas e das origens da Administração.

O último texto publicado na *Revista do Serviço Público*, no entanto, pode ser lido como uma ruptura na forma de compreender a ciência da administração, bem como coloca a explicação dos processos através da história. Por outro lado, o caráter técnico dá lugar à discussão bibliográfica, a qual coloca o texto sob uma perspectiva crítica.

Publicado no número de maio de 1946, “Teoria do Departamento Geral de Administração”, aparece como uma publicação de destaque no periódico, recebendo um comentário do editor da revista, o qual apresenta as propostas de Celso Furtado: “o autor no presente trabalho focaliza a evolução dos sistemas diferenciais das atividades de administração geral nos países democráticos mais avançados e termina por situar o DASP e a reforma administrativa brasileira de 1936 dentro do quadro mundial de progresso científico que vem lastreando a moderna administração pública (N. R.)”.⁷⁶

O artigo começa com a contextualização da reforma administrativa dentro do quadro mais amplo das transformações sociais a partir da segunda metade do século XX: “as grandes mutações trazidas à estrutura social, nos últimos cem anos, pela transformação das técnicas de produção, assumiram dois aspectos que nos interessa salientar: um político e outro técnico”.

A transformação política é caracterizada pela ampliação da participação popular, exigindo transformações no perfil do Estado: “a revolução política caracterizou-se pela valorização de um número crescente de grupos sociais. Pode ser chamada de democratização fundamental progressiva. Já foi denominada de rebelião das massas”.⁷⁷ Dessa forma, esse choque “tornou profundamente dinâmica a arena política, emprestando ao Estado uma nova importância como instrumento de moderação entre forças

⁷⁶ In: FURTADO, Celso. “Teoria do Departamento de Administração Geral”. *Revista do Serviço Público*. Ano, IX, Vol. II, nº 2. Brasil, maio de 1946 p. 25.

⁷⁷ *Idem*, *ibidem*.

antagônicas”. Furtado cita em seu texto a tradução argentina do livro de Harold Laski, *Reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo*, cuja edição inglesa data de 1943.

Por outro lado, a revolução técnica, administrativa, tem como origem o “desenvolvimento crescente do processo de competição”, o qual passou a exigir o aperfeiçoamento no processo de trabalho. A administração pública, por sua vez, foi inspirada por esses estudos sobre os processos organizativos da mão-de-obra nas empresas particulares:

foi no momento em que o Estado — debatendo-se entre suas novas e complexas funções e uma velha instrumentalidade — lançou mão desse corpo de conhecimentos elaborado pelos pesquisadores das indústrias privadas, que teve início a reforma da administração pública.

A revolução política impusera aos governos a necessidade de uma atitude dinâmica, de um programa sistemático de ação. A reforma da administração pública teria início, conseqüentemente, não na análise do trabalho e do grupamento das tarefas, como ocorreu na indústria privada, mas na transformação das cúpulas, na remodelação dos aparelhamentos diretores. Ocorria, assim, no campo governamental, uma inoculação de idéias, uma aceitação de técnicas elaboradas fora — um processo endógeno de renovação.⁷⁸

Temos aqui, portanto, as linhas gerais do surgimento da teoria da administração pública. Ao contrário dos outros textos, no qual ela é assimilada como um bem em si, aqui, ao elaborar sua gênese e associá-la a uma resposta do Estado à reivindicações sociais, e colocar estas no movimento de transformação da sociedade sob o capitalismo monopolista (“processo de competição”), Celso Furtado efetua uma ampliação de perspectivas. Introduzindo um processo histórico de origem sócio-econômica, a explicação do corpo de conhecimentos técnico-científicos ganha contornos ideológicos, ao ressaltar a “inoculação” das técnicas de produção no Estado, num momento de resposta a conflitos oriundos da participação de outros atores sociais.

Essa resposta, ainda assim, não possui um caráter progressista, uma vez que “essa valorização de novos grupos sociais não foi acompanhada, entretanto de um processo educativo que os equiparasse, em experiência e consciência cultural às velhas elites”.⁷⁹ Essa idéia, a qual atribui um papel de liderança às elites sobre as classes trabalhadoras, é

⁷⁸ *Idem*, p. 26.

⁷⁹ *Idem*, p. 25.

recorrente no assim chamado pensamento político autoritário brasileiro.⁸⁰ No trecho específico, é acompanhado de uma referência à “democracia das emoções”, de Max Scheler.

O exame das tentativas de aplicação da reforma administrativa é examinada através das experiências concretas dos Estados Unidos e da Inglaterra, os “países democráticos mais avançados”, aos quais se referiu o editor da *Revista do Serviço Público*. Além disso, Celso Furtado irá repassar as contribuições dos principais teóricos da teoria do Departamento de Administração Geral (DAG).

A experiência americana se concentrou na centralização da chefia executiva, buscando a unidade de ação e a criação de um estado maior estruturado em função para auxiliá-lo. Isso, contra “uma tradição de administração local fragmentada”.⁸¹ Para essa solução, Celso Furtado cita os trabalhos de Taylor e Fayol, dois dos fundadores da teoria da administração.

Já a experiência inglesa foi baseada numa divisão elaborado pelo professor norte-americano William Willoughby (1867-1960). Em suas palavras, “uma ampla experiência administrativa levaria os ingleses a identificarem uma acentuada diferença entre atividades diretamente ligadas aos fins colimados pelo governo e atividades estritamente instrumentais. Os frutos dessa experiência seriam sistematizados por um norte-americano, o prof. W. F. Willoughby, cuja terminologia, hoje, corrente, qualifica, de *fins, funcionais* ou *específicas* as primeiras daquelas atividades, e *meios, institucionais* ou *gerais* as segundas”. As atividades institucionais são passíveis de generalização em diversos departamentos, enquanto as funcionais dependem das diretrizes do Executivo ou de seus colégios.

A teoria do Departamento Geral de Administração surgiu, portanto, da “fusão, num todo orgânico, das agências de administração auxiliar, com o estado maior da chefia executiva”.⁸² Essa também a característica do DASP. O artigo conclui com uma avaliação da reforma administrativa no Brasil. A problemática enfrentada pelo órgão brasileiro se configurava na perspectiva de que “era preciso conciliar dois princípios opostos e de concomitante pressão: a integração de funções — orçamento, material, pessoal, etc. — em cada nível de chefia, e a uniformidade de política no campo de cada uma dessas funções —

⁸⁰ OLIVERA, Francisco de. “Viagem ao olho do furacão”, op. cit.

⁸¹ *Idem*, p. 27.

⁸² *Idem*, p. 28.

unidade de direção. Ainda aqui se manifestava a dicotomia que estava na essência do sistema, posto que cada órgão de administração geral era simultaneamente um estado-maior da chefia executiva a cujo lado se encontrava [cada ministério tinha um departamento de administração] e instrumento de trabalho de unidades superiores [chefia executiva do DASP, independente dos respectivos ministros], para as quais tomava medidas preliminares de rotina”.⁸³ Furtado resume em três itens a reforma administrativa brasileira: “a) articulação dos órgãos auxiliares das chefias executivas de todos os níveis; b) centralização de atividades de estudos, e descentralização, como regra, das atividades executórias; c) supervisão das atividades de administração geral a serviço de um mesmo órgão [o DASP] e articulação funcional entre unidades de níveis superpostos [as diversas seções e departamentos dentro do DASP] originando sistemas convergentes”.⁸⁴

Concluindo,

após os primeiros dez anos de experiência, podemos hoje dizer que as soluções apresentadas para os problemas técnicos foram as mais acertadas, se se tem em vista o clima igualmente revolucionário e construtivo em que se desenvolvia a reforma administrativa no Brasil⁸⁵

Os elementos analisados até aqui já nos permitem algumas considerações gerais. A passagem dos textos jornalísticos para os técnicos mantém um personagem que vai se avolumando nas preocupações do jovem Celso Furtado, os Estados Unidos. A análise das conferências pan-americanas marca a observação das relações diplomáticas na construção de uma identidade continental sob a égide da nação estadunidense. Essa atenção é aprofundada nos textos sobre administração, nos quais a experiência norte-americana é um guia e sua produção técnica a fonte de onde emanam os conhecimentos sobre administração pública. A sociologia norte-americana dá também os subsídios para a compreensão do processo histórico pelo qual o Estado se moderniza e se burocratiza para comportar as novas classes sociais. Finalmente, vai se consolidando no jovem brasileiro a preocupação com o exterior, seja para as relações internacionais, seja para os processos sociais que vêm ocorrendo. É essa mirada que irá descortinar as transformações por que passa o mundo.

⁸³ Idem, p. 32.

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

Por outro lado, o Brasil também vai se fazendo inteligível na medida em que a perspectiva se amplia. Esse o sentido da avaliação da reforma administrativa brasileira, a qual é positivada pela sua semelhança com a experiência norte-americana, a despeito do “clima revolucionário”, daquela.

Outro elemento importante nas preocupações de Celso Furtado é o planejamento, derivado dos estudos de administração e tendo como pressuposto o distanciamento do planejador.

Essas questões, entretanto, adquiriram importância devido, sobretudo, às condições internas. Não podia ser diferente, uma vez que este é o meio em que Celso Furtado atua e pensa os problemas. Destarte, precisamos dar algumas indicações sobre as transformações do Brasil nas décadas de 1930 e 1940.

A Revolução de 1930 preparou uma ruptura no conjunto das instituições brasileiras e pode ser vista como o início de um processo de mudança na conformação do capitalismo brasileiro e de vazio de poder que permitiu a diferentes grupos sociais disputarem hegemonia no campo político e econômico sob a égide do Estado. Assistimos, nesse período, a subida ao poder de Getúlio Vargas através de uma revolução militar; o movimento Constitucionalista de 1932; o surgimento e ascensão do Integralismo; a Intentona Comunista em 1935, a crescente repressão por parte do Estado que iria desembocar — não necessariamente, é claro — através de pactos e alianças políticas, no Estado Novo.

No plano econômico, temos uma política reativa à crise econômica mundial de 1929; a institucionalização, por parte da federação, do problema do café, com a criação do Instituto Nacional do Café, seguida de outros institutos para diversos produtos agrícolas brasileiros. Como o Instituto do Açúcar e do Alcool; uma coordenação de esforços, cada vez mais centralizados, para direcionar a política econômica interna e externa; o processo de criação de um mercado interno articulado, uma equalização dos interesses industriais concomitante aos interesses das classes agro-exportadoras, o reconhecimento da importância da classe média e do proletariado urbanos como agentes sociais relevantes nos novos pactos e alianças políticas. Subjacente a isto, temos o Estado promovendo a implantação do capitalismo no Brasil, adiantando-se em relação a problemas básicos para acumulação capitalista: regulamentando o salário mínimo, encampando o processo de

industrialização restringida, reorganizando as classes sociais a partir dos interesses estatais, e não mais a partir de conflitos regionais. Surge, assim, uma plataforma industrializante que redefine a *forma de participação política*, agora vinculada ao processo de implantação do capitalismo no Brasil. Nas palavras de Liana Aureliano, “o confronto de interesses passa a se dar em torno de um denominador comum, proposto pelo Estado, base da formação nacional de um campo especificamente industrial, ‘depurado’ já de sua vinculação com a totalidade de interesses regionais”.⁸⁶

Nesse processo, a burguesia industrial, os setores agroexportadores e as organizações de trabalhadores urbanos serão chamados pelo Estado na consecução de objetivos agora dimensionados em âmbito nacional.

Esse processo deu ensejo à formulação de uma nova concepção de Estado, mobilizando idéias e doutrinas existentes no cenário intelectual brasileiro e internacional. Assim, essa nova conjuntura política abriu caminho para a consolidação ou a efetivação de idéias e propostas que vinham sendo pensadas já na década de 1920. Podemos conceber esse período nos valendo de um conceito cunhado por Antonio Candido, como momento de rotinização, entendido como “o surgimento de condições para realizar, difundir e ‘normalizar’ uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes mudanças”.⁸⁷ A Revolução de 1930 irá, portanto, no campo cultural, concretizar uma série de propostas de mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade, propostas essas que estavam imobilizadas no quadro das instituições da Primeira República: difusão cultural por livros e revistas, reforma do ensino secundário e superior, ampliação da instrução pública.

Colado a esse processo, uma reorientação das bases da reflexão intelectual, com o surgimento e, depois, institucionalização, das ciências sociais, e o aparecimento de estudos sobre a formação do Brasil, indicando um momento de abertura de perspectivas e, ao mesmo tempo, de colocação de novos problemas surgidos com as mudanças sociais e econômicas que a Revolução de 1930 trouxe à tona e procurou encaminhar.

Essa imbricação entre as transformações estruturais da sociedade e as ciências sociais é indicada por Francisco Iglésias no caso da história econômica:

⁸⁶ Aureliano, Liana. *No limiar da Industrialização*. Campinas: Ed. do instituto de economia da Unicamp.

⁸⁷ CÂNDIDO, Antonio. “A Revolução de 30 e a cultura”. In: *idem, A Educação pela Noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 182.

como a realidade nacional se tornasse problemática, com a grande crise e seus reflexos, com a anunciada mudança de processos políticos após a revolução de outubro, alertou-se o espírito crítico e os estudiosos, mais que nunca, trataram de esclarecê-la. Aos poucos, perde-se o apego às fórmulas clássicas, aos padrões estabelecidos em outros centros e aqui impostos. Abandona-se o formalismo, tão do gosto e da essência das Escolas de Direito — institutos em que esses estudos se faziam —, as quais formavam o maior número de nossos homens públicos, passando-se a atentar para as áreas de investigação até aí descuidadas⁸⁸

Importa ressaltar no bojo dessas reviravoltas, que este mesmo movimento pode ser lido nos textos de Furtado, expressando sua tomada de consciência para o problema da reforma administrativa enquanto um processo de reorganização das bases sociais do Estado brasileiro pós-30. Como bem salienta Maria Eugênia Guimarães:

é sabido que a ciência administrativa é, por definição, microssocial, é essencialmente um estudo dos meios. Entre nós, a ciência administrativa aparece como problema: tomávamos consciência da natureza da administração. A inquietação desses autores [Alberto Torres e Oliveira Vianna] com a organização do Estado, demonstra que os objetivos ainda eram, naquele período, relacionados a uma racionalidade de meios. Se a percepção do chão era administrativa, a resposta ao nosso atraso requeria uma outra racionalidade: a instauração de um Estado racional. A construção desse Estado passava pela sua organização. A perspectiva nova era a da razão aplicada na organização do Estado. O que mobilizava os espíritos, naquele momento, era a construção de um Estado racional civilizador⁸⁹

O que ocorre então é que o Estado se antecipa e internaliza essa racionalidade, encampa o processo de industrialização e se vale das novas técnicas de planejamento e administração, ou seja, das ciências sociais, para operacionalizar o desenvolvimento econômico. Assim, ciências sociais e planejamento estatal se irmanam para fazer frente às demandas sociais e às transformações econômicas que se abrem com o fim da oligarquia

⁸⁸ IGLÉSIAS, Francisco. “Celso Furtado, pensamento e ação”. In: idem, *História e Ideologia* [1969]. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 193.

⁸⁹ GUIMARÃES, M. E. *Celso Furtado: A utopia da Razão*. Um estudo sobre o conceito de subdesenvolvimento (1945-1964). (Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, 1999), f. 127.

cafeicultora⁹⁰.

O desenvolvimento das ciências sociais, no século XX, tomará impulso nos anos 1930, com as universidades. Há, então, uma busca de rigor científico e a incorporação do que de mais atual se fazia em ciências sociais em nível mundial, assimilando padrões de verdade e critérios de verificação modernos, baseados na autonomia das ciências humanas frente às ciências naturais, na qual a construção do objeto e sua relação com o pesquisador não pode mais ser separada e constitui o próprio fundamento das ciências sociais a partir do século XX⁹¹.

Em resumo, esses elementos explicam em parte as opções temáticas de nosso autor. Assim, a mudança dos estudos de direito para administração indicam a percepção das mudanças que ocorrem no Brasil, com o Estado Novo, e na Europa e Estados Unidos, com a coordenação de esforços para a Guerra. Essas preocupações o levaram para as formas de interação entre a sociedade e o Estado, na esteira do pensamento autoritário brasileiro, como bem indicou Francisco de Oliveira.

Essas questões serão desenvolvidas e radicalizadas num artigo publicado em 1947, “Trajetória da democracia na América”, vencedor de um concurso promovido pelo Instituto Brasil – Estados Unidos (IBEU), sobre cultura norte-americana.

O objetivo é explicar o individualismo americano, ao mesmo tempo que sua não realização plena na Europa. O Estado e o papel do controle social é um elemento chave na exposição. A dissolução do mundo feudal, a partir da intensificação do comércio com o oriente, criou a necessidade de ação governamental. Assim, “é natural, portanto, que os reis absolutistas tenham surgido com o apoio de todos os novos interesses econômicos os quais se contrapunham ao feudalismo. A ascensão do rei como poder absoluto foi, destarte, uma imposição da nova ordem social que exigia mecanismos de controle mais amplos e

⁹⁰ Ao contrário de Sergio Miceli, que interpreta essa ampliação do Estado como cooptação dos setores tradicionais e decadentes, inclusive cooptando os bacharéis para os cargos públicos, apontamos justamente o contrário, as novas funções do Estado irão incorporar as contribuições das ciências sociais e da economia. Veja-se, por exemplo, MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil 1920-1940*. São Paulo, Difel, 1979.

⁹¹ Um bom exemplo dessa modificação nos paradigmas de conhecimento se dá com a implantação das Universidades na década de 1930, em São Paulo e no Distrito Federal. Para Sergio Miceli, os professores estrangeiros recrutados para implantar os cursos de ciências humanas irão implantar: “um elenco de procedimentos, exigências e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção”. In: PONTES, Heloisa, *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo 1940-1968* [1996]. São Paulo, Cia das letras, 1998. p. 91.

eficientes que os feudais”.⁹² Nesse sentido, a Reforma aparece como a liberação, no plano religioso, do indivíduo: “a eleição do livre exame era em si mesmo o repúdio de qualquer autoridade em matéria religiosa, a quebra de qualquer tradição doutrinária, era a implantação do racionalismo individualista”.⁹³ Esse individualismo, por sua vez, é relacionado com o espírito do capitalismo, citando Max Weber. Estabelecida a proximidade entre individualismo, capitalismo e puritanismo, este último aspecto é ressaltado pela sua importância na América: “significação igualmente profunda para a vida americana, teve a crença puritana nas associações livres, na sua diversidade e na conseqüente função secundária do Estado. A fé depositada na ação dessas associações livres seria a escola da iniciativa individual, que em nenhum outro regime liberal se mostrou tão ativa quanto nos Estados Unidos”.⁹⁴

São essas associações que dão origem ao governo local americano. Este existe para suprir as necessidades da comunidade, tornando-se, portanto, uma escola de política, para o indivíduo. É justamente nessa tradição localista e comunitária que Celso Furtado irá identificar os problemas da eficiência administrativa e as dificuldades de planejamento. Isso porque,

essa ambivalência do governo local, que é a um só tempo instrumento de promoção do bem estar da comunidade e escola de formação do cidadão alimenta, até certo ponto, um princípio de contradição. A ampla participação do homem comum no governo — ou no controle do governo — até certo ponto impede a eficiência administrativa. *Mutatis mutandis*, a instituição de um governo altamente eficiente e manipulado por especialistas, torna inoperante a ação da opinião pública, já porque os técnicos são sobranceiros a opiniões leigas, já porque o povo se desinteressa dos assuntos públicos, envolvidos que estão estes no exoterismo de linguagem dos especialistas⁹⁵

Esse princípio de contradição deriva da própria variedade da experiência de governo local norte-americano: “a divisão territorial clássica das unidades federadas é o *county*. Este, porém, teve de adaptar-se às condições sociais já existentes antes da formação dos Estados. Na Nova-Inglaterra, o *county* encontrou a *town*, comunidade rural e urbana que

⁹² Furtado, Celso. “Trajetória da democracia na América”. *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro, vol. V, Nº 11, 1947, p p. 7.

⁹³ *Idem*, p. 8.

⁹⁴ *Idem, ibidem*.

⁹⁵ *Idem*, 11-12.

data dos inícios da colonização e tem as suas raízes no espírito puritano”.⁹⁶ Nesta última, o governo é conduzido por democracia direta, através da reunião de todos os cidadãos. Estes elegem os funcionários e tomam as decisões fundamentais. Ao contrário, nos estados sulinos, o latifúndio e o patriarcalismo irão influir no sentido de apropriação privada e restrição da participação política. Nas palavras de Celso Furtado, “a concentração de riqueza imposta pelo sistema de produção agrícola para exportação, criaria um regime patriarcal escravocrata que reduziria a papel secundário os aglomerados urbanos e impediria a fragmentação do *county*”.⁹⁷

De qualquer forma, o que deve ser ressaltado é que a existência da democracia na América teve como pressupostos a possibilidade de expansão do individualismo e a ausência “de estruturas governamentais arcaicas e de estratificação social paralisantes das forças de expansão do novo homem foi completada por um fundo móvel duplo constituído pelo continente sem fronteiras e pelas camadas sempre renovadas de população imigratória”. Mais adiante, Furtado lembra que “é na mobilidade social que se tem buscado a raiz mesma do autêntico processo de democratização. Como adiante tentaremos expor, as forças que conduzem à estratificação social são as mesmas que paralisam o processo democrático”.⁹⁸

A paralisação, portanto, provém do próprio aumento da riqueza social, sobretudo após a Revolução Industrial, com o surgimento da grande indústria. Isso porque “a livre concorrência, implantação na ordem econômica do princípio individualista, transformou a eficiência em arma decisiva na batalha industrial”. Assim, “os novos métodos de organização racional do trabalho iriam permitir a produção em massa através de amplo processo de centralização. A profunda divisão do trabalho reduziria, porém, a ação do indivíduo no processo produtivo, privando-o completamente de uma visão sintética da obra produzida”⁹⁹. Concomitante a esse processo, há a separação das atividades de execução e planificação. Disso deriva, também, a semelhança entre organizações industriais e militares, ambas baseadas na autoridade e na hierarquia. Dessa forma, “os problemas sociais acarretados pela centralização industrial tendem a exigir da ação governamental medidas

⁹⁶ *Idem*, 12.

⁹⁷ *Idem*, *ibidem*.

⁹⁸ *Idem*, p. 15.

⁹⁹ *Idem*, p. 17.

igualmente centralizadas. E à semelhança da indústria, o governo vai se tornando igualmente ‘eficiente’ e ‘centralizado’”.¹⁰⁰ Compromete-se assim, a tradição do governo local norte-americano, pois, “à proporção que o governo passa a ser estritamente uma organização de prestação de serviços, o cidadão se desinteressa pelos problemas políticos”.¹⁰¹

Indo às últimas conseqüências, Celso Furtado irá desvendar o aspecto autoritário do moderno Estado burocrático:

o resultado prático dessa profunda reforma no sistema de governo local americano é uma eficiência só comparável às administrações dos burgomestres alemães. E mais: um desvio completo do eixo da política. O velho princípio de controle popular tão democrático quanto ineficiente, é substituído pelo ‘controle hierárquico ou militar’. A administração se transforma num organismo integrado e constituído à semelhança das empresas industriais¹⁰²

O sentido dessas forças antidemocráticas, entretanto, foram barradas na América em conseqüência, contraditoriamente, da própria Revolução Industrial. Pois esta realizou, a um só tempo, a organização da massa trabalhadora e a fragmentação do indivíduo. Assim, “o problema que se apresenta à América, destarte, é o de continuar o individualismo dentro da sociedade de massas. O que vem a ser a reconstrução do homem”. A resposta para esse problema está nas ciências sociais. Isso porque uma das características do “cidadão democrata que lançou as bases da estrutura política americana tem sua razão de ser numa ampla formação humanística”.¹⁰³ Uma vez que a América “estava povoada de especialistas e de uma massa de homens simplificados em sua formação espiritual”, o estudo das ciências sociais surge como um imperativo, pois:

na sociedade estão as forças aterradoras que motivam as crises e desorganizam a vida do homem, que se desgovernam e põem o indivíduo temeroso, como outrora, diante das forças desconhecidas da natureza. Por outro lado, é no estudo dessas forças sociais que o homem descobre as próprias limitações e conhece as dimensões de sua própria capacidade [...] O grande desenvolvimento do estudo das ciências sociais na América, se por um lado vai possibilitando um mais autêntico conhecimento dos problemas nacionais, por

¹⁰⁰ *Idem*, p. 18.

¹⁰¹ *Idem*, p. 19.

¹⁰² *Idem, ibidem*.

¹⁰³ *Idem*, p. 24.

outro tem esse incomparável valor pedagógico para a reconstrução da democracia¹⁰⁴

A *démarche* que viemos acompanhando expõe de forma evidente a contradição entre democracia e centralização política e introduz a importância das ciências sociais. Podemos ver, agora, o alcance da crítica elaborada por Celso Furtado, a qual pode ser considerada uma ruptura em relação aos textos de administração, e o adensamento da questão da participação política e das formas democráticas. É escusado lembrar que essa preocupação se colocava como imprescindível no Brasil pós-1945. Celso Furtado fizera parte da luta contra o nazi-fascismo, combatendo na Itália; regressara ao Brasil e assistira ao fim do Estado Novo; ao mesmo tempo, percebia como a estrutura deixada pelo regime ditatorial dificultava a participação política. Basta contar o apoio decisivo do ditador deposto para a eleição do general Dutra, o qual faz supor como a máquina eleitoral peessedebista funcionava tanto na ditadura quanto na democracia. A restrição ao direito de greve e, em maio de 1947, a cassação do Partido Comunista Brasileiro, dão conta das restrições democráticas da Carta Constitucional de 1946, a despeito alguns avanços importantes como o direito de voto para homens e mulheres.

Sem dúvida essas questões ajudaram na formulação dos dilemas da “democracia na América”, e nos fazem retornar às raízes nacionais das interrogações do jovem Furtado. No plano propriamente teórico, o artigo guarda um pouco de retórica¹⁰⁵, embora aprofunde o diálogo com as ciências sociais norte-americana e alemã. Além dos teóricos de administração pública já citados em outros textos, Mannheim, Richard Tawney, Troeltsch, Weber, John Dewey, o espanhol Ortega y Gasset, aparecem na bibliografia ao final do texto. Como aponta Maria Eugênia Guimarães, o artigo “pode nos revelar o embrião de sua obra, em que as análises econômicas, política e social começam a se desenhar como indissociáveis”.¹⁰⁶

¹⁰⁴ *Idem*, p. 25.

¹⁰⁵ Tome-se como exemplo, o trecho: “a contradição desse processo está em que a grande indústria faz surgir no tecido social zonas traumatizadas, tendentes ao isolamento e produtoras de toxinas deletérias à vitalidade democrática”. *Idem*, p. 16.

¹⁰⁶ GUIMARÃES, Maria Eugênia. *Celso Furtado: a utopia da Razão*, op. cit., f. 21.

A Europa no pós-guerra.

Mas não apenas a problemática brasileira preocupou nosso autor. Com efeito, pensar a democracia e a planificação era uma questão urgente do pós-guerra. Esse período irá marcar uma mudança nos rumos de Celso Furtado. Após voltar ao Brasil com o fim da Segunda Guerra Mundial, decide retornar à Europa, “fascinado pelo inusitado da cena social e humana que aí se armara, certamente sem precedentes, por sua amplitude e complexidade, na história dos homens”.¹⁰⁷

Seu primeiro plano é ir para a União Soviética, “cuja experiência em planificação econômica me parecia ser algo que não devia ignorar”.¹⁰⁸ Entretanto, ainda no Brasil percebe que não conseguiria entrar no país. Conversa com um amigo do Partido Comunista Brasileiro, que lhe sugere filiar-se ao partido e viajar para Moscou em alguma missão. Celso Furtado rejeita categoricamente: “não podia admitir submeter-me à tutela de um Partido que se escreve com letra maiúscula, pois eu colocava a minha liberdade acima de tudo”.¹⁰⁹ Londres, sua segunda opção, onde ensinava Karl Mannheim, a universidade estava fechada para estrangeiros. Decide então, usando suas próprias economias, ir para Paris, valendo-se do convívio com o economista Maurice Byé, professor da Universidade do Brasil à época da missão francesa. Este o aconselha a se matricular no doutorado em economia. Cumpre observar que o ingresso na vida acadêmica não estava nos planos de Celso Furtado:

a verdade é que, na época, em nada me atraíam os títulos, particularmente os universitários. Não via sentido em perder tempo estudando para preparar exames, desviando a atenção do mar de coisas importantes que estavam ocorrendo no mundo real diante de meus olhos. Não me atraía ser um ‘profissional’, uma peça que busca ajustar-se numa engrenagem. Estudara economia, sociologia, filosofia na busca de subsídios para entender o mundo, convencido de que também essa é uma maneira de agir sobre ele [...] O que me motivava era o desejo de conhecer o mundo, o vasto mundo, convencido de que os reformadores são movidos por idéias de pensadores que a eles se antecipam¹¹⁰

¹⁰⁷ FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. In: Idem. *Obra auto-biográfica*. Três Tomos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Paz e Terra, 1997, Tomo I, p. 96.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 98.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 99.

¹¹⁰ *Idem*, p. 102.

Acreditamos que essa tensão entre a vida acadêmica e o “desejo de conhecer o mundo” tem reflexos importantes nos textos que analisaremos a seguir. Se por um lado há uma produção ensaística e jornalística preocupada em compreender a Europa do pós-Guerra, textos onde os instrumentos analíticos da economia são fundamentais, a tese de doutorado irá se preocupar com a economia colonial brasileira, sobressaindo a reflexão histórica, em sua tradição brasileira e francesa, ainda que sua preocupação, como veremos, seja o presente.

De qualquer forma, em 1946 Celso Furtado se matricula na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris para realizar o doutorado em economia e no Instituto de Ciências Políticas, onde participa de aulas e seminários.

Entre os professores que teve em Paris, Celso Furtado lembra com atenção de Auguste Cornu, professor do curso de marxismo no Instituto. Recorda que era um curso mais voltado para a filosofia, embora contemplasse o primeiro tomo d’*O Capital*, “a ser estudado com minúcia”. Falando de seu conhecimento sobre Marx, Celso Furtado explica:

por essa época eu havia lido de Marx e Engels apenas fragmentos, por isso tomei a sério os meus deveres de casa. A formidável vista que descortina Marx sobre a gênese da história moderna não deixa indiferente nenhum espírito curioso. Já a contribuição no campo da economia parecia de menos peso, para quem estava familiarizado com o pensamento de Ricardo e conhecia a macroeconomia moderna¹¹¹

Outro professor que terá uma importância capital para Celso Furtado é François Perroux, em suas palavras, “um dos espíritos mais originais de seu tempo”.¹¹²

Perroux fora aluno e tradutor de Schumpeter, e tinha familiaridade com a obra de Werner Sombart. Nos anos 1940, suas preocupações gravitavam em torno do comércio internacional e da relação entre poder econômico e poder político, englobada no conceito de dominação. Publicaria em 1948, *Esboço de uma Teoria da Economia Dominante*. Suas conclusões sobre as assimetrias no comércio internacional e do poder político como um

¹¹¹ *Idem*, p. 116.

¹¹² *Idem*, p. 120.

elemento importante nas relações econômicas são consideradas precursoras do estruturalismo latino-americano.¹¹³

Seu orientador foi o economista especializado em comércio internacional Maurice Byé, que se considerava discípulo de François Perroux. O fato é que suas pesquisas estavam voltadas também para as assimetrias no comércio internacional, sobretudo para a inelasticidade no comércio internacional dos produtos primários em relação à mobilidade de capitais dos países centrais. Nas palavras de Allain Alcouffe:

Byé, desde 1948, ressalta que os produtos — e sobretudo os serviços — estão longe de ser elásticos, pois existem monopólios privados — cartéis e trustes — e monopólios nacionais, que se opõem à sua elasticidade. Opõe-se também, à posição dominante — resultante da posse exclusiva de um produto ou de um mercado, de um ou vários produtos. Por outro lado, a imobilidade dos homens é relativa e a mobilidade dos capitais é muito alta [...] É falso, portanto, querer continuar com a pretensão de que os produtos e os serviços se trocam por produtos e serviços, se não se acrescentar ‘e por capitais’, que entram assim em consideração nas condições de determinação das relações de troca¹¹⁴

A preocupação com a correlação de forças no comércio internacional se tornará um instrumento analítico importante, nos ensaios que Celso Furtado dedicará à política econômica francesa e inglesa. Iremos nos deter, por agora, em sua produção entre os anos 1946-1948, enfocando sobretudo os artigos que envia ao Brasil, para alguns periódicos brasileiros como a *Revista da Semana*, (“minha velha casa”), *Observador econômico e financeiro* e *Panfletos*. Sua preocupação será, efetivamente, “observar de perto o drama europeu”, e suas reportagens, que analisaremos agora, denotam justamente isso. Deixaremos para o próximo capítulo o exame de sua tese de doutorado, *Économie coloniale Brésilienne*. (Siècles XVI et XVII).

Nos artigos que envia para a revista *Panfletos*, semanário anarquista que, segundo o autor, “atingia grande parte do público jovem e motivado politicamente”, procura dar conta

¹¹³ Joseph Love se refere a este livro como: “um estudo tratando das diferenças de tamanho, poder de barganha e transformações de mão única entre os Estados Unidos e seus parceiros comerciais”. Veja-se: LOVE, Joseph, *A construção do Terceiro Mundo: Brasil e Romênia*. São Paulo, Paz e Terra, 1998, p. 262; ALCOUFFE, Alain. “Furtado, o Brasil e os economistas franceses: influências cruzadas. In: COELHO, Francisco Silva & GRANZIERA, Rui Guilherme. *Celso Furtado e a Formação econômica do Brasil* (Edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009). Prefácio Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, Editora Atlas, 2009

¹¹⁴ ALCOUFFE, A. *op. cit.*, p. 45.

de suas experiências na Inglaterra e na Iugoslávia, onde integrou uma brigada internacional para a construção de uma estrada de ferro na Bósnia. Como relembra em “A fantasia organizada”, “inscrevi-me para participar do chamado Festival da Juventude em Praga, o que me abria a possibilidade de cruzar a Alemanha, e para integrar uma brigada francesa que deveria participar da construção de uma estrada de ferro na Bósnia”.¹¹⁵ A experiência deve tê-lo marcado profundamente, pois além de mencionar o episódio na autobiografia, escreveu-a em artigos para a *Panfleto* e a *Revista da Semana*, todos no ano de 1947. O artigo para este último periódico tem um tom bem-humorado, buscando transmitir os incidentes de uma aventura vivenciada por jovens de várias partes do mundo. Relata o espírito alegre de camaradagem que se estabelecia entre os viajantes:

no dia seguinte havia feito boa camaradagem e meu prestígio tinha crescido. Apareceu uma jovem do Midi, com um banjo, e pôs todo mundo para cantar. A minha vez chegou inexoravelmente: um ‘zamba’, o Brasil é a terra do ‘zamba’.

— Que será de mim, meu Deus, se o Adhemar Nóbrega souber que andei cantando um samba em *tournee* pela Europa? — com três ou quatro compassos arranquei da memória roída e um pouco de imaginação improvisei uma **jardineira** e um **limão meu limoeiro**. O sucesso foi extraordinário, modéstia à parte. A noite concederam-me como especial deferência o prestígio de dormir num banco de cabine. O banco, no entanto, era para dois. Meu companheiro de privilégio: uma francesa. Conseqüência: tive que dormir em posição de sentido [grifos do autor]¹¹⁶

O artigo relata as impressões gerais, a destruição das cidades, a falta de equipamentos para o trabalho e, acima de tudo, a vontade de reconstrução do povo. O trabalho se iniciava às seis horas da manhã e ia até ao meio-dia. Depois do almoço, o tempo era livre.

O texto de outubro de 1947 para a revista *Panfleto* recolocava a questão do individualismo sob um ponto de vista mais relativista. Basicamente, para um povo que viveu as “mais duras condições de miséria”, as doutrinas perdem sentido em relação ao valor construtivo do trabalho. Em suas palavras:

é justo que se indague, em face de um mundo que se transforma tão violentamente, qual a posição e qual o valor da pessoa humana —

¹¹⁵ Furtado, *A fantasia organizada*. op. cit., p. 104.

¹¹⁶ *Idem*, “Omladinska Pruga”. *Revista da Semana*. Nº 47 de 22 de novembro de 1947. pp. 15 e 56.

que espaço resta à liberdade pessoal para respirar. Esse problema, entretanto, não deve ser formulado em abstrato. Liberdade em si mesma é uma palavra. O que existe é a liberdade de determinados indivíduos, pertencentes a determinadas classes e afeitos a um certo sistema de vida. Porque é quando se altera esse sistema que o indivíduo se sente mutilado em sua liberdade¹¹⁷

Em “A fantasia organizada”, Celso Furtado irá marcar o alcance dessa reformulação, pois “anunciava uma evolução que se daria em meu espírito, no sentido do abrandamento da tendência a sobrepor o individual ao social”.¹¹⁸

Por outro lado, as leituras de Mannheim também se fazem presentes nas considerações sobre os intelectuais: “Os intelectuais são indivíduos ligados, como outros quaisquer, a uma determinada estrutura social. E registram em sua sensibilidade quaisquer alterações nessa estrutura social. Assim como os intelectuais ligados a uma classe em ascensão são a fração mais revolucionária dessa classe, aqueles ligados às classes conservadoras e reacionárias são portadores da “consciência” da ordem constituída”¹¹⁹

Temos, portanto, ao lado do abrandamento do individualismo, a possibilidade da construção nacional residindo no coletivo. A idéia do planejamento se alia ao trabalho, tornando a mudança em uma possibilidade que cabe ser considerada. Assim, a reconstrução européia irá incutir em Celso Furtado a idéia de que o futuro pode ser uma construção racional. Por outro lado, qualquer transformação da sociedade deve passar pela população.

Isso é discutido no artigo “A opinião pública inglesa”, cujo objetivo é desmistificar a idéia de que esta “se encontra em toda parte: uma manifestação da vontade do povo funcionando amplamente”. Ao contrário, mesmo no momento tenso de reconstrução econômica e social em que a Inglaterra se encontra, a opinião pública perdeu força, sobretudo na imprensa, a qual “dá mais importância a um desastre de trem ou a um escândalo doméstico que à política interna ou externa do governo”. Ressalta, ainda, a irresponsabilidade dos conservadores, na oposição nesse período, ao criticar o governo e não apontar caminhos construtivos. Vale ressaltar a análise da política trabalhista inglesa, feita por Furtado:

esta política, possível de quantas críticas seja, se baseia no princípio verdadeiramente são do emprego total da mão de obra inglesa. Pela

¹¹⁷ *Idem*, “Na Iugoslávia” *Panfleto*. Ano 1, nº 11, quarta semana de outubro de 1947, p. 23.

¹¹⁸ *Idem*, *A fantasia organizada*, op. cit., p. 108.

¹¹⁹ *Idem*, “Na Iugoslávia”, op. cit.

primeira vez na história do capitalismo britânico, não há desemprego em massa no país. Quem conversa com um operário inglês sente que este é o ponto decisivo para a classe trabalhadora: tudo irá bem enquanto houver trabalho para todos¹²⁰.

Aqui se encontra, ao que pudemos apurar, a primeira menção na obra de Celso Furtado a uma política anticíclica nos moldes keynesianos. A essa política é contraposta uma declaração do *The economist*, a qual aconselha, um “degrau moderado de elasticidade no mercado de trabalho”. Esse embate sobre política econômica é colocado para ressaltar como o inglês não participa dos dilemas econômicos. Assim, “é extrema a ignorância da pequena classe média inglesa” e “a grande massa de pequenos empregados urbanos flutua ao sabor dos acontecimentos”. As exceções estão na classe trabalhadora, “organizada em sindicatos”, com uma imprensa “afeita ao debate de certos problemas políticos que lhe dizem respeito”. Apesar dessa panorama, Celso Furtado conclui que, “o inglês médio considera o governo tão distante de si — talvez isso resulte da continuidade dos governos conservadores — que seria inútil criticá-lo ou interrogá-lo. Neste sentido, a democracia inglesa é muito estável, mas pouco popular”¹²¹.

Outro artigo sobre a opinião pública inglesa é “O bate-boca no Hyde Park”. Voltando ao tom mais despojado, somos introduzidos no cenário da seguinte forma: “todos os dias, à tardinha, junta-se uma porção de gente no trecho do parque que dá para o Marble Arch, e se põe a discutir. Algumas vezes são dois indivíduos que se engalfinham e a multidão cerca-os curiosa. Outras vezes um indivíduo improvisa uma tribuna e abre os braços num sonoro discurso. Assim se forma dez, vinte ou mais grupos”¹²². Os temas debatidos se alteram sobre a questão religiosa, a questão judaica, a questão nacional, a Irlanda, os negros, tudo isso em tribunas montadas pelos próprios indivíduos, nas quais aparecem denominações várias: “sociedade evangelizadora de Londres, sociedade esperantista, liga dos trabalhadores de cor, etc.”. Vale citar o episódio referente ao comunismo, o qual é indicativo do tratamento dispensado por Celso Furtado a essa doutrina no período:

vejamos como se pode iniciar um bate-boca. Sob um poste de luz um indivíduo expõe três ou quatro panfletos do partido “socialista-

¹²⁰ *Idem*, “A Opinião pública inglesa” *Panfletos*. Ano 1, nº 20, quarta semana de dezembro de 1947, p. 25.

¹²¹ *Idem*, p. 26.

¹²² *Idem*, “O Bate-boca do Hyde Park” *Panfletos*. Ano 1, nº 21, quinta semana de dezembro de 1947, p. 10.

marxista” inglês e um ou dois volumes de Marx. Aproximamo-nos, olhamos o que há à venda e indagamos: — Você tem por aí a Crítica do Programa de Gotha? — Não, responde o indivíduo, e vai acrescentando: mas essa não é obra de grande importância... — Ora, replicamos intencionalmente, é o único trabalho em que Marx aborda o problema da transição para a sociedade comunista.

Dois indivíduos que estavam por perto e que pertencem ao mesmo grupo já se aproximam e respondem em voz alta: — Isto não é verdade. Os textos têm sido falsificados na Rússia. Ademais, é preciso saber interpretar... — A discussão começou. Pode durar horas. Muitas vezes eleva-se a voz, outras apoda de ignorante o adversário, outras tem-se que responder a três ou quatro questões ao mesmo tempo. Essa gente discute política como os protestantes discutem religião: confrontando textos, citando páginas... Completamente fora do mundo real¹²³.

Se lembrarmos o tratamento ao comunismo em sua matéria sobre o Japão e compararmos com esse trecho, podemos perceber como a teoria marxista é confundida com a militância política. A anedota é montada justamente para ressaltar o dogmatismo, ao escolher um texto proibido pela União Soviética no período. Também em sua obra autobiográfica, a mesma assimilação percorre boa parte das alusões ao regime soviético e à doutrina da superação do capitalismo¹²⁴. Isso a despeito, como vimos, da seriedade com que se dedicou ao marxismo, ao mencionar seu convívio com o professor Cornu.

Fica, portanto, a desqualificação da opinião pública na Inglaterra, onde se reputava o lugar sagrado da discussão política, como podemos ver, num exemplo entre outros na tradição brasileira, em Oliveira Vianna. Com efeito, em “O idealismo da constituição” o fracasso da Carta Constitucional republicana deriva da inexistência, no Brasil, de uma opinião pública, à semelhança da inglesa. Em suas palavras:

em primeiro lugar, na Inglaterra essa opinião que elege, que governa, que julga os detentores eventuais do poder, tem uma maravilhosa organização. É justamente esta maravilhosa organização que dá à opinião do povo inglês esta formidável força compulsória sobre os órgãos do poder de modo a torná-los inteiramente obedientes às suas inspirações e desejos. Esta organização é constituída por um conjunto majestoso de ‘fontes de opinião’, representadas, em parte, pelas várias associações de

¹²³ *Idem, ibidem.*

¹²⁴ “Como separar o marxismo da experiência soviética, onde a asfixia do indivíduo contrapunha-se ao que havia de mais nobre e permanente na cultura européia — essa idéia de que cada indivíduo leva em si um destino pessoal”. FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*, op. cit., p. 105.

classe, poderosamente unificadas e federalizadas e, em parte, por esses grupos ativos e militantes nascidos do admirável espírito de solidariedade da raça saxônia (*leagues, clubs, committees, societies, etc.*)¹²⁵

A escolha do tema, portanto, dirige-se também ao debate nacional, desmistificando essa idéia cara à Oliveira Vianna e outros, da superioridade do regime político inglês devido ao elevado grau de maturação política de seu povo. Celso Furtado, portanto, não só atenua a relevância da opinião pública, como mostra o sensacionalismo da imprensa, inclusive a argumentação conservadora do *The economist*, bem como o alheamento de diversos segmentos sociais às questões políticas e econômicas.

O interesse sobre a questão econômica inglesa acabou resultando em uma análise de fôlego, publicada no *Observador econômico e financeiro* em janeiro de 1948. Aqui, temos pela primeira vez um artigo de Celso Furtado operando unicamente com conceitos econômicos. Sua permanência na Europa, os cursos e estudos autodidatas, se expressam de forma acabada nesse artigo, intitulado “A crise econômica inglesa”. Além disso, o papel dos Estados Unidos para a retomada do crescimento econômico inglês assinala o caminho norte-americano para a supremacia econômica mundial.

A explicação da crise é feita pelo recuo no tempo, para a predominância inglesa na Revolução Industrial. Valendo-se do progresso técnico atingido, os ingleses basicamente dominaram o comércio de manufaturados no século XIX. Esse progresso industrial e essa preponderância comercial de seus produtos no exterior gerou o abandono das atividades agrícolas. As exportações eram pagas com produtos primários de todo o mundo. Ao lado dessa expansão comercial, os capitais ingleses que financiavam suas exportações nos demais países do mundo começaram a ser aplicados em empréstimos e investimentos públicos afins com as atividades produtivas da Inglaterra. A lucratividade dessas transações inicia o retrocesso da economia inglesa: “o inglês iria progressivamente abandonar sua posição revolucionária de homem empreendedor e inovador para assumir a postura do cavalheiro que vive de rendas e não faz negócios que não sejam absolutamente certos”.¹²⁶

¹²⁵ VIANNA, Oliveira. “O idealismo da Constituição”. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org) *À margem da história da república* [1924]. 3ª Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990, pp. 131-132.

¹²⁶ FURTADO, Celso. “A crise econômica inglesa”. In: *Observador econômico e financeiro*. Ano XII, n.º 144, janeiro de 1948, p. 52.

Nesse sentido, ocorre a ampliação do poder político em detrimento do econômico, para garantir os dividendos e juros no exterior. Expandem-se as áreas ocupadas pelos britânicos e as inversões externas sobem de 600 milhões para 4 bilhões de libras entre 1880 e inícios do século XX. Já antes da Primeira Guerra a exportação de capitais ultrapassa a de mercadorias, as quais eram compostas de ferro e aço “sob a forma de equipamento de estradas de ferro, de máquinas têxteis e de construções navais. Esses fornecimentos estavam diretamente ligados às inversões de capitais no exterior”.¹²⁷ Em consequência, a indústria inglesa perde o dinamismo e a prerrogativa do desenvolvimento de progresso tecnológico. A posição ainda preponderante dos ingleses durante e depois da Primeira Guerra se deve ao controle das tarifas especiais no Império, bem como aos “terms of trade” favoráveis à libra. A situação começou a mudar na segunda metade dos anos 1930, quando as importações inglesas aumentavam ao mesmo tempo em que as exportações diminuam mais acentuadamente. Por outro lado, o mercado de trabalho se altera, com aumento nas taxas de desemprego na indústria pesada e de transformação e elevação do emprego no setor de serviços. A Segunda Guerra Mundial, por sua vez, veio transformar a Inglaterra em nação devedora, liquidando suas propriedades no exterior e baixando consideravelmente suas reservas auríferas.

Nesse quadro, surge a ajuda financeira dos Estados Unidos, sob a forma de um empréstimo de reconstrução em 1945. Celso Furtado retoma a história do comércio entre os dois países desde o início do século, mostrando o desejo do primeiro de penetrar no mercado consumidor do Império inglês. Por outro lado, este procurava por todas as formas dificultar a entrada dos produtos norte-americanos em suas colônias. É este o sentido do empréstimo concedido à Grã-Bretanha: “o empréstimo significava, em última instância, como disse um economista inglês, ‘inteira subordinação política, monetária e comercial britânica às idéias americanas e a aceitação da hegemonia americana nos negócios monetários e comerciais internacionais’”.¹²⁸ O empréstimo duraria cinco anos, entretanto foi consumido em menos de dois. O plano de reconstrução econômica falhou devido à inflação americana e à conversibilidade da libra, uma vez que o acordo para o empréstimo exigia a livre troca de dólares por libra ou por ouro.

¹²⁷ *Idem, ibidem.*

¹²⁸ *Idem, ibidem.*

Dessa forma, o problema inglês se manifestava como um déficit na balança de pagamentos caracterizado por: “a) o aumento das despesas governamentais no exterior; b) o aumento dos preços de importação com relação aos preços de exportação; c) o aumento geral dos preços; d) a redução nas receitas exteriores e em outros ‘invisible itens’”.¹²⁹

Nessa conjuntura, o governo se encontra na mesma situação que em 1945: tomar outro empréstimo dos Estados Unidos ou adotar medidas restritivas. Para Celso Furtado,

uma brusca diminuição do nível de vida indubitavelmente reforçaria a posição da indústria inglesa no comércio internacional. Uma forma de conseguir isso seria a desvalorização da libra. O sacrifício caberia, entretanto, todo à classe trabalhadora. Nenhum fator será mais significativo para elevação do nível de produtividade da indústria inglesa do que a cooperação decisiva da classe trabalhadora. Neste sentido, todas as medidas propostas pelos economistas acadêmicos — desemprego, rebaixamento do nível de vida — terão um efeito extremamente negativo¹³⁰

Celso Furtado se inclina para a aceitação do empréstimo em nome dos trabalhadores. Ou seja, vai contra medidas recessivas. Ao mesmo tempo, denuncia os “economistas acadêmicos”, pela falta de percepção das forças sociais e do desgaste humano envolvido. O artigo aborda dois campos de discussão, a política macroeconômica e o comércio internacional. É nesse último que assistimos o ressurgimento do personagem Estados Unidos, agora numa política agressiva de conquistar mercados e impor sua hegemonia econômica sobre a Europa. Por sua vez, a explicação histórico-econômica é refinada e o estabelecimento de causas remotas para iluminar o presente se realiza de forma acabada. Encontramos um Celso Furtado atualizado com os debates econômicos do período, ou seja, efetivamente estudando a reconstrução da Europa. Além disso, há referências a historiadores econômicos ingleses, como *Economic history of modern Britain*, de Clapham.

Outro artigo sobre a conjuntura econômica, “França: evolução da política financeira” é escrito cinco meses depois. A análise do plano de reconstrução econômica francesa passa pelo problema da formação de capitais. Estimando a renda nacional em 360 bilhões, a margem para investimentos, descontados o consumo e a conservação de capitais, seria de 20 bilhões de francos. Assim, “os dados acima indicados deixam bem claro que o

¹²⁹ Idem, p. 56.

¹³⁰ Idem, p. 57.

auto-financiamento da reconstrução francesa só seria possível através de uma diminuição da parte da renda nacional destinada ao consumo ou através de um aumento da produção acima do nível de 1938 [este o ano base para as estimativas]”¹³¹.

Colocado o problema da formação de capital como uma escolha entre diminuição do consumo e aumento da produção, a primeira é desaconselhada, ao se destacar os problemas sociais expostos após a Libertação. Esses se concentravam nas classes trabalhadoras, submetidas a um grande esforço durante a Guerra, e nas classes dirigentes, grande parte das quais colaboraram com os alemães durante a ocupação. O problema financeiro, por outro lado, se colocava como a administração de um excedente monetário decorrente da inflação e desvalorização do franco de um lado, e o aumento da produção para encontrar um ponto de equilíbrio entre preços, salários e circulação monetária. Os diversos planos são analisados, se detendo, entretanto, no Plano Mayer, iniciado em dezembro de 1947. Este diagnosticou o problema financeiro como uma inflação de demanda. O plano se deu pelo enxugamento monetário, desvalorização do franco e restabelecimento do mercado de ouro e de divisas, para atrair os capitais franceses no exterior. Ou seja, a procura foi contida pela redução do consumo e do nível de vida da população. Ao mesmo tempo, um empréstimo forçado de 125 bilhões de francos seria usado para aumentar a produção da economia. Furtado ressalta ainda, a exemplo do texto sobre a Inglaterra, que o custo social das medidas de redução do nível de vida recai nas classes trabalhadoras.

Dessa forma, a experiência intelectual de Celso Furtado na Europa e o estudo da economia na França puderam ser realizados num momento em que a discussão sobre as reformas estruturais e a política econômica do pós Guerra era formulada, algumas vezes por tentativa e erro. Portanto, a aquisição de novos conhecimentos foi feita *pari passu* à aplicação desses conhecimentos na reconstrução econômica européia na segunda metade da década de 1940. Consolida-se no espírito do jovem Celso Furtado a correlação entre teoria e prática, que irá marcar seu percurso posterior. Assim sendo, se retornarmos à introdução deste trabalho, quando discutimos a problemática colocada pela relação entre atuação institucional e os diálogos com a tradição da história econômica brasileira, vamos perceber

¹³¹ FURTADO, Celso. “França: evolução da política financeira”. *Observador econômico e financeiro*. Ano XIII, n.º 152, setembro de 1948, p. 45.

que essas duas instâncias não se diferenciam, *et pour cause*, se constituem o traço principal na elaboração do pensamento de Celso Furtado. Ao examinarmos o relato de “Aventuras de um economista brasileiro”, portanto, quisemos destacar a predominância dessa correlação. No texto autobiográfico ela se cristaliza naquilo que Antonio Candido classificou como “dialética entre localismo e cosmopolitismo”. O crítico literário considera-a o eixo em torno do qual gira a tradição intelectual brasileira.

A distinção que adotamos para examinarmos os textos da *Revista da Semana*, temas nacionais e internacionais procura dar conta desse movimento. No primeiro tópico, a história nacional e a dinâmica cultural brasileira foram examinadas, ganhando relevo o espaço público de discussão. Escusado dizer, essa esfera livre de debates era reivindicada durante a ditadura e a censura estado-novista, apontando a perspicácia de nosso autor ao trazer esses temas para uma revista de variedades.

Por outro lado, a temática internacional esteve centrada no acompanhamento da Segunda Guerra Mundial, sob o registro das transformações nas relações de poder entre os países e a ascensão dos regimes totalitários na Europa. Desta ótica, o jovem Celso Furtado vai sinalizar a ascensão dos Estados Unidos no cenário mundial. Esta é apresentada não apenas no exame das relações diplomáticas latino-americanas que receberam a denominação de pan-americanismo, como também na acentuação da diferença e contraposição entre Europa e Estados Unidos no desenvolvimento do conflito mundial. Assinalamos também como poucos desses textos se valeram de explicações causais de médio e longo prazo e como a economia não constitui uma categoria explicativa autônoma. Compre ressaltar, também, que a análise do conflito mundial manteve inalterado um discurso pró-Aliados, a despeito da ambigüidade do posicionamento do regime varguista, que perdurou até 1943, quando o Brasil rompe com suas simpatias nazi-fascistas e declara guerra ao Eixo, após uma negociação com os Estados Unidos que resultou extremamente vantajosa para o Brasil, incluindo o financiamento para a construção da siderúrgica de Volta Redonda.

Os textos sobre administração marcam um momento fundamental para a análise da obra de Celso Furtado. Com efeito, pela primeira vez encontramos nosso autor inserido em uma instituição governamental, o Departamento Administrativo do Serviço Público. Essa produção, portanto, está colocada na problemática relação entre inserção institucional e

reflexão intelectual e repõe, ao mesmo tempo, a dialética entre localismo e cosmopolitismo. A reflexão de Celso Furtado não se faz meramente pela assimilação e atualização dos estudos de organização, mas estes são filtrados e direcionados para avaliar e indicar propostas para a reforma administrativa brasileira. Ou seja, a produção de conhecimento está subordinada à possibilidade deste contribuir para a compreensão da realidade em que o intelectual vive. Sob o ponto de vista do desenvolvimento intelectual de nosso autor, temos uma ampliação de perspectivas, sobretudo ao incorporar nas explicações processos econômicos e políticos para destacar o caráter ideológico da separação entre política e administração. Por outro lado, aparece a preocupação com o planejamento técnico. A importância dos Estados Unidos também é ampliada, se constituindo no país onde o conhecimento organizacional se desenvolveu, e, ao mesmo tempo, sua experiência em reforma administrativa do Estado é tomada como modelo para avaliação dos acertos da reforma brasileira.

Já a passagem dos textos jornalísticos para os textos de caráter técnico pode ser compreendida não só como uma evolução individual, mas como reflexo das novas funções do Estado brasileiro no processo de desenvolvimento econômico.

Por sua vez, o fim da ditadura de Getúlio Vargas parece ter colocado para o jovem Celso Furtado o problema da permanência das instituições criadas durante o regime. Dessa forma, ao deslindar o caráter ideológico da separação entre política e administração, seu olhar se focalizou nas forças antidemocráticas nos Estados Unidos para sinalizar as formas de dissociação entre Estado e Sociedade mesmo quando a representação política e o sufrágio permanecem abertos. Nesse diapasão, o tema da participação política e da esfera pública retornará em suas análises sobre a reconstrução européia.

O desdobramento dessas questões nas preocupações do jovem Celso Furtado foi apreendido pelas análises da política econômica do pós-guerra. Nelas encontramos a avaliação dos efeitos sociais destas políticas, sob a ótica favorável à manutenção dos níveis de emprego e renda da população, em detrimento da estabilidade monetária, a qual, entretanto, precisava ser controlada.

Por outro lado, o olhar do país subdesenvolvido, que detectamos na forma como Celso Furtado elabora sua autobiografia constitui a marca dessa produção. Nesse sentido, os dados biográficos foram, também, dados explicativos. A infância no Nordeste, a

Faculdade de Direito e os estudos sobre administração, a atividade jornalística e depois o trabalho como funcionário público, a participação na FEB e, em seguida, a vivência na Europa, enquanto fazia seu doutorado, enfim, tudo isso foi incorporado de uma maneira peculiar, no movimento da “dialética do localismo e do cosmopolitismo”.¹³² É essa dialética, ou essa experiência brasileira que lhe permitiu olhar o mundo sempre tendo como esteio a realidade de seu país. Os estudos sobre administração, o texto sobre a democracia na América dão as marcas dessa comparação. Essa tendência foi reforçada no período parisiense, se levarmos em conta que os professores François Perroux e Maurice Byé se preocupavam justamente com as relações de poder no comércio internacional. A percepção dessas assimetrias tornaria difícil para o jovem estudante brasileiro aceitar tacitamente a teoria das vantagens comparativas internacionais, bem como a autonomia da economia sobre as ciências sociais.

¹³² CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade* [1965]. op. cit., p. 109.

CAPÍTULO 2

ECONOMIA COLONIAL NO BRASIL NOS SÉCULOS XVI E XVII

No primeiro capítulo demos algumas indicações gerais sobre os circunstanciamentos que levaram Celso Furtado a se inscrever no doutorado em economia. Guardava o desejo de regressar à Europa no pós-guerra para observar de perto a reconstrução dos países envolvidos no conflito. Embora seus planos iniciais fossem a União Soviética e Londres, resolveu ir para Paris, devido à dificuldade em se estabelecer naqueles países: “eram enormes as dificuldades com que se defrontava qualquer pessoa que pretendesse se deslocar por uma Europa devastada. Isso induziu-me a dedicar mais tempo do que havia inicialmente imaginado à vida universitária, em Paris, onde me fixei. Tive a fortuna de tomar contato com o professor Maurice Byé, que integrara a missão francesa junto à faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, onde se encontrava no momento da *débâcle* da França”¹³³.

Maurice Byé será o orientador de Celso Furtado. Referindo-se às preocupações do professor francês no estudo da economia, nos conta que “a visão que Byé tinha da realidade econômica era essencialmente dinâmica, *o nacional e o internacional se entrelaçando*. Seria ele um dos primeiros economistas a teorizar sobre os conglomerados transnacionais. Mas, na época em que me estimulou a preparar uma tese, sua motivação era retomar contato com os problemas econômicos brasileiros [...] Nesse momento, quando começava a observar o comércio internacional por outros ângulos, era possível que nosso país, tão dependente do intercâmbio externo, voltasse a preocupá-lo” [grifo nosso].¹³⁴

Aqui, portanto, reaparece agora em chave econômica o mesmo balanceio entre o nacional e o internacional. Sob essa perspectiva, Byé o estimula a estudar os desequilíbrios externos da economia brasileira, o que Celso Furtado estava impossibilitado de realizar por “total insuficiência de informação”. Após uma visita a Paulo Emílio Salles Gomes, então no Museu do Homem, instituição que possuía “uma belíssima coleção de livros sobre o

¹³³ FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. op. cit., 101-102.

¹³⁴ Idem, p. 112.

Brasil”, decide-se por estudar “a economia colonial brasileira no período do açúcar, época em que ao Brasil coubera papel eminente no comércio internacional”.¹³⁵

É esta tese, cujo título em francês é *L'Économie coloniale brésilienne (XVIe et XVIIe siècles): Éléments d'Histoire Économique appliqués à l'Analyse de problèmes économiques et sociaux modernes*, defendida em primeiro de julho de 1948 que iremos estudar agora. A tese é dividida em três partes, além de um capítulo sobre as fontes utilizadas. Iremos seguir a estrutura da tese, abordando-a capítulo por capítulo. Nosso propósito com essa análise é mostrar a vinculação da tese nos debates intelectuais brasileiros e franceses, tentando compreender a forma de apropriação que Celso Furtado fez de cada uma dessas tradições intelectuais.

2.1 Antecedentes portugueses da colonização do Brasil

Uma primeira explicação, no que diz respeito ao método de exposição dessa primeira parte da tese de doutorado, “Antecedentes portugueses da colonização do Brasil”, é que preferimos apresentar primeiramente as referências de Celso Furtado, num duplo aspecto: as proposições dos autores em sua própria argumentação, e o modo como foram incorporadas no texto. Só assim poderemos entender a obra enquanto confluência de outros textos, confluência que se percebe numa forma particular de reunião e de explicação que os reorganiza mediante interpretações que *já não são*, de fato, as dos autores citados, mas a expressão de um pensamento original. Vamos expor primeiramente aspectos das obras de Henri Pirenne, António Sérgio, Nelson Werneck Sodré e René Gonnard para depois examinarmos como foram incorporados na obra de Celso Furtado. Assim, essa precedência na ordem da exposição não implica na primazia desses autores, de forma que podemos entender a primeira parte de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* como um resultado que não pode ser explicado unicamente por esses autores. Ao contrário, essa ordem expositiva apenas servirá para ressaltar a *utilização* que Celso Furtado faz do material consultado.

¹³⁵ Idem, p. 113.

Henri Pirenne: o feudalismo, as cidades e comércio

Henri Pirenne será um autor recorrente em nossa exposição, tratando-se de uma referência fundamental. Não apenas seu entendimento do feudalismo, mas toda uma interpretação do capitalismo e as ligações com a cultura histórica francesa estão presentes ao longo do texto que analisamos. As menções freqüentes, por vezes repetitivas, que faremos à sua produção, permitirão marcar a presença desta em questões importantes da história colonial brasileira, tal como foi apropriada por Celso Furtado. Por ora nos interessa, sobretudo, a sociedade e a economia medieval.

A categoria feudalismo em Pirenne não pode ser pensada sem o seu elemento contrastante que permite o desenvolvimento e a delimitação do termo. A caracterização da instituição feudal é feita tendo sempre como contrapartida a idéia de cidade, sinônimo de comércio, circulação monetária, e local das instituições governamentais e administrativas desde o Império Romano. Ao mesmo tempo, é também uma categoria que se constrói historicamente, a partir das relações da Europa com o mundo islâmico. É acima de tudo a forte presença do Islã que irá dissolver essa urbanidade européia, impondo o isolamento cultural como resposta à expansão militar dos seguidores de Maomé. Para Pirenne, as cidades possuem uma relação direta com o comércio. É o dinamismo deste que lhes dá brilho e importância, ou, inversamente, é o estancamento das atividades comerciais que determina a decadência das cidades. Assim, na época carolíngia, o fim do comércio e a decadência das cidades irão formar o mundo rural, no qual a produção econômica deixa de gerar excedentes e passa a ser auto-suficiente ao domínio, uma vez que cessam os intercâmbios comerciais e o meio circulante vai se tornando escasso.

A importância decisiva dada à conquista e expansão islâmica é crucial para explicar o desaparecimento do modo de vida urbano da população. A partir desse processo, surge a constituição de Estados sem correspondência com o Estado urbano romano, devido, precisamente, ao fim do comércio marítimo mediterrânico, que desde Roma foi a base econômica que garantiu a unidade européia. Embora houvesse, ainda, algum contato comercial que garantisse certa expressão a algumas cidades portuárias, essas

relações com o mundo bizantino cessaram a partir do dia em que a preponderância do Islã não permitiu mais aos comerciantes cristãos aventurar-se para além das águas gregas e da Itália meridional.

Desde então, o mar não foi para os países ocidentais o grande estimulador do espírito de empresa. Encara-se-lhe unicamente com o terror de aparecer no horizonte umas velas inimigas [...] A partir do século VIII, a Europa ocidental viveu durante trezentos anos separada de todos os países do ultramar¹³⁶

Uma vez que cessa esse comércio, “o desaparecimento das cidades”

ocasiona uma profunda transformação na economia rural. Os produtos da terra, vendidos nos mercados urbanos, perderam pouco a pouco seus compradores. Tendo cessado a divisão do trabalho social que, em todas as sociedades avançadas, põe em relações de produção e consumo recíprocos a cidade e o campo, a população agrícola não produzia em conseqüência além de satisfazer suas próprias necessidades¹³⁷

Assim, a decadência do comércio irá modificar a divisão do trabalho social, a terra se tornará a única espécie de riqueza, e as relações sociais se conformarão a partir da vinculação de cada indivíduo com a propriedade fundiária: proprietários ou arrendatários (*tenaciers*). Em conseqüência, “resultará um estancamento quase total do comércio; e, a despeito de algumas indústrias locais [...] um desaparecimento quase completo da atividade industrial e da circulação monetária”.¹³⁸

O que importa destacar nessa discussão é justamente a relação entre cidade, comércio, no caso, comércio marítimo mediterrânico — cuja circulação de mercadorias pelas diversas cidades possibilita sua realização e justifica a pujança dos centros urbanos precisamente em suas funções de entreposto, com suas feiras, ponto de encontro de viajantes e comerciantes ambulantes — e sua face social, o comerciante.

António Sérgio: a burguesia comercial marítima e os descobrimentos portugueses

Na introdução de seu trabalho, Celso Furtado lembra que “a idéia central discutida na primeira parte desta tese apareceu como *hipótese de trabalho*, pela primeira vez, *nas*

¹³⁶ PIRENNE, Henri. *Histoire de Europe* [1917]. 11ª edição. Paris: Alcan; Bruxelas, N.S.E, 1936, p. 59-60. [tradução nossa].

¹³⁷ Idem, p. 61.

¹³⁸ Idem, p. 64.

considerações histórico-pedagógicas do ensaísta português António Sérgio, publicadas em 1915”.¹³⁹ No entanto,

abandonando o método estritamente histórico encaramos os mesmos problemas de um ponto de vista sociológico. Não nos limitamos aos dizeres dos cronistas da época (A. Sérgio induziu sua ‘hipótese’ da análise de um trecho do cronista Zurara); procuramos constituir a marcha geral dos acontecimentos e captar-lhes o sentido”¹⁴⁰

Podemos usar esse trecho como ponto de partida à exposição da argumentação de António Sérgio. Com efeito, a tese segundo a qual o movimento das descobertas foi obra da burguesia marítima mobilizou debates importantes entre historiadores portugueses. A escolha deste intelectual português, entretanto, não foi fortuita. António Sérgio se destacara como um pensador democrático preocupado com a modernização da cultura portuguesa. Seus ensaios sobre a origem social dos descobrimento ocupam um lugar reduzido em sua obra, dividindo espaço com a literatura, a filosofia, a pedagogia e o socialismo humanista. Entretanto, o impacto de suas hipóteses foi profundo sobre os estudos históricos portugueses. Nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho: “utilizando a história, e muito bem, a fim de nos podermos libertar do peso morto do passado, não se desvencilhou, é certo, do esquema fundamental de Oliveira Martins, em cuja linha de impulso prossegue ao ligar a análise histórica aos problemas vivos dos vivos; mas contribuiu poderosamente para desentorpecer a pesquisa do mero comentário do documento inédito, lançando-a aos ventos da problemática e do indispensável fantasiar de hipóteses, e desmistificou com denodo e lucidez mitologias ritualizadas em que o pretérito é inventado ao serviço da conveniência de interesses instalados”¹⁴¹.

Em *A conquista de Ceuta (ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)*, António Sérgio desenvolve essa hipótese através do exame do texto de Azurara. Sua análise poderia ser classificada como de exegese, na qual determinadas passagens do cronista são minuciosamente analisadas, algumas inverossimilhanças apontadas para, ao fim, se deter na formulação de sua hipótese. Os principais argumentos que nos servem em

¹³⁹ FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais [1948]. São Paulo: Hucitec; ABPHE, 2001, p. 14.

¹⁴⁰ Idem, p. 15.

¹⁴¹ GODINHO, Vitorino Magalhães. “Sérgio: presença no passado, presença no futuro” [1971]. In: Idem, *Ensaio IV*. Humanismo científico e reflexão filosófica. Lisboa: Livraria Sá da costa, 1971, p. 265.

nossa análise são os seguintes: 1) João Afonso, “financista do rei, vedor de sua fazenda”, sugere a tomada de Ceuta, em detrimento de um grande torneio para armar cavaleiros aos filhos do rei, pois seria mais lucrativo para a fazenda real, além de que, os recursos seriam mais facilmente conseguidos se fossem empregados em uma empresa com perspectivas de retorno; 2) João Afonso poderia ser visto como o representante dos interesses da “burguesia do comércio marítimo, com caráter cosmopolita” e, nesse sentido, a conquista de Ceuta era o engajamento da Coroa no tráfico marítimo; 3) finalmente, a forma como foram obtidos os recursos para a empresa, todos originados dos comerciantes burgueses, prova a confluência dos interesses dessa classe com a conquista de Ceuta¹⁴². Dessa forma, antes que resultado de inclinações guerreiras e catequéticas, a obra dos descobrimentos foi empresa racional, elaborada com cálculo, visando lucro para as classes burguesas.

Essa hipótese, o envolvimento da burguesia na conquista de Ceuta, originou muitos debates em Portugal, o que levou António Sérgio a retomá-la em outros textos, alguns de caráter polêmico, como *Repercussões de uma hipótese: Ceuta, as navegações e a gênese de Portugal*, reunião de artigos publicados no periódico *Lusitânia*, no qual responde a três críticos, David Lopes, Jaime Cortesão e um terceiro interlocutor não nomeado, qualificado no prefácio como: “um férvido inimigo político, doutor e professor universitário”.¹⁴³ Concentraremos-nos, no entanto, nas duas primeiras respostas.

David Lopes, em sua *História de Arzila durante o domínio português*, de 1925, assim se refere à hipótese de António Sérgio no prefácio: “a proposição de António Sérgio é sedutora; talvez um dia seja a verdade; mas por ora é apenas hipótese. Não basta ter idéias novas para ter razão”.¹⁴⁴ Menos que uma refutação, António Sérgio aproveita a ocasião para discorrer sobre alguns aspectos metodológicos de seu trabalho, centrados no caráter hipotético de sua tese, “hipóteses de simples crítico, sem as menores pretensões de historiador”; “foi sob a forma de hipóteses — de mera hipótese excitadora — que aventamos as considerações do nosso ensaio”.¹⁴⁵ Em seguida, lembrando que a refutação de

¹⁴² SÉRGIO, António. “A conquista de Ceuta. Anotações” [1919]. In: SÉRGIO, A. *Ensaíes*. Tomo I. 3ª. Edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980, pp. 266-269.

¹⁴³ Idem. “Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a gênese de Portugal” [1925 e 1932]. In: SÉRGIO, A. *Ensaíes*. Tomo IV. 2ª. Edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1981, p. 8.

¹⁴⁴ Citado em: idem, p. 193

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*.

sua hipótese só pode ser descartada por outra explicação dos mesmos fenômenos, retoma sua idéia central:

a nossa idéia apóia-se, *sobretudo*, naquelas *três* outras considerações, a saber: 1^a: por que partiu de um financeiro (do ministro das finanças do rei de Portugal) a idéia ou plano da conquista de Ceuta?; 2^a: porque vemos a burguesia comercial, logo de início, tão desejosa da expedição?; 3^a: como conseguiu D. João I, no que respeita à obtenção de fundos, aquelas facilidades excepcionais concedidas pela burguesia? Compete doravante aos historiadores (supomos nós) ter em consideração estes novos problemas que o nosso ensaio fez nascer, — com o intuito, precisamente, de neles excitar uma atividade crítica¹⁴⁶

Por sua vez, Jaime Cortesão concorda em linhas gerais com as teses de António Sérgio, inclusive desenvolvendo-as e encontrando novos meios de comprová-las. Apenas com relação a dois pontos surgem divergências. Segundo António Sérgio, “parece-lhe, porém, que exagero a importância que tinha a praça [de Ceuta] como cidade mercantil, e que erro, por outro lado, no prévio acordo que imaginei possível entre a burguesia e o vedor do rei”. Embora reconheça a ressalva quanto ao primeiro ponto, quanto ao segundo, o autor continua a considerá-la “como boa hipótese excitadora”. Pois, uma vez

aceita a hipótese de que o motivo da empresa não foi o torneio de cavalaria nem o antagonismo de religiões, mas o benefício comercial, parece-me que a intervenção da classe interessada se pode *a priori* suspeitar, ao que suponho, quem quer que receba a primeira hipótese deve ter a segunda como probabilíssima¹⁴⁷

Além dessa argumentação, António Sérgio chama a atenção para outros trechos de Azurara, sobre as facilidades do rei em conseguir os recursos necessários para a empresa. Ao fim, acaba ressaltando o acordo entre sua tese e a do historiador: “embora não aceite completamente o conteúdo material dessa mesma hipótese, já adota Cortesão o *espírito* dela: e isso me basta”.¹⁴⁸

Em um terceiro ensaio, *Sobre a Revolução de 1383-1385*, desenvolve a hipótese de que a Revolução de Avis e a expansão marítima têm como origem o mesmo processo, a ascensão social da burguesa. Embora Celso Furtado não faça menção a este texto em

¹⁴⁶ Idem, p. 194.

¹⁴⁷ Idem, pp. 198-199

¹⁴⁸ Idem, 202.

particular, ele pode dar pistas importantes à sua interpretação tanto da Revolução quanto da caracterização do Estado. A Revolução tem como “situação social” a “luta de classes”, opondo a burguesia comercial e o povo contra os senhores rurais e a classe média, devido à crise ocasionada pela Peste, que resultou em uma grande concentração da propriedade fundiária e diminuição drástica da oferta de mão-de-obra agrária. Esse conflito, essa crise, se tornou plena quando

os armadores e mercantes de Lisboa e Porto (os *altos* burgueses do comércio marítimo, superiores por natureza a tal crise de braços, que afligia somente o burguês *pequeno*) se decidiram a desencadear a insurreição política e a assumir a chefia dos negócios públicos, assoldando para isto alguns homens de algo e incitando o povinho a passar aos actos — pelo que se entrou finalmente em revolução patente: revolução dirigida, organizada, politicamente aproveitada pelo Burguês dos portos, à sombra dos direitos do Mestre de Avis, que o Comerciante sustentava com razões e com guerra¹⁴⁹

Entendendo a Revolução enquanto conflito social entre classes econômicas e destacando o papel da burguesia na condução da revolução, António Sérgio caracteriza esse processo como de Revolução Burguesa: “cabe o nome de burguesa a uma revolução qualquer quando é o burguês *como burguês* quem dirige a luta, quem dela se aproveita; quando o burguês é, não soldado, mas *meneur* e político”.¹⁵⁰ Essa direção burguesa se percebe na organização e financiamento da luta, bem como na adoção de técnicas militares “próprias das formações de plebeus”, em contraposição ao “modo de guerrear do nobre”. Além disso, a burguesia assume a direção do Estado através de uma reformulação jurídica: “fazer do seu rei a encarnação de um Estado, ressuscitando o direito imperial romano, e substituir o aristocrata na direção efetiva: tal seria o caminho da revolução dos burgueses”.¹⁵¹

A insistência nesse tema, que aliás norteou o trabalho do historiador Jaime Cortesão, teve uma importância fundamental na renovação dos estudos históricos em Portugal, uma vez que possibilitou o abandono das teses românticas sobre as origens célticas portuguesas e do expansionismo como obra do “caráter” lusitano, entendendo as

¹⁴⁹ Idem, “Sobre a Revolução de 1383-85” [s/d.]. In: SÉRGIO, A. *Ensaios*. Tomo VI. 1ª. Edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1971, p. 124.

¹⁵⁰ Idem, p. 135.

¹⁵¹ Idem, p. 153

navegações enquanto produto de uma necessidade geográfica. Esse debate ainda é retomado no final do capítulo que estamos analisando, sob o título “*Revisão de algumas idéias gerais relativas à história da expansão portuguesa*”.

Nelson Werneck Sodré: Revolução Burguesa e imperialismo português.

Outro autor que mereceu atenção de Celso Furtado é o historiador marxista Nelson Werneck Sodré. Importância que encontramos na caracterização da Revolução de Avis enquanto Revolução Burguesa e na discussão sobre o papel do imperialismo português. Daremos alguma visibilidade a esses pontos recolocando-os na argumentação do próprio autor em *Formação da Sociedade Brasileira* (1944), o único livro de Sodré mencionado por Celso Furtado.

Para Sodré, “a gente lusa, a rigor, mal conheceu o feudalismo, realmente, e permaneceu sempre infensa às suas características principais”.¹⁵² A não existência do feudalismo se deve às

condições do solo lusitano, que não favoreciam o labor agrícola. Ao lado de condições peculiares da propriedade, com os privilégios, isenções e foros do clero e da nobreza, a embaraçar a existência do camponês, dos cavaleiros, dos peões — que eram gerais na Europa do tempo, mas que aí tiveram fisionomia próprias¹⁵³

Essa explicação, conquanto se afaste da linha interpretativa seguida por Celso Furtado, contém uma caracterização mais diversificada das classes sociais. Essa configuração possui dois pólos: a nobreza que gozava de privilégios de isenção e jurisdição para explorar os camponeses, aliada às Ordens e abadias que dividiram as terras conquistadas aos mouros. Em oposição, temos a burguesia comercial, cujo desejo de maior fortalecimento do poder real frente aos privilégios agrários irá delimitar as posições do conflito, no momento mesmo de sua própria ascensão econômica e social, obtida pela

¹⁵² SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 39.

¹⁵³ Idem, p. 38-39. Nesse sentido, poderíamos adiantar a distinção feita por Celso Furtado, criticando os autores que interpretam o sistema de donatarias como feudal, por se aterem a fatores jurídicos institucionais: “não nos interessa aqui caracterizar juridicamente as instituições feudais [...] parece-nos mais justo partir da análise dos fatos, da realidade das capitânicas como empreendimentos capitalistas, e não cingir-nos à sua configuração jurídica”. FURTADO, Celso, *Economia colonial no Brasil...* op. cit., p. 82. Essa classificação será retomada no item 2.2.

intensificação do comércio e declínio da agricultura, cujos braços migravam atraídos pelas oportunidades citadinas.

Esse conflito de interesses que perpassa as classes sociais portuguesas permite modificar e complexificar a explicação da Revolução de Avis. A relação com Castela e os problemas de sucessão ficam secundados pelos conflitos internos à sociedade portuguesa. Por outro lado, do próprio conflito de interesses, “o precoce nacionalismo luso” tem como característica uma “aversão ao regime feudal”.¹⁵⁴ Essa revolução é caracterizada por uma nova relação hierárquica as classes e suas atividades econômicas. A partir de então é a atividade mercantil, concentrada nas cidades, verdadeiro pólo dinâmico da sociedade portuguesa que irá assumir a preponderância frente à nobreza, a cujos privilégios o Rei se volta contra. Por sua vez, há nessa ascensão da burguesia diversos interesses em jogo, como

das importantes colônias estrangeiras nos portos, do internacionalismo comercial, do judaísmo a ele ligado, das ânsias da cidade, da miséria camponesa em busca dos centros urbanos, dos letrados que cercam o rei — e do rei que se arrima ao ouro dos negociantes, para poder congrega a todos esses elementos, em torno do trono, e empreender, com eles, a arrancada do imperialismo colonizador, precedido que fora pela expansão do comércio marítimo, origem do capitalismo moderno

Em conseqüência, a sociedade lusa se tornará “permanentemente instável. Não chegará a estratificar-se. Ficará, invariavelmente, plástica, permitindo uma constante mobilidade vertical, acolhendo o acesso e a passagem, individual ou de grupos, de uma classe a outra. Nenhuma delas se fixou, como um círculo fechado...”¹⁵⁵

O último ponto que desejávamos destacar é a questão do imperialismo e dos monopólios na decadência comercial portuguesa nas Índias. As grandes navegações surgem como resultado da orientação política dada pela burguesia mercantil ao Estado português. No entanto, se a princípio o rei patrocina e concede privilégios para a navegação a grupos de negociantes, a partir de D. João II, o próprio rei passa a exercer o monopólio do comércio, junto com seus fidalgos, no máximo em frotas mistas, em união com particulares. Para Sodré,

¹⁵⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 40.

¹⁵⁵ Idem, p. 41.

essa transição anômala, do comércio particular para o comércio real, de atividade livre em atividade monopolizada, vai arruinar, no seu desenvolvimento, a grandeza conseguida. Dela se originam competições novas, entravamentos decisivos e, finalmente, um antagonismo perigoso entre o rei e os mercadores particulares, chegando à expulsão do elemento judeu, núcleo da classe mercantil. Daí se originará o princípio de que, para ser proprietário, para receber terras, nas conquistas ultramarinas, ser necessário a condição de cristão — transição da rivalidade econômica ao plano da raça e da fé¹⁵⁶

Ou seja, o próprio sentido burguês das grandes navegações sofre alterações que, ao transformar em privilégios de nobiliarquia e de relações pessoais a inserção nos negócios asiáticos e africanos, refreiam a ampliação à gama da população dos ganhos advindos do comércio. Nesse sentido, a decadência da expansão portuguesa é vista como resultado de uma tensão interna entre o Rei e a burguesia. Conflito esse que a monarquia irá conduzir reorientando-o de disputa econômica para disputa religiosa, atacando tanto o “comerciante urbano judeu”, quanto o “trabalhador agrário mouro”.¹⁵⁷

Nesse processo, Rei e fidalgos se tornam comerciantes, mas operando em padrões de exploração que passam por relações pessoais e hierárquicas extra-econômicas. A burguesia perde espaço, tendo como alternativa a emigração para as terras conquistadas.

Surge então uma “antinomia” entre os interesses comerciais que se concentram na monarquia através dos monopólios, e o caráter religioso que esta adquire com o tempo e em luta contra os judeus e mouros, no próprio processo de consolidação do poderio econômico real, já em aliança com a nobreza portuguesa. Essa antinomia econômica, cuja manifestação é religiosa, irá explicar a adesão portuguesa à Contra-Reforma.

René Gonnard e a vocação portuguesa

Retomando as discussões sobre as teses românticas na explicação do expansionismo português, Celso Furtado dedicou um apêndice, intitulado “Revisão de algumas idéias gerais relativas à história da expansão portuguesa”, como complemento do capítulo da tese de doutorado que estamos analisando. Há a escolha de um interlocutor específico, René

¹⁵⁶ Idem, p. 48

¹⁵⁷ Idem, p. 49.

Gonnard, professor de história do pensamento econômico na Faculdade de Direito de Lyon e que publicara em 1947 *“La conquête portugaise: découvreurs et économistes*. O autor, doutor *honoris causa* pela Universidade Técnica de Lisboa, teve seu livro *Histoire des doctrines économiques* (1921-22) traduzido em Portugal em 1942. O tom da discussão levantada por Celso Furtado tem como ponto nodal “certas idéias que ainda circulam na Europa e são reproduzidas em obras dedicadas a este assunto”.¹⁵⁸ O livro de Gonnard, portanto, é escolhido como modelo de idéias que devem ser combatidas, pois “não resistem a uma análise histórica ou sociológica mais detida”. Além disso, “sua persistência [dessas idéias] só se explica pela pouca vulgarização que têm tido os trabalhos dos modernos historiadores e sociólogos de língua portuguesa nos centros culturais europeus”.¹⁵⁹ O objetivo de Celso Furtado é duplo: ao mesmo tempo que se insere na discussão sobre história do pensamento econômico na França —, e a escolha de um autor reconhecido denota isso — se coloca como portador de uma contribuição importante ao divulgar os conhecimentos de “historiadores sociólogos de língua portuguesa”. Em outro nível, ainda, coloca as relações culturais assimétricas entre a produção de conhecimento nos centros culturais europeus de um lado, e nos países de menor expressão.

Gonnard, ao explicar os descobrimentos portugueses, examina alguns elementos determinantes de sua primazia: fatores geográficos, históricos e psicológicos. Furtado, contrariando essas teses, as mesmas combatidas por António Sergio nas décadas de 1910 e 1920, assinala que não havia qualquer determinismo geográfico para o expansionismo português, seja em relação à independência de Castela, seja em relação aos descobrimentos. As diferenças de trajetórias entre Portugal e Castela podem ser encontradas antes do expansionismo, na própria continentalidade portuguesa¹⁶⁰, com uma forte ênfase na agricultura, que contrastava com o período guerreiro e comercial de Castela. Apenas posteriormente, e nesse sentido a argumentação de Celso Furtado é histórica, o poderio crescente de Castela, coetâneo ao desenvolvimento das cidades portuárias e da burguesia marítima na região do Porto, fez com que essa rivalidade se configurasse economicamente. Esse conflito, fundamentando ou criando as condições objetivas para se encaminhar a

¹⁵⁸ FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil...* op. cit., p. 40.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁰ Valendo-se de uma citação de Fidelino de Figueiredo, provavelmente retirada de *Casa-grande & Senzala*, Celso Furtado afirma, “não foi o mar que levou Portugal a separar-se de Espanha, pois também há continentalidade no território português, afirma aquele historiador”. Idem, p. 42.

formação do Estado português, teve o apoio da burguesia. Esta, não só levou a cabo a Independência de Portugal ao apoiar o Mestre de Avis, como, a partir deste momento, orientou o Estado português para a expansão comercial marítima.

Quanto aos fatos históricos, se Gonnard vê uma continuidade do espírito guerreiro que animou as cruzadas na expansão marítima, sobretudo pela permanência de cruzados em terras portuguesas recebidas pela guerra e expulsão dos muçulmanos da península, Celso Furtado, ao contrário, apoiando-se em Gilberto Freyre, assinala que duas classes distintas são responsáveis pela formação histórica de Portugal: de um lado, os cruzados e os estrangeiros que se fixaram como senhores de terras; de outro a sociedade moçárabe, herdeira da cultura moura, constituída de artesãos, comerciantes e agricultores e que formou o núcleo da burguesia portuguesa. Destarte, a ligação do espírito da Reconquista com os Descobrimientos pode ser apenas indireta, uma vez que, “aliando-se à burguesia dominante, os antigos senhores territoriais fecundaram-na com o seu idealismo de classe de conquistadores. O elã da luta religiosa será posto a serviço da expansão comercial”.¹⁶¹

Esse fator histórico atribuído à Reconquista se mistura com o fator psicológico, também este tributário do espírito guerreiro e do gosto de aventura que animavam os cruzados. Muito ao contrário, argumenta Celso Furtado, a parcela humana importante nas navegações tem origem na sociedade moçárabe. Por outro lado, também a ociosidade da classe senhorial seria indiretamente responsável pela expansão marítima por lhes proporcionar o ganho fácil, eximindo-lhes de qualquer esforço de trabalho. Essa ociosidade, antes que um fator positivo e dinâmico, era a expressão de um processo de decadência por que passava a classe senhorial. Decadência da agricultura e, conseqüentemente, da renda dos senhores feudais, obrigados a procurar postos no aparelho do Estado recém formado, granjear concessões no ultramar e, até mesmo, se envolver com ofícios urbanos.

Essas críticas não nos podem enganar sobre a importância desse livro para Celso Furtado. Ou melhor, elas não dão conta da presença do historiador das idéias econômicas em *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Veremos mais adiante que o valor informativo do livro foi incorporado em um dos capítulos da tese de doutorado, indicando o caráter instrumental das leituras na constituição do pensamento de Celso Furtado¹⁶².

¹⁶¹ Idem, p. 45.

¹⁶² Como apêndice, ao final do texto, encontra-se uma comparação entre trechos de Celso Furtado e René Gonnard.

Celso Furtado

Pelo que acompanhamos até agora do capítulo “*Os fundamentos sociais da expansão lusitana*”, podemos afirmar que a argumentação de Celso Furtado é feita por uma articulação entre as proposições de Henri Pirenne e António Sérgio. As propostas de Pirenne sobre a relação antagonica entre cidade, comércio e comerciantes se contrapondo ao isolamento cultural e à estagnação econômica servem-lhe para caracterizar o feudalismo. Por seu turno, a análise da estrutura social portuguesa, partindo de António Sérgio, com sua ênfase na burguesia marítimo-comercial e na importância dos portos portugueses como entrepostos para os produtos orientais desde os séculos XII e XIII, permite refutar a existência do feudalismo em Portugal, singularizando a experiência dos descobrimentos e a aliança de classes que institui o Estado português.

Assim, partindo da definição de feudalismo como isolamento cultural e ausência de trocas monetárias, Celso Furtado hierarquiza essas duas instâncias: “tanto a causa social geral — o desaparecimento de contatos entre povos e culturas — quanto a causa econômica particular — a supressão do comércio — que estão nos fundamentos da ordem feudal não representam na península o papel que desempenharam em outras regiões do continente”.¹⁶³ Essa hierarquização de uma causa social geral e uma causa econômica particular, portanto, serve para chamar a atenção justamente para o primeiro elemento, o isolamento entre povos e culturas. É esse, justamente, um dos pontos no qual irá se deter para refutar o feudalismo em Portugal: a existência de contatos constantes com os mouros e a retomada do comércio já no século XII. Assim, ao fazer uma gênese das classes sociais em Portugal, vale dizer, da burguesia comercial marítima e dos senhores, herdeiros das terras oriundas da reconquista —tal como faz António Sérgio, e diferentemente da complexificação que encontramos em Werneck Sodré — segue o ensaísta português ao ressaltar justamente os contatos comerciais da burguesia, uma vez que “as origens da burguesia lusitana remontam à Idade Média. Os portos da costa portuguesa, com o seu natural cosmopolitismo, constituíram o ponde de partida dessa classe”.¹⁶⁴

¹⁶³ Idem, 22-23.

¹⁶⁴ Idem, p. 23. Vale indicar que nessa argumentação há uma paráfrase de um parágrafo de *Casa-Grande & Senzala*, que indicaremos no apêndice.

Assim, tendo marcado o caráter cosmopolita das classes comerciais portuguesas para refutar o feudalismo, Celso Furtado irá desenvolver em seguida as peculiaridades históricas de Portugal em relação aos outros países europeus. A construção da argumentação é formada por uma série de oposições que permitem caracterizar em um nível mais geral, a singularidade lusitana nos quadros da história européia e, num segundo nível, que poderíamos chamar de interno, delimitar os conjuntos sociais presentes no período anterior e posterior à formação do Estado português.

No plano europeu, predominam o isolamento cultural, a interrupção do comércio e a decadência das cidades. A sociedade se estrutura em ordens e tem como base econômica o trabalho agrícola e no plano social os senhores feudais e os camponeses. Nesse quadro, o recrudescimento do comércio, a partir do século XIV, acontece fora da sociedade, não alterando sua estrutura devido à resistência dos valores feudais, ancorados em ordenamentos jurídicos rígidos, numa tradição arraigada de vida agrícola e no poder dos senhores feudais.

Em Portugal o quadro social é diferente. Ao isolamento cultural europeu, Furtado contrapõe a existência de dois sistemas culturais, o cristão e o muçulmano, este último sendo o elemento dinâmico devido à sua relação com o comércio e as atividades artesanais urbanas. O sistema de cultura cristão, por sua vez, é relativamente recente, tendo origem nas terras apropriadas aos mouros pelos cruzados, não tendo se constituído num sistema agrícola tradicional como o europeu.

Diversa também é a forma de integração entre a burguesia e a nobreza. Se na Europa a resistência à burguesia por parte da nobreza é forte, de tal modo que o esforço dos novos comerciantes se orienta para sua assimilação às classes agrárias, em Portugal ocorre o inverso. Havia uma identificação maior entre a burguesia portuária e os cruzados, impedindo, desde o início, a formação de antagonismos entre nobreza e burguesia. Mas o contraponto vai além, pois devido à pequena identificação dessa nobreza com a terra e os labores agrícolas, num período de declínio de seu poder econômico, foi a burguesia que atraiu os nobres, por representar o setor economicamente dinâmico de Portugal, trazendo consigo uma experiência de mobilidade social, que permitiu a assimilação, não só da nobreza, mas também dos judeus, financiadores da marinha portuguesa.

Nessa reconstrução da formação social de Portugal, na qual está patente a presença da burguesia como classe dinâmica, o próximo ponto importante é a explicação da independência nacional e da Revolução de Avis, retomando as considerações de António Sérgio e Nelson Werneck Sodré.

Mais uma vez se aproxima do primeiro, ao entender como um mesmo processo a independência nacional e a expansão marítima. No entanto, embora cite uma passagem do segundo autor reiterando esse processo, vimos acima que a interpretação de Sodré leva em conta outros elementos, como os interesses eclesiásticos e a divisão territorial entre o norte e o sul.

A contraposição com a história européia reaparece nessa explicação, na medida em que não houve uma assimilação da burguesia pela nobreza em Portugal, mas o contrário, devido à precocidade com que esta reorientou o Estado para seus fins, dinamizando a economia e, num processo inverso, atraindo a nobreza para o Estado burguês, contando com sua já desenvolvida experiência de mobilidade social. Mobilidade essa que permitiu, ainda, a inclusão dos judeus nos negócios marítimos, financiando não só a Revolução de Avis como também a expansão marítima. Essa leitura, portanto, converge para as proposições de António Sérgio, principalmente no tocante à natureza do Estado, burguês, individualista, racional. Com essa argumentação, explica também o pouco tradicionalismo da nobreza portuguesa, a fraqueza dos privilégios de sangue e de linhagem, ao contrário da nobreza européia.

Em seguida, Furtado faz um balanço de sua argumentação, preparando o que poderíamos chamar um segundo momento de sua análise onde, após examinar a sociedade portuguesa, vai explicar como se dará a expansão marítima.

Retomando a exposição,

todo o sentido da história portuguesa nos começos da Idade Moderna está profundamente marcado por esses fatos fundamentais: a ascensão precoce de uma burguesia comercial cosmopolita e voltada para o mar; a absorção mais ou menos rápida da classe territorial pela burguesia e sua incorporação ao aparelho do Estado comercial ¹⁶⁵

¹⁶⁵ Idem, p. 30.

Nesse momento, desenvolve as conseqüências desses fatores: a ascensão precoce da burguesia, ao redirecionar o Estado para seus interesses mercantis, ocasionou a decadência da agricultura, aumentou a dependência de importação de matérias-primas para alimentação, induziu a população a abandonar os campos e se dirigir para as cidades portuárias. Furtado acaba assimilando essa finalidade comercial ao imperialismo, apontando para a decadência do reino:

a riqueza fácil trazida pelo comércio imperialista transformaria profundamente o sistema econômico do país, que passaria a se concentrar nas cidades e a se povoar de escravos. E essa transformação determinaria toda a evolução subsequente do Reino, reduzido a apêndice de um comércio de exploração das colônias. A vitalidade momentânea do país foi, destarte, uma resultante da exuberância do comércio expansionista. Enquanto subiu a maré desse comércio, o Reino floresceu. A estagnação e a decadência comerciais seriam igualmente decadência e estagnação de Portugal¹⁶⁶

Já sobre a assimilação da nobreza pelo Estado burguês, ela permitiu à nobreza o acesso “aos rendosos postos do aparelho expansionista do Estado”, garantindo a colaboração necessária à expansão, “colaboração essa que deu lugar à formação de uma política nacional que seria coerentemente seguida levando o Reino ao fastígio de seu poder e riqueza na época em que as outras monarquias européias lutavam pela consolidação de suas fronteiras nacionais”.¹⁶⁷

Essa política nacional coerentemente seguida sob a orientação burguesa teve seu primeiro ato na conquista de Ceuta. Celso Furtado analisa o episódio, retomando o ensaio de António Sérgio, *Repercussões de uma hipótese*. Dizemos retomada, pois esse trecho da tese de doutorado segue de perto o ensaio, reproduzindo, inclusive, as citações de António Sérgio dos textos de Jaime Cortesão e de Azurara e chegando a conclusões semelhantes: “o primeiro ato expansionista português surge, assim, como uma operação diretamente ligada aos interesses da poderosa burguesia comercial lusitana”.¹⁶⁸

A seqüência do texto analisa o resultado desse caráter comercial para o reino português. A assimilação dos interesses burgueses no Estado atinge seu ponto máximo nas

¹⁶⁶ Idem, p. 31.

¹⁶⁷ Idem, p. 33.

¹⁶⁸ Idem, p. 35.

expedições marítimas. Estas, no entanto, produzirão, segundo Furtado, os elementos para a decadência portuguesa. Importante, nesse ponto, o entendimento dessa decadência como resultante de contradições internas:

Os males da colonização e da decadência portuguesa que se processará implacavelmente desde inícios do século XVI serão igualmente resultante de contradições inerentes ao sistema que levaria à grandeza de Portugal. Essas contradições resultavam, em primeiro lugar, do extremo comercialismo a que se entregava o reino¹⁶⁹

Esse comercialismo, por sua vez, irá resultar em queda da agricultura devido à crescente dependência de importações. Além disso, haverá um grande afluxo de escravos para o reino, transformando Portugal em um intermediário na circulação de riqueza, abandonando o desenvolvimento de indústrias.

Outra contradição interna é o imperialismo de caráter militar, encarecendo os custos para o reino das operações e manutenção de postos militares à medida que desenvolvia a expansão. Já a terceira contradição recai sobre o papel do monopólio, o qual tanto Celso Furtado quanto Nelson Werneck Sodré concordam em que: “à proporção que Portugal passou a depender grandemente do comércio de além-mar, a classe burguesa começou a ser asfixiada pelo regime de monopólio de fato imposto pelos reis”. Mas, enquanto Werneck vê na passagem da concorrência para os monopólios a causa da ruína do reino, Celso Furtado entende que

essa grandeza jamais teria sido alcançada sem a atividade monopolizadora dos reis. O monopólio, se resultou da iniciativa dos reis, foi por outro lado o motor que conduziu o comércio português à sua maior grandeza. Isso não impedira, entretanto, que as contradições criadas pelo regime monopolista viessem a precipitar a decomposição do sistema econômico português. Assim é que as rivalidades, não se podendo resolver no plano estritamente comercial, foram freqüentemente transferidas para outro terreno¹⁷⁰

Esse terreno é a perseguição religiosa, como indica Nelson Werneck Sodré. Mas Celso Furtado não avança nessa discussão, ao contrário do autor carioca que, como vimos, percebe essa reorientação religiosa como uma antinomia entre os valores econômicos que

¹⁶⁹ Idem, p. 36.

¹⁷⁰ Idem, p. 36-37.

possibilitaram a expansão marítima e a riqueza portuguesa, baseados no comércio com o infiel, e os valores religiosos que, em última instância, condenam essa riqueza e buscam redirecionar o Estado, da expansão econômica para a expansão religiosa, dando àquela “uma componente anacrônica, contrastante, especificada no jesuitismo, representante típico da antiga ordem espiritual e política”.¹⁷¹

Para Celso Furtado, “a transferência da responsabilidade para os judeus era uma situação de desespero perfeitamente explicável nessas contingências [de acirramento das contradições internas]”.¹⁷² Ainda assim, há uma convergência de fundo entre Celso Furtado, António Sérgio e Nelson Werneck Sodré no diz respeito à explicação da decadência portuguesa por fatores internos, decorrentes da própria forma como a empresa dos descobrimentos foi sendo conduzida. Nesse sentido, António Sérgio e Nelson Werneck Sodré marcam a viragem da política comercial no reinado de D. João II, quando transforma em monopólios e concessões reais o tráfico de escravos e exploração aurífera na costa atlântica da África, mantendo esse sistema após a ocupação da Ásia, através da criação da Casa da Índia. Celso Furtado corrobora a percepção da decadência a partir do regime de monopólios com a ressalva de que este foi, também, a condição para a prosperidade e quase onipresença do comércio português nas rotas marítimas recém descobertas. Assim, o regime de monopólio, por si só, não explica a decadência portuguesa, para a qual se somou a concorrência externa e as transformações nas relações de poder na Europa, que culminaram na perda da independência política de Portugal em 1580.

Tendo concluído a exposição sobre os antecedentes históricos da expansão portuguesa, Celso Furtado discute no capítulo seguinte, “*A expansão comercial*”, a cronologia dos descobrimentos e as formas de ocupação territorial empreendidas pelos portugueses na África e na Ásia. Esse capítulo recoloca nossa discussão anterior do livro de René Gonnard sob um outro aspecto. Neste momento, as informações retiradas de “*La conquête portugaise*” formam o conteúdo histórico e narrativo do capítulo, ao mesmo tempo em que sua organização geral perde em organização e formalização, justamente pela proximidade com o autor francês. Temos, portanto, um momento em que essa organização é mais tênue, mais fraca, onde o movimento de seleção e organização de conhecimentos

¹⁷¹ SODRÉ, Nelson Werneck, *Formação da sociedade brasileira*, op. cit., p. 52.b

¹⁷² FURTADO, Celso. op. cit., p. 38.

que viemos rastreando em Celso Furtado se torna secundário. Podemos utilizar uma expressão de Antônio Cândido, o qual analisa esses momentos onde é perceptível a incorporação mais crua de outros textos e autores de “transposição direta mal assimilada”.¹⁷³

Em outras palavras, é nossa hipótese que esse capítulo “*A expansão colonial*” não tem a mesma estruturação formal porque segue de perto o texto de Gonnard, introduzindo, *enquanto uma discussão secundária*, os modelos de colonização. Quanto ao primeiro ponto, preferimos indicar em apêndice os trechos do texto de Celso Furtado que se aproximam inconfundivelmente de René Gonnard, além da repetição de citações do autor francês sem a indicação devida.

Na seqüência, portanto, iremos nos dedicar a um exame mais demorado a respeito dos modelos de colonização. Após uma brevíssima cronologia da conquista portuguesa, baseada em Gonnard, Celso Furtado ressalta que “interessa-nos apenas o sentido geral do grande acontecimento que foram as expedições e o comércio das Índias”.¹⁷⁴ Esse sentido, afirma, é primordialmente comercial, permitindo-lhe introduzir a discussão sobre colonização. Nessa passagem, o trabalho mais importante utilizado por Celso Furtado é o do antropólogo francês René Maunier, especializado no estudo do contato entre sistemas culturais diferentes decorrentes dos processos de colonização. A definição deste recai sobre o contato e assimilação de culturas, colocando em segundo plano os determinantes econômicos. Para Maunier, as condições para que haja colonização são a emigração e a dominação. Nessa dominação, além do aspecto político-militar, inclui-se a exportação de capitais e instrumentos de produção para os países novos. Em decorrência dessa definição, afirma Celso Furtado: “a atuação portuguesa no Oriente variou entre simples contato comercial e a dominação militar” e, mais adiante, “a ação dos portugueses no Oriente, quando ultrapassou os limites do simples contanto comercial, assumiu a forma de dominação *manu militari* de entrepostos comerciais, tais como Ormuz, Goa e Málaca”.¹⁷⁵

¹⁷³ “Sobre os problemas em se detectar a influência de um escritor sobre outro, diz: “ainda mais sério é o caso da influência poder assumir sentidos variáveis, requerendo tratamento igualmente diverso. Pode, por exemplo, aparecer como transposição direta mal assimilada, permanecendo na obra ao modo de um corpo estranho de interesse crítico secundário”. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. op. cit., p. 38.

¹⁷⁴ FURTADO, Celso. op. cit., p. 52.

¹⁷⁵ Idem, pp. 54-55.

Após a discussão desse conceito, a qual serviu para indicar que as expedições para Ásia não têm caráter de colonização, Celso Furtado retoma a narrativa descrevendo essa expansão, enumerando os produtos comercializados, fazendo um panorama sobre a forma desse comércio antes e depois dos portugueses e retomando as conseqüências funestas do monopólio e imperialismo para o Reino Português.

Ou seja, a discussão sobre colonização aqui é, de certa forma, secundária, *pois o conceito de colonização serve apenas para ressaltar o caráter comercial da expansão ao Oriente* que, no entanto, poderia ser compreendida, sem a introdução do conceito. Tanto assim que a exposição segue descrevendo as relações comerciais com o Oriente. Essa descrição termina reiterando uma idéia presente na bibliografia compulsada por Celso Furtado e enfatizada por Gonnard: a prosperidade da empresa gerou suas limitações e seu fim.

Terminada nossa exposição sobre a primeira parte da tese, tentaremos perceber alguns traços da organização do livro de Celso Furtado. A hipótese de trabalho — a burguesia é a mentora dos descobrimentos, proposta por António Sérgio —, foi retrabalhada em dois sentidos, no qual a formulação de Pirenne foi fundamental. Num primeiro momento, comparando a sociedade europeia de além Pirineus, pôde historicizar a formação da burguesia portuguesa enquanto um traço da originalidade histórica de Portugal, pela presença dessa classe desde a anterior constituição do Estado nacional português. Ao mesmo tempo em que essa presença da burguesia é também a prova da não existência de feudalismo em Portugal, segundo a definição do historiador belga.

Mas há, também, outra reformulação, ou complementação, da tese de Pirenne, para a qual o autor mobilizado foi Gilberto Freyre.

Num certo sentido, Celso Furtado vai além das propostas de Pirenne e Antonio Sérgio, resgatando um tópico importante da obra de Gilberto Freyre e revalorizando-o em sua argumentação. No texto, Celso Furtado não se limita a uma simples menção ao contato entre cristãos e muçulmanos na península, e do comércio marítimo que existia desde o século XII. Esse contato é redimensionado para a existência de um sistema cultural dinâmico, a cultura moçárabe, “núcleo da burguesia portuguesa”. Dessa forma, ainda que sobre o pano de fundo da categoria feudalismo, na apreensão da peculiaridade portuguesa, Celso Furtado soube mobilizar um argumento importante da obra de Gilberto Freyre,

revalorizando-o em sua argumentação. O termo deve ser enfatizado, pois na argumentação original de *Casa-Grande & Senzala*, a conceitualização da sociedade moçárabe é feita para comprovar a característica *mestiça* do povo português antes mesmo de sua chegada à América. Assim, Celso Furtado redimensiona a sociedade moçárabe na caracterização da peculiaridade portuguesa contrastando com o isolamento cultural europeu, argumentação esta na qual o conceito de *mestiçagem*, fulcro da interpretação de Freyre, *é não só prescindível, como efetivamente está ausente, na medida em que assimila esse sistema cultural à burguesia empreendedora dos descobrimentos.*

Ora, uma vez comprovada a não existência de feudalismo em Portugal pela presença da burguesia, é preciso mostrar como ela assume a direção dos negócios. É por isso também, que a revolução burguesa é explicada em contraposição com a situação da burguesia na Europa, para melhor explicitar o pioneirismo de Portugal. Nesse passo, a argumentação irá se deslocar da tese do feudalismo de Henri Pirenne e se estruturar na argumentação de António Sérgio, que também é endossada, e complexificada por Nelson Werneck Sodré, da presença da burguesia como mentora dos descobrimentos. Daí que a discussão se concentre na apropriação do Estado pela Burguesia, o cerne de todas as discussões de ensaísta português nos momentos em que retomou sua hipótese.

Até aqui, examinamos o tratamento dado à formação histórica de Portugal. Encontramos suas referências principais em Henri Pirenne e António Sérgio e vimos como esse quadro permitiu uma revalorização de um argumento de Gilberto Freyre. Podemos dizer que os dois primeiros autores foram fundamentais para a elaboração da primeira parte da tese de doutorado, enquanto o último, embora tenha fornecido elementos importantes na argumentação final de Celso Furtado, não teve a mesma importância *nesse momento do texto*. O que é preciso frisar, entretanto, é que longe de ser uma síntese bibliográfica, Celso Furtado articulou esses autores de uma maneira peculiar. Ao empregarmos, anteriormente, a palavra *uso* para nos referimos à apropriação que é feita dos autores, tínhamos em mente exatamente isso, uma certa leitura que reorganiza as anteriores.

Cabe agora, tentar levantar alguns aspectos dessa reorganização, ou, de uma maneira mais precisa, procurar um eixo que deslinde o pensamento que centralizou essas referências, dotando-as de novos sentidos.

Algumas pistas nesse sentido são dadas pelo próprio autor. Ao mencionar a idéia central desta primeira parte, “a burguesia comercial marítima portuguesa, precocemente desenvolvida, foi a força propulsora das Descobertas”, diz:

as idéias de Antonio Sergio, depois seguidas pelo historiador Jaime Cortesão, foram reformuladas nessa tese. Abandonando o método estritamente histórico — que é o dos autores citados — encaramos os mesmos problemas de um ponto de vista sociológico. Não nos limitamos aos dizeres dos cronistas da época (A. Sérgio induziu sua ‘hipótese’ da análise de um trecho do cronista Zurara); procuramos reconstruir a marcha geral dos acontecimentos e captar-lhes o sentido.

O objetivo da primeira parte da tese é extrair o traço-de-união entre o movimento de emancipação nacional português, as grandes expedições marítimas e a forma que apresentou a colonização do Brasil. No método adotado e na tentativa de aproximação de todos esses movimentos está a possível contribuição do presente trabalho¹⁷⁶

A primeira idéia que chama a atenção é distinção entre “método histórico” e “ponto de vista sociológico”. Isso porque Antonio Sergio elabora sua hipótese não do ponto de vista histórico, mas sim filosófico. Além disso, a argumentação de Antonio Sergio também pode ser classificada dentro do comentário filológico, uma vez que em suas várias re-elaborações, é sempre através de crítica documental e de interpretação do sentido correto das proposições dos cronistas que busca se justificar.

Já quanto ao artigo de Jaime Cortesão, esse sim de história, é possível que Celso Furtado não tenha tido acesso direto ao texto, uma vez que o trecho textualmente citado aparece também no ensaio de António Sérgio, e a indicação da página é imprecisa, se comparada com as outras indicações de livros que Celso certamente compulsou.

Assim, uma primeira tentativa de caracterização dessa distinção seria que o ponto de vista sociológico, *busca uma interpretação de sentido geral na sociedade*, a “a marcha geral dos acontecimentos”, em sua configuração como conflitos entre as classes, e sua capacidade de expressão no Estado. Como conseqüência, *o método histórico seria um amálgama de filologia das fontes, ou como dizemos modernamente, crítica das fontes, leitura de documentação primária, embasando o conhecimento do passado*. Mas, ainda adotando essa distinção, não podemos corroborar o abandono do “método estritamente

¹⁷⁶ Idem, pp.14-15.

histórico”. Com efeito, indicamos como o capítulo “*A expansão colonial*” é elaborado em forma de *narrativa histórica* e, a bem dizer, as duas primeiras partes da tese de doutorado são marcadas pelo desenvolvimento cronológico. Por outro lado, ao atribuir a “possível contribuição do presente trabalho” à junção dos movimentos de independência portuguesa, expansão marítima e colonização do Brasil, Celso Furtado está fazendo *tábula rasa* da argumentação de Nelson Werneck Sodré, a qual pudemos acompanhar e coincide *nesses traços gerais*. Antes de concluirmos esse item, entretanto, precisamos nos esforçar ainda um pouco para captarmos a linha argumentativa, revisitando, mais uma vez, e num nível mais abstrato, o texto. Embora haja uma narrativa histórica, ela não se detém nos personagens, mas procura explicar grandes estruturas de acontecimentos: a independência nacional, a formação do Estado, a caracterização das classes sociais e suas relações com aquele. Assim, o que sustenta a explicação é o caráter burguês e capitalista que dinamiza a história portuguesa. Agora, a independência nacional feita sob o patrocínio da burguesia irá reorientar a direção do aparelho estatal para a execução de seus interesses. O Estado, em consequência, é burguês, e a construção do texto está organizada para destacar o aspecto comercial da expansão marítima que decorre dessa nova orientação política impressa pela burguesia. Portanto, a ênfase está na assimilação entre formação do Estado e interesses econômicos. Dito de outro modo, a política aparece como uma instância necessária à formação do capitalismo. Entretanto, essa inter-relação é apreendida no processo histórico, pois, a despeito do alegado abandono do “método estritamente histórico”, entendido como crítica textual, é o processo histórico que permite a Celso Furtado captar a relação entre política e economia. Por outro lado, ao dedicar a primeira parte da tese de doutorado aos antecedentes portugueses podemos aventar não só a conformidade com os principais autores citados, Henri Pirenne, António Sérgio, Nelson Werneck Sodré e Gilberto Freyre, mas também a delimitação do outro pólo comercial da colônia, a metrópole. Se estivermos corretos, a ênfase no Estado português de um lado, e na economia colonial, de outro, expressa a natureza da relação comercial e hierarquiza as instâncias na qual a exploração ocorre: poder político metropolitano e coerção e dependência econômica na metrópole como resultado de relações desiguais de poder e de decisão. Aqui podemos encontrar a presença de François Perroux em seus trabalhos sobre o efeito dominação, assim como as preocupações com as assimetrias no comércio internacional de Maurice Byé.

2.2 A Formação da Colônia

Essa segunda parte, intitulada “Formação da colônia”, divide-se em quatro capítulos: a economia do pau-brasil, sentido da colonização, economia da cana-de-açúcar e, finalmente, formação da sociedade colonial.

A continuação do texto nos permitirá esmiuçar os procedimentos metodológicos no campo da história, desenvolvidos por Celso Furtado. Há uma mudança de preocupações nessa parte do texto, colocando novos problemas. Direcionando a atenção para o Brasil, altera-se a forma de exposição, uma vez introduzido o diálogo com a produção histórica brasileira e com fontes documentais referentes ao período examinado. Importa agora explicitar a incorporação da tradição de estudos históricos e econômicos brasileiros e o uso de fontes primárias na construção da argumentação. O método adotado para perceber a interface entre o texto final de Celso Furtado e as referências utilizadas será o mesmo da seção anterior. Entretanto, o procedimento será diverso, pois trata-se agora de deslindar o raciocínio histórico baseado em documentação.

2.2.1 A Economia do pau-brasil

A construção desse item sobre o pau-brasil irá enveredar por outra vertente, assumindo o aspecto de erudição histórica: discussão sobre a origem das informações, confronto de textos coetâneos, tentativas de estabelecer eventos. Essa virada é devida à bibliografia usada por Celso Furtado. Com efeito, veremos que os textos mais utilizados na elaboração do capítulo — *O pau-brasil na história nacional* (1939), de Bernardino José de Souza, *Formação econômica do Brasil* (1937) de Roberto Simonsen e a edição de *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550* (1850) — dedicam espaço para essas questões. O primeiro texto, a monografia sobre o pau-brasil, foi muito usada, sendo a possível fonte da maioria das citações de documentos históricos. Nosso critério para avaliar isso foi: a) os trechos citados são os mesmos; b) as edições citadas são as mesmas, inclusive repetindo erros e omissões quanto à data, local ou obra em que o texto ou documento está inserido; c) postas no contexto de onde são extraídas, as citações têm finalidades argumentativas

semelhantes; d) os livros dos quais os excertos são retirados serviram na argumentação. Embora seja uma metodologia meramente indicativa, acreditamos que ela dá uma explicação melhor de que supomos que Celso Furtado tenha relido uma ampla e diversa gama de documentação primária de difícil acesso em um só país, e tenha chegado às mesmas conclusões, selecionado os mesmos textos relevantes, usado as mesmas edições. Para indicarmos essas passagens, quando analisarmos um desses trechos, citaremos juntos, em nota de rodapé, a tese de doutorado e o livro do qual a o trecho foi extraído, para facilitar a comparação.

O primeiro capítulo da segunda parte da tese intitula-se “*A economia do pau-brasil*” e situa a “descoberta” do Brasil no processo de expansão marítimo-comercial e nas formas de interação estabelecidas entre os portugueses e os diversos habitantes dos novos territórios. A única riqueza encontrada na nova terra é uma madeira de tinturaria conhecida como pau-brasil, cujo valor relativo às especiarias da Índia, ao ouro e ao comércio de escravos africanos é muito inferior. A comercialização do produto é declarada monopólio real a partir de 1503 e a extração é concedida a um “grupo de mercadores lisboetas. Eram estes elementos da burguesia interessados diretamente nas atividades comerciais”.¹⁷⁷ Em outras palavras, essa concessão demonstra a ambiguidade dos negócios lusitanos, no qual Estado e burguesia participam dos novos empreendimentos comerciais, conforme insistira em apontar na primeira parte da tese.

As informações sobre os primeiros arrendatários, bem como as características gerais do contrato de arrendamento são indicados mediante citação de documentos contemporâneos, tais como a *Carta de quitação d’El Rei D. Manuel*, uma carta de Pietro Rondinelli e a *Relazione* de Lunardo Cá Messer.¹⁷⁸

A seqüência do texto apresenta *os testemunhos da época relativos ao pau-brasil*. Celso Furtado assinala a atenção dos cronistas sobre a “única riqueza desse trecho das Índias ocidentais”.

Iremos, portanto, nos deter na relação entre as fontes históricas e a construção do objeto. Ou seja, tentaremos apontar em que medida o recurso aos depoimentos foi

¹⁷⁷ FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil...*, op. cit. p. 61.

¹⁷⁸ Nos textos de Roberto Simonsen e Bernardino Souza, bem como no texto em francês da tese, o nome aparece Chá. SOUZA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional* [1939]. Com um capítulo de Artur Neiva e Parecer de Oliveira Vianna. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 59-61.

imprescindível para a elaboração da questão da “economia do pau-brasil” ou se se trata de um recurso ilustrativo. Esse é o instrumento que encontramos para avaliar a alteração verificada nessa segunda parte de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, com a incorporação de documentos históricos para os ciclos da história brasileira.

Os documentos são primeiramente apresentados da seguinte forma: “todas as crônicas da época referentes ao Brasil assinalam como única riqueza desse trecho das Índias ocidentais o precioso vegetal [pau-brasil]”.¹⁷⁹

O primeiro documento é trecho de uma carta enviada para Pedro Soderini por Américo Vespúcio. O excerto enumera a madeira de tinturaria entre outras árvores: “nela [na viagem de navegação de Américo Vespúcio] não encontramos nada de proveito, exceto infinitas árvores de pau-brasil, de canafístula e das que se tira mirra e outras maravilhas da natureza, que seriam longas de referir”.¹⁸⁰

A próxima citação é extraída de *Les singularitez de la France Antartique* de André Thevet: há uma descrição da árvore e do uso para tinturaria que o miolo do tronco possui. Assinala também a crescente quantidade dessa madeira que os portugueses comercializam e que os franceses obtêm por tráfico¹⁸¹.

À Jean de Lery, na sua *Histoire d’un Voyage fait en terre du Brésil*, “devemos interessantes referências à exploração do pau-brasil”.¹⁸² Entretanto, menos que dados sobre a exploração da madeira, encontramos uma descrição de seu formato¹⁸³. Assim também o

¹⁷⁹ Idem, p. 63.

¹⁸⁰ Idem, ibidem.

¹⁸¹ “[...]C’est arbre, nommé en leur langue Oroboutan, est très beau à voir, l’escorce par dehors est toute grise, le bois rouge par dedans, et principalement le coeur, lequel est plus excellent, aussi s’en chargent-ils le plus. Dont ces Portugais, dès lors en apportèrent grande quantité; ce que l’on continue encores maintenant; et, depuis que nous en avons, eu congnoissance s’en fait grande traffique...”. FURTADO, op. cit., p. 64. Celso Furtado indica em nota de rodapé que a primeira edição é de 1558, sem citar a página e a edição que efetivamente usou. Consultando a edição de Paul Gaffarel de 1878, encontramos para o trecho citado a seguinte indicação: “(Léry § XIII) a donné une description de l’araboutan et des autres bois de teinture brésiliens”. THEVET, André. *Les singularitez de la France Antartique* [1558] (Avec notes e commentaires de Paul Gaffarel). Paris: Maison Neuve & Cia, 1878, p. 307.

¹⁸² FURTADO, Celso. op. cit., p. 64

¹⁸³ “Entre les arbres plus célèbres et maintenant cogunus entre nous, le bois du Brésil [...]. Ceste arbre donc que les sauvages appellent Araboutan croisist ordinairement aussi haut et branhu que les chesnes des forests de ce pays, et s’en trouve de si gros que trois hommes ne sçavroyent embrasser un seul pied...”. FURTADO, op. cit., p. 64; SOUZA, Bernardino José. op.cit., p. 35. Bernardino cita este trecho, porém na tradução de Monteiro Lobato.

trecho de Pero Magalhães Gandavo, apresentado na sequência, muito mais próximo de uma descrição que da exploração da mesma¹⁸⁴.

Prosseguindo, o autor acrescenta um novo elemento na análise: “a exploração do pau-brasil determinou os primeiros contatos entre os portugueses e os habitantes da terra. A colaboração do elemento indígena foi imposta pela própria natureza do trabalho. As crônicas da época assinalam esse fato”. Apresenta, então, outro trecho de André Thevet descrevendo os indígenas na tarefa de cortar e transportar a madeira em troca de objetos de pouco valor¹⁸⁵.

A seguir, temos uma longa transcrição do *diálogo das grandezas do Brasil*. Apresenta-o nos seguintes termos: “notáveis por vários motivos são as informações que nos transmitiu o autor incerto dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, obra da segunda metade do século XVII”.¹⁸⁶ No trecho encontramos o relato da função e das regiões onde pode ser encontrada a madeira¹⁸⁷; o monopólio da coroa, arrendamento e lucro para a fazenda real¹⁸⁸; a extração e o transporte, contando com escravos da terra e de Guiné¹⁸⁹ e, por fim, o lucro dos comerciantes¹⁹⁰.

¹⁸⁴ “Também há muito pau-brasil nestas capitânicas de que os mesmos moradores alcançam grande proveito: o qual pau se mostra claro ser produzido da quentura do sol, e criado com a influência de seus raios, porque nem se acha senão abaixo da tórrida Zona...”. FURTADO, op. cit., p. 65; SOUZA, Bernardino José., *idem*, *ibidem*.

¹⁸⁵ “[...] les sauveges du país le couppent et decepent eux memes, et aucunefois le portent de trois ou quatre lieues, jusques aux navires, il vous laisse à penser à quelle peine, et ce pour appetit de gagner quelque pauvre accoutrement à méchant doublure ou quelque chemise”. FURTADO, Celso. op. cit., *ibidem*.

¹⁸⁶ FURTADO, Celso. op. cit., p. 66.

¹⁸⁷ “O mais perfeito e de maior valia é o que se tira das capitânicas de Pernambuco, Tamaracá e Parahiba [...]. E assim somente do que se tira das três capitânicas se faz, e se leva para o Reino”. FURTADO, Celso. op. cit., p. 66; SOUZA, Bernardino José. op. cit., p. 37.

¹⁸⁸ “o pau do Brasil é droga sua, e como tal defeso; de modo que só o rei ou os que tiverem licença sua por contrato [...] Todo o Brasil rende para a fazenda de Sua Majestade sem nenhuma despesa, que é o que mais se deve estimar” FURTADO, Celso. op. cit., p. 66-67; SOUZA, Bernardino José. op. cit., p. 37-38.

¹⁸⁹ “Vão-no buscar doze, quinze e ainda vinte léguas distante da capitania de Pernambuco, aonde há maior concurso delle, porque não se pode achar mais perto pelo muito que é buscado [...] e estes homens occupados neste exercicio levam consigo pera a feitura do pau muitos escravos de Guiné e da terra [...]; o qual, depois de limpo, se ajunta em rumas, donde o vão acarretando em carros por pausas até o porem nos passos, pêra que os bateis possam vir a tomar”. FURTADO, Celso. op. cit., p. 67; SOUZA, Bernardino José. op. cit., p. 38.

¹⁹⁰ “[...] há muitos homens destes que fazem Brasil, que colhem em cada anno a mil e a dois mil quintaes delle, que todos acarretam com seus bois; e depois de posto o vendem por preço de sete a oito tostões o

Somente após esses trechos podemos ler um comentário sintético de Celso Furtado:

a exploração do pau-brasil era feita por intermédio de feitorias estabelecidas em alguns pontos do litoral. Nesses locais, alguns europeus dirigiam o trabalho, que consistia na busca, no corte, na serragem e no descascamento da madeira, trabalho executado pelos silvícolas em troca de algumas bugigangas ou ferramentas. O transporte dos toros até o litoral era executado, de início, só com a força muscular dos homens da terra, e só posteriormente foram introduzidos animais de tiro¹⁹¹

Síntese que se refere, sobretudo, à extração da madeira nos primeiros tempos, uma vez que não menciona os escravos de Guiné que vimos mencionados na nota de rodapé, por se tratar de período posterior. Até aqui, portanto, percebemos na ordem da exposição um certo desencontro entre os temas apresentados e as fontes citadas. Estas, pelo que procuramos indicar, foram retiradas de outras obras, sobretudo de Bernardino José de Souza, no capítulo “O pau-brasil na descrição dos velhos cronistas, corógrafos e naturalistas”. Possível exceção para os textos de Jean de Léry e André Thevet, embora os dados bibliográficos citados são imprecisos, faltando seja indicação da página no caso do primeiro e da edição ou manuscrito e a folha ou página, no caso do segundo. É possível, no entanto, que Celso Furtado tenha consultado esses dois textos, certamente acessíveis na França. O centro de nosso argumento, no entanto, é que por vezes a forma como apresenta a relevância dos cronistas não é certificada pelos trechos citados. Se válido nosso raciocínio, a construção do capítulo buscou muito mais ilustrar os trechos selecionados por Bernardino José de Souza do que construir a argumentação sobre o ciclo do pau-brasil. Além disso, cumpre nos perguntar sobre a escolha deste livro específico como referência. Seu autor, cearense formado em direito e deputado estadual, foi membro do Instituto Histórico-Geográfico da Bahia, onde trabalhou como bibliotecário-arquivista. Anos depois, se tornaria secretário perpétuo do mesmo. Foi ainda Ministro e em seguida Presidente do Tribunal de Contas da União, falecendo em 1948. Embora tenha outras obras históricas, como *O ciclo do carro de boi no Brasil*, sua produção como historiador está marcada muito mais pela coleta de material histórico de que pela análise e interpretação. A escolha deste livro por Celso Furtado destoa de outros trabalhos utilizados, como *Casa-grande &*

quintal, e às vezes mais, no que vêm granjear grande cópia de dinheiro, e por este modo se tem feito muitos homens ricos”. FURTADO, Celso. op. cit., ibidem; SOUZA, Bernardino José. op. cit., p. 38-39.

¹⁹¹ FURTADO, Celso. op. cit., p. 68

senzala. Além disso, em 1943 havia sido publicado nos Estados Unidos e logo em seguida traduzido no Brasil o livro de Alexander Marchand, *Do escambo à escravidão*, muito mais atualizado do ponto de vista da história econômica. Embora não possamos avançar sobre os motivos de sua escolha, o fato é que o caráter descritivo de *O pau-brasil na história nacional* acabou influenciando a exposição de Celso Furtado.

O tratamento com os relatos de época continua ao introduzir o contrabando e a presença francesa na América portuguesa. A argumentação não irá se concentrar nos dados referentes a esse comércio de contrabando, senão em mobilizar testemunhos do interesse despertado pela madeira de tinta nos mercados de algumas cidades francesas da região normanda. A principal fonte para essas páginas é a edição moderna de *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550*, preparada por Ferdinand Denis. Não apenas o relato publicado pelo historiador francês, mas sobretudo as informações que constam nas numerosas notas que este último acrescentou ao texto, dando notícia da presença da cultura brasileira nas cidades de Dieppe e Rouen..

A atuação dos franceses no comércio do pau-brasil é introduzida ao retomar as considerações sobre a concorrência ao monopólio português, uma vez que “paralelamente a essa atividade regular e monopolizada pela Coroa, desenvolvia-se um amplo trabalho de exploração clandestina. Os franceses se destacaram nesse comércio ilícito a expensas dos interesses zelosamente defendidos do monarca lusitano”. Sobre o pau-brasil, especialmente: “a burguesia comercial dos grandes portos franceses do Atlântico se interessou amplamente pelos negócios do pau-brasil”.¹⁹² Entretanto, também os animais tinham um interesse ornamental¹⁹³.

Celso Furtado destaca, entre os documentos citados, aquele publicado por Denis, que dá o título do livro, relatando uma festa para o casal real Henrique II e Catarina de Médicis, no qual foram trazidos cinquenta índios brasileiros, diversos animais, numa

¹⁹² “L’ibirapiranga ou bois du Brésil fut pendant longtemps le Seul objet commercial important qui appela les Rouennais dans l’Amérique du Sud [...] Des grandes fortunes furent réalisées à Rouen grâce à ce trafic”. FURTADO, Celso. op. cit., p. 68; DENIS, Ferdinand. *Une fête brésilienne à Rouen en 1550*, p. 75, nota 12)

¹⁹³ “Ces beaux aras à la livrée d’azur et de pourpre, dont toutes les grandes dames prétendaient parer leurs volières, ces papagaulx au gai plumage, que le luxe répandait jusque dans l’habitation de la simple bourgeoisie, ces cargaisons si fréquemment renouvelées de sagouins ou de *guenones*, come on disait alors, destinées à égayer le château féodal du gentilhomme campagnard, devenaient l’objet d’un commerce qui amenait des communications incessantes avec les Indiens”. FURTADO, Celso. op. cit., p. 69 ;DENNIS *idem*, p. 13.

tentativa de reconstituição da terra do Brasil. Esse comércio francês no Brasil diminuiu já na segunda metade do século XVI. Ainda assim, permaneceram alguns reflexos culturais desse contato, apreensíveis na casa de um armador francês em Dieppe, decorada com motivos brasileiros. Essas informações, sobre a cidade e sobre os edifícios, são retiradas das notas redigidas por Ferdinand Denis para esclarecer o documento.

Por fim, há o relato da decadência do comércio francês a partir do fracasso da tentativa de criação da França Antártica pelos huguenotes. O fim desse comércio, entretanto, não apagou os “reflexos culturais” entre a França e a América. Cita a casa de um armador de Dieppe construída com pau-brasil, abrigando animais e índios brasileiros e um baixo relevo encontrado numa casa de Rouen, recolhido em um museu.¹⁹⁴

A seguir, as relações de Portugal com o Brasil são analisadas. São relações comerciais semelhantes às das Índias Orientais no que se referem à forma de comércio e ocupação, com o estabelecimento de feitorias e a não fixação dos comerciantes ao solo. Retomando a tipologia da colonização, “teríamos aí, quando muito, uma forma de povoamento intermitente, na terminologia de René Maunier”.¹⁹⁵ No entanto, se há semelhanças quanto à forma de ocupação e à exploração comercial, há também diferenças marcantes. Primeiramente, o comércio da madeira tintorial desde o início de sua exploração contou com a concorrência, por meio do contrabando, de outras nações, sobretudo francesa e espanhola. Essa concorrência, aliada às esperanças de se encontrar ouro nas novas terras, levou Portugal a tomar medidas para assegurar a posse das áreas recém descobertas e estimular sua ocupação. Outra diferença é o estado de organização comercial das terras atlânticas, ainda muito rudimentar, se comparado com as feitorias asiáticas.

Ponto importante é o estabelecimento de uma ligação entre a desorganização dessa sociedade e a implantação do trabalho escravo: “a forma de exploração do pau-brasil, que define perfeitamente a natureza dos primeiros contatos de Portugal com Santa Cruz, condicionará as instituições sociais da futura colônia. Tal é o caso da escravidão”. A escravidão decorre da dependência dos comerciantes da mão-de-obra da terra para preparar, transportar e estocar a madeira nas feitorias litorâneas, onde se daria o embarque, como

¹⁹⁴ A descrição da casa é retirada de um historiador da cidade de Dieppe, M. Vitet. A referência é extraída de Denis. O descrição do baixo relevo é retirada de E. La Quèrièrè. *Description historique des maisons de Rouen* também retirada de Ferdinand.

¹⁹⁵ FURTADO, Celso. op. cit., p. 72.

ficou pontuado pelos documentos históricos apresentados anteriormente. Quando esse trabalho não foi obtido pelo escambo de mercadorias, assumiu formas compulsórias cujo limite é a escravidão. Assim, “nessa fase preliminar, ainda pré-colonial, da economia brasileira, já se podem identificar os elementos que, posteriormente desenvolvidos, marcarão o sentido da economia do país nos séculos seguintes”.¹⁹⁶

A noção de sentido ganha força a partir desse momento do texto. Sentido comercial e de exploração de recursos naturais:

descobertas por uma armada que se dirigia ao Oriente em busca de relações comerciais, as terras de Santa Cruz apresentam desde logo como riqueza de fácil exploração o pau-de-tinta que lhes emprestaria o nome. Um grupo de burgueses se interessa pela exploração desse novo comércio e consegue do monarca português, em monopólio, o arrendamento das novas terras. O Brasil se confunde assim, nessa primeira fase de sua história, com o comércio dessa madeira de tinha. Esse comércio é puramente extrativo. Dos primeiros e esporádicos contatos humanos dele decorrentes, resulta a instituição da escravidão do homem da terra. Os primeiros estabelecimentos construídos pelos portugueses são feitorias destinadas à estocagem de material a ser embarcado. Em síntese, temos os seguintes traços fundamentais: a) subordinação do país aos interesses comerciais do Reino; b) monopólio da Coroa, que trabalha entretanto em acordo com a classe comercial; c) caráter destrutivo da exploração comercial; d) escravização do elemento indígena, determinada pela natureza do trabalho¹⁹⁷

O capítulo termina com um *balanço do ciclo do pau-brasil*. Aqui, valem algumas reflexões. Primeiramente, a caracterização desse período da história como ciclo do pau-brasil.

Depreendemos da leitura de *O pau-brasil na história nacional*, que o comércio e o monopólio da madeira perdurou até meados do século XIX, sendo o único produto monopolizado pela coroa portuguesa após a abertura dos portos, em 1808. Na apresentação ao livro de Bernardino José de Souza, Oliveira Vianna apresenta como um dos pontos positivos da monografia o fato de que

não é mais lícito falar-se de um ciclo do pau-brasil que, marcando a primeira fase da nossa história econômica, fosse sucedido logo depois pelo ciclo do açúcar. Os dois ciclos coexistem, como se

¹⁹⁶ Idem, p. 73.

¹⁹⁷ Idem, p. 73-74.

patenteia dos dados da memória em exame, durante toda a nossa história colonial, não obstante desenvolverem-se ambos quase dentro da mesma área geográfica¹⁹⁸

Ao entender a exploração do pau-brasil como um ciclo produtivo, Furtado reitera a interpretação de Roberto Simonsen¹⁹⁹, deixando de lado as considerações contidas na memória de Bernardino José de Souza e as considerações de Oliveira Vianna.

Sabemos que o estudo dos ciclos de produtos na economia brasileira tem origem no livro de João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico* (1929), e continuidade no livro de Simonsen. Não obstante, na época em que Celso Furtado escreve, essa noção já havia sido abandonada, por exemplo, por Caio Prado Júnior, referência essencial na tese de doutorado. Nas palavras de José Jobson, “os historiadores modernos da economia brasileira abandonam o conceito de ciclo para hierarquizar os vários momentos da economia colonial ou nacional, como é o caso de Caio Prado Júnior²⁰⁰. Temos, portanto, mais um exemplo do *uso* de noções e conceitos que não são levadas às últimas conseqüências.

Apesar disso, discorda da conclusão de Simonsen, segundo a qual o ciclo do pau-brasil não foi lucrativo para a Coroa, baseado nos documentos coetâneos citados, muito embora os mesmos sejam conhecidos por Simonsen. No entendimento de Celso Furtado, “Simonsen deduz dos dados que vimos citando que a Coroa portuguesa teve prejuízo com o Brasil nessa primeira fase. Chegamos a uma conclusão diversa com relação aos interesses lusitanos em conjunto — da coroa e dos concessionários”.²⁰¹

Essa conclusão, entretanto, precisa ser esclarecida. O argumento de Simonsen é elaborado na tentativa de fazer um balanço do comércio do pau-brasil no período entre

¹⁹⁸ VIANNA, Francisco José de Oliveira. Memória sobre o pau-brasil pelo Dr. Bernardino José de Souza. In: SOUZA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional*. Com um capítulo de Artur Neiva e Parecer de Oliveira Vianna. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979, pp. 3-4.

¹⁹⁹ Na verdade, o problema da extração do pau-brasil até meados do XIX não preocupa Simonsen, em seu entendimento dos ciclos de produtos por que passa a economia brasileira. Reconhece que “passados 200 anos, ainda o pau-brasil constituía verba ponderável na receita do erário, avaliada em 120 contos de réis no orçamento de 1823, ou seja, 7.000 contos em poder aquisitivo atual”. SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil, 1500-1820* [1937]. São Paulo: Companhia editora nacional, 1977, p. 63. A questão, portanto, é o que se deve caracterizar como ciclo do pau-brasil. Na análise, o que está em questão é o produto exportado que acabou criando a necessidade de feitorias e defesa da terra.

²⁰⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial* [1973]. São Paulo: Ática, 1980.

²⁰¹ FURTADO, Celso. op. cit., p. 76.

1500-1532. Nesse balanço, o rendimento anual da Coroa Portuguesa com o arrendamento ficaria em 4000 cruzados. Esse rendimento, afirma, seria insuficiente para pagar os custos de defesa da terra. Mas, por outro lado, não há nenhuma estimativa sobre o valor desses custos²⁰².

Já o raciocínio de Celso Furtado, orientado para o caráter de subordinação aos interesses comerciais da coroa e dos concessionários, enfatiza precisamente os lucros dos arrendatários. Nesse sentido, a existência da pirataria e da tentativa da presença francesa de fixação no Brasil são indicativas destes lucros.

Ou seja, enquanto o industrial paulista interpretou o problema de forma restritiva, levando em conta apenas a balança comercial lusitana, Celso Furtado pôde encontrar lucro para a empresa colonial como um todo, a Coroa recebendo alguma receita, os concessionários estabelecendo, ainda que de forma precária as feitorias na América portuguesa, assegurando assim — e nisso o saldo positivo de ambos — alguma presença portuguesa no território, um afluxo regular de navios e medidas de segurança e, por parte dos concessionários, a possibilidade de estabelecer ou fortalecer os laços com a monarquia portuguesa.

Por sua vez, o saldo para a América portuguesa, levando em conta as populações indígenas inseridas nos processos de extração e transporte da madeira de tinturaria, foi nulo: “a terra do Brasil nenhum proveito tirou da atividade econômica de caráter puramente extrativo dessa primeira fase. O trabalho do homem da terra era retribuído, quando isso ocorria, com objetos de quase nenhum valor comercial”.²⁰³

Podemos agora retomar as considerações sobre os documentos históricos. Vimos que a melhor forma para entender a mudança na forma de exposição nesta segunda parte da tese de doutorado, agora incorporando os testemunhos coetâneos, seria confrontar essas citações, apuradas de outras obras na sua maioria, com a construção da argumentação central. A prova dos nove seria a necessidade intrínseca desses documentos para a argumentação, caso contrário, teriam função ilustrativa. Os primeiros trechos sobre o

²⁰²“Na terra de Santa Cruz, o valor e as possibilidades de comércio não justificavam, como vimos, organizações da mesma importância [das feitorias organizadas na costa africana e na Ásia]. Mas, ainda assim, foram instaladas, quer pelos concessionários do comércio do pau-brasil, quer pelo próprio Governo português, várias feitorias, postos de resgate, em sua maioria de caráter temporário, onde se concentravam, sob o abrigo de fortificações primitivas, os artigos da terra que as naus vinham buscar. *São por demais deficientes até hoje as notícias sobre essas feitorias...*”. SIMONSEN, Roberto. op. cit., p. 78, grifo nosso

²⁰³ FURTADO, Celso. op. cit., p. 76.

contrato de arrendamento são superficiais, pois a palavra final é de Bernardino José de Souza. As fontes que indicariam a importância do comércio do pau-brasil limitam-se a descrever a árvore, o único documento com informações relevantes, no sentido que pretendemos indicar, é o *Diálogo das grandezas do Brasil*.

O mesmo ocorre em relação à concorrência francesa. Ao invés de uma análise dos dados do comércio — afinal, trata-se da *economia* do pau-brasil —, encontramos um exame dos reflexos culturais desse comércio no cotidiano e na habitação das cidades de Rouen e Dieppe, seguindo o documento publicado por Ferdinand Denis.

Para finalizarmos, o cerne da argumentação prescinde desses relatos. Com efeito, o balanço do ciclo do pau-brasil e a divergência com Simonsen têm como fundamento o lucro final almejado pela Coroa e pelos Arrendatários. Esse fito de lucro é característico da formação do Estado português, que se constituiu, como vimos, incorporando a burguesia comercial e assumindo seus desígnios.

Assim, para não deixarmos dúvida quanto ao nosso raciocínio: os documentos são prescindíveis na argumentação, a qual guarda a interpretação geral do caráter burguês do Estado lusitano, manifesto aqui no monopólio da madeira de tinturaria. Entretanto, a linha geral permanece sendo o exame do comércio entre a colônia e a metrópole, no qual o problema econômico da primeira se aparece como orientação política para a segunda.

2.2.2 O sentido da colonização

Mantendo uma narrativa cronológica, a preocupação agora se desloca para a explicação da passagem do regime de feitorias para a colonização propriamente dita. Aqui vemos aparecer o conceito de sentido da colonização, uma referência direta ao capítulo de abertura de *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia) [1942], de Caio Prado Júnior. Entretanto, em toda essa parte da tese não há menção ao historiador paulista e ao seu livro. Assim, antes de buscarmos os motivos dessa omissão, vamos atentar para a estrutura da argumentação do texto.

Entre os motivos para essa passagem está a defesa do monopólio do pau-brasil, aspecto mencionado no item anterior para justificar o interesse da Coroa no comércio dessa

madeira. Outro fator preponderante foi a preocupação com a defesa da terra, aliada à “esperança” de encontrar ouro no território português, a exemplo da América espanhola.

Partindo dessa necessidade de ocupação efetiva e duradoura do território, Celso Furtado irá introduzir a discussão sobre a existência do feudalismo no Brasil. Parte dela foi adiantada nas páginas precedentes. Vimos que a referência importante é o trabalho de Henri Pirenne, seja para a definição de feudalismo, seja no entendimento da interação entre atividade comercial e instituições feudais, e a prioridade da primeira, a economia²⁰⁴, sobre a segunda, nas definições de feudalismo e capitalismo. Essa interpretação continua presente, embora o debate seja apresentado a partir da crítica que Nestor Duarte dirige a Roberto Simonsen.

Entretanto, vale indicar a questão feudal dentro de um debate mais amplo na bibliografia brasileira. Para Bernardo Ricupero,

na tese feudal aparece tanto uma explicação tradicional, que acentua os aspectos jurídico-formais similares entre a Europa medieval e a América portuguesa — tais como as cartas de doações e os forais — uma interpretação que vê a sociedade colonial como patriarcal e assemelhada, de alguma forma, ao feudalismo e, finalmente, a visão do PCB e de intelectuais ligados a ele, que presta especial atenção ao papel do latifúndio na Colônia²⁰⁵

Ainda segundo o autor, “em contraposição à tese feudal, a abordagem que acentua a ligação do Brasil colônia com o mercado externo é inaugurada por Caio Prado Júnior, que também estabelece seus lineamentos básicos”²⁰⁶

Essa tipologia da tese feudal afirmada a partir de três vertentes básicas —jurídico-formal, patriarcal e latifundiária — e seu contraponto estabelecido a partir de relações comerciais capitalistas, sobretudo as propostas por Simonsen e Caio Prado Júnior permite acompanhar a discussão encetada por Celso Furtado.

Assentada a colonização permanente no desejo de resguardar as terras pela Coroa portuguesa, Celso Furtado irá introduzir o tema da interpretação feudal: “a forma adotada

²⁰⁴ Pierre Racine, assim se exprime sobre esse ponto: “le primat de l’économie que l’historien belge affirmait hautement, sans se rallier au point de vue marxiste, l’écarterait clairement de l’histoire traditionnelle telle qu’elle résultait du fameux traité de Langlois-Seignobos, *Introduction aux études historiques*”. RACINE, Pierre. Henri Pirenne et Marc Bloch, un nouveau regard sur l’histoire médiévale. In : DEYON, Pierre ; (et all.). *Marc Bloch, l’historien et la cité*. Strasbourg : Presses Universitaires de Strasbourg, 1997, p. 81

²⁰⁵ RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 2000, p. 151.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

pela Coroa portuguesa de colonização no Brasil — a concessão de capitânicas hereditárias — tem, como poucos pontos da história social brasileira, dado lugar a uma série de falsas interpretações”.²⁰⁷

A discussão é introduzida elencando trechos de historiadores que corroboram a interpretação de um período feudal relacionado ao regime de capitânicas, nomeadamente Pedro Calmon e Capistrano de Abreu. Sem discutir a fundo as proposições desses autores, Celso Furtado aponta como pretende encaminhar o problema, uma vez que “essa aproximação entre as capitânicas coloniais brasileiras e as instituições feudais resultava de uma deficiente caracterização destas últimas, até há bem pouco tempo apreciadas estritamente de um ponto de vista jurídico”.²⁰⁸

Furtado irá insistir em: 1) os donatários vieram ao Brasil como “empresários de caráter privado”; 2) na semelhança entre os poderes outorgados aos donatários e aos acionistas das Companhias das Índias. Apesar dessas medidas, os donatários são “nomes sem grande expressão e sem grandes recursos próprios”, cujas vantagens não eram comparáveis às altas taxas de lucro do comércio das Índias, obrigando esses adventícios a buscar recursos com banqueiros e financistas na Europa; o sistema de capitânicas irá fracassar, sobretudo por fatores econômicos, por “falta de capitais dos concessionários”, uma vez que se propunham a instalar um empreendimento cujo investimento inicial era alto, a produção de açúcar, além, é claro, da resistência do gentio, salvo em lugares onde a assistência régia foi maior.

Esse caráter capitalista do povoamento pelas capitânicas hereditárias já é um posicionamento de Celso Furtado. Se se deteve nas características comerciais das capitânicas é porque encontra nesse aspecto a origem do equívoco dos defensores da tese feudal: “os historiadores brasileiros têm apresentado a experiência das capitânicas como um ‘episódio de feudalismo’ na história do país. Parece-nos que essa maneira de pôr o problema é completamente falsa, porque se realçam algumas semelhanças formais e desconhecem-se os fundamentos mesmos da instituição das capitânicas”. Nesse sentido, Furtado retoma pontos importantes da análise de Pirenne:

não nos interessa aqui caracterizar juridicamente as instituições feudais, nem buscar as semelhanças exteriores destas com o estatuto

²⁰⁷ FURTADO, Celso. op. cit., p. 79.

²⁰⁸ Idem, p. 80.

das capitanias. A persistência do formalismo jurídico é fenômeno por demais conhecido. As instituições capitalistas, particularmente na era mercantilista, conservam grande parte da roupagem jurídica da época feudal. À história econômica cabe ver por trás dessa roupagem e reaprender a verdadeira realidade²⁰⁹

Vimos que é preocupação do historiador belga a detecção dos aspectos econômicos dos processos sociais. Além disso, outro ponto que merece destaque, e ao qual já aludimos anteriormente, refere-se à persistência jurídica do feudalismo sobre os processos capitalistas. É justamente em decorrência dessa permanência que, “parece-nos mais justo partir da análise dos fatos, da realidade das capitanias, e não cingir-nos à sua configuração jurídica, para definir a primeira fase da economia colonial brasileira”.²¹⁰

Feitas essas considerações, Celso Furtado irá criticar a recorrência dessa interpretação “em obras de sociólogos e historiadores brasileiros de nossos dias”, nomeadamente, Nestor Duarte em seu *A ordem privada e a organização política nacional* (1939). A escolha por Nestor Duarte em particular, nos parece ser esclarecida pela nota número 72 da tese, na qual Celso Furtado aponta a intenção do sociólogo baiano em “refutar a crítica de Roberto Simonsen ao ponto de vista dos autores que procuram realçar o aspecto feudal das capitanias”.²¹¹ Entretanto, a exemplo da escolha de Bernardino José de Souza, a eleição de Nestor Duarte como interlocutor precisa ser mais apurada. Este também fora aluno e depois professor na Faculdade de Direito na Bahia. Com um alinhamento político de esquerda, foi um dos líderes da Esquerda Democrática (1945), elegendose deputado na Constituinte, entre 1947 e 1950 foi Secretário da Agricultura do governador da Bahia Otávio Mangabeira.

Em seu *A ordem privada e a organização política nacional*, a preocupação política ultrapassa a econômica. Trata-se, na verdade, de compreender a dificuldade de instalação de uma esfera política autônoma, a qual dá origem ao Estado. Sua preocupação está em demonstrar como fatores sociais culturais e religiosos, impediram a construção dessa esfera autônoma, pressuposto da ordem pública. Assim, entre os impedimentos estão o privatismo e o excesso de poder dos senhores rurais, iniciados já no sistema de donatarias.

²⁰⁹ Idem, p. 82.

²¹⁰ Idem, ibidem.

²¹¹ FURTADO, Celso. op. cit., p. 83-84.

Primeiramente, entretanto, examinaremos de forma mais detalhada as posições de seu interlocutor, Roberto Simonsen.

Roberto Simonsen

Podemos dizer que Roberto Simonsen, autor da *História Econômica do Brasil*, cuja primeira edição data de 1937 tem uma importância estratégica para Celso Furtado. Já vimos que foi a referência-chave para a discussão do ciclo do pau-brasil, além de constituir uma indispensável fonte de dados sobre a história econômica brasileira no momento.

Uma primeira observação conveniente se refere à definição de feudalismo de Simonsen. Ao contrário de Furtado, baseia-se sobretudo numa divisão profissional do trabalho, ou seja, um critério antes social que econômico, se comparado à ausência de circulação monetária tal como pretende Pirenne. Assim, “na economia feudal, não há o fito de lucro, porque sendo demarcadas as classes sociais, a remuneração se torna função da condição social de cada classe. Os artesãos viviam de maneira certa e o que eles recebiam era para o sustento desse padrão de vida [...] As trocas se realizam através de uma divisão de profissões preestabelecidas”.²¹²

Estabelecido esse ponto, Simonsen passa a criticar a noção de feudalismo usada pela “quase totalidade dos historiadores pátrios”, ressaltando que as doações regulavam os direitos políticos outorgados, mas restringiam os direitos econômicos, resguardando-os à Coroa:

concedeu-lhes outrossim, o Rei, vários de seus direitos políticos, indispensáveis ao fortalecimento da autoridade de quem ia correr tão graves riscos. Mas, para estimular a colonização, conservando para si, o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio de pau-brasil, das especiarias e das drogas e o quinto das pedras e dos metais preciosos, o Soberano regulou, nos forais, os direitos políticos e a percepção de renda dos donatários e definiu-lhes também as responsabilidades perante a Coroa²¹³

Nesse sentido, o caráter capitalista das doações está primeiramente ligado à forma de doação dos forais feita pela Coroa resguardando suas receitas. Quanto aos donatários,

²¹² SIMONSEN, Roberto. op. cit., p. 81.

²¹³ Idem, *ibidem*.

estes apenas estariam respondendo aos incentivos da Coroa²¹⁴, preocupada com a ocupação do território e com a criação de receitas para o Erário. Por conta dessa direção, “o fito de lucro era a causa primordial da vinda para o Brasil”. Além disso, não vê os privilégios concedidos aos donatários como uma instituição feudal, mas sim como um estímulo de origem capitalista:

assim como hoje se concede a certas empresas a isenção de impostos, a par de uma alta tributação dos produtos estrangeiros que lhes fazem concorrência, da mesma forma, usando desses processos caracteristicamente capitalistas, o Rei de Portugal concedeu uma série de favores àqueles que com seus capitais e seus serviços podiam incrementar a colonização das terras recém descobertas²¹⁵

A caracterização de feudalismo no Brasil por parte dos historiadores se dá, portanto, “pela falta de conhecimentos das características da vida medieval que somente os recentes estudos de história econômica têm esclarecidos suficientemente” e conclui: “a hereditariedade das donatarias não nos parece suficiente para emprestar o cunho feudal a todo o sistema”; “os imensos poderes outorgados aos donatários também não significam feudalismo”. Além disso, “estejamos, pois, bem certos, de que nas donatarias, além da hereditariedade das concessões, só existem de feudais os termos, muitos deles ainda hoje em uso”.²¹⁶

Temos, portanto, na obra de Simonsen, uma refutação do feudalismo que se apóia sobretudo na política de colonização escolhida por Portugal. O conceito de feudalismo, por sua vez, difere do utilizado por Furtado ao recair sobre o aspecto social, a imobilidade das classes, e os impedimentos estruturais de ascensão pela riqueza. Nada se diz sobre o isolamento cultural, estando implícito, também a noção de que há uma remuneração específica para cada classe²¹⁷.

²¹⁴ Ainda podemos ler algo que ecoaria em Celso Furtado quando compara o papel dos donatários aos dos associados nas Companhias das Índias: “as concessões dadas pelo Rei a esses homens eram o meio de os estimular, facilitando o empreendimento. Veremos, no século imediato, outras nações européias adotando processos semelhantes de colonização, utilizando-se, porém, de preferência, da iniciativa privada mediante companhias colonizadoras privilegiadas”. Idem, p. 82.

²¹⁵ Idem, ibidem.

²¹⁶ Idem, p. 82-83.

²¹⁷ “Cada classe tem o seu padrão de vida e o número de pessoas de cada classe é mais ou menos limitado. Quem é servo ou filho de servo não aspira ao artesanato. E o artesão ou filho de artesão não pensa em ser fidalgo. É isso que caracteriza a economia feudal. As trocas se realizavam através de uma divisão de profissões estabelecidas”. Idem, p. 81.

Nestor Duarte

Já para Nestor Duarte, pouca dúvida existe sobre a existência de feudalismo no Brasil. Neste trecho usado por Furtado, temos que “do feudalismo, ainda que discordem historiadores e intérpretes de nossa história, há que dizer que reponta entre nós na primeira forma de organização territorial econômica e social da Colônia”. A definição de feudalismo difere das anteriores, justamente por ressaltar o aspecto jurídico-político: “caracteriza-se a instituição feudal em relação ao Poder Real por dois requisitos: a) transmissão da propriedade plena e hereditária; b) fusão de soberania e da propriedade”.²¹⁸ Convém ressaltar, ainda sua preocupação com a organização política. Como aponta Rafael Gomes, “quando se refere ao feudalismo como expressão da ordem privada que viria aqui se constituir, o autor está compreendendo um sistema ‘atípico’, sem as ‘cores tradicionais do sistema europeu’, mas dotado ‘antes de anacronismos e mais de tendências’. Embora não compartilhando de muitas marcas do medievo europeu, o vital para Duarte é que no feudalismo que se difundiria no Brasil (como em qualquer outra realidade feudal) estaria presentes aqueles ingredientes sociais e políticos de dispersão e de concorrência do poder, bem como os de sobreposição das unidades mais íntimas e mais particulares sobre as instituições e autoridades públicas”.²¹⁹

Estabelecidos esses elementos Nestor Duarte irá refutar as proposições de Simonsen, considerando que a estrutura estática das classes não é peculiar ao feudalismo e, ainda assim, o contrato de doação, estabelece uma relação hierárquica fixa entre o Rei, os donatários, capitães-mores e demais trabalhadores livres.

A semelhança dos termos, nas cartas de doação e na moderna concessão de monopólios para empresas, aventada por Simonsen, também é invertida, alegando que, ao contrário, essa similitude “é bem prova de sua existência [do regime feudal] àquela época, porque ainda no direito moderno semelhante linguagem é reminiscência da velha

²¹⁸ DUARTE, Nestor. *Ordem privada e a organização política nacional: contribuição a sociologia política brasileira* [1939]. São Paulo: Companhia editora nacional, 1966, p. 15.

²¹⁹ GOMES, Rafael. *O privatismo e a ordem privada. A leitura do Brasil na sociologia política de Nestor Duarte*. São Paulo, FFLCH-USP, 2007. (Dissertação de Mestrado), fls. 68-69;

organização senhorial”. Mais, estabelece uma distinção entre as jurisdições do donatário e do Rei:

se ele [o donatário] a certos aspectos, era um mandatário oficial do Rei, recebendo a incumbência de fazer suceder uma empresa real, na verdade quem representava o Estado nas suas terras eram os feitores, almoxarifes e escrivães encarregados do fisco. Os foros, privilégios e poder de caráter político que o donatário ia gozar e exercer, defluíam de sua qualidade de senhor e proprietário das terras da capitania²²⁰

Ou seja, se para Simonsen o sistema das capitanias hereditárias expressa o desejo da Coroa de criar uma empresa lucrativa na colônia, ao mesmo tempo incentivando a ocupação e organizando a defesa da terra, para Duarte a criação de um empreendimento comercial como incumbência dos colonos é secundária à sua “qualidade de senhor e proprietário”, aspecto que não só denota o caráter feudal das capitanias, mas que reafirma a concepção de feudalismo enquanto fusão de soberania e propriedade.

Podemos perceber que esses argumentos não tocam no ponto central da proposta de Simonsen, endossada por Furtado, a saber, o caráter ou o sentido mercantil das donatarias. Pode-se explicar isso seja pela preocupação sobretudo com questões políticas e não econômicas e, em consequência disso, o enfoque dado por este autor se prende aos aspectos jurídicos principalmente.

Ao selecionar Nestor Duarte como representante da interpretação do feudalismo na sociedade brasileira, Celso Furtado incluiu, também, outros intérpretes da tese feudal, nomeadamente os mesmos que Nestor Duarte mobilizou em sua defesa, Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu, Pedro Calmon, Afonso Arinos de Melo Franco. No entanto, podemos dizer que essa discussão serviu como um elemento contrastante, capaz de reafirmar a importância da tese do sentido mercantil ou capitalista da economia colonial brasileira.

Elemento contrastante também por reafirmar a abordagem sócio-econômica de Celso Furtado. Pois, “a caracterização das instituições feudais será sempre imprecisa se não se partir da definição de seus fundamentos econômicos”. Foi somente o trato com os fundamentos econômicos, ou melhor ainda, uma aproximação contrastiva com o sistema econômico que o sucedeu, o capitalismo que deu subsídios para a refutação do feudalismo. Esse entendimento da diferença fundamental entre os dois sistemas econômicos permitirá

²²⁰ Idem, p. 20.

novamente criticar os historiadores brasileiros por assimilarem o engenho capitalista ao sistema feudal. Crítica que se refere novamente à Nestor Duarte e Afonso Arinos de Melo Franco, retomando a argumentação de Simonsem: “dentro desses princípios, todas as companhias holandesas e inglesas, concessionárias de seus governos para a exploração das Índias Ocidentais e Orientais, deveriam ser igualmente qualificadas como instituições de caráter feudal”.²²¹

O fundamental na discussão de Furtado é a caracterização de capitalismo como um sistema orientado pela a idéia de lucro. É esse o ponto que permite criticar os autores. Remete-nos, também, para as idéias de Werner Sombart e Henri Pirenne. No verbete *Capitalism* da *Encyclopaedia of Social Sciences*, escrito pelo próprio Sombart e citado na tese de doutorado, o sociólogo alemão assim define seu próprio trabalho:

the works of Sombart are the first in which the concept of capitalism has been definitively recognized as fundamental to the system of economic thought. Here it is demonstrated that capitalism designates an economic system significantly characterized by the predominance of ‘capital’, and it is argued that the word ‘capitalism’, which by its very etymology suggest this feature of the economic system, must be retained as the appropriate term for it

Sobre o fundamento do sistema econômico capitalista:

the spirit of economic activity under capitalism is acquisition, and more specically acquisition in terms of money. The idea of increasing the sum of money on hand is the exact opposite of the of earning a livelihood which dominated all precapitalistic systems, particularly the feudal-handcraft economy. In precapitalistic systems economic as well as all other thought and action was centered about the human being²²²

Essa formulação sobre a orientação para o lucro como característico do sistema econômico capitalista contrastando com o sistema feudal também fundamenta a categoria de feudalismo em Henri Pirenne. Podemos nos valer de outra citação usada por Celso Furtado, extraída da *Histoire de l'Europe*: “le domaine est un phénomène économique tout à fait original [...] on pourrait le caracteriser en disant qu'elle [sua atividade] est

²²¹ FURTADO, Celso. op. cit., p. 85.

²²² SOMBART, Werner. “Capitalism” [1931]. In: SELIGMAN, Edwin Robert Anderson (Ed.). *Encyclopaedia of the social sciences*. New York : Macmillan, 1944, v. 3, pp. 195-196.

complètement étrangère à l'idée de profit".²²³ Essa relação, no entanto, será aprofundada no decorrer da exposição do próprio Furtado, e a retomaremos em seguida.

Seguimos portanto, até aqui, um movimento que se inicia com a integração do Brasil no expansão do comercial de Portugal primeiramente por meio da extração do pau-brasil, vimos a concorrência francesa e a dificuldade em manter o monopólio comercial como motivos determinantes para a colonização efetiva do território recém descoberto. Nesse momento a narrativa histórica se interrompe para dar lugar à discussão metodológica sobre o fundamento, ou o “sentido” dessa colonização. É essa discussão teórica que irá novamente clarear o diálogo e as referências essenciais de nosso autor, anunciando a passagem da preocupação com as questões da história européia (Sombart, Pirenne) e mais especificamente portuguesa (António Sérgio) para o debate com a produção histórica referente ao Brasil. Já mencionamos a importância de Nelson Werneck Sodré, examinamos as considerações de Nestor Duarte e Roberto Simonsen.

Seguiremos, portanto, a argumentação de Celso Furtado no exame de “Colonização do Brasil no quadro da expansão comercial portuguesa” item que pode ser caracterizado como o prolongamento do debate sobre o feudalismo estendido agora às obras de Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré. Assim, para além da contraposição Simonsen-Duarte, a conceituação de feudalismo e capitalismo adotada por Celso Furtado permitiu ampliar o diálogo para alguns autores referenciais na bibliografia econômica brasileira.

A crítica à conceituação de feudalismo é estendida à Gilberto Freyre. Mobiliza o seguinte trecho de *Casa-grande & Senzala*:

a descoberta do Brasil enquadra-se no grande programa marítimo e comercial inaugurado pela viagem de Vasco da Gama; a colonização da vasta terra americana afastou-se, porém, das normas comerciais e burguesas do primeiro século do imperialismo português para reviver os métodos de como que autocolonização aristocrática e agrária, aplicados no próprio Portugal ao território reconquistado aos mouros²²⁴ (FURTADO, 2001, p. 87; FREYRE, *s/d*, p. 227).

Para Furtado, “o autor evita a denominação de feudalismo para se referir indefinidamente ao sistema econômico social português da época da reconquista. Não

²²³ FURTADO, Celso. op. cit., pp. 85-56; PIRENNE, Henri. op. cit., p. 62.

²²⁴ FURTADO, Celso. op. cit., p. 87; FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala* [1933]. 23. ed. São Paulo: Círculo do Livro, *s/d*, p. 227.

obstante, se se afastava ‘das normas comerciais e burguesas’, esse sistema teria de aproximar-se das instituições feudais”.²²⁵

O mesmo problema é encontrado em Nelson Werneck Sodré. Selecciona como trecho emblemático a passagem de *Formação da sociedade brasileira*:

qualquer que fosse o processo de colonização, entretanto, ele vinha ao encontro de uma situação de fato, a cujos rumos não podia fugir. Para manter a terra, — e o monopólio que é o motor da ação —, Portugal opera duas transformações de importância: quebra a harmonia de suas instituições, transitoriamente embora, e torna o Brasil de colônia de exploração em colônia de plantação²²⁶

Ou seja, se para o primeiro há um afastamento das “normas comerciais e burguesas”, para o segundo ocorre a quebra da “harmonia de suas instituições”. Furtado questiona essas rupturas ou esses distanciamentos tendo como argumento a própria história de Portugal, mobilizando elementos inclusive apontados em outros momentos pelo próprio Gilberto Freyre.

Primeiramente critica o ineditismo da opção pela colonização na América, apontando que essa experiência já havia sido adotada em ilhas do Atlântico²²⁷. Além disso, não há o afastamento das normas comerciais e burguesas, pois, como vimos, “a coroa portuguesa procurou, através do sistema de capitânias [...] interessar a iniciativa e os capitais privados na colonização do Brasil”. Ou, em palavras ecoando Caio Prado Júnior, “o que predomina é o sentido da empresa privada”.²²⁸ Ou seja, reafirma o caráter comercial e capitalista da colonização. Quanto a Gilberto Freyre, aproveita para apontar uma ambigüidade na exposição do autor: “o afastamento das normas comerciais de que fala Gilberto Freyre não nos parece, destarte, exato. Esse autor foi, aliás, dos primeiros a compreender a grande importância da iniciativa privada na obra de colonização do Brasil — iniciativa privada agindo sob a cortina de fumaça de um planejamento estatal”. A

²²⁵ FURTADO, Celso. *idem*, *ibidem*.

²²⁶ *Idem*, *ibidem*; SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. *op. cit.*, p. 60.

²²⁷ Esse ponto, entretanto foi apontado por Freyre em outra passagem do texto: “no Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico”. FREYRE, Gilberto. *op. cit.*, p. 55.

²²⁸ FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 88.

iniciativa privada, para Furtado, encampa aquilo que vimos em Sombart, a saber: o desejo de lucros.²²⁹

Nesse ponto cabe mais uma digressão. pretendemos detalhar um pouco mais, em relação a Gilberto Freyre, o *uso* feito por Celso Furtado, sua leitura particular da obra do sociólogo pernambucano. Esse ponto nos pareceu interessante pois nos esclarece, não apenas sobre o raciocínio que está construindo Celso Furtado mas como esse raciocínio redimensiona questões e problemas dos textos aos quais se fundamenta.

Criticar a caracterização feudal da colonização portuguesa no Brasil e apontar uma incoerência interna ao mostrar que o mesmo autor que o fez foi dos primeiros a sublinhar a “iniciativa privada”, sustenta uma leitura sob a perspectiva da história econômica, como é feita por Celso Furtado, mas perde de vista os aspectos essenciais da obra de Gilberto Freyre, retrospectivamente apontado como uma das grandes influencias do economista paraibano.

Primeiramente, embora ressalte em vários momentos a precocidade burguesa dos portugueses, amparado em grande parte em António Sérgio e João Lúcio de Azevedo, Freyre sempre se distanciou das análises econômicas:

não nos interessa, porém, senão indiretamente, neste ensaio, o aspecto econômico ou político da colonização portuguesa no Brasil. Diretamente, só nos interessa o social, no sentido particular de social que coincide com o sociológico. E nenhum antecedente social mais importante a considerar no colonizador português que a sua extraordinária riqueza e variedade de antagonismo ético e de cultura; que o seu cosmopolitismo²³⁰

De tal forma que o privatismo presente em *Casa-grande & senzala* não se confunde, de forma alguma, com a iniciativa privada, capitalista, visando ao lucro, caracterizando o sistema capitalista, como quer Furtado. O privatismo, em Gilberto Freyre é condição para a constituição da família patriarcal escravocrata.

A família, não o indivíduo, tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator

²²⁹ “Os grandes proprietários que aceitaram as capitânicas e com sucesso iniciaram a exploração da terra [...] mostrarão o máximo interesse em atrair gente para o Brasil, multiplicar as atividades econômicas: colonizar as terras que lhes tinham sido entregues. Esse interesse está diretamente ligado ao desejo de fazer prosperar o próprio patrimônio. É o interesse que sempre terá um proprietário de valorizar suas terras”. FURTADO, Celso. op. cit., pp. 89-90.

²³⁰ FREYRE, Gilberto. op. cit., p. 228.

colonizador, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América²³¹

O privatismo exprime antes de tudo a autonomia do colonizador frente ao Estado português. É condição para a existência do poder patriarcal, este sim caracterizado em termos feudal, por se tratar de poderes jurídicos e políticos, desde o escopo do controle das Câmaras municipais, até os direitos de coito e homizio²³². O capitalismo para o autor é outra coisa, é atividade sem as raízes rurais do patriarcalismo, é atividade sobretudo comercial, o comercialismo que encontra nos primeiros portugueses das cidades portuárias e que vai aparecer no comercialismo de Recife contra Olinda, um dos primeiros sintomas do declínio da sociedade patriarcal apresentado em *Sobrados e Mucambos*.

Esse o ponto importante: para criticar Gilberto Freyre, Furtado perde de vista uma das categorias centrais de toda a obra freyriana, embora consiga sustentar essa crítica por manter uma perspectiva clara do que seja feudalismo e capitalismo. Passagem importante também porque não apaga a presença constante de *Casa-grande & senzala* em toda a tese²³³.

O capítulo termina onde começa o livro de Freyre, ressaltando o êxito pioneiro do português ao realizar a colonização nos trópicos. As circunstâncias apresentadas por Furtado são as mesmas: o atraso cultural do indígena tornando a escravidão africana uma necessidade²³⁴; a mão-de-obra escrava exigindo a importação de artesãos europeus e, com sabor exclusivamente freyriano, a escassez de mulher determinando o “aproveitamento” da indígena e da africana.

²³¹ Idem, p. 56.

²³² Tamanha significância tem esse ponto para Gilberto Freyre que um dos episódios que ilustram a decadência do patriarcalismo em *Sobrados e mucambos* é justamente a invasão de uma propriedade, de um engenho por uma autoridade portuguesa para prender um criminoso.

²³³ Exemplo: algumas páginas a frente, podemos ler em Celso Furtado: “tem-se observado que a colonização portuguesa iniciada no Brasil com as donatárias representa a primeira experiência de fixação do homem europeu nos trópicos” seguida de nota de rodapé mencionando “Edward J. Payne. *History of European Colonies*. Londres, 1878”. FURTADO, op. cit., p. 91. Em Freyre, lemos: “Como Payne salienta, na sua *History of European Colonies*, os portugueses colonizadores do Brasil foram os primeiros a verdadeiramente se estabelecerem em colônias, vendendo para esse fim quanto possuíam em seu país de origem e transportando-se com a família e cabedais para os trópicos”. FREYRE, op. cit., p. 56.

²³⁴ “O índio, precisamente por sua inferioridade de condições de cultura — a nômade, apenas tocada pelas primeiras e vagas tendências para a estabilização agrícola — é que falhou no trabalho sedentário. O africano executou-o com decidida vantagem sobre o índio principalmente por vir de condições de cultura superiores”. FREYRE, op. cit., p. 269.

Quanto a Nelson Werneck Sodré, podemos também encontrar o mesmo processo de crítica feita a partir de categorias adotadas por Celso Furtado. O trecho citado é:

qualquer que fosse o processo da colonização, entretanto, ele vinha ao encontro de uma situação de fato, a cujos rumos não podia fugir. Para manter a terra — e o monopólio que é o motor da ação —, Portugal opera duas transformações de importância: quebra a harmonia de suas instituições, transitoriamente embora, e torna o Brasil de colônia de exploração em colônia de plantação²³⁵

Ocorre análise semelhante: “aqui, vemos igualmente reaparecer a idéia de que Portugal quebrou o sistema de suas instituições — comerciais e burguesas — na primeira fase da colonização do Brasil”.²³⁶

No entanto, a impressão que nos fica do trecho apresentado, é de que Sodré, ao se referir à “harmonia de suas instituições” não se refira à instituições comerciais e burguesas, indicando um regresso ao feudalismo. As instituições mencionadas dizem respeito às feitorias, às formas de exploração empreendidas por Portugal em suas colônias, instituições essas que até a ocupação do território brasileiro, a partir de 1532, tinha como característica unicamente a intermediação comercial de mercadorias em sociedades com sistemas produtivos autônomos. A quebra, portanto, não é de normas comerciais e burguesas, mas de formas de colonização: “de colônia de exploração em colônia de plantação”. Mudança essa confirmada por Furtado, mas em outros termos. Aliás, este não omitiu uma crítica às categorias usadas por Werneck Sodré para classificar a colonização, uma vez que considera a fase extrativa, ou seja a simples feitoria, como colônia de exploração. A seqüência da citação anterior é: “dizemos ‘primeira’ porque o autor insinua na passagem citada que se trata da segunda fase, considerando assim como ‘colonização’ a fase puramente extrativa em que afirma ter existido uma ‘colônia de exploração’”.²³⁷

Não se trata, porém, de um lapso de interpretação. Nelson Werneck Sodré nega, insistentemente, à semelhança de Furtado, a assimilação de feudalismo ao sistema das capitanias hereditárias. Retomando o caráter parasitário dos nobres em relação à fazenda real apontando o emprego desses nobres na empresa de colonização, outorgando-lhes amplos poderes, acredita que

²³⁵ FURTADO, op. cit., p. 87; SODRÉ, op. cit., p. 60

²³⁶ Furtado, op. cit., p. 88.

²³⁷ FURTADO, *Idem, ibidem.*

isso explica, em parte, certas identidades e semelhanças da empresa das capitanias com o regime feudal, morto há tanto tempo e quase inexistente na terra lusitana. É certo que esses traços não deram lugar senão a semelhanças, identidades formais, nada tendo do essencial do medievalismo, mesmo porque não seria possível, ainda numa terra longínqua, retornar a condições mortas de propriedade, como norma comum de uma sociedade que já sofrera tantas modificações²³⁸

Assim, o sistema de capitanias se explica por sua excepcionalidade jurídica, justificada unicamente pela intenção régia de atrair colonos para uma empresa mercantil, ao mesmo tempo desonerando sua fazenda: “esse traslado da enfiteuse romana a tempos tão diversos, essa aparência de reavivação de relações feudais, explicam-se, assim, pelo próprio caráter circunstancial da medida, única solução, ao ver dos conselheiros do rei, de um problema que se afigurava premente”. A solução do problema, no entanto, foi feita visando, em um só tempo, economia de recursos e perspectiva de lucros futuros para a coroa. Dessa forma, “a empresa de colonização, entretanto, é, por sua amplitude, fundamentalmente capitalista”.²³⁹

Do que foi visto, portanto, a crítica de Celso Furtado não procede a uma leitura atenta da obra de Sodré. E tampouco à Gilberto Freyre. Sua razão de ser, no entanto, longe de ser qualificada como um erro de leitura, indica uma organização do texto que marca pontos de divergência no momento em que reafirma seus conceitos e categorias principais. Escolhe trechos, desloca seu significado na economia interna das obras de origem; mas marca, por isso mesmo, suas escolhas, suas opções.

Dessa forma, podemos indicar um primeiro esclarecimento a respeito da expressão sentido da colonização. Seja na refutação do feudalismo, seja na crítica aos historiadores mobilizados, o capítulo foi construído para enfatizar o aspecto comercial, a preocupação com o lucro no início da empresa colonizadora. Essa subordinação dos fatores jurídicos ao ganho particular marca o sentido da colonização, tal conceituado por Celso Furtado. Os próximos capítulos desta segunda parte da tese de doutorado irão tratar da “economia da cana-de-açúcar” e da “formação da sociedade colonial”. São os capítulos centrais do texto

²³⁸ SODRÉ, op. cit. p. 67.

²³⁹ Idem, p. 68 e 70.

que estamos analisando. Somente após o exame dessa segunda parte teremos uma percepção clara das propostas de Celso Furtado que vimos seguindo até aqui.

Por ora, vimos o diálogo estabelecido com a bibliografia sobre história econômica e social brasileira. Falta, entretanto, um autor-chave: Caio Prado Júnior. Este será, portanto, um dos elementos fundamentais na seqüência do texto, assim como o método comparativo, de origem francesa, que nos permitirá, por fim, estabelecer as discussões de Celso Furtado com lugar mesmo onde a tese foi escrita, incorporando alguns traços da cultura histórica francófona.

2.2.3 O ciclo da cana-de-açúcar

O exame do ciclo da cana-de-açúcar guarda muita semelhança com a exposição sobre o pau-brasil. Perseguindo o encaixe cronológico, examina a produção açucareira, reafirmando seu caráter mercantil e capitalista. Há, também, a mesma preocupação com a apresentação das fontes ou documentos históricos. Novamente, trata-se de trechos de cronistas, a grande maioria extraídos da *História econômica do Brasil* de Roberto Simonsen.

A estrutura do item é simples: informação histórica sobre a produção do açúcar no mundo, testemunhos coetâneos da produção açucareira no Brasil e o balanço do ciclo econômico. Para relatar a importância do comércio, a maioria das informações são retiradas de João Lúcio de Azevedo. Assim o pioneirismo português na produção da cana-de-açúcar, a origem asiática do vegetal, o caráter precioso do açúcar, incluindo-se em testamentos reais e, finalmente, a intuição de D. Henrique para plantá-lo nas ilhas atlânticas.

O aumento da produção e a expansão do comércio nos séculos XV e XVI, liderados pelos portugueses, irá transformar e ampliar o consumo, incidindo no preço e nas margens de lucro dos produtores.

Indicativa desse aumento é a queda dos preços do açúcar no comércio europeu. Usando dados de Roberto Simonsen, Furtado chama a atenção para a queda de 90% no preço entre 1440 e 1501. No entanto, lembrando uma consideração de João Lúcio de Azevedo, “como sempre ocorre nesses casos, a crise de crescimento superou-se a si mesma.

O açúcar, antes considerado objeto de luxo, uma vez acessível a muitos multiplicou suas formas de utilidade, decorrendo subseqüentemente uma intensa e mais ampla procura”.²⁴⁰

A ampliação do consumo é que irá transformar o açúcar, do XV ao XVIII, no “mais importante produto no comércio internacional de alimentos”.

Essa posição privilegiada do produto no comércio mundial irá orientar a política econômica das nações européias no aproveitamento das terras americanas. Destarte,

a colonização dos trópicos será em grande parte uma empresa com vistas à produção de açúcar. Portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, todos se localizarão nas regiões tropicais do Novo Mundo movidos pelo desejo de produzir açúcar. A ocupação do norte do Brasil pelos holandeses, na primeira metade do século XVII, será essencialmente uma guerra pelo comércio do açúcar²⁴¹

Esse interesse internacional pelo açúcar é demonstrado pelas associações de capitais de nações diversas para a construção e financiamento da produção de açúcar. É Simonsen quem lhe fornece o exemplo do Engenho do Governador, fundado em 1533: “o interesse internacional despertado já no início do século XVI pelo açúcar demonstra-o o fato de que o primeiro engenho fundado no Brasil teve a participação de capitais italianos e flamengos”²⁴². Por outro lado, o interesse da coroa portuguesa pode ser apreendido nas concessões e privilégios outorgados aos produtores de açúcar.

Após essa introdução, Celso Furtado irá apresentar os documentos históricos. Como no item sobre o ciclo econômico do pau-brasil, no qual a maioria dos documentos apresentados são de segunda mão, a análise deve se deslocar para o trabalho de construção

²⁴⁰ FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil...* op. cit., pp 94-95. Em João Lúcio de Azevedo podemos ler: “a abundância tinha feito declinar, como era natural, o valor mercantil do produto”. Entretanto, 40 anos depois, “o gasto do açúcar tinha-se generalizado, assim como o da pimenta, e ambos os gêneros, de objetos de luxo, que tinham sido, passavam à classe de condimentos, por assim dizer, indispensáveis. Deitava-se açúcar na água e no vinho, e com ele se adubava até a carne e o peixe”. AZEVEDO, João Lúcio. *Épocas de Portugal econômico: esboços de história* [1929]. Lisboa: Livraria Clássica Editora A.M. Teixeira & Ca. (Filhos), 1978, pp. 222 e 225

²⁴¹ FURTADO, C. op. cit., p. 95.

²⁴² Idem, ibidem. Ocorre, no entanto, um lapso. Simonsen, na passagem que serviu base à Furtado, menciona capitais de flamengos e alemães: “mas o verdadeiro início da cultura parece ter sido empreendido por Martim Afonso de Sousa, 1533, com a fundação, em São Vicente, do Engenho do Governador. Conta-se que tanto ele como Pero Lopes da Silveira se associaram com flamengos e alemães para a instalação de alguns engenhos”. SIMONSEN, Roberto. *Historia econômica do Brasil, 1500-1820* [1937]. op. cit., p. 96.

do objeto de conhecimento a partir dos documentos, explicitando a forma de organização desse material.

Celso Furtado nos ensina sobre a política lusitana de segredo em relação a seus domínios ultramarinos, e a quase inexistência de documentos sobre os engenhos de açúcar na América portuguesa.

O primeiro texto apresentado, seguindo a mesma ordem de Roberto Simonsen é a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, “uma das primeiras descrições da indústria brasileira do açúcar de que dispomos”.²⁴³ Trata-se de trecho muito conhecido, apresentado por Simonsen para sublinhar a evolução dos engenhos, sobretudo as formas de moagem da cana²⁴⁴.

Em seguida, é apresentada *a região do massapé*: “a indústria do açúcar se desenvolveu principalmente na região do Recôncavo baiano — nas proximidades da primeira capital do Brasil — e na faixa litorânea do Nordeste”. Descreve-a: “a região açucareira do Nordeste é uma pequena faixa compreendida entre o mar e o maciço montanhoso, e irrigada por inúmeros rios de pequeno curso”. Essa descrição é acompanhada pela ênfase na lucratividade da terra do Brasil, uma vez que a Coroa não despendia qualquer quantia na produção e sustentação da empresa. O trecho citado é dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, no qual o autor anônimo justamente defende as riquezas do Brasil em contraposição ao comércio das Índias. Daí a ênfase na economia da Fazenda real, em contraposição aos gastos crescentes em defesa e manutenção dos monopólios de produtos asiáticos²⁴⁵. A região do massapé, porém, fica fora da discussão. Se observarmos,

²⁴³ FURTADO, C. op. cit., p. 97.

²⁴⁴ “[...] depois se inventaram muitos artifícios e engenhos para se fazer em mor quantidade, dos quais todos os usou e estes últimos foram os mais usados, que eram dois eixos, postos um sobre o outro, movido por uma roda de água ou de bois [...] E de paus compridos, mais grossos do que tonéis, com que aquela cana, depois de moída nos eixos se espremia. [...] Ultimamente, governando esta terra D. Diogo de Meneses, veio a ela um clérigo espanhol das partes do Peru, o qual ensinou outro mais fácil e de menos fábrica e custo, que é o que hoje se usa, que é somente três paus postos de por alto muito justos, dos quais o do meio com uma roda de água ou com uma almanjarra de bois ou cavalos se move e faz mover a outros”. FURTADO, C. op. cit., p. 97-98; SIMONSEN, R. op. cit., pp. 99-100.

²⁴⁵ “[...] sem Sua majestade gastar de sua Fazenda para a fábrica e sustentação de tudo isto um só vintém, a qual carga de açúcares se leva ao Reino e se mete nas alfândegas dele, onde pagam os direitos devidos à Sua Majestade, e se esta carga que estas naus levam se houvesse de carregar em outras de grandeza das da Índia, não bastariam 20 semelhantes a elas para a poderem alorjar”. FURTADO, C. op. cit., pp. 98-99; SIMONSEN, R. op. cit., p. 101.

entretanto, o livro de Simonsen, encontraremos uma descrição do solo nordestino pela pena de Rocha Pita, em sua *História da América Portuguesa*²⁴⁶ não utilizada por Celso Furtado

O trecho seguinte é de Antonil, referido anteriormente como “o mais interessante documento de que dispomos”. Do ponto de vista da construção do objeto, é o trecho do qual mais dados são extraídos, resultando disso certa dificuldade de enquadramento. Isso porque o trecho serviu de base para muitas descrições sobre os aspectos sociais da economia açucareira.

O documento é apresentado explicando a dificuldade de construção e funcionamento de um engenho na região dos trópicos e salienta, também, a concentração de riqueza nas mãos do senhor de engenho:

na primeira fase da colonização, a construção de um engenho envolvia uma série enorme de problemas, que iam da segurança coletiva à alimentação dos escravos. Não sendo dos menores o problema da alimentação [...] Eram problemas que tinha de resolver aquele que se atrevesse a explorar a indústria açucareira no meio hostil do Brasil tropical. Não era de admirar, portanto, que se criasse uma classe altamente respeitada de senhores da terra: aristocracia tão mais poderosa quanto derivava seu poder da degradação social de seus subordinados, os escravos²⁴⁷

O problema da alimentação, entretanto, não é abordado no excerto de Antonil. A descrição fica concentrada no poder do senhor de engenho²⁴⁸ e na teia de subordinados que se integram na empresa açucareira, desde os escravos até o feitor e o padre²⁴⁹.

²⁴⁶ “A canna se cultiva em sítios propios para a sua produção, que se chamam massapés: uns em terras firmes, outros em ilhas. [...] “porque as canas, que se moem próprias, ou obrigadas, e se cultivam em terras de massapé mais legítimo, ou se plantam de novo em outras menos cançadas e mais distantes das praias são maiores no comprimento...”. SIMONSEN, R. op. cit., p. 108.

²⁴⁷ FURTADO, C. op. cit., p. 100.

²⁴⁸ “O senhor de engenho he título, a que muitos aspirão, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo; bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimão os títulos entre os fidalgos do reino”. FURTADO, C. op. cit., p. 100; SIMONSEN, R. op. cit., p. 105.

²⁴⁹ “Servem ao senhor de engenho em vários officios, além dos escravos de enxada [...], e fora dos mulatos e mulatas, negros e negras da casa ou ocupados em outras partes; barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, obreiros, vaqueiros, pastores e pescadores. [...] feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho; e para o espiritual, um sacerdote seu capellão; e cada qual destes officiais tem soldada”. FURTADO, C. op. cit., p. 100-101; SIMONSEN, R. op. cit., p. 105.

Essa rede de trabalhadores, agrupados na atividade monocultora, tendo como autoridade o senhor de engenho, será considerada a unidade básica a partir da qual se formarão os laços sociais e políticos da colônia, pois

[...] o engenho não era apenas a unidade de produção, mas a verdadeira célula social da Colônia. Todos — os escravos, os artesãos, os agregados, o sacerdote — estavam sob a tutela econômica e social do senhor de engenho. A esse poder correspondia uma ampla responsabilidade: a de conservar em movimento essa vasta empresa que só dependia de si mesma para abastecer-se de alimentos, de combustível, de meios de transporte e uma infinidade de outras coisas²⁵⁰

Aqui se retoma a idéia de privatismo da empresa colonial, vista no item anterior. Explicita-se, também, a caracterização do engenho enquanto unidade política, econômica e social. Pois o senhor de engenho é, capitalista e subordina à sua empresa as relações de trabalho. Além disso, o sentido mercantil da empresa, seja na adoção de lavoura extremamente lucrativa no comércio internacional, seja na forma de inserção da coroa portuguesa na indústria açucareira, como concessora das capitânicas e arrecadadora de impostos sobre o transporte e a revenda da produção do mercado europeu. Por sua vez, a vida social se concentra na propriedade, desde a administração até o serviço religioso. Prova disso é a não atuação da Fazenda pública, uma vez que a única preocupação da coroa era com a defesa externa.

Sobre a ausência da administração real na colônia, Celso Furtado retoma um trecho de Leroy-Beaulieu, também mencionado por Gilberto Freyre, segundo o qual “on peut signaler l’absence complète de tout système régulier et compliqué d’administration. L’organisation coloniale ne précède pas, elle suit le développement de la colonisation”.²⁵¹

²⁵⁰ FURTADO, C. op. cit., p. 101

²⁵¹ Em Gilberto Freyre, temos: “Leroy-Beaulieu assinala como uma das vantagens da colonização portuguesa da América tropical, pelo menos, diz ele, nos dois primeiros séculos, “a ausência completa de um sistema regular e complicado de administração”, a liberdade de ação” (“*la liberté d’action que l’on trouvait dans ce pays peu gouverné*”) característica do começo da vida brasileira. “*L’organisation coloniale ne précède pas, elle suit le développement de la colonisation*”, observa o economista francês no seu estudo sobre a colonização moderna”. FREYRE, Gilberto. op. cit., p. 56. A edição citada por ambos também coincide.

Como não poderia deixar de ser, esse poder era restrito a uma pequena maioria. Ademais, a empresa açucareira não comportava pequenos produtores: “os pequenos engenhos não se podiam sustentar no Brasil”.²⁵²

Daí a apresentação de cálculos referentes aos engenhos, ambos baseados em Simonsen, que calculou a partir das tabelas propostas por Antonil:

tem-se avaliado entre 40 e 60 mil cruzados o cabedal de um senhor de engenho.

Segundo os dados fornecidos por Antonil, com o encaixotamento, transporte até os trapiches, aluguel destes, embarque, impostos na terra, fretes, despesas na alfândega e armazenamento em Lisboa, direitos, consulado e outros, despendiam-se cerca de 45 por cento do custo do açúcar fino no Brasil e 60 por cento dos açúcares inferiores²⁵³

Furtado se preocupa, também, com o destino do lucro da produção açucareira: “metade do preço da venda do açúcar em Lisboa destinava-se ao financiamento de sua produção no engenho. A outra metade repartia-se entre o fisco e os intermediários”. Com isso persiste o caráter comercial da empresa colonizadora portuguesa. É sintomático que, a partir dessa constatação, foi possível identificar o mesmo papel de intermediário comercial representado pelos portugueses, na América como nas Índias:

a exportação para o exterior será uma operação suplementar cujos lucros caberão principalmente à classe comercial do Reino. Por outro lado, os portugueses controlarão estritamente qualquer entrada de mercadoria na Colônia, constituindo-se em intermediários entre esse mercado consumidor e os centros produtores europeus. Dessa forma, os lusitanos permaneceram no estado em que os havia deixado a feliz descoberta do caminho marítimo das Índias: reduzidos a viver como intermediários, ‘feitores da Europa’ nas palavras de um seu cronista da época²⁵⁴

²⁵² FURTADO, C. op. cit., p. 103.

²⁵³ Em Roberto Simonsen: “nos primeiros tempos, os engenhos seriam todos de mais de três mil arrobas por ano”; “provinha avaliar-se em 40, 50, 60 mil cruzados (de 3 a 5.000 contos de hoje), e mais, o cabedal de um destes proprietários, que eram a aristocracia da terra, e viviam à lei da nobreza, com gastos de ostentação e luxo iguais aos da corte”; “com o encaixotamento, transporte até os trapiches, aluguel destes, embarque, impostos na terra, fretes, despesas na Alfândega e armazenagem em Lisboa, direitos, consulado e outras, despendiam-se, no início do século XVIII, cerca de 45% do custo do açúcar fino no Brasil e 60% nos açúcares inferiores” (SIMONSEN, 1978, pp. 102, 111 e 110, respectivamente).

²⁵⁴ FURTADO, C. op. cit., p. 104.

A lucratividade desse comércio, por sua vez, irá atrair atenção das demais potências européias, merecendo destaque a invasão da Companhia das Índias Ocidentais, em 1630, no Recife. Instalados no nordeste brasileiro, os holandeses logo assumirão a produção e exportação do açúcar para a Europa. Segundo Celso Furtado, novamente apoiado em Simonsen²⁵⁵

já em 1639, os batavos conseguiram extrair da terra e exportar 600 mil arrobas de açúcar. Cálculos feitos à base de documentação encontrada nos arquivos holandeses indicam que os invasores desviaram do comércio português, em duas décadas, cerca de 15 milhões de libras esterlinas²⁵⁶

O crescente volume e importância desse comércio também será uma das explicações para a produção de açúcar em outras regiões, principalmente as Antilhas francesas, logo se tornando concorrente da colônia portuguesa e agudizando ainda mais a queda do preço do açúcar.

O capítulo termina com um balanço, “Valor do ciclo do açúcar para a Colônia”. A referência aos dados de Simonsen se tornam explícitos nesse trecho, coincidindo sobre o valor da produção no século XVII em 200 milhões de libra. Em face da reduzida população, “em nenhuma época de sua história o Brasil teve uma tão grande produção e exportação *per capita*”.

Aqui encontramos um primeiro esquema do que seria a economia colonial. Refletindo sobre essa produção extraordinária do XVII, Celso Furtado pondera: “cumpre observar, no entanto, que a economia brasileira dessa época era essencialmente ‘colonial’, isto é, a serviço de interesses que se encontravam fora do país”²⁵⁷.

É a partir desse ponto de vista, a separação dos interesses externos e internos da colônia, que Celso Furtado avalia o ciclo do açúcar. Aliás, já fora sob essa ótica, discordando de Simonsen com respeito à economia do pau-brasil, que pôde avaliar os

²⁵⁵ “Apesar da destruição de várias fazendas e engenhos e das dificuldades de mão-de-obra e de lutas constantes com os antigos donos da terra, já em 1639 conseguiram os novos ocupantes exportar 33.000, mais de 600.000 mil arrobas”; “não é exagerado, porém, que se compute em mais de £15.000.000 o valor do açúcar distraído para os Países Baixos durante a ocupação holandesa, o qual, com outros artigos da terra, representaria cerca de £20.000.000 desviados do comércio português”. SIMONSEN, R. op. cit., pp. 118-120.

²⁵⁶ FURTADO, C. op. cit., p. 104.

²⁵⁷ FURTADO, C. op. cit., p. 105.

aspectos positivos da extração da madeira de tinturaria, justamente porque foi a partir desse comércio de feitorias que se iniciou o povoamento do Brasil. Agora, esse longo ciclo do açúcar, cuja data de encerramento não está indicada, teve um caráter negativo, pois nada era retido na colônia. Pois se 25% do valor da produção era absorvida pela Coroa em impostos, outra parte considerável era embolsada pelos intermediários lusitanos. Destarte, “a fração líquida dessa riqueza, que ficava na Colônia, era paga, em última análise, com produtos manufaturados na Inglaterra, quando não com alimentos exportados da Europa e que tanto faziam falta na terra deformada pela monocultura”.²⁵⁸

Temos aqui, portanto, a ênfase na história econômica. Embora não exista uma teorização do que esta seja, alguns elementos podem ser fixados. Primeiramente, a tentativa de dar um caráter de pesquisa histórica, aqui, identificada com crítica documental. Ou seja, ainda que possamos afirmar com certa precisão que Celso Furtado não fez pesquisa histórica original, ele organizou seu texto de forma a ocultar os traços disso, sobretudo para o público leitor francês, que certamente teria dificuldade em consultar as referências de Celso Furtado. De todo modo, essa busca da *empíria* se associa a um tipo de metodologia de história tradicional. Naquele momento a escola metódica já recebia críticas, sobretudo dos historiadores ligados à *École des Annales*. Entretanto, se lembrarmos que se trata de uma tese de doutorado em economia elaborada numa Faculdade de Direito, talvez esse tradicionalismo não fosse estranho ou indesejável.

Quanto à reflexão econômica, esta também é tímida. Isso se levarmos em conta que, afora a sistematização dos números empreendida por Roberto Simonsen, antes esforço quantitativo do que processo de clarificação. O principal fica por conta da qualificação da economia colonial como dependente do mercado externo. Essa já é definição de economia colonial de Celso Furtado.

2.3 Intermezzo: Celso Furtado e o método comparativo

Até agora vimos como Celso Furtado se debruçou sobre a explicação da expansão marítima portuguesa, situou a ocupação e posterior colonização do Brasil, compreendeu essa colonização em termos de uma expansão comercial impulsionada pela perspectiva de

²⁵⁸ FURTADO, C. op. cit., p. 105.

altos lucros. Ademais, refutou as hipóteses sobre o feudalismo no Brasil. Adotou uma explicação cronológica, se deteve nos ciclos do pau-brasil e cana-de-açúcar e na colonização permanente do território.

Veremos agora um elemento central para nosso objetivo de indicar o diálogo que Celso Furtado estabeleceu com a bibliografia sobre história econômica na França. Isso nos permitirá deslindar uma importante questão metodológica distribuída pelos capítulos anteriores e que estamos prestes a examinar mais detalhadamente, qual seja, o método comparativo. Além disso, este procedimento é o refinamento, no plano teórico, de um movimento que viemos acompanhando desde os primeiros textos do jovem Celso Furtado. Com efeito, a perspectiva comparada, a dialética entre o local e o cosmopolita que apreendemos como um traço básico e formativo de seu pensamento, aqui será apurada pelo contato com um vertente da produção histórica francesa.

Faremos, portanto, um *intermezzo*. Nessa digressão, colocaremos a relevância do método comparativo na constituição de um ramal do pensamento histórico francês, que tomou forma nas primeiras décadas do século XX. A seguir, veremos como esse procedimento investigativo esteve disperso em alguns argumentos anteriores da tese de doutorado e foi desenvolvido para compreender a formação de sociedades coloniais, comparando as experiências portuguesas e francesas de constituição de colônias em regiões tropicais.

O método comparativo e a cultura histórica francesa

Embora se tratando de uma tese de doutorado defendida numa faculdade de direito em Paris, até agora encontramos poucos indícios da cultura histórica francesa presente nas linhas gerais do texto. Vimos a importância de Henri Pirenne, e uma discussão detalhada de algumas proposições de René Gonnard sobre as causas do expansionismo português. Entretanto, ao refutar as teses deste último, Celso Furtado fez coro a uma explicação já consolidada nos estudos históricos portugueses e brasileiros, representada pelos trabalhos de António Sérgio e Gilberto Freyre. Destarte, menos que um debate no âmbito da produção histórica francesa, as críticas à Gonnard simplesmente apontam a não recepção dessas idéias críticas na França.

Por outro lado, não podemos esquecer que em finais de 1940, Henri Pirenne era um historiador renomado: suas teses tinham ampla aceitação entre os historiadores, seja nos meios mais progressistas, devido a seu posicionamento anti-belicista e suas propostas de avanço nos métodos históricos, seja em meios conservadores, em decorrência de uma invejável erudição histórica. Dessa forma, o uso de sua definição de feudalismo era praticamente unânime e, portanto, precisa ser matizada se se pretende que sirva de índice da penetração da produção histórica francesa em *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Ao nosso entendimento, a tese de doutorado se insere na tradição histórica francesa pelo método comparativo, e, também, pela problematização descortinada a partir deste no âmbito da história do Brasil e, mais ainda, da colonização tropical sob predomínio da expansão comercial.

O surgimento do método comparativo pode ser captado no âmbito dos conflitos entre as ciências sociais e a história nos inícios do século XX. Diversos autores apontam o esvaziamento dos resultados do conhecimento histórico advindos do questionamento das premissas e orientações da história metódica e positivista²⁵⁹. Essas críticas, paradoxalmente, não surgiram do campo da história propriamente dita. A sociologia durkheimiana, a geografia lablacheana e a noção de síntese comandada pelos estudos de psicologia proposta por Henri Berr foram as primeiras contendoras da história, procurando anulá-la e/ou incorporá-la em seus respectivos campos de saber.²⁶⁰

É bastante estudado o processo pelo qual a história respondeu ao desafio dessas ciências, e como conseguiu incorporar os avanços mais importantes de cada uma delas. Mediante uma reformulação da noção de tempo histórico e dos métodos de conhecimento, a história se modificou para responder aos desafios metodológicos e às questões imediatas da primeira metade do século XX.²⁶¹ Esse período assistiu à ruptura do mundo tal como fora construído no longo século XIX. A supremacia européia, e inglesa sobretudo, foi posta em cheque pelas duas grandes guerras, pelo fim dos impérios coloniais e pela descentralização do poder, agora compartilhado com os Estados Unidos e a União Soviética. Nessa nova

²⁵⁹ A abordagem pioneira nesse sentido é o artigo de André Burguière, “Histoire d’une Histoire: la naissance des annales ». *Annales. Économies. Sociétés, Civilizations* n. 6, Paris : A. Colin, nov./dec., 1979, pp. 1347-1359.

²⁶⁰ BURGUIÈRE, op. cit.; DOSSE, F. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História* [1987]. Bauru, SP: EDUSC, 2003; REIS, José Carlos. *Escola dos Annales. A inovação em história*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

²⁶¹ REIS, José Carlos. op. cit., pp. 15-20.

configuração, as diversas nações surgidas com a descolonização exigirão um maior reconhecimento internacional. Como coloca José Carlos Reis, “derrotada, a Europa tornou-se uma liderança mais lúcida e mais afável, mais aberta ao diálogo, mais sensível à derrota alheia, aos sofrimentos e decepções do outro. A Europa abriu-se à alteridade ao conhecer o seu limite. Os excluídos do mundo ocidental, os povos ditos primitivos e os povos não-europeus, em geral, foram considerados e respeitados em sua alteridade, em sua temporalidade singular. O eurocentrismo chegou ao seu limite”.²⁶²

Essa abertura para o não-europeu teve uma contrapartida, teórica e prática a um só tempo, com a formulação do método comparativo. Este tem uma perspectiva *compreensiva*, buscando utilizar a experiência conhecida para alargar o escopo do conhecimento sobre outras sociedades, outros processos históricos. Não iremos, entretanto, nos deter nas origens e nos diversos campos em que a perspectiva comparativista teve lugar. Obviamente, isso nos levaria a percorrer as teorias sobre a fundamentação das ciências humanas, presentes no *Sistema de lógica* de John Stuart Mill²⁶³, os estudos de lingüística, sobretudo os trabalhos de Meilliet²⁶⁴, e a antropologia anglo-saxã, da qual um exemplo entre tantos outros é *The golden bough*, de Frazer.²⁶⁵ Nos basta, nesse momento, deixar assinalado o aparecimento do método comparativo nesse momento específico, primeira metade do século XX, no qual o redesenho das relações internacionais e o surgimento de novos Estados nacionais colocou a necessidade de uma reflexão aberta para outras realidades, encontrando nessa perspectiva comparativista um instrumento adequado.

Dessa forma, como nosso objetivo é indicar a presença desse método na tese de doutorado, nos limitaremos a apontá-lo nos autores usados por Celso Furtado. Além disso, examinaremos o texto clássico de Marc Bloch, *Para uma história comparada das sociedades européias*, a exposição mais acabada e detalhada desse procedimento no âmbito da prática histórica e elemento de ligação com aqueles historiadores franceses citados na tese.

²⁶² Idem, p. 33.

²⁶³ BERTHOLET, Jean-Michel. Les règles de la méthode sociologique où l’instauration du raisonnement expérimental en sociologie. In: DURKHEIM, Émile. *Les règles de la méthode sociologique*. France: Flammarion, 2002.

²⁶⁴ HILL, Alette Olin; HILL JR, Boyd H. Marc Bloch and Comparative History. *The American Historical Review*, Vol. 85, No. 4 (oct., 1980), pp. 828-846.

²⁶⁵ BLOCH, Marc. “Para uma história comparada das sociedades européias” [1929]. In: *Idem. História e Historiadores*. Textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa, Teorema, s/d.

Pirenne

Encontramos as primeiras apologias ao uso do método comparativo como recurso para a pesquisa e escrita da história no início do século XX, embora tenha se ampliado após a Primeira Guerra Mundial. É sob o resultado traumático das rivalidades entre as nações, e pensando nas possibilidades de reconstruir a unidade europeia que Henri Pirenne se dirigiu aos historiadores de diversas partes do mundo no V Congresso Internacional de Ciências Históricas, ocorrido em Bruxelas, em 1923. Numa bela passagem, que vale a pena reproduzir, critica a prática dos historiadores que contribuíram para justificar as diferenças e as rivalidades entre as nações:

durant tout le cours de la guerre, les belligérants ont mis particulièrement deux sciences en réquisition : l'histoire et la chimie. Celle-ci leur a fourni des explosifs e des gaz ; celle-là, des prétextes, des justifications ou des excuses. Mais leur sort a été bien différent. La nécessité imposée à la chimie ne contrariant point sa nature, ella a pu, tout en servant les armées, faire de précieuses découvertes. L'histoire, au contraire, en se jetant dans l'arène y a perdu trop souvent ce en quoi consiste son essence même : la critique et l'impartialité. Il lui est arrivé de se laisser emporter par la passion, de défendre des thèses, de ne plus se soucier de comprendre et de se subordonner aux militaires e aux politiques²⁶⁶

Contra isso, o método comparativo permite estabelecer uma visão de conjunto, na qual as diferenças entre as nações se dão entre diferentes temporalidades de uma mesma origem comum, sem lugar para rivalidades e disputas históricas. Assim é que :“il reste donc, si nous voulons comprendre les *originalités* et les *individualités nationales*, qu'un seul procédé s'offre à nous, et c'est celui de la comparision. Par elle, en effet, et par elle seule, nous pouvons nous élever à la *connaissance scientifique*. Nous y arriverons jamais si nous nous confinons dans les limites de l'histoire nationale”.²⁶⁷

Colocando as questões sobre o pano de fundo do pós-Primeira Guerra, temos em Pirenne que:

les préjugés de race, les préjugés politiques, les préjugés nationaux sont trop puissants sur l'homme pour qu'il puisse leur échapper, s'il

²⁶⁶ PIRENNE, H. *De la méthode comparative en histoire*. In : MARES, G. des; GANSHOF, F.-L. (eds.). *Ve. Congrès International des Sciences Historiques*. Bruxelles: Weissenbruch, 1923, p. 5-6.

²⁶⁷ Idem, p. 10.

ne se place hors de leus atteinte. Pour s'en affranchir, il faut qu'il s'élève jusqu'à cette hauteur d'où l'histoire apparaissant tout entière dans la majesté de son développement, les passions passagères du moment se calment et s'apaisent devant la sublimité du spectacle. Comment y arriver, si ce n'est par la méthode comparative?²⁶⁸

Essa reivindicação metodológica e essa recusa ao nacionalismo fácil irão consolidar tentativas de compreender as dinâmicas sócio-econômicas em nível europeu. Tal abrangência pode ser encontrada nos próprios livros de Pirenne, sempre se colocando num posicionamento direcionado à história européia, ressaltando os empréstimos mútuos, as relações de simbiose e semelhança.

O mesmo pode ser encontrado em outra referência de Celso Furtado, Henri Sée. Este, em seu *Origens do capitalismo moderno*, de 1926, explica seus procedimentos e opções: “o método que nos pareceu mais legítimo e proveitoso, na ordem dos estudos que tentamos realizar, é o comparativo. Como quisemos estudar as origens do capitalismo, não em um só país, mas por toda parte onde as possamos assinalar, tanto mais se impõe a prática da história comparada”.²⁶⁹

Esse conjunto de trabalhos pode ser compreendido num esforço maior de ressaltar os aspectos econômicos e sociais, no bojo da reconfiguração dos objetivos e das questões históricas na primeira metade do século XX. Muito importante na França, essa tendência foi caracterizada por Josep Fontana como o surgimento da história econômica e social francesa. Na perspectiva deste historiador, trata-se de um:

conjunto de respostas que foram dadas à insatisfação com o velho modelo de história limitado à atividade política e, de maneira tangencial, à ‘alta cultura’, que se dedicava sobretudo à atuação das minorias dirigentes. Elas tinham, em comum, a vontade de integrar, na análise, os dados referentes à atividade econômica — ao trabalho, à subsistência, à produção e às trocas — e o propósito de abarcar o conjunto da sociedade²⁷⁰

Temos, portanto, a transformação do mundo após a Primeira Guerra Mundial e a conseqüente perda da supremacia européia; uma resposta da prática histórica, reorientando seus procedimentos numa perspectiva universalista e seus interesses para processos sociais

²⁶⁸ Idem, p. 13.

²⁶⁹ SÉE, Henri. *As origens do capitalismo moderno* [1926]. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1959, p. 12.

²⁷⁰ FONTANA, J. *A História dos Homens*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 261.

e econômicos. Não é fortuito, pois, a tentativa de rever as origens do capitalismo, seja numa perspectiva que descreva sua gênese, seja estabelecendo sua particularidade em relação ao sistema econômico que o precedeu. Assim, gênese do capitalismo, feudalismo, sistemas econômicos, passam a se tornar chave na discussão histórica da primeira metade do século XX, com um novo impulso na mesma direção em seguida à crise econômica mundial de 1929.

Na produção histórica francesa, vemos exatamente isso. Henri Pirenne escreve uma *História da Europa* aproveitando apontamentos feitos para aulas no período de sua prisão; em seguida, temos os estudos sobre história social e econômica européia, das quais *História social e econômica da Idade Média*, *As cidades na Idade Média* e o póstumo *Maomé e Carlos Magno* são exemplos; e, por fim, temos a volumosa *História da Bélgica*, em quatro volumes, exemplo de uma história nacional de um ponto de vista europeu e universalista, tal como proposto nos textos sobre o método comparativo que estudamos.

A trajetória de Henri Sée, também é elucidativa nesse sentido. Além da preocupação com a gênese do capitalismo, produziu estudos importantes sobre história econômica e social, discutindo detalhadamente as obras de Marx e Sombart, sempre ressaltando a interação dos fatores sociais e econômicos.

Medievalista como Pirenne, Marc Bloch também abordou a interação entre economia e sociedade, seja através do comércio, seja na perspectiva dos estudos agrários²⁷¹. Seu livro mais importante, *A Sociedade Feudal*, além de resgatar os traços gerais da história européia numa perspectiva totalizante, é o exemplo mais acabado das proposições de Henri Pirenne. Além disso, dedica uma parte à comparação do feudalismo europeu com o japonês, numa mirada universalista.

Entretanto, essa brevíssima enumeração de obras e trajetórias serve apenas para indicar a pertinência das questões com as quais Celso Furtado procurou, de alguma forma, lidar, ou seja, os “elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais”, como indica o subtítulo de sua tese de doutorado.

²⁷¹ A relação entre as perspectivas mais universalistas de Bloch e Pirenne, bem como o fato de ambos se dedicarem à história medieval foi analisada por Maria Lígia Prado: “Bloch, da mesma forma que Pirenne, ao propor a abordagem comparada estava fazendo a crítica da limitação das pesquisas aos espaços nacionais. Ambos estudaram a Idade Média, fator incontestável para libertá-los mais facilmente das amarras do nacional”. PRADO, Maria Lígia Coelho Prado. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História da USP*, n. 153 (2ª - 2005), São Paulo: USP, p. 16.

Para finalizarmos esse item introdutório, iremos revisar o texto de Marc Bloch, *Para uma história comparada das sociedades européias*.

A palavra método, neste artigo de Bloch tem uma conotação cartesiana, ou seja, trata-se de “um sistema técnico de uso corrente, maleável e susceptível de resultados positivos”. Comparar, portanto é “escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas de sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras”.²⁷²

Duas condições para o método comparativo são necessárias: “uma certa semelhança entre os fatos observados — o que é evidente — e uma certa dessemelhança entre os meios²⁷³ onde tiveram lugar” Bloch dá atenção, justamente, às dessemelhanças de meios, a segunda condição do método comparativo. Ou seja, elaborar e formular essas dessemelhanças já é, por si só, parte do método e parte do trabalho do historiador. Estas são divididas em dois casos. No primeiro deles, encontramos sociedades separadas *no tempo* e *no espaço*, de forma que “as analogias observadas de um lado e de outro, entre este ou aquele fenômeno, não possa, com toda a evidência, explicar-se por influências mútuas ou por alguma comunidade de origem”.²⁷⁴ Fornece como exemplo o livro de James Frazer, *O Ramo de Ouro* e conclui que, “o seu postulado, ao mesmo tempo que a conclusão a que sempre volta, é a unidade fundamental do espírito humano ou, se se preferir, a monotonia, a espantosa pobreza dos recursos intelectuais de que a humanidade dispôs ao longo da história, particularmente a humanidade primitiva no tempo em que, para falar ainda como Sir James Frazer, ‘elaborava, na sua grosseria primordial, a sua filosofia de vida’”.²⁷⁵

Mas é a segunda forma de dessemelhança de meios que interessa ao historiador, preocupado, antes de tudo, com a mudança. Trata-se, pois, de

²⁷² BLOCH, Marc. “Para uma história comparada das sociedades européias”. op. cit., 120-121.

²⁷³ O conceito de “meios”, no sentido histórico-geográfico é fundamental e distingue o método comparativo da comparação vulgar. Pois, “se estudar o regime senhorial de Limousin, serei eternamente levado a pôr lado a lado informações tiradas deste ou daquele senhorio; no sentido vulgar da palavra, comparo-os. Não terei porém a impressão de fazer o que, em linguagem técnica, se chama história comparada, pois irei buscar os diversos objetos do meu estudo a frações de uma mesma sociedade que apresenta, no seu conjunto, uma grande unidade”. BLOCH, Marc., op. cit., p. 120.

²⁷⁴ Idem, p. 121.

²⁷⁵ Idem, p. 122.

estudar paralelamente sociedades a um tempo vizinhas e contemporâneas, incessantemente influenciadas umas pelas outras, cujo desenvolvimento está submetido, precisamente por causa da sua proximidade e do seu sincronismo, à ação das mesmas grandes causas e que remontam, pelo menos em parte, a uma origem comum²⁷⁶

Ora, o que se procura aqui, portanto, é captar as transformações, operando na sincronia. Utilizando uma analogia com a lingüística, na qual existe a distinção entre lingüística histórica e lingüística geral, para Bloch, “quer se trate de história ou de linguagem, bem me parece que, dos dois tipos de método comparativo, o mais limitado no seu horizonte é também o mais rico cientificamente. Mais capaz de classificar com rigor e de criticar as comparações, pode aspirar a chegar a conclusões de fato muito menos hipotéticas e muito mais precisas”.

Porém, além dos procedimentos, há também o exame das vantagens do método, indicando uma abordagem do fazer histórico que seria depois tratado pela bibliografia sobre a escola dos *Annales* como história-problema, cuja formulação coube a Marc Bloch e Lucien Febvre. Nessa direção, o método comparativo auxilia no próprio estabelecimento de problemas e questões. Ou seja, “antes da interpretação dos fenômenos vem a sua descoberta. É neste esforço primordial que primeiro surge a utilidade do método comparativo”.²⁷⁷ Marc Bloch usa como exemplo os *enclosures* ingleses. Fartamente documentados e estudados na Inglaterra, o processo dos cercamentos, aparentemente, não tem semelhança com qualquer fenômeno agrário na França. No entanto, os trabalhos de Henri Sée apontam a ocorrência de algo semelhante na região francesa da Provença, nos séculos XV, XVI e XVII. Embora não tendo a mesma presença na documentação, como o caso inglês. Portanto, cabe pesquisar as características dos territórios agrícolas, as “práticas econômicas”, as “condições sociais” diversas nas duas regiões. Ou seja, “verificar a presença [dos cercamentos], com características próprias, numa zona mediterrânica, de um fenômeno que, até então, parecer ter podido difundir-se sobretudo em latitudes mais elevadas”. Assim, essa agenda de pesquisa deriva da aplicação do método comparativo,

²⁷⁶ Idem, p. 122-123.

²⁷⁷ Idem, p. 123.

formulando novos problemas e indicando caminhos de resolvê-lo. Enfatizando esse ponto, com certo humor, Bloch afirma:

a única vantagem que tenho sobre eles [os historiadores que estudavam isoladamente os regimes agrários na França] é muito modesta e totalmente impessoal. Li obras relativas às *enclosures* inglesas ou às revoluções rurais análogas que se deram noutros países europeus e tentei inspirar-me nelas. Numa palavra, usei uma varinha mágica, de todas a mais eficaz: o método comparativo²⁷⁸

Aqui, a perspectiva comparativa permite o desvelamento de uma mudança na propriedade fundiária, insuspeita enquanto processo histórico até então. A construção do problema e sua solução derivam, justamente, da possibilidade de cruzar experiências históricas, recusando o recorte baseado em Estados nacionais, bem como apontando que o caminho para o conhecimento histórico deve ter como pressuposto a capacidade do historiador de diversificar seu olhar e reconhecer a legitimidade e a importância de outras experiências históricas.

Feito esse nosso percurso, podemos nos voltar agora para a obra de Celso Furtado, procurando em seu texto a pertinência e a importância do método comparativo.

Celso Furtado e o método comparativo

Ao retomarmos a tese de doutorado de Celso Furtado, vemos que algumas comparações são feitas para marcar a peculiaridade da formação medieval portuguesa, caracterizada pela não-existência de feudalismo. Já vimos como é fundamental o conceito de Henri Pirenne, e é a partir dele que aparece a especificidade da história portuguesa: não ocorrência de isolamento cultural e inexistência, radical, daquele conflito entre aristocracia e burguesia que evoluiu, na França e na Inglaterra, para a separação e estratificação em duas classes com interesses e culturas diversas. A precocidade da burguesia portuguesa, ao contrário, aproxima a história do reino luso às repúblicas italianas. Daí o caráter burguês e comercial do aparelho estatal português já consolidado em fins do século XIV, enquanto que essa será a luta da burguesia contra aristocracia no resto da Europa até o século XIX.²⁷⁹

²⁷⁸ Idem, p. 126.

²⁷⁹ FURTADO, C. op. cit., pp. 26-28.

Esses contrapontos marcam a especificidade da história lusitana e explicam a precocidade dos descobrimentos portugueses.

Além disso, o método comparativo se mostrou essencial para a caracterização da sociedade colonial brasileira. Acreditamos que este é um dos caminhos pioneiros da tese, embora Celso Furtado valorize pouco esse aspecto em seus textos retrospectivos. Em um deles, “*A fantasia organizada*”, relembra a “ordem de partida” de sua tese:

[...] estudaria a economia colonial brasileira no período do açúcar, época em que ao Brasil coubera papel eminente no comércio internacional. Quando expus a idéia ao professor [Maurice] Byé [orientador da tese], ele pensou um pouco e observou: ‘De acordo, sempre que você faça um paralelo com a economia açucareira nas Antilhas francesas, concorrente da brasileira.

E acrescenta:

a confrontação com a economia antilhana em que a cana-de-açúcar (e seu complemento inevitável, o trabalho escravo) destruiu todo um sistema de pequena propriedade, instalada com grande ajuda do governo francês, e impôs o latifundismo, ajudou-me a ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro²⁸⁰

Se atentarmos na importância da comparação para o entendimento das “relações entre economia e sociedade”, podemos começar a perceber o relevo desta para Celso Furtado e indicar a novidade trazida pela tese de doutorado. Acreditamos que a preocupação maior de Maurice Byé, ao sugerir a comparação com as Antilhas francesas, não tenha sido apenas a interlocução com a bibliografia francesa, o que evidentemente aumentaria o interesse do texto para o público leitor francês. Ao contrário, Maurice Byé conhecia muito bem as possibilidades do procedimento que recomendava a seu aluno brasileiro. Seu doutorado em letras na Universidade de Lyon, de 1928, fora dedicado ao estudo comparativo dos portos de Gênova, na Itália e de Marselha, na França. Intitulado *Le port de Gênes et le port de Marseille, étude comparative*, recebeu uma elogiosa resenha de Lucien Febvre no primeiro número dos *Annales de histoire économique et sociale*, a qual tomamos a liberdade de transcrever os primeiros parágrafos:

²⁸⁰ FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. op. cit., p. 113.

C'est une monographie sérieuse, bien documentée, appuyée sur des données numériques abondantes et rigoureusement critiquées. Mais c'est beaucoup plus qu'une monographie. D'abord, parce que M. Byé institue, d'un bout à l'autre de son livre, une comparaison suivie, attentive et, on peut ajouter, honnête entre Gênes et Marseille, les deux grands ports de la Méditerranée occidentale: différents et cependant semblables, rivaux et cependant guettés par les mêmes ennemis. Ensuite, parce qu'un port de l'envergure de Gênes, ou de Marseille, c'est naturellement l'un des meilleurs observatoires où puisse s'établir l'homme qui sait et désire voir, pour étudier l'activité non d'une ville, ni d'une région, ni même d'un grand pays — mais de la vie économique du monde entier, dont les moindres pulsations transmises de proche en proche viennent se répercuter, de façons d'ailleurs très diverses, dans la vie de ces grands organismes, à la fois autonomes et dépendants, que sont les ports modernes²⁸¹

Assim, podemos imaginar que o orientador de Celso Furtado tenha intuído a relevância da comparação entre as duas experiências colonizadoras, ou seja, que a exigência da comparação tivesse uma preocupação teórica importante, denotando a familiaridade de Byé com os debates no campo da escrita da história na França, ou mais concretamente, com o entendimento do funcionamento interdependente — e por isso passível de comparação — das economias sob o ponto de vista do comércio internacional, sua especialidade.

De qualquer forma, a indicação foi certa, ao menos para a história econômica brasileira. De um lado, até então, as grandes referências de comparação de processos colonizadores haviam sido o inglês na América do Norte, o espanhol na América do Sul e Central e o holandês na América portuguesa, já no século XVII. O único trabalho até então comparando a monocultura canavieira no Brasil e nas Antilhas era a tese de cátedra de Alice Piffer Canabrava, "*O Açúcar nas Antilhas (1697-1755)*", apresentada em apenas 100 exemplares mimeografados no ano de 1946. Entretanto, tudo indica que Celso Furtado não teve conhecimento desse trabalho na época de elaboração de sua tese de doutorado. Ademais, comparando as duas teses, percebemos que os autores utilizados por Celso Furtado derivam de sua pesquisa da produção disponível na França. Alice Canabrava, ao

²⁸¹ FEBVRE, Lucien. Ports d'aujourd'hui, ports d'autrefois: à propos d'une étude sur Gênes et sur Marseille. *Annales d'histoire économique et sociale*. Paris : F. Alcan. Année 1929. Vol. 1, N. 1, pp. 94-95.

contrário, consultou apenas bibliotecas brasileiras, o que esclarece a divergência entre as fontes e autores que cada um deles irá desenvolver em seus trabalhos.

Quanto aos debates sobre a história da colonização antilhana na França, ainda mais sob uma perspectiva comparativista, não obtivemos informações que permitissem indicar uma possível inserção da tese de doutorado nesses debates.

Celso Furtado, portanto, irá se debruçar sobre outra experiência de colonização européia nos trópicos para comparação, detalhando a constituição das sociedades coloniais. Embora este seja nosso foco central, precisamos pontuar como a experiência antilhana esteve presente em outro momento do texto, qual seja, no debate sobre o feudalismo no Brasil. Nesse ponto, já repassamos a refutação do feudalismo quando da análise do sistema das capitanias hereditárias. Vimos que a negação se dá pela afirmação do caráter mercantil da produção, o objetivo de lucro, característico do *ethos* capitalista. Entretanto, a argumentação não se restringiu apenas ao caso brasileiro, mas contou com a mobilização da experiência antilhana, através do livro de Louis-Phillipe May, *Histoire économique de la Martinique* (1665-1763), de 1930.

Ao afirmar a importância dos dados sociais e econômicos em detrimento dos elementos jurídicos para caracterizar o sistema das donatarias, em uma nota de rodapé Celso Furtado justifica esse procedimento lembrando que “ponto de vista semelhante adota May com relação às Antilhas francesas”.²⁸²

May argumenta sobre a inexistência da imagem de que “l’organisation féodale de la métropole fut transposée tout d’un bloc et dans son intégrité dans les colonies”. Igualmente, o abandono por parte da Companhia dos direitos de *lods et vente*, em decorrência da impossibilidade em cobrá-los, é outro indício da não existência do feudalismo na Martinica sob o ponto de vista da transposição da estrutura tributária do Antigo Regime.²⁸³

Mais adiante, ao apontar a confusão decorrente da assimilação de instituições feudais ao sistema capitalista, critica uma passagem de Afonso Arinos de Melo Franco, retirada de Nestor Duarte, que retrata o senhor de engenho como um “rico senhor repimpado na casa-grande de seu engenho feudal”.²⁸⁴ Novamente, recorre a May para marcar o equívoco dessa comparação. Podemos ler na nota número 74:

²⁸² FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil...* op. cit., p. 82, n. 71.

²⁸³ Idem, p. 84.

²⁸⁴ Idem, *ibidem*.

estudando o mesmo problema nas Antilhas francesas, May, depois de descrever o domínio com seu senhor e seus servidores, diz: ‘on ne peut s’empêcher d’évoquer la villa antique, centre agricole autonome où toutes les fonctions économiques et sociales étaient assumées par des membres de la *familia*. On évoque encore les grands *latifundia* du haut Moyen Age sur lesquels vivaient autor d’un maître une foule de serviteurs, grands domaines fermés et indépendants. Mais un tel rapprochement ne se présente à l’esprit que sur une vision imparfaite et superficielle²⁸⁵

Ao contrário, continua May, com a montagem da monocultura canavieira, “plus que jamais l’habitant devait échanger avec le forain, l’homme de l’extérieur”. Dessa forma, o argumento sobre o sentido capitalista da colonização nos trópicos ganha em generalidade e abrangência. Ultrapassa o exame da América portuguesa e vai buscar elementos em outras experiências de colonização tropicais. Insere-se, assim, numa tradição de estudos sobre colonização, no qual podemos lembrar os trabalhos de Paul Leroy-Beaulieu e René Maunier, citados na tese de doutorado, bem como no tratamento dessas questões empreendido por Caio Prado Júnior.

A problemática, portanto, estende seu escopo. Trata-se, agora, de compreender a expansão européia e o surgimento do capitalismo. Mais ainda, Celso Furtado posiciona a colonização das terras do Brasil no debate sobre os tipos de colonização e, entre estes, nas formas que essa colonização assume no povoamento de terras tropicais: exploração agrícola monocultora com trabalho escravo e voltada para mercados externos. É justamente na amplitude dessas questões que o método comparativo adquire sua plena significação.

Para melhor compreendermos esse movimento, iremos recolocar o debate sobre colonização. Já fizemos algumas considerações sobre o assunto na discussão sobre a expansão portuguesa. Aqui, entretanto, vamos perceber como Celso Furtado se apropria destes conceitos como substrato para a comparação com as Antilhas francesas. Essas experiências são retrabalhadas a partir de uma problemática que nosso autor propõe. Com efeito, a caracterização da grande plantação é colocada enquanto problematização dos tipos de colonização, uma vez que: “a grande plantação é um imperativo na região tropical; ou pelo menos o era nos séculos XVI e XVII”.²⁸⁶ É na tentativa de responder a essa proposição

²⁸⁵ Idem, p. 84-85.

²⁸⁶ Idem, 108.

que irá conduzir a argumentação. Nossa *démarche*, agora, será reintroduzir as reflexões dos principais dos autores discutidos na tese de doutorado e depois retomar a exposição de Celso Furtado indicando a renovação desse diálogo com o uso do método comparativo.

Já vimos em outra ocasião a discussão sobre o caráter da expansão portuguesa para as Índias. Segundo Celso Furtado, a presença portuguesa na Ásia configura-se como ocupação, com a criação de feitorias comerciais. Uma referência fundamental é Leroy-Beaulieu, para quem “le but de la colonisation portugaise, c’était la possession, non des Indes elles-mêmes mais du commerce des Indes [...] Toute l’administration portugaise se ramenait à ces deux points: s’assurer le commerce de l’Orient et le rendre aussi productif que possible”.²⁸⁷ A diferença entre feitoria e colonização, por sua vez, Celso Furtado a retira do antropólogo francês René Maunier, em seu livro *Sociologie coloniale: introduction a l’étude du contact des races* de 1932. Para este, a colonização envolve a emigração e a dominação. Na primeira está a ênfase fundamental no contato entre raças. Já a dominação se expressa no controle político da metrópole.

Entretanto, o aspecto principal na distinção entre “os dois sistemas de colonização da América”, tem como elemento forte a interação entre economia e geografia. Vamos nos deter um pouco sobre essas referências no livro “*De la colonisation chez les peuples modernes*” (1874), do economista francês Paul Leroy-Beaulieu.

Concebida entre o estudo das leis que regem o processo de colonização e a defesa do colonialismo, a obra analisa as experiências coloniais desde a expansão comercial marítima do século XV até o imperialismo europeu no século XIX. O caráter colonialista pode ser apreendido na própria divisão da matéria, na qual a colonização é estudada a partir de cada metrópole, ou, — para usar o termo que melhor expressa a relação de superioridade cultural e de tutela civilizadora característica do colonialismo —, a partir da *mère patrie*.

A segunda parte da obra trata das doutrinas da colonização e tem uma parte intitulada: “du meilleur régime applicable aux établissements coloniaux” na qual é elaborada uma tipologia das colônias, para indicar a política e os preparativos que melhor convêm para cada tipo de colônia.

É sobre essa classificação que nos deteremos por ora.

²⁸⁷ LEROY-BEAULIEU, citado por: FURTADO, Idem, 52-53.

Para Leroy-Beaulieu há três tipos irreduzíveis e inconfundíveis de colônias: colônias de comércio, colônias agrícolas e colônias de plantação, mais precisamente, as que possuem um monopólio de produção de gêneros exportáveis.

As colônias de comércio são descartadas, pois são, na verdade, feitorias, sem emigração considerável e, embora proporcionando aumento de riqueza às metrópoles, não causam aumento de poder ou, em suas palavras, “extension de la race métropolitaine”. O exemplo usado é o mesmo mencionado por Celso Furtado anteriormente: “dans cette catégorie de colonies rentrent les établissements des Portugais en Afrique et Asie”.²⁸⁸

Sobre as colônias agrícola, aprendemos que elas se estabelecem em regiões “vazias ou pouco habitadas, possuem condições climáticas “análogas à nação colonizadora”; nelas é necessária uma “emigração abundante” a cargo da metrópole. Além disso, “possuem um crescimento muito lento”, sob o qual tendem a se tornar “um dia ou outro independentes da mãe-pátria e formar Estados livres e poderosos; possuem um “caráter democrático bem pronunciado” em decorrência de uma “igualdade de condições”, lhes convindo o regime republicano como o mais adaptado a suas “condições econômicas e seus costumes”.²⁸⁹

Aqui ressalta o caráter normativo da política colonial, em expressões como “elles doivent être dans des conditions de climat à peu près analogues à celles de la nation colonisatrice”, “la métropole doit être grande et peuplée”, “Elles ont, sans exception, un caractère démocratique fort accusé”. De fato, trata-se da racionalização das experiências históricas disponíveis, tornando-as diretrizes de política econômica. Além disso, as

²⁸⁸ LEROY-BEAULIEU, Paul. *De la colonisation chez les peuples modernes*. [1874]. 2ª. Edição. Paris: Guillaumin et Cia Libraires, 1882, pp. 575-576.

²⁸⁹ “Les colonies agricoles ne peuvent s’établir, d’ordinaire, que dans des pays vacants ou peu habités ; elles doivent être dans des conditions de climat à peu près analogues à celles de la nation colonisatrice ; la métropole doit être grande et peuplée de façon à fournir une abondante émigration, sans quoi les colonies à peine nées lui échappent et tombent aux mains d’autres peuples qui fournissent un courant d’émigration plus considerable [...] Il n’est pas besoin que la métropole soit riche et fasse de grands envois de capitaux. La croissance des colonies agricoles est fort lente : il faut plusieurs générations pour qu’elles parviennent à l’aisance, mais une fois ce premier stage passé, leur progrès est assuré et sans limite. Ayant en elles-mêmes le principe de leur développement, elles tendent à devenir un jour ou l’autre indépendantes de la mère patrie et à former des États libres et puissants. Elles ont, sans exception, un caractère démocratique fort accusé : l’on trouve chez elles, surtout pendant la première époque de leur histoire, une grande égalité des conditions : la forme républicaine est celle que convient le mieux à leur situation économique et aux moeurs que résultent de cette situation même. Comme exemples de ces colonies, l’on doit surtout citer la Nouvelle-Angleterre et le Canada. Le dessein, de la part de la mère patrie, de maintenir éternellement dans la sujétion des pareilles sociétés est une chimère impraticable; tôt ou tard une séparation doit se produire; il n’y a qu’un moyen d’y échapper en apparence, c’est d’y consentir, en fait, par l’octroi d’une constitution libre, ne consacrant plus qu’un lien nominal et volontaire” Idem, p. 577.

condições geográficas e climáticas se misturam com considerações sobre o regime político e o ritmo de desenvolvimento econômico, lembrando muito algumas passagens do *Espírito das Leis*, de Montesquieu.

Já sobre as colônias de plantação, sua principal característica é as “facilidades especiais para a produção de gêneros de exportação”. Elas “exigem grandes capitais” e necessitam de organização artificial do trabalho, a escravidão ou o regime de colonato. Ao contrário das colônias agrícolas, “a riqueza se multiplica em uma proporção e com rapidez inaudita”. Em compensação, essa prosperidade está sujeita a “mais crises”. No campo social, as desigualdades são acentuadas e o “espírito democrático muito contestado”.²⁹⁰

Aqui também estão presentes os elementos que permitiram enquadrar o Brasil nos quadros da colonização moderna. Entretanto, algumas qualificações precisam ser feitas. Esse resumo da tipologia de Paul Leroy-Beaulieu nos apresenta as características das duas formas de colonização da era moderna, as quais já estão incorporadas, em seus traços mais gerais, na tradição de estudos históricos e econômicos brasileiro. Porém, essa generalidade não pode apagar algumas marcas peculiares ao texto do economista francês. Aquele caráter colonialista apontado mais acima dá um caráter a-histórico à sua análise. Além de apagar as diferenças entre períodos históricos, a causalidade implícita, do geográfico para o político, oculta essas especificidades rumo à uniformização das políticas coloniais.

A outra referência nessa discussão empreendida por Celso Furtado é, como assinalamos, René Maunier. O objetivo de seu livro é estudar “o problema do contato entre raças”. Para ele “le fond sociologique du problème colonial est que la colonisation fait la

²⁹⁰ “celles qui ont des facilités spéciales pour la production des denrées d’exportation et qui, dès l’abord, s’adonnent, ci se n’est exclusivement, du moins d’une manière particulière à la culture des produits destinés au commerce extérieur. Telles sont les terres des tropiques qui fournissent le sucre, le café, le cacao ; telle est encore l’Australie, qui a un véritable monopole naturel pour la production de la laine. De telles colonies diffèrent notablement des précédentes. Elles réclament de très grands capitaux et semblent avoir besoin pour prospérer d’une organisation artificielle du travail, soit l’esclavage, soit l’immigration avec engagement comme celle des coolies de l’Inde ou de la Chine, ou celle des *indented servants* au XVIe et au XVIIe siècle, soit encore la déportation des criminels, l’assignement des convicts, soit enfin ce régime tout spécial que Wakefield et ses disciples ont mis en faveur pour assurer aux capitalistes une main-d’oeuvre abondante. Dans ces colonies la richesse se multiplie dans une proportion et avec une rapidité inouïes ; la population, au contraire, a un développement moins rapide que dans les colonies purement agricoles. La prospérité, beaucoup plus prompte et plus étendue, est, d’un autre côté, soumise à beaucoup plus de crises. L’état social de ces colonies, alors même que l’esclavage proprement dit y aurait été inconnu, laisse toujours singulièrement à désirer ; il n’y a pas d’égalités des conditions ; l’absence des titres n’empêche pas la distinction des classes ; il subsiste longtemps des différences d’origine qui ne s’effacent que bien lentement entre les divers rangs de la société. De telles colonies, en général, sont moins promptement mûres pour l’indépendance ; l’esprit démocratique y est plus contesté”. Idem, pp. 577-578.

mise en contact de la *nation* ou de l'*empire* avec la *tribu* ou bien la *cité*, et qu'elle est donc la mise en conjonction de façons tout à fait contrastées".²⁹¹

Nessa perspectiva de coloniza o enquanto contato  tnico est o envolvidos dois fatores fundamentais: emigra o e domina o. J  aprendemos que não se pode falar de coloniza o portuguesa na  sia justamente devido   ausência desses dois fatores. Assim,

pour qu'il y ait pénétration ou communication des peuples, il faut, premièrement, que soit réalisée l'* migration* des hommes, ou bien l'occupation des pays neufs; il faut, secondement, que soit réalisée une *domination* des pays neufs, ou une sujétion des peuples neufs. * migration*, *domination*, ou bien, en d'autres mots, *occupation*, *législation*:  l ment de fait, élément de droit. L'émigration sans la domination n'est point la colonisation, ni non plus ne l'est la domination sans l'émigration.²⁹²

Quanto   emigra o, cabe notar que ela à de duas m os: emigra o de homens, e emigra o de capitais. Ou seja, "il faut que les colons apportent avec eux des produits, des outils; ou qu'il leur vienne, avec le temps, les moyens de défricher et d'exploiter".²⁹³

Feita essa caracteriza o, temos uma tipologia das colônias, as quais se diferenciam "selon les conditions du lieu et du milieu; selon le peuple, le climat et le terrain". Temos, portanto,

celles qu'on nomme *colonies de peuplement*, ou qu'on pourrait nommer encore *colonies d'habitation*, et qui, sous des cioux temperes, peuvent bien se prêter au peuplement européen; ces colonies où un colon peut vivre en un état assez voisin de son état accoutumé. Celles qu'on nomme *colonies d'exploitation*, placées en general sous les tropiques, dont le climat ne permet pas la fixation durable des Européens; ces colonies, que G Hardy appelle *colonies d'encadrement*, où les Européens, très peu nombreux, ne sont que dirigeants ou commerçants, où le cultivateur est indigène, ou exotique, et dont la vie est suspendue à la main-d'oeuvre de couleur.²⁹⁴

A esta explora o está ligada a exporta o de bens. Nesse caso, a coloniza o está ligada   valoriza o das terras.

²⁹¹ MAUNIER, René. *Sociologie coloniale*: Introduction à l'étude du contact des races. [1932] Paris: Les  ditions Domat-Montchrestien, F. Loviton et cie, 1932, p. 12.

²⁹² Idem, p. 21.

²⁹³ Idem, p. 22.

²⁹⁴ Idem, p. 23.

C'est la vertu du capital et du travail qui a pu féconder le sol des pays neufs. Il n'y a proprement de colonisation qu'à cette condition de l'enrichissement, de la 'mise en valeur' des pays neufs par le moyen des capitaux. L'histoire même de la colonisation est liée à l'histoire du capitalisme; la colonisation est, à coup sûr, un fait capitaliste²⁹⁵.

Portanto, a perspectiva de René Maunier enfatiza os elementos metropolitanos essenciais para a dominação. O fator geográfico, ou melhor dizendo, climático, também está presente, embora o elemento central seja a valorização das terras, a inscrição da colonização como um “fato capitalista”. A causalidade difere de Leroy-Beaulieu e reside na *imigração* e na *dominação*. Por outro lado, a ênfase é maior, em Maunier, no contato entre os povos. Entretanto, esse contato é manejável através da dominação política e militar, o que elimina o determinismo dos regimes políticos que aparecem em *De la colonisation chez les peuples modernes*.

Temos, portanto, duas referências francesas. A primeira delas se coloca no entrecruzamento da economia e da história de um lado, e da elaboração de políticas colonialistas, de outro. O caráter classificatório e normativo da análise por vezes trata como lei o que é experiência histórica. É justamente por isso que, ao formular as tipologias coloniais, o que é característico da colonização do século XVI seja comparado à colonização da segunda metade do século XIX.

Já René Maunier elaborou sua tipologia com a preocupação central de estudar o contato entre as raças. Nesse sentido, o processo histórico também é apagado, tendo o mesmo valor analítico a colonização da América portuguesa e a dominação do Congo, sob o ponto de vista dos contatos étnicos.

Veremos, antes de prosseguir, como a distinção mais fundamental entre colônias agrícolas e de plantação, segundo Leroy-Beaulieu, foram retrabalhadas por Caio Prado Júnior, a referência fundamental de Celso Furtado nessa segunda parte de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Esse passo é importante, pois explicita não apenas o acerto do historiador paulista ao usar essa tipologia como recorte epistemológico de sua obra, bem como a percepção desse movimento por Celso Furtado, que irá trabalhar as categorias utilizadas pelo autor de *Formação do Brasil contemporâneo*.

²⁹⁵ Idem, p. 27.

Vimos que em Paul Leroy-Beaulieu a colonização é um fato a-histórico, no qual a especificidade histórica dos dois principais períodos colonizadores é apagada na busca de suas leis gerais. Ao contrário, para Caio Prado Júnior é justamente a especificidade histórica dos descobrimentos nos séculos XV e XVI, sob o comando do capital comercial, que explica a colonização. Isso, pois há dois períodos distintos na “colonização moderna”, os quais são ignorados pelo economista francês: nos séculos XV-XVIII, a colonização é empreendida nos quadros do capitalismo comercial. Já no século XIX, é o imperialismo das potências européias industrializadas na Segunda Revolução Industrial. Com efeito, explica o historiador paulista, a colonização do Novo Mundo está contida “no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita, paralelamente ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia”. De forma que tudo está subordinado a “imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV”.²⁹⁶

Embora aproveitando as categorias do economista francês, Caio Prado Júnior vai imputar uma causalidade histórica ao processo. Primeiramente, a distinção não é mais por política colonial, embora conserve a distinção entre as características geográficas de cada região: “podemos distinguir duas áreas diversas [...] em que a colonização toma rumos inteiramente diversos. São elas as que correspondem respectivamente às zonas temperada, de um lado; tropical e subtropical, do outro”. Quanto à primeira, “não ofereceu realmente nada de muito interessante, e permanecerá ainda por muito tempo adstrita à exploração de produtos espontâneos”. Além disso, a colonização nessa área ocorre por “circunstâncias especiais”: as lutas político religiosas na Europa e, no caso específico da Inglaterra, as modificações na estrutura fundiária que ocorrem desde o século XVI. Ou seja, a colonização empreendida “no território americano ao norte da baía de Delawarde”, está inserida numa outra temporalidade e numa outra ordem de causalidade, interna à Europa e sem “relação direta com ambições de traficantes ou aventureiros”.²⁹⁷

Isso posto, na colonização das regiões tropicais, a interação dos fatores geográficos com os objetivos econômicos dá outro rumo à ocupação. De fato, e em resumo, temos que:

²⁹⁶ PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. op. cit., pp. 8-11.

²⁹⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit., pp 14-15.

1) as condições naturais repelem o simples colono; 2) o estímulo capital para a colonização tropical é a possibilidade de comercialização de produtos de luxo no mercado europeu; 3) em virtude desses objetivos comerciais, o colonizador vem como dirigente, apoiado em trabalho compulsório; 4) reforça essa tendência a exploração em larga escala, característica desse tipo de colonização. Ou seja, ao historicizar a tipologia da colonização, ao mostrar sua especificidade, qual seja o movimento de expansão comercial europeu, Caio Prado Júnior estabelece um recorte epistemológico para a história do Brasil, contornando assim o anacronismo comum de se iniciar a história do Brasil pela ocupação do território a partir das fronteiras atuais²⁹⁸.

Em seqüência, tendo revisado os termos principais da discussão sobre a colonização, iremos agora retomar a argumentação de Celso Furtado, apontando como a tipologia das colônias deu ensejo à discussão sobre as Antilhas francesas e ampliou o escopo para a aplicação do método comparativo

Celso Furtado, ao estabelecer os dois sistemas de colonização da América, usando uma tipologia que Caio Prado Júnior consolidou no Brasil, separa interesses religiosos (sem o fito do lucro, a princípio), pequena propriedade e regiões temperadas de um lado e, em contraposição, interesses comerciais, grande propriedade monocultora escravista e regiões tropicais de outro. O argumento se baseia em que, nas terras tropicais, apenas a inversão de grandes capitais e a disponibilidade de mão-de-obra compulsória concorrem para propiciar a adaptação européia nas terras úmidas e quentes ao sul do equador.

A partir dessa hipótese principal, a necessidade da grande propriedade nas regiões tropicais, é novamente introduzida a comparação com as Antilhas francesas: “as Antilhas francesas apresentam uma experiência ilustrativa desse choque entre os dois sistemas de colonização ensaiados na América”.²⁹⁹

O choque, a que se refere, é a transformação do “sentido” da colonização francesa. A princípio, o objetivo de colonização das ilhas era essencialmente político-militar: criar uma base dando acesso ao México, ou, ao menos, base de ataque para os carregamentos espanhóis. Nesse sentido, a colonização foi fortemente apoiada pelo governo francês, por meio de uma companhia encarregada de fornecer “um núcleo de população numeroso”.

²⁹⁸ Para esses parágrafos nos baseamos em NOVAIS, Fernando. “Sobre Caio Prado Júnior” [2000] . In: idem, *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naif, 2005.

²⁹⁹ FURTADO, C. *Economia colonial no Brasil...* op. cit., p. 110.

Entretanto, uma vez que os objetivos econômicos de exploração de produtos tropicais de alto valor no comércio europeu não estavam presentes, a “colonização foi iniciada à base da pequena propriedade e do trabalho individual”. Os colonos recebiam pequenas propriedades, separadas umas das outras, e deveriam se entregar à faina agrícola. Dessa forma, reiterando o argumento, “a base econômica dessa colonização foi a cultura do tabaco. E nisso estava a contradição que a levaria ao fracasso. *A colonização baseada na pequena propriedade só prosperou quando não visava a fins comerciais*”[grifo nosso].³⁰⁰

A contradição, portanto, é entre pequena propriedade e cultura de produtos tropicais, uma vez que esses últimos só são viáveis em grandes escalas de produção. Não se trata, portanto, de determinismo geográfico, mas de condições sociais e econômicas de produção, pois

um tal sistema de produção agrícola para exportação, na base da pequena propriedade, não suportaria a concorrência dos grandes produtores, que utilizavam a mão-de-obra escrava. Na primeira fase de expansão do comércio, os pequenos produtores franceses conseguiram colocar o seu produto, de preço relativamente elevado. Na fase seguinte, de concorrência e conseqüente baixa de preços, os pequenos produtores foram rapidamente eliminados do mercado. Após ter dado bons lucros nas primeiras duas décadas da colonização, no início da segunda metade do século XVII o sistema praticamente desaparece de Martinica³⁰¹

Assim, temos uma argumentação arquitetada para reforçar uma tipologia (colônias) e, ao mesmo tempo, para dar abrangência a uma experiência particular (brasileira), mostrando como as interações entre sociedade colonial, grande propriedade monocultora para o mercado exterior em moldes capitalistas e escravidão não é particularidade brasileira, mas faz parte do processo de expansão comercial, que atinge outras regiões do globo. Além disso, ao introduzir a concorrência externa como determinante da reorientação das atividades produtivas nas Antilhas, *Celso Furtado rompe o determinismo geográfico, ao demonstrar que o fracasso da pequena propriedade produtoras de gêneros tropicais é devido a elementos econômicos (concorrência externa), e não à características imanentes da região ou da forma de organização da propriedade*³⁰².

³⁰⁰ Idem, p. 112.

³⁰¹ Idem, p. 113.

³⁰² É escusado dizer que o determinismo geográfico era desacreditado à época em que Celso Furtado escreve. Basta nos lembrarmos de *Casa-grande & senzala*. Vale a pena ressaltar, no entanto, que diferentemente de

Disso decorre a insistência na passagem da economia do tabaco para a cana-de-açúcar nas Antilhas francesas, feita a despeito dos interesses metropolitanos e tendo como motor principal o interesse de capitalistas particulares em inserirem sua produção no grande comércio lucrativo do açúcar.

As primeiras tentativas de introdução da cana-de-açúcar nas Antilhas foram mal-sucedidas devido ao desconhecimento sobre a produção e refinamento do açúcar. Após a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro, estes ajudaram a disseminar essas técnicas e a produção se desenvolveu rapidamente. Desenvolveu-se, aliás, a despeito das tentativas de refrear esse avanço por parte da Coroa francesa:

a revolução provocada no sistema econômico e social da pequena colônia foi quase instantânea. A rapidez com que se processa essa transformação, apesar da decidida resistência oferecida pelo governo metropolitano, evidencia de forma meridiana a fragilidade do sistema de colonização à base de pequena propriedade, iniciada nas ilhas³⁰³

Ainda assim, são feitas várias tentativas de implantação de culturas baseadas em pequenas propriedades livres, como o linho, o cânhamo e a oliveira. Entretanto, nas palavras de Furtado, a “experiência mais curiosa e mais decidida tentada pelo governo francês na sua luta para combater a monocultura e proteger o pequeno colono foi a da cultura da amoreira e da criação do bicho-da-seda”.³⁰⁴

Importa, no exame dessas tentativas, demonstrar o erro fundamental em se tentar implantar a pequena propriedade em terras tropicais. Erro de política econômica, cabe dizer, pois contrariava a base mesma da expansão do capitalismo comercial e da formação do pacto colonial:

essa experiência é tão mais curiosa quanto estava em contradição com o espírito do pacto colonial, princípio fundamental da política mercantilista de Colbert. A criação, numa colônia, de uma indústria concorrente de outra já existente na Metrópole aberrava de todos os princípios da política de então³⁰⁵

Gilberto Freyre, o qual combate o determinismo com argumentos sobretudo antropológicos e biológicos, Celso Furtado o recusa através do raciocínio econômico balizado pelo método comparativo.

³⁰³ Idem, p. 114.

³⁰⁴ Idem, p. 115.

³⁰⁵ Idem, pp. 115-116.

Ao mesmo tempo em que essas tentativas fracassam, é introduzido o trabalho escravo e ocorre uma redistribuição da propriedade fundiária a favor dos grandes proprietários. É de fundamental importância, nessa passagem, o texto de Jean-Baptiste Delawarde, *Les défricheurs et les petits colons de la Martinique au XVIII^e. siècle.*, de 1935, de onde retira os dados sobre o aumento do número de escravos.

Nesse processo, Celso Furtado conclui sua argumentação:

a contradição entre os objetivos econômicos e políticos na colonização francesa dessa parte da América é duplamente ilustrativa. Por um lado, se demonstra que os interesses comerciais que presidiam os trabalhos da companhia colonizadora não podiam ser alcançados senão através de uma agricultura latifundiária e escravocrata — única forma de exploração lucrativa dos trópicos na época. Por outro lado, se constata que o governo francês da época já reconhecia que o sistema agrícola implantado nas ilhas era incompatível com a criação de uma verdadeira colônia, reservatório humano com que pudesse contar a Metrópole³⁰⁶

Conclui, portanto, reafirmando a imbricação entre os interesses econômicos (Companhia de colonização) e a grande propriedade monocultora escravista. As tentativas de fugir a este sistema econômico de colonização estão fadadas ao fracasso. Fracasso que a colonização baseada em pequenas propriedades com trabalho livre nas Antilhas francesas ilustra. Ao mesmo tempo, e como contraprova, a colonização tropical só é efetivamente atingida quando ligada ao grande comércio de produtos tropicais na Europa e baseada no trabalho escravo. As conseqüências desse sistema cuja base econômica é o latifúndio monocultor e escravista para as sociedades coloniais será examinada na seqüência. O objeto, como não poderia deixar de ser, será o Brasil, mas a experiência antilhana será o ponto de fuga da argumentação, uma vez já estabelecidos os elementos para o funcionamento da história comparativa.

Se voltarmos agora ao texto de Marc Bloch, podemos entender melhor o que viemos expondo até agora. Celso Furtado trata da experiência de colonização nas Antilhas francesas. Não o faz, entretanto, como simples caso análogo ao brasileiro. Constrói uma problemática e usa os dois processos, o brasileiro e o antilhano, como argumentação. Trata-se, portanto, de uma idéia já exposta: a colonização dos trópicos só é possível com a grande

³⁰⁶ Idem, p. 117.

propriedade escravista. Sob essa problemática, ele vai buscar “uma certa semelhança entre os fatos observados [a colonização nos trópicos] e uma certa dessemelhança entre os meios onde tiveram lugar [Antilhas francesas e Brasil]”.³⁰⁷ Feito isso, é preciso estabelecer, como quer o autor de *A sociedade feudal*, as causas e a origem comum que explique o processo em comparação.³⁰⁸ Ora, se se trata de sociedades “incessantemente influenciadas umas pelas outras”, essas influências devem vir das mesmas causas, como o texto de Bloch esclarece. Justamente nesse ponto a comparação se constrói, uma vez que Celso Furtado identifica essa causa como sendo a necessária ligação entre colonização nos trópicos e grande propriedade escravista, ou seja, expansão do capitalismo comercial. É sob essa base que se explica o sucesso da colonização portuguesa na América, sendo “a primeira experiência de fixação do homem europeu nos trópicos”. Antes, o contato do europeu com os trópicos era baseado apenas na feitoria, sendo que “o português será o primeiro a empresar a criação de riqueza na terra”. Entre as circunstâncias que ocasionaram esse sucesso está o transporte da “mão-de-obra africana escravizada”, o aproveitamento da mulher indígena e os técnicos europeus empregados no fabrico do açúcar.³⁰⁹

É essa mesma causa que explica as transformações por que passaram as Antilhas francesas. Ou seja, o mesmo processo histórico influencia as duas sociedades, ligando-as a uma mesma “origem comum”: os interesses comerciais capitalistas. São esses interesses que normalizam as experiências de colonização tropical. Assim, fica o Brasil colocado no quadro da expansão comercial européia. Além disso, a análise da formação da sociedade colonial é ampliada, perde exclusivismo e ganha em perspectiva explicativa, quando colocada em comparação com as Antilhas. Celso Furtado se torna, portanto, um dos únicos autores a insistir nesse cruzamento³¹⁰, sob a perspectiva da história econômica do Brasil.

³⁰⁷ BLOCH, Marc. “Para uma história comparada...”. op. cit., p. 121.

³⁰⁸ Idem, p. 122-123.

³⁰⁹ FURTADO, C. op. cit., p. 91-92.

³¹⁰ Um dos, mas não o único, pois Gilberto Freyre, por volta dos anos 1940, inicia seu projeto de estudar as sociedades unidas pelo que chamou de civilização do açúcar. Ver, sobre isso, CANABRAVA, Alice, Piffer. *O Açúcar nas Antilhas (1697-1755)* [1946]. São Paulo: IPE, 1981, p.

2.4 A formação da sociedade colonial

Para concluirmos a análise da segunda parte de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, nos resta examinar o capítulo “Formação da sociedade colonial”. A longa digressão que fizemos sobre o método comparativo, introduzindo a discussão sobre a tipologia das colônias, bem como a apresentação das proposições de Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré e, logo acima, de Caio Prado Júnior são elementos fundamentais para o exame que estamos prestes a empreender. Esse capítulo é central na tese de doutorado de Celso Furtado. Por ele é possível estabelecer de forma mais clara o diálogo com a bibliografia brasileira, o qual viemos esboçando e captando alguns elementos. Pretendemos mostrar, nessa parte de nosso texto, o papel fundamental ocupado pela obra de Caio Prado Júnior, e que pode explicar, não só esse momento do texto, mas grande parte da organização e dos argumentos de Celso Furtado ao longo da tese de doutorado. Um exemplo entre outros, no capítulo “O sentido da colonização”, onde se discutiu o feudalismo no Brasil e se insistiu no caráter mercantilista da distribuição das capitanias, o título se refere inconfundivelmente ao capítulo de abertura de *Formação do Brasil contemporâneo*. Entretanto, não há qualquer menção a seu autor ou à sua obra.

Isso para deixar claro a vereda espinhosa em que estamos prestes a entrar. A ausência de referências nesse capítulo contrasta com o reconhecimento da dívida de Celso Furtado para com Caio Prado Júnior. No capítulo sobre as fontes utilizadas na tese de doutorado podemos ler que

a idéia, também dominante no presente trabalho, de que a monocultura, fundamento da organização econômica colonial brasileira, era um imperativo do meio tropical, encontra-se desenvolvida na obra de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*.³¹¹

O estímulo recebido da obra do historiador, portanto, é indicada em um ponto específico, a monocultura como um imperativo tropical. Ora, vimos acima que o uso do método comparativo e a discussão sobre colonização foi direcionada para fortalecer essa “idéia” de Caio Prado Júnior. Portanto, é essa discussão que irá configurar o capítulo que iremos examinar. Cabe destacar, desde início, que esse reconhecimento indicando a

³¹¹ FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil*, op. cit., p. 19.

importância do autor em *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, não esgota nem, tampouco, contempla plenamente o *uso* — no sentido que estamos dando a esse conceito — feito por Celso Furtado. Além disso, para completar esse diálogo, temos que dar conta, também, da obra de Gilberto Freyre, outra referência neste capítulo “Formação da sociedade colonial”. Iremos, portanto, revisar as proposições principais desses dois autores, para depois detalharmos como cada um deles foi incorporado no texto de Celso Furtado.

Um primeiro avanço em direção à *utilidade* de *Formação do Brasil contemporâneo* é demonstrar como este aparece na argumentação sobre diferentes aspectos da sociedade colonial. Caio Prado Júnior está presente na conceituação do sistema de agricultura tropical, em seus três característicos, a saber, grande propriedade, monocultura e escravidão. As conseqüências sociais da grande propriedade também são analisadas de acordo com o historiador paulista. Em razão disso, destacaremos alguns aspectos deste livro de forma sumária e apenas para ressaltar o essencial do empréstimo furtadiano. Ademais, adiantamos que Celso Furtado conseguiu atingir a categoria central, *grande propriedade monocultora e escravista*, justamente o elemento que expressa, no plano concreto da análise histórica, o conceito de sentido da colonização.

Caio Prado Júnior

Vimos em outra parte como Celso Furtado relacionou a expansão marítima portuguesa à ascensão da burguesia comercial portuária, que se apropria do Estado e o dirige para seus fins. Esta expansão apareceu, pois, relacionada com as causas internas da formação do Estado e com a forma de resolução dos conflitos sociais, desembocando na autonomia nacional lusitana frente à Castela.

Caio Prado Júnior, ao contrário, interpreta a expansão marítima portuguesa como um episódio, um “capítulo da história do comércio europeu”, fruto do novo equilíbrio de forças na Europa e do deslocamento das rotas comerciais “dos territórios centrais do continente” para “aqueles que formam sua faixa oceânica”.³¹² É o desenvolvimento do

³¹² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia) [1942]. São Paulo: Publifolha, 2000, pp. 11-12.

comércio, a princípio “simples empresa comercial levada a efeito pelos navegadores daqueles países”³¹³ que irá marcar o *sentido* da história brasileira. Este se constitui em “fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância”. Trata-se portanto, de um conceito que busca apreender o “conjunto de fatos e acontecimentos essenciais que a constituem [a evolução de todo povo] num largo período de tempo”³¹⁴. Esse sentido é apreendido na organização da produção, cujo “elemento fundamental será a grande propriedade monocultora trabalhada por escravos”. A organização econômica da colônia, por sua vez, é resultado das contingências criadas pelo “conjunto de condições internas e externas que acompanham a obra aqui realizada”. Temos, entre esses fatores, o “caráter tropical da terra”, os objetivos econômicos dos colonizadores, “que se realizam apenas com a grande propriedade rural” e, finalmente, a nova ordem econômica da Europa inaugurada com os grandes descobrimentos ultramarinos. Assim, “os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e com consequência necessária daqueles fatores”³¹⁵.

A grande propriedade é resultado tanto do meio tropical hostil ao habitante europeu, que só permanece aqui atraído por grandes lucros, decorrentes de uma empresa agrícola para a qual ele traz os capitais e se limita a dirigir a produção. Como desdobramento natural, temos a mão-de-obra escrava e a monocultura para complementar esse objetivo: mão-de-obra escrava porque o europeu *dirige* a produção, e monocultura porque é a única que lhe oferece grandes lucros.

Para Caio Prado Júnior — retomando o debate sobre história comparativa —, a grande propriedade trabalhada por escravos “representa o sistema de organização que sempre acaba dominando nos trópicos, mesmo quando outros são inicialmente tentados”. Isso decorre de dificuldades impostas pelo meio natural ao trabalho individual e, também, de dificuldades técnicas (sobretudo obtenção de equipamentos e mão-de-obra especializada). A prova oferecida por Caio Prado Júnior é a colonização na América do Norte. Nas regiões tropicais em que se tentou a colonização por pequenas propriedades individuais (Carolina e Geórgia), esta falhou e acabou por se implantar “o tipo geral das

³¹³ Idem, p. 9

³¹⁴ Idem, p. 7.

³¹⁵ Idem, p. 117-118.

colônias tropicais”.³¹⁶ Por outro lado, a monocultura acompanha a grande propriedade tropical, uma vez que esta existe para produzir gêneros tropicais de grande valor comercial para a Europa.

O mesmo argumento também é corroborado pela menção à produção caribenha:

na ilha de Barbados passou-se qualquer coisa de semelhante. A primeira organização que se estabeleceu aí foi de propriedades regularmente subdivididas, não se empregou o trabalho escravo em escala apreciável. Mas pouco depois introduzia-se na ilha uma cultura eminentemente tropical como a da cana-de-açúcar: as propriedades se congregaram, transformando-se em imensas plantações; e os escravos; em número pouco mais de 6.000 em 1643, sobem, 23 anos depois, a mais de 50.000³¹⁷

Ou seja, na ilha de Barbados, os objetivos agrícolas, voltados para a comunidade organizada em pequenas propriedades não resiste aos interesses mercantis expressos pela monocultura açucareira. A transformação em monocultura é indicada pela reestrutura fundiária e o aumento vertiginoso do número de escravos. O imbricamento da obra de Caio Prado Júnior na tese de doutorado pode ser percebido, nesse momento, ao lembrarmos que Celso Furtado usou um argumento semelhante quando examinou as Antilhas francesas, mostrando como a passagem de um sistema agrícola a outro é acompanhado de aumento no número de escravos.³¹⁸

O terceiro elemento da agricultura tropical, a escravidão, é explicada pelas características da grande propriedade e, secundariamente, pelas condições específicas da metrópole lusitana: Portugal não contava com população disponível para emigrar e tampouco, como vimos, o europeu vinha ao trópico para trabalhar. Somando-se a isso, as condições adversas do clima, a escravidão foi a solução encontrada “em todas as colônias tropicais e subtropicais da América”. Dessa forma, “é aliás esta exigência da colonização dos trópicos americanos que explica o renascimento da escravidão na civilização ocidental em declínio desde fins do Império Romano, e já quase extinta de todo nesse séc. XVI em que se inicia aquela colonização”.³¹⁹

³¹⁶ Idem, 119-120.

³¹⁷ Idem, 120.

³¹⁸ FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil...*, op. cit., pp. 114-115.

³¹⁹ PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 120.

A seleção entre mão-de-obra autóctone e importada também é discutida. A princípio utilizou-se o escravo indígena. Entretanto, além de escasso, este é “ineducado para o sistema de trabalho organizado que exige a agricultura colonial”, de forma que predominou apenas “naquelas regiões de nível econômico mais baixo que não comportavam o preço elevado do escravo africano”. Onde foi economicamente possível, optou-se pelo uso do escravo africano. Assim, chegamos à complementaridade dos “três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo”. Estes se conjugam na grande exploração colonial, “*na mesma unidade produtora* [grifo de Caio Prado Júnior]”, que “constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira”.³²⁰ Ou seja, a “grande unidade produtora” é o elemento característico da organização econômica da colônia: “é isto que precisamos sobretudo considerar, porque é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema de riqueza que caracteriza a economia colonial”.³²¹

Por outro lado, se a grande unidade produtora marca a organização econômica da colônia, é a escravidão que irá pontuar a vida social do Brasil colonial: “o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do séc. XIX, é a escravidão; [...] organização econômica, padrões materiais e morais nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir; e de um modo profundo, seja diretamente, seja por suas repercussões remotas”.³²²

Para delimitar a especificidade da escravidão americana, estabelece um contraponto com a escravidão antiga. A primeira se singulariza pelos seguintes fatores: origem: “ela nasce de chofre, não se liga a passado ou tradição alguma”; o caráter mercantil, o qual descarta qualquer elemento construtivo; o elemento humano: “os indígenas da América e o negro africano, povos de nível cultural ínfimo, se comparado ao de seus dominadores”. Disso resulta uma contribuição passiva, pois “o cabedal de cultura que traz consigo da selva americana ou africana, e que não quero subestimar, é abafado, e se não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto material e moral a que se vê reduzido o seu portador”.³²³ Por outro lado, a diferença racial entre senhores e escravos torna visível o desnível na inserção social.

³²⁰ Idem, p. 121.

³²¹ Idem, p. 122.

³²² Idem, p. 277.

³²³ Idem, pp. 278; 280-281.

Desnível este, que não exclui, em alguns casos, uma “circulação intra-social apreciável”, que permitiu a ascensão “de indivíduos de indiscutível cor negra”, embora o preconceito fosse escamoteado pela ideologia do branqueamento. Dessa forma, “aceitava-se uma situação criada pela excepcional capacidade de elevação de um mestiço particularmente bem dotado”.³²⁴ A conjugação desses elementos irá dotar a escravidão na América de aspectos negativos: “verifica-se por tudo que acabamos de ver que na escravidão, tal como se estabelece na América, em particular no Brasil, de que trato aqui, concorrem circunstâncias especiais que acentuam seus caracteres negativos, agravando os fatores normalmente corruptores e deprimentes que ela, por si só, já encerra”.³²⁵

Por sua vez, a escravidão e seus resultados é tratada na própria “estrutura da sociedade brasileira”. Primeiramente, Caio Prado Júnior distingue as duas funções da do trabalho compulsório na sociedade: as atividades produtivas e os serviços domésticos. Esta última ultrapassa o outro setor devido ao seu maior volume numérico, participação na vida social e influência exercida nesta. De forma que, retomando os aspectos negativos apontados anteriormente, “é certamente por ele [escravo doméstico] que se canalizou para a vida brasileira a maior parte dos malefícios da escravidão. Do pouco que ela trouxe de favorável também: a ternura e afetividade da mãe preta, e os saborosos quitutes da culinária afro-brasileira”.³²⁶

O ponto central, aqui, é a desvalorização do trabalho decorrente da escravidão: “o escravo é onipresente. Torna-se restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão. E a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito de trabalho que se torna ocupação pejorativa e desabonadora”. De tal forma que “não é de admirar que tão pequena margem de ocupações dignas se destine ao homem livre”. Decorre dessa escassez de meios de subsistência, para os homens livres pobres, “um vácuo imenso entre os extremos da escala social”. Caio Prado Júnior utiliza um trecho forte de *L’esclavage au Brésil* (1881) de Luis Couty para referir à grande parcela da sociedade que permanece inorgânica na sociedade, na qual afirma: “*le Brésil n’a pas de peuple*”.³²⁷

³²⁴ Idem, p. 282.

³²⁵ Idem, p. 283.

³²⁶ Idem, p. 285-286.

³²⁷ Idem, p. 286-289.

Esse desenraizamento tem como causas a escravidão, a grande lavoura e a instabilidade econômica que impede a fixação da população em atividades estáveis, uma vez que a produção é dependente das flutuações do mercado internacional. Ou seja, forma-se uma classe de desocupados, às margens da sociedade colonial, em decorrência do regime escravista, constituindo-se no setor inorgânico da sociedade colonial brasileira.

Entretanto, há também aspectos organizados desta, dos quais

um logo ocorre que, com a escravidão que lhe constitui a base essencial, domina o cenário da vida na colônia: é o ‘clã patriarcal — unidade em que se agrupa a população de boa parte do país e que, na base do grande domínio rural, reúne o conjunto de indivíduos que participam das atividades dele ou se lhe agregam; desde o proprietário que do alto domina e dirige soberanamente esta pequena parcela da humanidade, até o último escravo e agregado que entra para sua clientela. Unidade econômica, social, administrativa, e até de certa forma religiosa³²⁸

O que torna o clã patriarcal específico na colônia é sua vinculação com o regime econômico: “é do regime econômico que ele brota, deste grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais”. Em torno do proprietário se reúnem os outros elementos, os escravos e os homens livres, que passam a ser agregados e protegidos dos senhores. O poder econômico abarcar o poder político, devido à autoridade pública ser distante e fraca. Assim, retomando as considerações do autor:

Constituído assim numa sólida base econômica, o grande domínio adquirirá aos poucos os demais caracteres que o definirão. De simples unidade produtiva, torna-se desde logo célula orgânica da sociedade colonial; mais um passo e será o berço do nosso “clã”, da grande família patriarcal brasileira. Processo que não vem de chofre, que se desenvolverá aos poucos, mercê das condições peculiares em que o numeroso grupo humano que habita o domínio passa a existência nesta comunhão forçada e estritamente circunscrita a seus limites³²⁹

Vale destacar o caráter histórico do patriarcalismo, permitindo que Caio Prado Júnior trabalhe as diferentes temporalidades da formação da sociedade colonial. Assim, “é o contato prolongado, que se repete ao longo de gerações sucessivas, que vai modelando as relações internas do domínio e vestindo-as de roupagens que disfarçam a crueza primitiva

³²⁸ Idem, p. 293.

³²⁹ Idem, p. 294.

do domínio escravocrata”.³³⁰ Como resultado desse contanto, o grande proprietário se aristocratiza e, aos critérios de toda aristocracia: riqueza, poder e autoridade, soma-se a tradição familiar e a rigidez social da sociedade colonial.

Assim, retomando as considerações iniciais, vimos que a grande lavoura monocultora trabalhada por escravos explicará as características da vida social. Escravidão, aversão ao trabalho, polarização em senhores e escravos, ao meio do qual se insere um setor inorgânico da sociedade, o patriarcalismo e a aristocratização derivam todos da mesma categoria explicativa, a qual deriva do conceito de sentido da colonização.

Gilberto Freyre

Revistos os aspectos principais de Caio Prado Júnior, nos cabe agora dedicar atenção ao empréstimo de Gilberto Freyre. Já vimos alguma coisa da utilização que Celso Furtado fez do sociólogo pernambucano em outros capítulos. Esta se deu pela reorganização das proposições contidas em *Casa-grande & senzala*, em alguns momentos para corroborar uma argumentação já desenvolvida com base em outros autores. Já na discussão sobre o feudalismo no Brasil, Celso Furtado perde de vista a categoria central de Gilberto Freyre, o caráter privatista da família patriarcal, para criticar o endosso do feudalismo no Brasil. O que estamos procurando salientar é a ambigüidade do tratamento dispensado ao autor de *Sobrados & mucambos*, ambigüidade essa que aparece, inclusive, nos textos autobiográficos, os quais tivemos a oportunidade de indicar. É nesse direção o comentário presente em “Aventuras de um economista brasileiro”, no qual a influência de Freyre é reconhecida para, em seguida, ser logo ponderada, apontando-o como um introdutor da antropologia norte-americana no Brasil. No já citado capítulo sobre as fontes, Celso Furtado indica a importância de Gilberto Freyre nos estudos sobre o patriarcalismo:

os mais completos estudos sobre o patriarcalismo brasileiro devemos-os a Gilberto Freyre, que desde 1933 vem desenvolvendo uma ampla atividade cultural, de que resultou a formação de um sólido grupo de pesquisadores de que muito se pode ainda esperar. A obra principal de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, está traduzida para o espanhol e o inglês³³¹

³³⁰ Idem, p. 295.

³³¹ FURTADO, C. op. cit., p. 19.

Portanto, se não podemos recusar a contribuição do sociólogo pernambucano para o desenvolvimento do patriarcalismo brasileiro, o aproveitamento que Celso Furtado faz de *Casa-grande & senzala* precisa ser matizado. O conceito de patriarcalismo também se encontra na obra de Caio Prado Júnior. Mais que isso, acreditamos que a discussão não envolve unicamente uma questão de antecedentes. Se compararmos os dois autores, veremos que para Caio Prado Júnior o patriarcalismo deriva do sistema econômico. Já para Gilberto Freyre a posição do sistema patriarcal é extremamente movediça. Embora *Casa-grande & senzala* seja a primeira parte de uma *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, e tenha como subtítulo *Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, as declarações do autor a respeito são ambíguas. Primeiramente porque Gilberto Freyre suspeita de explicações econômicas, sempre ressaltando a interação de fatores sociais e culturais para explicar a sociedade colonial. Por exemplo, no prefácio à primeira edição de 1933 temos:

por menos inclinados que sejamos ao materialismo histórico, tantas vezes exagerado nas suas generalizações — principalmente em trabalhos sectários e fanáticos — temos que admitir *influência considerável, embora nem sempre preponderante*, da técnica de produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização da sua fisionomia moral. *É uma influência sujeita à reação de outras*; porém poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades; de desenvolver tendências para a poligamia ou a monogamia; para a estratificação ou a mobilidade [grifo nosso]³³²

Ou seja, a influência econômica é considerável, mas não preponderante; influência apenas em interação com outras causas. Isso quanto à economia. Por outro lado, o foco mesmo do livro é a família e o privatismo. A impressão geral é sempre de um cenário econômico onde os fenômenos sociais atuam com ação independente. Já em outros momentos do texto, a família e o privatismo aparecem como elementos autônomos em relação aos fenômenos econômicos, como vimos na relação entre privatismo e patriarcalismo, no item 2.2.2., “O sentido da colonização” deste capítulo.

De forma que, na análise da sociedade brasileira, a ênfase recairá, sobretudo, na importância da família. *Família patriarcal*, resultante deste colonizador híbrido, que soube

³³² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala* [1933]. São Paulo: Círculo do Livro, s/d., p. 11.

como ninguém recusar os imperativos raciais e se hibridizar, absorver as populações africanas e indígenas, formando esse aglomerado social, equilibrado em seus antagonismos que é a família. É desta órbita de miscigenação que surge o patriarcalismo, hierarquizado no senhor de engenho e em seus subordinados. Todos absorvidos no âmbito da casa-grande.

Vamos nos deter um pouco mais nesse ponto, para deixarmos claro o raciocínio que estamos desenvolvendo. O primeiro dado na exposição da colonização que dará origem à sociedade patriarcal é a mudança das bases sociais em que ela se processa.

Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil, mercantil, para o agrícola; organizada a sociedade colonial sobre base mais sólida e em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor.

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio — e mais tarde de negro — na composição³³³

Aqui o elemento principal: a base agrícola da colonização como elemento novo, abandonando o caráter mercantil e comercial da península; Dessa forma, o regime de exploração econômica é a base para a colonização. Mas, a família patriarcal de um lado, e a mão-de-obra escrava de outro, foram a condição mesma para a formação da sociedade brasileira. A isso se soma a miscigenação do português com a mulher índia e negra.

Entretanto, páginas a frente podemos ler:

a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América³³⁴

No trecho, o que se percebe é uma causalidade que parte da família, a qual forma a sociedade e a colônia ou, melhor dizendo, “é o grande fator colonizador”. Ou seja, não é o sistema econômico que permite a aclimação da família, mas esta, originada de um povo

³³³ Idem, p. 43

³³⁴ Idem, p. 56.

híbrido, nômade, é que “desbrava”, “instala” e se torna a “força social” da colonização. Uma hipótese que podemos aventar para explicar essa ambigüidade é a própria reescritura permanente do livro. Não nos cabe a tarefa, aliás meritória, de comparar as alterações de *Casa-grande & senzala* tendo como preocupação principal a atualização bibliográfica e, acima de tudo, o debate com a produção cultural brasileira. As notas de rodapé podem ser um indicativo dessa revisão como, por exemplo, a nota de número 88, no terceiro capítulo:

e em um trabalho extraordinário, também se mostra de acordo com nossa interpretação e caracterização dos fatos de formação agrária da América portuguesa o sr. Caio Prado Júnior, ao destacar que na colonização portuguesa do Brasil o elemento fundamental foi ‘a grande propriedade monocultora trabalhada por escravos’ [...] E ainda, numa confirmação, para nós honrosa, da idéia esboçada por nós neste ensaio, desde 1933, sob a forma do complexo casa-grande e senzala: ou do sistema patriarcal agrário, isto é, latifúndio, monocultura e trabalho escravo. [...] Esse ‘sistema típico’ é que nos parece desde 1933 ter sido o centro da organização social do Brasil agrário e, até certo ponto — por transbordamento de influência — do pastoril e do urbano, numa afirmação, ao nosso ver irrecusável, do fato de que o português revelou aqui, sob a pressão das circunstâncias, capacidade para o trabalho-rotina ao lado do pendor para a aventura, característico principal de sua atividade expansionista e imperialista³³⁵

Ou seja, nos parece que aqui a preocupação foi muito mais em evocar o caráter precursor de sua obra, descartando de antemão a crítica de seus maiores interlocutores, porque, em verdade, todos lhe são devedores. O fato, entretanto, é que a família patriarcal e o privatismo como elemento colonizador é o foco de sua obra. Além disso, o patriarcalismo, e não a grande propriedade monocultora trabalhada por escravos, é o elemento aglutinador dessa sociedade. Segundo Elide Rugai Bastos, “é através da família tutelar ou patriarcal que os diferentes elementos sociais encontram sua articulação e explicação: a terra, a produção, o trabalho, a locomoção, as formas de vida. É por isso que a família para Gilberto deve ser compreendida como um complexo e o patriarcalismo como um sistema, sistema que elucida a formação brasileira”.³³⁶

Dito isso, precisamos apontar duas dificuldades na seqüência de nossa exposição. Se em outros momentos pudemos retomar *alguns* aspectos das obras de Antônio Sérgio,

³³⁵ Idem, p. 294.

³³⁶ BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu*. Rio de Janeiro: Global, 2006, p. 105.

Nelson Werneck Sodré, Roberto Simonsen e Nestor Duarte — autores com os quais acreditamos ter indicado os pontos que Celso Furtado se deteve na construção de sua tese de doutorado — o mesmo não pode ser feito com as análises de Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior. Isso por dois motivos. Primeiramente, a obra desses dois autores tem uma unicidade difícil de desmembrar sem perder seus elementos mais importantes. A força explicativa dos conceitos de sentido da colonização e família patriarcal deixa pouco espaço para os aspectos subordinados, estes sempre se explicando por aqueles.

Nossa segunda dificuldade, entretanto, é, ao mesmo tempo, a resposta e a explicação do tipo de análise que estamos empreendendo. Pois, se nos interessa o *uso* que Celso Furtado faz destes autores, o modo peculiar como reorganiza suas proposições, o resultado só pode ser *uma certa desfiguração da própria organicidade das obras em que se apóia*. Ou seja, a condição mesma de nossa análise é essa incompletude, essa reunião de elementos acessórios e dispersos, cuja reorganização na obra de Celso Furtado é o movimento de seu pensamento. Tendo isso em mente, nosso texto irá analisar o tema central dos intérpretes do Brasil, a questão da formação nacional, expressa no texto como formação da sociedade colonial.

Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre

A insistência com que discutimos os elementos centrais de Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre visava a esclarecer a presença desses dois autores em *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Destacamos as muitas ambigüidades dessa relação e desse empréstimo. Com efeito, vimos a noção de “sentido” diluída em alguns momentos da análise da expansão comercial portuguesa. Também apontamos os *usos* de conceitos e categorias de Gilberto Freyre em alguns momentos do texto. Por sua vez, essas irrupções das obras desses autores foram contrabalançadas por declarações dúbias a respeito de suas “influências” na trajetória intelectual de Celso Furtado, como vimos nos textos autobiográficos. Dúbia ao se referir a Gilberto Freyre, já que, salvo engano, Caio Prado Júnior não é citado em nenhum dos três volumes da obra autobiográfica. Ora, nessa relação complexa entre autores, nossa tentativa de avaliação vai procurar, novamente, examinar a estrutura da argumentação furtadiana. Detendo-nos agora no capítulo intitulado “Formação

da sociedade colonial”, vamos tentar mostrar como a ambigüidade do texto de Gilberto Freyre a respeito dos elementos econômicos na gênese do patriarcalismo é lida e resolvida através da hierarquização das instâncias de explicação: econômicas, sociais e culturais, nessa ordem, dando prioridade, portanto, à interpretação de Caio Prado Júnior. Portanto, seguiremos o texto de Celso Furtado, interrompendo a exposição para pontuar onde seus argumentos são tributários de outros autores, sobretudo os dois que viemos examinando.

Celso Furtado inicia o capítulo com uma análise da agricultura tropical, categoria extraída de *Formação do Brasil contemporâneo*. Seus elementos definidores, monocultura, escravidão e grande propriedade são esmiuçados, tendo sempre a perspectiva comparativista com as Antilhas francesas. A retomada da problemática caiopradiana sobre a relação entre grande propriedade e monocultura é retomada já na abertura do capítulo, inclusive repetindo uma citação de Clarence Fielden Jones feita por Caio Prado Júnior.³³⁷

A escolha sobre essa categoria vai se esclarecendo, ao afirmar que “temos como primeiro dado para a análise da sociedade colonial brasileira a grande plantação”. Ou, mais a frente, reforçando a assertiva: “num país colonial, mais que em qualquer outra parte, o conhecimento da sociedade pressupõe a análise de sua base econômica”.³³⁸ Nesse movimento é perceptível a hierarquização das instâncias que sugerimos acima, justamente porque Celso Furtado subordina a formação social da colônia ao regime de grande plantação, acabando com ambigüidade da obra do sociólogo pernambucano, uma vez que o econômico adquire uma prioridade sobre o social.

Portanto, ao marcar o movimento geral de sua análise, a mobilização de outros autores fica subordinada a essa visão geral. Exemplo disso é o exame da carência de alimentos na colônia, conseqüência do regime agrícola da colônia: “a monocultura eliminou a possibilidade de toda e qualquer outra atividade econômica”.³³⁹ Para corroborar, cita um

³³⁷ A citação da geógrafa norteamericana aparece em nota de rodapé de Caio Prado Júnior, ao definir o “sistema de agricultura tropical montado nos trópicos. Celso Furtado introduz a citação nesses termos: “Clarence Fielden Jones define da forma seguinte esse sistema de organização: ‘commercial farming in the tropics is today one of the most distinctive types of farming, and the oldest of the modern types of large-scale specialized agriculture. It began with the colonization of the hot humid portions of the Americas, but its development has taken place largely during the past hundred years. Thus type of farming involves the growing and the processing of a cash crop for export to tempered countries, chiefly those of the Northern Hemisphere’”. FURTADO, C. op. cit., p. 108.

³³⁸ FURTADO, C. op. cit., PP. 110 e 107.

³³⁹ Idem, p. 120.

trecho de Gilberto, o qual coincide com a explicação econômica: “no caso da sociedade brasileira, o que se deu foi acentuar-se, pela pressão de uma influência econômico-social — a monocultura —, a deficiência das fontes naturais de nutrição que a policultura teria talvez atenuado ou mesmo corrigido...”.³⁴⁰

Ao lado do resultado prejudicial à alimentação decorrente da monocultura, a escravidão é uma das mais graves conseqüências do regime agrário: “nenhuma das conseqüências do sistema latifundiário implantado no Brasil tem a importância do instituto da escravidão. Imposta a ele, a escravidão foi o sistema sobre o qual se apoiou”.³⁴¹ Os motivos da escravidão são os mesmos apontados por Caio Prado Júnior: reduzida população portuguesa e o empenho na obtenção de lucros dos colonos que vinham dirigir a produção açucareira.

Já a passagem sobre a mudança do escravo indígena para o africano é matizada, em relação ao historiador paulista. Embora corrobore o “estágio culturalmente atrasado” do indígena, que o impedia de adaptar-se ao regime de trabalho “imposto pela agricultura extensiva”, Celso Furtado acentua a “experiência de trabalho agrícola e de diferenciação social” que trazia o negro, determinando a preferência dos portugueses, lembrando que “Gilberto Freyre partilha francamente essa opinião”. Avança mais na questão, apontando que “os estudos de antropologia social têm demonstrado o relativo desenvolvimento da agricultura entre os índios mais numerosos da costa brasileira, sejam os tupis-guaranis”.³⁴² Celso Furtado cita, para ressaltar o avanço desta tribo indígena, o livro de Arthur Ramos, *Introdução à antropologia brasileira, culturas não européias* (1943). Essa atenuação da interpretação cultural continua: “não nos parece justo que se relacione a questão do fracasso do índio como escravo agrícola a estritamente seu atraso cultural. Convém igualmente ter em conta a relativa escassez de homens da terra, a dificuldade crescente, depois de certa

³⁴⁰ FREYRE, G. op. cit., p. 70. Vale apontar que o trecho citado está colocado na obra de Freyre dentro da discussão sobre os fatores que possibilitaram a unidade nacional, bem como a discussão sobre a constituição física do brasileiro se dever muito mais a uma má alimentação, de que a características biológicas.

³⁴¹ FURTADO, C. op. cit., p. 121-122.

³⁴² FURTADO, C. op. cit., p. 123. A opinião de Freyre é apoiada na seguinte citação: “sua substituição [a do índio] pelo negro não se deu pelos motivos de ordem moral que os indianófilos tanto se deliciam em alegar: sua altivez diante do colonizador luso em contraste com a passividade do negro. O índio, precisamente pela sua inferioridade de condições de cultura — a nômade, apenas tocada pelas primeiras vagas e tendências para a estabilização agrícola — é que falhou no trabalho sedentário. O africano executou-o com a decidida vantagem sobre o índio, principalmente por vir de condições de cultura superiores”. FREYRE, G., op. cit., p. 269.

época, de sua captura, e a dificuldade também crescente de sua conservação como escravo [...] Tudo indica que os portugueses, que no Reino puderam experimentar escravos de diversas origens, estavam em boa posição para ajuizar da adaptabilidade de cada um deles em uma ou outra espécie de trabalho”.³⁴³

Podemos perceber, portanto, que mesmo posicionando sua interpretação da economia colonial em Caio Prado Júnior, ainda assim, reserva espaço para discussões direcionadas para atualização bibliográfica, como mostra o conhecimento do livro de Arthur Ramos.

Já a respeito da escravidão africana, a análise comporta alguns níveis de ênfase. Primeiramente, é uma análise numérica, buscando quantificar a entrada de escravos no Brasil no século XVII. Nessa direção, Celso Furtado toca no aspecto sistêmico da colonização portuguesa a qual engloba, no caso do tráfico, o continente Africano, como na passagem onde lembra que “o tráfico de negros para o Brasil iria se tornar, no século XVII, um dos mais rendosos do comércio português”.³⁴⁴ Entretanto, a análise quantitativa é extremamente sumária, além de tributária das obras de Caio Prado Júnior e Roberto Simonsen. Assim, quando nosso autor estima o número total de negros que entraram no Brasil entre 4 e 18 milhões, está unicamente seguindo os dados de Roberto Simonsen. Daí deriva, também, a estimativa do número anual de entrada de escravos, o valor médio do escravo e os lucros auferidos pela metrópole portuguesa. Esses dados, entretanto, não são desenvolvidos e a seqüência do texto se concentra nas conseqüências da escravidão para a sociedade colonial, seguindo a senda aberta por *Formação do Brasil contemporâneo*. Celso Furtado introduz o tema da seguinte forma:

a importância da escravidão na formação da sociedade colonial ainda não foi posta totalmente a claro. Só muito recentemente se tem abordado a fundo a questão, e nem sempre com critério científico. Gilberto Freyre, em admiráveis estudos, procurou fixar os principais aspectos da influência da escravidão na formação da família patriarcal brasileira³⁴⁵

³⁴³ FURTADO, C., op. cit., p. 125.

³⁴⁴ Idem, ibidem.

³⁴⁵ Idem, p. 126.

Em que pese a citação de Gilberto Freyre, o exame da influência da escravidão na sociedade colonial desenvolve-se nos mesmos moldes e na mesma seqüência argumentativa de *Formação do Brasil contemporâneo*.

Celso Furtado inicia retomando a diferenciação entre escravo de eito e escravo doméstico. Em seguida, aponta a onipresença do escravo em praticamente todas as atividades, o que acaba por transformar o trabalho em uma atividade aviltante: “a primeira característica da sociedade colonial brasileira é o monopólio do trabalho pelo elemento escravo [...] por toda parte onde há trabalho a ser realizado aparece a figura do escravo, que vai progressivamente invadindo mesmo aquelas atividades artesanais antes atribuídas a elementos europeus. O trabalho livre recua diante do trabalho escravo. E, progressivamente, trabalhar vai se tornando uma coisa indigna para um homem livre”.³⁴⁶ Celso Furtado cita um trecho da *Recopilação de notícias soteropolitanas e Brasília*, de Luis dos Santos Vilhena, retirado do livro de Caio Prado Júnior.

Mas, não se trata apenas da influência da escravidão para a negatividade do trabalho. Ela também se faz sentir em características da classe dominante: a arbitrariedade, o mandonismo e a moralidade sexual sofrem o influxo decisivo da existência da escravidão. Celso Furtado recorda que: “a influência da escravidão na moral e na vida sexual do brasileiro só ultimamente vem sendo apreciada. Durante muito tempo se atribuiu, ora ao clima ora à raça negra, influências que hoje em dia são, com mais justeza, imputadas à escravidão”.³⁴⁷ A referência, nesse trecho, é Gilberto Freyre. É também do sociólogo pernambucano a ponderação de que o “desregramento sexual do brasileiro” é “conseqüência das relações de senhores com escravos, do abuso de posse da pessoa humana”.³⁴⁸ Isso se deve à peculiaridade da escravidão moderna: “para que se compreenda a gravidade do problema da escravidão no Brasil é preciso ter em conta dois fatos que singularizam a escravidão moderna: primeiramente, que ela se baseou no contato de

³⁴⁶ Idem, p. 127. Em Caio Prado Júnior temos a mesma seqüência: “[...] o escravo é onipresente. Torna-se muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão. E a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora”. PRADO JÚNIOR, C. op. cit., p. 286.

³⁴⁷ FURTADO, C. op. cit., p.128.

³⁴⁸ Idem, ibidem. O trecho de Freyre citado é: “o que houve no Brasil [...] foi a degradação das raças atrasadas pelo domínio da adiantada. Entre brancos e mulheres de cor estabeleceram-se relações de vencedores com vencidos — sempre perigosas para a moralidade sexual”. FREYRE, G. op.cit., p. 443.

culturas extremamente diversas e distanciadas em seu grau de desenvolvimento; em segundo lugar, se tratava do domínio de uma raça sobre outra diferente”.³⁴⁹

Após o exame dos elementos centrais da agricultura tropical, monocultura, carência de alimentos, trabalho compulsório e o exame da escravidão, Celso Furtado vai se debruçar agora sobre a outra conseqüência social do sistema econômico, o patriarcalismo. Aqui também, corroborando nossa linha argumentativa, a presença de Caio Prado Júnior irá explicar o tratamento dado à questão: “o patriarcalismo foi a suprema criação da monocultura brasileira. Resultou do cruzamento da grande propriedade territorial, imposta pelas condições de vida no trópico, com o regime de iniciativa privada com que Portugal procurou colonizar o Brasil”. Essa imbricação entre privatismo e grande propriedade é feita descartando o debate sobre as raízes portuguesas do patriarcalismo. Segundo Furtado:

tem-se gasto muita tinta para ressaltar a importância das tradições do regime familiar português na formação do patriarcalismo da Colônia. Cremos que as condições em que se desenvolveu a sociedade colonial explicam por si mesmas esse patriarcalismo agrícola. O estudo da formação da sociedade colonial na região subtropical dos Estados Unidos — onde o colonizador europeu era outro — demonstrou que o patriarcalismo não foi uma singularidade da colônia lusitana. As semelhanças da sociedade colonial do Sul dos Estados Unidos com a do Nordeste brasileiro são convincentes³⁵⁰

O foco da ressalva deve ser Oliveira Vianna, que insiste nas tradições agrário-aristocráticas dos colonizadores portugueses. O trecho, portanto, é sintomático daquele “diálogo inconsútil” a que se refere Francisco de Oliveira, ao abordar a questão do Estado na década de 1930. Sintomático também se nos lembrarmos da discussão sobre a opinião pública inglesa, abordada em nosso primeiro capítulo, na qual a insistência na falta de informação da imprensa na Inglaterra parecia direcionada a desmistificar as afirmações do autor de *Populações meridionais do Brasil*. Entretanto, a referência também pode ser a Gilberto Freyre, que discute longamente, em chave diversa do sociólogo fluminense, as origens pouco aristocráticas dos primeiros colonizadores. De forma que se o patriarcalismo teve em sua gênese o privatismo e o isolamento social dos engenhos, prossegue Celso Furtado

³⁴⁹ FURTADO, C. op. cit., p. 129. A distinção entre escravidão antiga e moderna se encontra em PRADO JÚNIOR, C. op. cit. pp. 277 e segs.

³⁵⁰ FURTADO, C. op. cit., p. 130.

não seria acertado partir apenas da família o estudo do patriarcalismo brasileiro. Deve-se partir igualmente da unidade de produção, que foi grupo social básico na formação da sociedade colonial. *O que se constituiu inicialmente foi a unidade produtiva: o senhor e seus escravos trabalhando a terra. Seria a divisão do trabalho dentro dessa unidade de produção que condicionaria a evolução do grupo social [grifo nosso]*³⁵¹

Disso resulta o exame da unidade produtora enquanto “célula social”, expressão e categoria explicativa retirada de Caio Prado Júnior³⁵². O processo de passagem da unidade produtora para o patriarcalismo reside na permanência do isolamento cultural e da sedimentação social que a estrutura da sociedade impõe. Isso porque o contato com o exterior se concentrava na classe dirigente, através dos negócios de exportação. Daí que o senhor de engenho se aristocratize, aumentando o número de agregados sob o seu poder. *É somente como consequência dessa consolidação do poder econômico e social do proprietário rural que se pode conceder à unidade produtora a característica de uma família.* Ao mesmo tempo, esse contato íntimo e ampliado do senhor com os escravos será o principal mecanismo de contato da influência africana sobre a aristocracia, do qual a mais importante será o contato sexual. De parte o aspecto dominador dessa relação, Celso Furtado chama a atenção para o tipo social oriundo dessa relação, o mestiço, o qual é caracterizado como “o homem mais aparelhado para o regime de vida que impunham as condições do meio. Ele alia a marcada resistência aos rigores do meio físico à posse dos valores culturais de que o branco era portador”. Essa visão sobre o melhor aparelhamento do mestiço encontra-se também em Gilberto Freyre, é escusado dizer.

A discussão é relevante pois o capítulo termina com uma comparação com o patriarcalismo e a questão racial no Estados Unidos. No Brasil existe a possibilidade de ascensão social do mestiço, pois “o problema racial encontrou a sua solução no próprio grupo social que o criara”. Ao contrário, uma vez que a sociedade patriarcal do Sul dos

³⁵¹ Idem, p. 132.

³⁵² Celso Furtado cita o seguinte trecho de Caio Prado Júnior: “constituído assim numa sólida base econômica, a centralizando a vida social da Colônia, o grande domínio adquirirá aos poucos os demais caracteres que o definirão. De simples unidade produtiva torna-se, desde logo, célula orgânica da sociedade colonial; mais um passo e será o berço do nosso clã, da grande família patriarcal brasileira. Processo que não vem de chofre, que se desenvolverá aos poucos, mercê das condições peculiares em que o numeroso grupo humano que habita o domínio passa a existência nesta comunhão forçada e estritamente circunscrita a seus limites”. PRADO JÚNIOR, C. op. cit. pp. 294.

Estados Unidos foi desarticulada depois da Guerra de Secessão, “o negro se encontrará completamente abandonado e sem nenhuma vinculação orgânica com a nova sociedade. Passará a ser um elemento flutuante. E o mestiço não encontrará possibilidade de ascensão”.³⁵³

Ao final, Celso Furtado avalia positivamente a posição social do mestiço para a constituição da nacionalidade: “no Brasil, o fato de que a sociedade nacional é um desenvolvimento da antiga sociedade patriarcal da Colônia”, ao contrário da América do Norte, “concorrerá para que o elemento africano se mantenha intimamente ligado ao todo social, e para que o mestiço continue a desenvolver sua trajetória ascensional”. Concluindo: “a escravidão no Brasil teve certamente conseqüências mais profundas e mais deformadoras para a sociedade. Entretanto, nesse país tudo ocorreu de forma a que se forjassem elementos que possibilitariam, no futuro, uma melhor solução do problema”.³⁵⁴

É forçoso dizer que essa visão positiva da mestiçagem, embora corroborada também por Caio Prado Júnior, teve sua formulação na obra de Gilberto Freyre. Inclusive a comparação com os Estados Unidos, em que pese as constantes referências de Celso Furtado, tem uma origem freyriana, haja vista a comparação entre os dois tipos de escravidão, no Brasil e na região tropical da América do Norte, de que resulta o caráter benévolo do senhor de engenho brasileiro, que permitiu a penetração do escravo e de seus costumes na *Casa-grande*, ao contrário no proprietário sulista, que manteve o escravo sob um regime de brutal segregação.

Quisemos indicar aqui a formatação do texto de Celso Furtado, argumentando que sua referência principal foi Caio Prado Júnior. Tocamos na dificuldade da questão, pois a formação da sociedade colonial está presente tanto neste como em Gilberto Freyre. Entretanto, os elementos selecionados na primeira parte do item visavam mostrar o andamento do pensamento de Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, facilitando nossa exposição.

Ao retomarmos o texto de Celso Furtado, quisemos marcar nas notas de rodapé o diálogo estabelecido entre os dois autores. Quanto à presença de Gilberto Freyre em vários momentos, acreditamos ter esclarecido como as citações deste estavam subordinadas à

³⁵³ FURTADO, C. op. cit., p.137. Algumas considerações sobre o patriarcalismo nos Estados Unidos foi vista no capítulo 1, quando examinamos o texto “Trajetória da democracia na América”.

³⁵⁴ Idem, pp. 137-138.

importância do elemento sócio-econômico, a agricultura tropical, tal com desenvolvida por Caio Prado Júnior. Esse longo percurso sobre a segunda parte da tese de doutorado de Celso Furtado, nos serviu para indicar os termos do diálogo historiográfico que Celso Furtado empreendeu com a bibliografia sobre história econômica brasileira.

Até aqui já ficou claro, também, a inserção da tese de doutorado na vida intelectual francesa. Vimos que essa penetração se deu através de um elemento analítico valioso, o método comparativo. Este foi um achado metodológico que permitiu a Celso Furtado formalizar e dar consistência à sua perspectiva periférica, a qual se constrói na comparação entre diversas experiências históricas. Esse procedimento se coadunou, também, com a perspectiva do comércio internacional, transmitida por seu orientador, Maurice Byé. Método comparativo, assimetrias nas relações internacionais e economia colonial se agregaram para a constituição da interpretação da formação da sociedade brasileira.

Ainda assim, não podemos estabelecer uma ruptura entre a tese de doutorado e os outros textos do jovem Celso Furtado, para além da mudança óbvia de eixo temático. Acreditamos que, a despeito disso, ambos se complementam. A parte final de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* retoma aquelas preocupações com o presente, extrapolando o recorte cronológico e integrando o diagnóstico do presente na análise histórica. É o que veremos a seguir.

2.5 Atavismos coloniais do Brasil atual [1948]

Nesse capítulo, o enfoque será redirecionado para a apreensão das permanências coloniais. No prefácio escrito para a primeira edição brasileira de *Économie coloniale brésilienne*, Celso Furtado, relembando os impasses da segunda metade dos anos 1940, após o fim da ditadura do Estado Novo, coloca as perspectivas de ação existentes para os intelectuais do período:

muitos de nós se interrogavam sobre o que fazer, certos de que viviam uma dessas épocas privilegiadas em que tomamos consciência de que o futuro depende de nosso comportamento presente e por isso nos sentimos desafiados. Contudo, pareceu-me ilusório imaginar que tínhamos condições de provocar uma mutação em nosso processo histórico. Precisávamos conhecer melhor nossa formação, os ingredientes de nossa cultura. Temos de reconhecer que a matriz patrimonial e escravista que está na base da

formação do Brasil continua presente na configuração do povo brasileiro. Foram essas reflexões que me levaram a perceber a necessidade de um conhecimento muito mais completo da realidade brasileira, particularmente das forças internas e externas que condicionam o nosso evoluir histórico. Assim, me convenci de que precisava equiparar-me de instrumentos mais eficazes de análise econômica. O estudo da economia colonial brasileira veio a ser a primeira parte da reflexão mais abrangente que publiquei dez anos depois sob o título de *Formação econômica do Brasil*³⁵⁵

Eis mais um texto esclarecedor dos meandros da memória de Celso Furtado. A começar pelos conceitos. Embora estude a gênese e os determinantes do patriarcalismo, em nenhum momento nos deparamos com o termo patrimonialismo, termo muito diferente e que, remeteria, naquela época, à Sergio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. Por outro lado, se nos recordarmos do trecho de “A fantasia organizada” no qual afirma indisposição com os estudos acadêmicos, num período em que se orientava para olhar e agir sobre o mundo, a consideração sobre a necessidade de equipar-se de instrumentos de análise econômica dizia respeito muito mais à compreensão do pós-guerra europeu do que à economia colonial brasileira. E de fato, a produção jornalística que examinamos no primeiro capítulo não nos induz a pensar outra coisa.

Ainda assim, em que pese esse despistamento das origens e da gênese de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, precisamos enfatizar, além dos elementos já examinados ao longo da dissertação, a preocupação com o presente e com a ação transformadora que foi a marca de sua geração. Tampouco podemos esquecer que o movimento de renovação cultural e científica dos anos de 1930 e 1940 passava pela problemática da história e da *formação*. Não é outra a preocupação presente no ensaísmo dos anos 30 e que se refinará com a implantação das ciências sociais a partir das Universidades.

Se essas considerações nos abrem caminho para uma compreensão da produção de Celso Furtado no período escolhido (1941-1948), precisamos nos voltar para as implicações formais que essa inquietação com o presente tem para a tese de doutorado.

Com efeito, o interesse pelo Brasil atual foge completamente do recorte cronológico anunciado, séculos XVI e XVII. Entretanto, já existiam exemplos semelhantes na tradição

³⁵⁵ FURTADO. Celso. “À guisa de explicação” [2000] . In: Idem, *Economia colonial no Brasil...*, op. cit., pp. 5-6.

histórica brasileira, o mais destacado deles, sem motivo algum para surpresas, é *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)* [1942], de Caio Prado Júnior. Com efeito, o período crucial na análise do livro é a passagem do século XVIII para o XIX, quando se depuram a ação dos três séculos de colonização portuguesa e se preparam as bases para a formação da nação. É sempre com vistas à herança colonial no presente que se constroem os capítulos do livro, os quais acima de tudo têm a característica de um balanço dos temas abordados, e não uma narrativa cronológica³⁵⁶. Ainda assim, embora tenhamos unicamente apontado as questões suscitadas pela terceira parte de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, o exame textual será nosso primeiro passo na análise.

Uma boa forma de nos aproximarmos do objetivo desta última parte da tese de doutorado, “Atavismos coloniais do Brasil moderno [1948]” é lembrarmos seu subtítulo: *Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. Além disso, no capítulo sobre as fontes, também temos uma indicação sobre o escopo da discussão: “na última parte da presente tese fazemos uma tentativa de aplicação da teoria de Henri Pirenne de correlação dos períodos da história social do capitalismo com a formação de novas elites dirigentes”.³⁵⁷ Ou seja, aqui encontramos o entrelaçamento dos problemas econômicos e sociais, os quais são esclarecidos por elementos de história econômica. Por outro lado, Celso Furtado se dispõe a retomar uma interpretação da história do capitalismo de autoria de nosso já conhecido Henri Pirenne, justamente para esclarecer aquela relação entre economia e sociedade — a qual se repõe a todo o momento —o que lhe permite analisá-la sob a perspectiva da herança colonial, “dos atavismos”, para retomarmos o termo extraído da genética que reforça o caráter inevitável dessa latência. Aqui, portanto, está a reafirmação da necessidade de “conhecer melhor nossa formação”, pois esta é uma condição para o conhecimento e a atuação no presente.

Dito isso, já o primeiro item do capítulo, “sentido geral da economia da colônia”, relembra os principais pontos da tese. Cumpre notar a expressão *sentido*, a qual carrega a noção de síntese da evolução ao longo dos séculos. Ao mesmo tempo, a caracterização da economia colonial como um sistema econômico cujo “centro de gravidade”, cujo

³⁵⁶ Ver, a esse respeito: NOVAIS, Fernando. “Sobre Caio Prado Júnior” [2000]. In: idem, *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naif, 2005.

³⁵⁷ FURTADO, C. *Economia colonial no Brasil...* op.cit. p. 20.

dinamismo, se encontra fora do país é retomado em conexão com suas conseqüências internas:

os interesses da terra não contarão para nada: o bem-estar de sua população jamais será tido em conta. O país terá, assim, um papel passivo no processo de sua formação. Ademais, o grosso dos benefícios do trabalho realizado na terra se desviará para o bolso dos intermediários metropolitanos. Na Colônia, somente o empresário que dirige a produção é beneficiado com uma parte dos seus lucros. Quase toda a renda nacional é, dessa forma, desviada do país. A fração que nele permanece é quase inteiramente consumida por uma pequena minoria senhorial³⁵⁸

Aqui, portanto, a definição de economia colonial como um sistema econômico que não consegue reter internamente os benefícios da produção e portanto, tem um papel passivo no processo histórico. É esse traço básico, cuja explicação de seu funcionamento viemos acompanhando, que atravessou os séculos e persiste como um dilema a ser resolvido no presente. Assim sendo, prosseguindo o diagnóstico de Celso Furtado, um dos grandes problemas econômicos herdado da colônia é a “persistência da monocultura”. Na história brasileira, os ciclos se sucedem, sem que se afastem “grandemente do esquema geral que traçamos para a monocultura”.³⁵⁹ Assim, à cana-de-açúcar se sucedeu o ciclo de mineração no século XVIII. Entretanto, a monocultura persiste e atravessa, também, os outros ciclos: tabaco, cacau, algodão, café e borracha. Ou seja, “da mineração aurífera à exploração da borracha no século XX, temos a repetição do que dissemos com respeito ao açúcar e ao pau-brasil”.³⁶⁰ Cumpre ressaltar que, embora esses elementos já se encontrem desenvolvidos em Caio Prado Júnior, Celso Furtado dá um passo adiante ao transformar a passagem de um ciclo a outro no grande problema da monocultura.

Henri Pirenne e os períodos da história social do capitalismo

Essa inflexão original deriva de uma certa leitura feita por Celso Furtado do ensaio de Henri Pirenne sobre as etapas sociais do capitalismo. O historiador belga procura marcar

³⁵⁸ FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil*, op. cit., 142

³⁵⁹ Idem, p. 145.

³⁶⁰ Idem, *ibidem*.

como a evolução do capitalismo possui uma descontinuidade quanto aos grupos sociais e às atividades exercidas. Ou seja,

ce n'est pas du groupe des capitalistes d'une époque donnée que sort le groupe des capitalistes de l'époque suivante. A chaque transformation du mouvement économique se produit une solution de continuité. Les capitalistes qui ont jusqu'alors déployé leur activité se reconnaissent, dirait-on, incapables de s'adapter aux conditions qu'exigeant des besoins jusqu'alors inconnus et requérant des méthodes inemployées. Ils se retirent de la lutte pour se transformer en une aristocratie dont les membres, s'ils interviennent encore dans le maniement des affaires, n'y interviennent plus que d'une manière passive, en qualité de bailleurs de fonds³⁶¹

A cada fase da história econômica européia, corresponde uma classe de capitalistas que, ao fazerem fortuna, saem da atividade mercantil e imobilizam o capital em terras e outras atividades fora do comércio. Por outro lado, a cada crise surge uma nova classe de capitalistas, *parvenus*, os quais também ascendem economicamente até se retirarem. O ensaio tem como pressuposto o dinamismo e o empreendedorismo de cada nova classe, bem como o conservadorismo daqueles que se tiram da atividade. “Os períodos da história social do capitalismo” abarcam desde os primeiros comerciantes varejistas nos agrupamentos urbanos medievais até os empreendedores da Revolução Industrial no século XVIII. Ao final, Pirenne, extrai duas conclusões, a primeira delas é a regularidade entre períodos de liberdade econômica e regulamentação e a segunda, que “toute classe capitaliste est animée au début d'un esprit nettement progressiste et novateur, mais qu'elle devient conservatrice à mesure que son activité se régularise”.³⁶²

Essa correspondência entre as classes sociais e os períodos de crise e transformação do capitalismo guarda, segundo Furtado, semelhança com a passagem dos ciclos econômicos coloniais, sobretudo com o caso brasileiro. Ainda que a relação entre classe econômica e poder político esteja pouco desenvolvida no texto de Henri Pirenne, Celso Furtado irá se concentrar justamente nos mecanismos pelos quais, após a perda de poder econômico, as classes senhoriais decadentes conseguem se manter no poder, conservando o prestígio político que sua posição econômica não mais lhes garante. Isso ocorre no Brasil,

³⁶¹ Pirenne, Henri : “Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme”, in *Bulletin de l'Académie royale de Belgique, Classe des Lettres*, n°5, 1914, p. 259.

³⁶² Idem, p. 299.

esclarece, porque as crises econômicas são resolvidas com grandes deslocamentos geográficos, em busca de novos produtos primários. Ou seja, diferentemente do caso europeu, no qual não há a cisão entre agricultura de subsistência e monocultura, mas, ao contrário, uma integração maior do mercado, seja no interior dos burgos, seja no comércio entre as cidades, no Brasil, segundo Furtado:

a substituição de uma cultura agrícola por outra exigirá profundas modificações na estrutura social. Muitas vezes o centro da economia do país se deslocará de uma região para outra. Elementos audaciosos tomarão a iniciativa do novo trabalho. A classe senhorial ligada à atividade econômica decadente ficará vegetando e vivendo de glórias passadas. Ocorre aqui fenômeno semelhante ao que observou Henri Pirenne na história social do capitalismo na Europa³⁶³

Entretanto, a despeito da semelhança apontada por Celso Furtado, o que ressalta é justamente o “desgaste social” dessa mudança para a economia e a sociedade brasileira. A permanência da monocultura e das classes senhoriais no Brasil percorre toda a sua história. Isso porque o regime monocultural não desaparece com a Independência política, mas será reforçado com a produção e exportação do café, cuja produção é controlada pela “finança internacional”.³⁶⁴ Também a Independência será feita com a classe senhorial ligada à agricultura de exportação se mantendo no poder. A despeito da introdução do trabalho assalariado, da decadência do patriarcado e da centralização política comandada pela Corte, “a célula de vida política do país continuará a ser o grande domínio monocultural”.³⁶⁵ Dessa forma, “a eliminação desse atavismo colonial — a monocultura — se apresenta ainda hoje como um problema fundamental para o Brasil. Transplantar para dentro do país o eixo de sua vida econômica, superar o regime de colônia agrícola estritamente exportadora de alimentos exóticos: eis o problema brasileiro”.³⁶⁶

O problema é colocado, portanto, na perspectiva da internalização do “eixo da vida econômica” e do rompimento com a exclusividade da agro-exportação, sobretudo após a decadência do café em consequência da crise mundial de 1929.

³⁶³ Idem, pp. 145-146.

³⁶⁴ Idem, 147.

³⁶⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶⁶ Idem, *ibidem*.

A argumentação sobre a persistência da monocultura, como vimos, não se restringirá aos séculos XVI e XVII. Ao tomar como exemplo a produção de açúcar, Furtado demonstra através de dados estatísticos, como a primeira produção em larga escala da América portuguesa atravessou cinco séculos e persiste como um problema nacional durante o Governo Vargas. Assim, a economia açucareira “na sua fase de decadência, apresenta-nos um quadro completo de decomposição de uma monocultura”.³⁶⁷ Celso Furtado delinea toda a evolução cíclica do açúcar: o auge no século XVII, a retomada na passagem do XVIII para o XIX, as oscilações durante esse século, as quais foram acompanhadas de uma queda de 75% no preço, até a decadência completa das quantidades exportadas, que atingiram 40 mil toneladas no decênio 1931-1940.

A produção do açúcar denota, portanto, a rigidez do sistema de monocultura. Retomando Henri Pirenne, “os interesses criados em torno de uma determinada forma de produção consolidam posições e hierarquizam valores. Desaparecida aquela forma de produção, os valores sociais cristalizados a seu redor apresentam menor fluidez do que sua base material. Daqui a persistência através dos séculos de todo um grupamento social ligado a certos valores, vivendo de glórias passadas e em completa estagnação”. Daí, também, que o “pequeno mundo patriarcal criado em torno dos engenhos pôde chegar até nossos dias”.³⁶⁸

Persistência que ultrapassa mesmo as modificações na estrutura da demanda por açúcar, que se internaliza com a expansão do consumo de café e proporciona uma modernização industrial com a implantação de usinas no Nordeste, financiadas com capital estrangeiro. Nessa reconfiguração, a resistência oferecida pelos engenhos toma dimensões de problema nacional, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, que obriga as usinas a comprar a cana das unidades produtivas arcaicas do Nordeste³⁶⁹. Para Celso Furtado,

a luta dos velhos engenhos pela sobrevivência vem até nossos dias. É um exemplo típico da persistência de valores sociais cristalizados. As usinas, com todo o seu poder de absorção, com os recursos de seu aparelhamento técnico e as disponibilidades financeiras,

³⁶⁷ Idem, 147.

³⁶⁸ Idem, pp. 148-149.

³⁶⁹ Consulte-se sobre o assunto: LEVINE, Roberto. *A Velha Usina: Pernambuco na Federação brasileira: 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1980. A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool é de 1933.

tropeçam na resistência de uma classe criada por uma forma de produção economicamente já sem razão de ser. Ocorre, entretanto, que essa classe, tendo atingido um alto grau de maturidade em seu desenvolvimento social, criou mecanismos de defesa contra os quais a simples razão econômica é inoperante. Temos aqui, em miniatura, uma repetição do fenômeno social que se passou na Europa com a eclosão da burguesia. A aristocracia dominante, de origem feudal, possuía elementos de defesa contra os quais as armas de ataque da burguesia nem sempre eram eficazes³⁷⁰

Dessa forma, *Celso Furtado ultrapassa a constatação da permanência econômica, mas recoloca-a na problemática das estruturas políticas que se fixaram no tempo, permitindo a sobrevivências de setores “que economicamente já não têm razão de ser”.*

Ao lado da persistência da monocultura e em consequência desta, como já apontara, também, Caio Prado Júnior, outro aspecto dos atavismos coloniais é o atraso técnico da “agricultura nacional”. Contribuíram para isso a mão-de-obra escrava, com sua resistência ao progresso tecnológico, e os métodos indígenas de cultivo da terra adotados, dos quais a coivara foi o principal. É característica da agricultura monocultural brasileira o desgaste e o abandono do solo em busca de novas terras agrícolas. Isto se deu no Nordeste açucareiro, mas se repete nos séculos XIX e XX, com o café. No Nordeste, nem mesmo o adubo animal era utilizado, devido à separação entre as atividades monocultoras e a agricultura de subsistência, no caso, a pecuária. Por outro lado, a preocupação metropolitana com o monopólio dos produtos tropicais isolou a colônia do resto do mundo e impediu a introdução de melhoramentos básicos, como o uso do bagaço de cana como combustível, ou processos de irrigação e drenagem das terras cultivadas.

Retomando o método comparativo, oposição atávica da técnica agrícola brasileira é também examinada lado a lado com as Antilhas francesas, as quais apresentam um desenvolvimento diverso. Embora ambas se constituam em modelos de agricultura tropical, algumas condições específicas facilitaram o desenvolvimento da agricultura de subsistência antilhana. Com efeito, a colonização dessas ilhas contou com uma população metropolitana maior, ainda no período de formação das colônias de povoamento. A implantação da monocultura deslocou essas primeiras famílias para terras menos férteis mas, ainda assim, propícias à produção de gêneros alimentares. Por outro lado, as guerras metropolitanas

³⁷⁰ Idem, p. 150.

freqüentemente impediram o abastecimento das ilhas, tornando-as dependentes de seu setor agrícola interno. Sabendo disso, a Coroa francesa estimulou a agricultura de subsistência. Dessa forma, estabeleceu-se uma interdependência econômica entre os dois setores agrícolas. A partir dessa nova simbiose, criou-se um mecanismo no qual em períodos de guerra e de dificuldades no comércio internacional, o setor de subsistência era acionando, absorvendo a renda gerada no setor exportador.

No caso brasileiro, os dois setores se desenvolveram desarticulados. A comparação esclarece como a interdependência dos dois setores agrícolas, o de exportação e o de subsistência, no esquema antilhano, foi capaz de solucionar em parte as crises advindas da dinâmica externa. É justamente esse mecanismo interno de adaptação que Celso Furtado defende.

Entretanto, uma modificação nesse quadro ocorre no século XX. Com efeito, o desenvolvimento industrial, “com sua crescente absorção de mão-de-obra, se refletiria em primeiro lugar na agricultura de subsistência”, absorvendo para as atividades urbanas grande parte da mão-de-obra. Assim, “as conseqüências não se fizeram esperar: a crise de gêneros de primeira necessidade se tornou mais e mais aguda nos principais centros urbanos do país”.³⁷¹ A resposta ao problema agrário, portanto, exige soluções específicas para cada setor. À agricultura de exportação cabe um processo de racionalização, considerando-a em “seu conjunto e com as características que a singularizam”, dado que “o país não pode pensar em libertar-se dela em curto prazo”. Isso porque “forçar o mercado internacional, contraído em seguida às crises e guerras sucessivas e tornado inelástico pelo sistema de contingenciamento já não é possível”.³⁷²

Já a agricultura de subsistência deve ser desenvolvida “mediante a multiplicação de pequenas unidades de trabalho”. Em caráter de urgência, deve-se executar a “entrega da terra a quem mais trabalha, que assim se verá livre do peso que presentemente representa o latifundiário rentista”. As terras aproveitáveis são justamente aquelas que outrora foram dedicadas à monocultura e hoje são exploradas “sob a forma de arrendamento por lavradores, que tendem a emigrar para as zonas urbanas, atraídos por salários relativamente elevados”.³⁷³ Dessa forma, o diagnóstico do problema da agricultura ultrapassa a

³⁷¹ Idem, pp. 161-162.

³⁷² Idem, p. 162.

³⁷³ Idem, *ibidem*.

constatação da persistência de um atavismo colonial, e se transforma num diagnóstico e prescrição para o presente.

O último ponto de análise se concentrará na “organização social e política do país”, ou seja, nos “aspectos dessa organização mais diretamente ligados ao patriarcalismo, isto é, derivados da monocultura colonial”.³⁷⁴ Esse ponto também, como os outros, irá ultrapassar o recorte cronológico. Além disso, como no caso da agricultura, o método comparativo também será mobilizado, para destacar os aspectos persistentes da dominação política patriarcal que permaneceu no Brasil. A experiência para comparação, entretanto, serão os Estados Unidos. Igualmente nesse caso, o ponto de partida foi a monocultura e a polarização social entre a massa de escravos e a minoria senhorial. Nos Estados Unidos o domínio colonial patriarcalista do Sul foi desorganizado e a base da sociedade nacional seria a comunidade originária dos estados do Norte. No Brasil, ao contrário, “com a persistência do regime econômico colonial, o domínio permaneceu vigoroso e seria a matriz da sociedade nacional”.³⁷⁵

O “domínio patriarcal escravocrata” irá absorver para si a primazia “econômica, administrativa e religiosa”, subordinando os núcleos urbanos e assumindo a liderança do poder político local. Essa polarização social entre senhores e escravos irá produzir, como vimos em Caio Prado Júnior, uma massa inorgânica de população, que vive às margens do sistema monocultor. Assim, a configuração do grande domínio como célula social irá permanecer como um problema no Brasil da época de Celso Furtado, pois conseguiu se enraizar na organização política da nação com a institucionalização do regime municipal.

Essa permanência é examinada também em confronto com os Estado Unidos, permitindo que Celso Furtado retome algumas considerações de “Trajetória da democracia na América”. Com efeito, na Costa Leste e no Meio Oeste da América do Norte, a unidade política se estruturou a partir de unidades semi-urbanas, as *towns* e as *townships*, respectivamente. No Sul dos Estados Unidos, a unidade administrativa “sob a tutela dos senhores rurais”, será o *county*. Este será eliminado com a Guerra de Secessão, a qual impôs a *town* como unidade política. No Brasil, entretanto, “o domínio patriarcal perduraria como célula da sociedade”. Assim, o município será a “expressão puramente exterior”, sob

³⁷⁴ Idem, p. 165.

³⁷⁵ Idem, *ibidem*.

a qual está o senhor todo-poderoso, manifestando seu poder através de conflitos com outros municípios, tornando a administração local um campo permanente de instabilidade e conflito.

A comparação, breve embora, coloca em discussão as formas de superação do poder senhorial. Nos Estados Unidos, a solução foi a desarticulação econômica do Sul, colocando-se no lugar uma unidade administrativa, a *town*, que possuía uma estrutura democrática e de participação política. Vimos, em “Trajetória da democracia na América”, as considerações de Celso Furtado sobre o patriarcalismo norte-americano. No mesmo texto, entretanto, aponta como o governo urbano foi importante para criar um sentido de participação política, no qual a eleição direta para *mayor* é tomada “como a característica central do governo urbano americano: o controle popular [...] O grande papel que teve o governo das cidades na formação do cidadão americano foi o de oferecer amplas oportunidades de contato com a coisa pública”.³⁷⁶

Aqui, também, portanto, o método comparativo tem fins de diagnóstico. Ao ressaltar o governo urbano e a comunidade de interesses que se manifesta na participação popular, imbuída de um aprendizado democrático, no Brasil

a inexistência de interesses comuns que liguem os domínios semi-autônomos e a tendência ao mandonismo resultante da herança escravista dificultam qualquer entendimento ou colaboração entre os senhores patriarcais. Por outro lado, esse isolamento de grupos semi-autônomos fechará o caminho à formação de uma mentalidade política e de uma consciência de coletividade.

Tais fatos devem ser considerados de perto no estudo da vida política do Brasil. E o problema básico com que se depara o país — e de cuja solução dependem a constituição de uma ordem política estável e a formação de uma mentalidade democrática — não poderá ser enfrentado sem uma perfeita inteligência das condições econômicas e sociais que o criaram³⁷⁷

Temos, portanto, a reafirmação do movimento que viemos analisando: o diagnóstico sobre o presente está saturado do processo formativo do Brasil. Por outro lado, a capacidade de manutenção no tempo aliada ao isolamento dos grupos senhoriais impediu a “formação de uma mentalidade democrática”, com a qual o país ainda se debate e se

³⁷⁶ FURTADO, Celso. “Trajetória da democracia na América”. *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro, vol. V, Nº 11, 1947, p. 14.

³⁷⁷ *Idem*, p. 169.

ressente. Essa ausência, cabe ressaltar, tem sua origem neste fator tão detalhadamente examinado, a monocultura. Dessa forma, se retomarmos a introdução a este item, fica clara a relação entre a tese de doutorado e a interpretação do presente. Além disso, também é perceptível o avanço do diagnóstico ao transformar a teoria dos ciclos de produtos coloniais numa problemática social e política, examinando as conseqüências sociais da sucessão de bens agrícolas produzidos para o mercado externo.

Precisamos, agora, tentar esboçar um quadro geral de tudo o que vimos até aqui. A primeira parte da tese, “Antecedentes portugueses da colonização do Brasil” teve como foco a imbricação entre Estado e interesses econômicos, a qual explicamos pela preocupação em ressaltar os elementos políticos envolvidos no comércio internacional.

Por outro lado, esse elemento político na metrópole se transforma em um *problema econômico* para a colônia, e é esta a perspectiva da segunda parte, “A formação da colônia”. Com efeito, a análise dos ciclos econômicos e da formação da sociedade tendo na monocultura o elemento principal é, justamente, a forma como esse problema econômico se manifestou no tempo. A apreensão do processo foi complementado pela comparação com as Antilhas francesas, a qual deu generalidade à formação brasileira, transformando-a em formação típica de uma *economia colonial*, a qual foi definida pelo fato do dinamismo econômico ser impulsionado externamente. Esse quadro, entretanto, é estendido para além do período recortado pela tese, se apresentando como “atavismos coloniais do Brasil atual [1948]”.

Para concluirmos, resta um contraponto entre *Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII e Formação econômica do Brasil* [1959].

Considerações finais: *Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII e Formação econômica do Brasil: entre o localismo e o cosmopolitismo*

Vimos na introdução como Tamás Szmrecsányi apontou a tese de doutorado como uma importante fonte na busca das referências teóricas “apagadas” de *Formação econômica do Brasil*. Ao fazê-lo, estava seguindo as pistas do próprio Celso Furtado quando afirmou que “o estudo da economia colonial brasileira veio a ser a primeira parte da reflexão mais abrangente que publiquei dez anos depois sob o título de *Formação econômica do Brasil*”.³⁷⁸

Há elementos que corroboram isso, como as muitas citações bibliográficas de tese de doutorado repetidas no livro de 1959. Entretanto, a parte esse aproveitamento, acreditamos que há divergências importantes entre as duas obras.

A primeira delas pode ser captada na dimensão dos conhecimentos históricos de Celso Furtado, onde podemos indicar uma atualização bibliográfica radicada na história econômica produzida na Inglaterra e nos Estados Unidos. De fato, nos anos 1930 surgiram importantes iniciativas de se alinhar a reflexão econômica à busca de dados quantitativos que permitissem uma abordagem sobre o passado. Podemos citar, por exemplo, o *International Scientific Committee on Price History* (ISCPH), sediado na London School of Economics, bem como a criação da *Economic History Association* (EHA), a qual reuniu historiadores e economistas e cuja fundação se deu, sintomaticamente, com a realização de dois Congressos em 1940 simultâneos: um primeiro composto por historiadores reunidos em New York e um segundo de economistas, congregados em New Orleans. Além disso, a integração entre a história econômica norte-americana e européia teve um resultado significativo no segundo volume da *Cambridge Economic History of Europe*, dirigida por J. H. Clapham e Eileen Power. Clapham, autor de *Economic history of modern Britain* — idealizador da obra coletiva e, além disso, citado por Furtado em seu artigo sobre a política econômica inglesa — enfatizava a peculiaridade da História econômica principalmente pelo seu marcado interesse no aspecto quantitativo.³⁷⁹

³⁷⁸ FURTADO, Celso. “À guisa de explicação” [2000]. In: Idem, *Economia colonial no Brasil...*, op. cit., p. 6

³⁷⁹ Veja-se, sobre isso, HEATON, Herbert. Twenty-Five Years of the Economic History Association: A Reflective Evaluation. In: *The Journal of Economic History*, Vol. 25, No. 4 (Dec., 1965), p. 467. Cumpre ressaltar que, também Marc Bloch tinha interesse pela história econômica, inclusive resenhando o livro de

Já no ISCHP, o mesmo interesse quantitativo esteve presente na busca internacional de dados referentes aos preços de *commodities*, na Idade Moderna. Exemplo entre outros, o trabalho do norte-americano Earl. J. Hamilton sobre a história dos preços na Espanha, trazia uma perspectiva atlântica do comércio internacional e foi utilizado por Celso Furtado na explicação da decadência econômica espanhola.³⁸⁰

O contato com essa história econômica pode ser percebida nos autores citados em *Formação econômica do Brasil*. Além de Hamilton, temos os trabalhos de Wileman, outro membro do ISCHP, as obras de Charles H. Boxer sobre o Brasil holandês, Noel Deer e sua história do açúcar, V. T. Harlow sobre a história de Barbados, A. K. Manchester, Stanley Stein, entre outras³⁸¹.

O importante a ser ressaltado é que essa atualização bibliográfica com respeito à história econômica mundial tem como contrapartida a não alteração das referências sobre o Brasil e as Antilhas francesas, utilizadas na tese de doutorado, com exceção do artigo de Alice Canabrava, “A influência do Brasil na técnica do fabrico de açúcar nas Antilhas francesas e inglesas no meado do século XVII”, publicado no *Anuário da faculdade de ciências econômicas da USP*. Ou melhor, o escopo de referências diminuiu, e autores como Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré e outros mais, desapareceram. Ainda sobre a bibliografia, vale ressaltar a incorporação de um padrão científico de conhecimento. Embora não altere as referências brasileiras, Celso Furtado passou a mencionar as obras de onde retira as citações de cronistas e viajantes.

Essa atualização e essa incorporação de normas técnicas para a produção de conhecimento pode parecer paradoxal no autor que, para usarmos uma expressão de Tamás Szmrecsányi, “apaga referências” de uma obra para outra. Um exemplo. É repetida incessantemente a “influência” de Caio Prado Júnior na *Formação econômica do Brasil*. Entretanto, como pretendemos indicar, a presença do historiador paulista tem sido superestimada. Embora a tese de doutorado seja tributária sim de *Formação do Brasil contemporâneo*, que serviu de alicerce para a interpretação da economia colonial,

Clapham sobre a história econômica britânica. Ver, sobre isso, FINK, Carole. *Marc Bloch: uma vida na história* [1989]. Oeiras, Portugal: Editora Celta, 1995, pp. 123 e segs.

³⁸⁰ Sobre a História dos Preços, consultamos: COLE, Arthur H. & CRANDALL, Ruth. “The International Scientific Committee on Price History”. *The Journal of Economic History*, Vol. 24, No. 3 (Sep., 1964), pp. 381-388.

³⁸¹ Essa relação com os autores estrangeiros é mencionada por Luiz Felipe de Alencastro. “Introdução”. In: FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, op cit., pp. 30-31.

oferecendo conceitos e categorias centrais como “sentido da colonização” e “sistema de agricultura tropical”, no livro de 1959, essa presença precisa ser matizada, pois o arcabouço teórico e conceitual é diverso, — seja em relação à Caio Prado Júnior, seja à *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* — nos bastando mencionar, por exemplo, o conceito de “economia escravista de agricultura tropical” na qual a ênfase recai nas possibilidades de desenvolvimento econômico entendido enquanto absorção de técnicas e expansão da renda, bem como a interpretação e o diagnóstico sobre a industrialização no século XXI. Além disso, apenas para encerrar uma discussão que não cabe ser feita nessas páginas finais, a primeira nota de rodapé de *Formação econômica do Brasil* é uma crítica ao conceito de sentido da colonização, enquanto explicação que coloca o capital mercantil na origem da expansão marítima e dos descobrimentos. Centralizando no caso de Portugal, Celso Furtado enfatiza que “o desenvolvimento econômico de Portugal no século XV — a exploração da costa africana, a expansão agrícola nas ilhas do Atlântico e finalmente a abertura da rota marítima das Índias Orientais — constitui um fenômeno *autônomo na expansão comercial européia, em grande parte independente das vicissitudes crescentes criadas ao comércio Mediterrâneo oriental pela penetração otomana* [grifo nosso]”.³⁸²

Entretanto, o que é preciso destacar, mais uma vez, é que não se trata de um problema de citação bibliográfica. É preciso atentar para as mudanças no conteúdo da explicação. Um exemplo dessa alteração de perspectivas pode ser encontrado na abordagem das Antilhas francesas. Vimos como a tese de doutorado se debruçou sobre essa experiência para ampliar a discussão sobre a colonização tropical. Além disso, na terceira parte, intitulada “Atavismos coloniais do Brasil atual [1948]”, o confronto com as duas formas de relação entre os setores exportador e de subsistência foi importante para explicar a maior integração do mercado interno nas ilhas caribenhas em comparação com o brasileiro. No capítulo 6 de *Formação econômica do Brasil*, “Conseqüências da penetração do açúcar nas Antilhas”, há um deslocamento de preocupações em relação à tese de 1948, sobretudo porque a comparação incorpora as Antilhas inglesas, em especial, Barbados, criando uma articulação entre as ilhas, suas metrópoles e os Estados Unidos. Na região caribenha, a introdução da cultura da cana-de-açúcar caribenha provoca a transformação e a

³⁸² FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* [1959]: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguilar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 49-50.

concentração fundiária em grandes unidades produtoras. Em parceria com os holandeses expulsos do Brasil, tanto as colônias francesas quanto as inglesas adotam a nova cultura. Celso Furtado aponta as modificações na estrutura populacional, na qual a porcentagem de brancos diminui fortemente com a introdução de escravos africanos. Mas, se até aqui a matéria é tratada da mesma forma que na tese de doutorado, com exceção do exemplo de Barbados, as conseqüências da mudança na orientação da colonização no Caribe tem um tratamento diverso, pois introduz um outro pólo econômico, os Estados Unidos: “se a economia açucareira ao florescer nas Antilhas fez desaparecerem as colônias de povoamento que se havia tentado instalar nessas ilhas, por outro lado contribuiu grandemente para tornar economicamente viáveis as colônias desse tipo que os ingleses haviam estabelecido na região norte do continente”. Dessa forma, enquanto as colônias do continente se concentravam numa produção quase auto-suficiente, o processo de transformação fundiária nas ilhas expeliu os pequenos proprietários, os quais imigraram para as colônias inglesas da Costa Leste. O resultado desse processo é descrito por Celso Furtado: “as ilhas se transformaram, em pouco tempo, em grandes importadoras de alimentos, e as colônias setentrionais, que havia pouco não sabiam o que fazer com seu excedente de produção de trigo, se constituíram em principal fonte de abastecimento das prósperas colônias açucareiras”.³⁸³ Estabeleceu-se, portanto, uma relação de complementaridade que extrapolava o comércio de gêneros alimentícios, agregando também madeiras, animais de tiro e, em breve, dando origem à indústria de construção naval no continente. Dessa forma, “as colônias do norte dos EUA se desenvolveram, assim, na segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, como parte integrante de um sistema maior no qual o elemento dinâmico são as regiões antilhanas produtoras de artigos tropicais”.³⁸⁴ Aqui, portanto, reside a diferença fundamental. Enquanto em *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* as Antilhas francesas foram analisadas sob o ponto de vista da imposição da grande propriedade monocultora escravista, em *Formação econômica do Brasil*, além da incorporação das ilhas colonizadas pela Inglaterra, a própria integração entre as ilhas e a costa leste norte-americana é apresentada para explicar o desenvolvimento dos Estados Unidos, para o qual se alinhou a produção de

³⁸³ Idem, p. 77.

³⁸⁴ Idem, p. 78.

gêneros alimentícios e matérias-primas para as áreas produtoras de artigos tropicais e a concentração *dentro das colônias de povoamento*, dos lucros desse comércio. Por outro lado, a não introdução de trabalho escravo nessas colônias se deve ao baixo nível de capitalização da economia, tendo como solução o sistema de contratos de trabalho temporário de imigrantes europeus. Em contrapartida, é reforçado o argumento de que a alta lucratividade da economia açucareira viabilizava, *economicamente*, a produção com trabalho escravo.

Esse capítulo nos parece indicativo das rupturas ocorridas entre os dois livros. Assim, para além da atualização bibliográfica sobre história econômica européia, *a problemática se deslocou para a explicação dos fatores condicionantes do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que incorporou uma visão sistêmica da economia atlântica*.

A preocupação com o desenvolvimento econômico, por sua vez, dá ensejo à discussão de mais duas questões. A primeira delas, o exame do fluxo de renda, está presente no final das partes dois e três de *Formação econômica do Brasil*, servindo como um balanço de cada etapa produtiva na Colônia. A compreensão desse instrumental requer, entretanto, um retorno a um livro anterior de Celso Furtado, *A Economia Brasileira*, de 1954. O último capítulo dessa obra, intitulado “Formulação teórica do problema do desenvolvimento econômico”, traz uma primeira tentativa de Celso Furtado de compreender o desenvolvimento econômico. Nesse capítulo temos que, “o processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas de fatores existentes ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas”.³⁸⁵ Entretanto, “o crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época”. Nestas economias, a má alocação dos fatores de produção se dá porque a escassez do fator capital é contrabalançada pela abundância de mão-de-obra. Assim, trata-se de entender a relação entre aumento de produtividade e seus reflexos na renda. Nas economias subdesenvolvidas, um fator que pode impulsionar o aumento de produtividade é o comércio internacional. Com efeito, este permite aumentar a capitalização através de uma realocação dos fatores abundantes, terra e trabalho, para os

³⁸⁵ FURTADO, Celso. *A economia brasileira* (Contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954, p. 194.

produtos de preço elevado. Dessa forma, o impulso externo estimula a ampliação da produção, incorporando novas técnicas e, num segundo momento, aumentando a renda e liberando terra e trabalho, engendrando um processo autônomo. Tomamos a liberdade de transcrever um trecho que sintetiza essas considerações:

o aumento de produtividade proporciona, portanto, ao setor beneficiado [setor voltado para o mercado externo] um aumento da renda. Ao iniciar-se um processo de desenvolvimento, conforme vimos, esse aumento se transforma quase totalmente em lucros, permitindo acumular capitais para intensificar a produção, o que ocorre quando persiste o estímulo de uma procura externa crescente. Uma vez que o processo de crescimento se firme e aumente a procura de mão-de-obra, tenderão a crescer os salários reais. Conseqüentemente, o aumento da renda real tenderá a se distribuir entre consumo e inversão. A procura acrescida dos consumidores exercerá pressão sobre os preços em certos setores, o que determinará que as novas inversões se encaminhem para estes, absorvendo-se por essa forma a poupança adicional que se está criando. As novas inversões provocarão aumentos de produtividade noutros setores e se repetirão as reações anteriores”.³⁸⁶

Tendo em vista essa preocupação com o desenvolvimento enquanto um processo de incorporação técnica condicionada à formação de capital, podemos entender melhor o mecanismo do fluxo de renda. Primeiramente, cabe precisar que essa forma de analisar a renda do sistema econômico é nova em relação à *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Podemos dizer que ela expressa, também, o distanciamento das análises de Caio Prado Júnior e Roberto Simonsen que acompanhamos ao longo de nossa dissertação. Com efeito, esse distanciamento é possível justamente porque Celso Furtado elaborou uma nova problemática, o desenvolvimento econômico. Ao perceber que as economias subdesenvolvidas apenas poderiam superar esse estágio através de um processo de aumento de produtividade decorrente de realocação de fatores e/ou incorporação da técnica existente, Celso Furtado vai buscar no passado os impedimentos desse processo, ou melhor, vai explicar porque, ao contrário dos Estados Unidos, cujo desenvolvimento toma impulso na passagem do século XVII para o XVIII, o Brasil permaneceu durante mais de dois séculos uma economia subdesenvolvida. Assim, a análise do fluxo de renda que

³⁸⁶ Idem, p. 199.

encontramos no capítulo 9, “Fluxo de renda e crescimento”, vai se debruçar justamente sobre o mecanismo que reiterou este atraso.³⁸⁷

A preocupação pode ser identificada logo de início, ao perguntar-se “que possibilidade efetiva de expansão e evolução estrutural apresentava esse sistema econômico [a indústria açucareira], base da ocupação do território brasileiro?”. A resposta, como não poderia deixar de ser, está em que “o que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, o modo como nela opera o processo de formação de capital”.³⁸⁸ Ou seja, a análise se direciona para as possibilidades de desenvolvimento econômico, tal como visto mais acima. As peculiaridades da economia exportadora-escravista vão sendo delimitadas em contraposição às economias industriais. Nestas, “a inversão faz crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma”. Ao contrário, “a inversão feita numa economia exportadora-escravista é fenômeno totalmente diverso”.³⁸⁹ Isso porque, uma vez que no trabalho escravo o pagamento é feito fora da colônia e os demais pagamentos somavam, “menos de dois por cento da renda gerada no setor açucareiro”,³⁹⁰ temos que os pagamentos ao exterior constituem na verdade quase toda a renda da colônia e, ao mesmo tempo, o próprio lucro do empresário. Dessa forma, “o fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto e o exterior”.³⁹¹ Considerando-se essa estrutura, o crescimento se deu de forma expansiva, porém “sem que houvesse modificações sensíveis”. Já o influxo externo, embora ocasionasse expansão num quadro oferta ilimitada de terras, não conseguia um mecanismo de “autopropulsão”, devido à ausência de pagamentos a fatores e à possibilidade de crescimento sem incorporação de novas técnicas. Em decorrência, o sistema persistiu sem sofrer com as crises econômicas externas, uma vez que estas determinavam unicamente redução nos lucros dos empresários, permanecendo sempre vantajoso continuar produzindo a imobilizar seu capital.

Os traços gerais dessa interpretação, portanto, se baseiam na conceituação de desenvolvimento econômico que Celso Furtado foi gestando a partir de seu ingresso na CEPAL. Portanto, a ênfase no fluxo de renda foi a forma encontrada para responder às

³⁸⁷ Cabe ressaltar, ainda, que o capítulo é um reaproveitamento de um trecho do segundo capítulo de *A economia brasileira*. Ver: FURTADO, Celso. *A economia brasileira...* op. cit., pp. 73-79.

³⁸⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, op. cit., 103.

³⁸⁹ Idem, p. 85.

³⁹⁰ Idem, p. 99.

³⁹¹ Idem, p. 107.

dificuldades de desenvolvimento da economia brasileira nos primeiros quatro séculos. Marca, portanto, uma diferença fundamental em relação à *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, na qual a análise dos ciclos produtivos se seguia um balanço das vantagens e desvantagens para a Colônia. Assim, também a exclusão da noção de ciclo deriva dessa explicação estrutural que viemos delineando. Com efeito, em *Formação econômica do Brasil* a noção de ciclo econômico de produtos tropicais é abandonada, cabendo à estrutura escravista, fator de bloqueio da propagação da renda, o lugar fundamental. Isso pode ser visto, inclusive, na alteração da expressão “economia colonial”, presente em *A economia Brasileira*, para “economia exportadora-escravista”.

Outro ponto de afastamento em relação aos autores utilizados na tese de doutorado, o que pode ser interpretado como mais um avanço, é o tratamento dado à pecuária e à “formação do complexo econômico nordestino”, título do décimo capítulo de *Formação econômica do Brasil*. Com efeito, observamos referências escassas à pecuária nordestina em *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, embora o tema tenha recebido um capítulo na obra de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*. Apesar desta ausência, talvez explicável pela preocupação em delimitar a monocultura canieira e suas relações com o comércio internacional, o assunto recebeu um tratamento cuidadoso no livro de 1959, o que já aponta para a preocupação de Celso Furtado com a questão regional³⁹².

Entretanto, ao lado dessas rupturas conceituais, há uma continuidade de fundo nas reflexões do jovem Celso Furtado. Vimos como nos textos da *Revista da Semana* a preocupação com o debate público, o interesse pela história se desdobraram na observação das transformações mundiais. O ingresso no serviço público e a vivência da reforma administrativa do Estado Novo, por sua vez, lhe permitirão reforçar sua tendência a comparar a experiência nacional com as experiências de outros países. A Segunda Guerra Mundial e a reconstrução européia aguçaram a curiosidade do bacharel em Direito que, numa resolução ousada, resolveu ir para a Europa assistir a reconstrução econômica do Velho Mundo. Mas, mesmo respirando “os ares do mundo”, a preocupação com o Brasil

³⁹² Com efeito, a preocupação com as desigualdades regionais aparece no último capítulo de *Formação econômica do Brasil*, apontando a disparidade entre o Centro-Sul e o Nordeste como um problema premente do país. No mesmo ano de 1959, Celso Furtado irá iniciar os trabalhos técnicos que embasarão o projeto da Superintendência Do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

não o abandona. Ao decidir permanecer na Europa, se inscreveu na melhor universidade francesa de então justamente para continuar estudando seu país, sob a perspectiva do comércio internacional.

Dos estudos sobre os aspectos políticos do comércio, das relações de força ou de dominância, ficará no jovem Celso Furtado a visão do caráter errôneo da teoria das vantagens comparativas tal qual ensinada pelos ortodoxos. Assim, a preocupação com o Brasil e a perspectiva comparativista lhe servirão como esteio e ponto de partida para avaliar as teorias econômicas, políticas e sociais produzidas nos países desenvolvidos. Assim, é sob a perspectiva da dialética do localismo e do cosmopolitismo que Celso Furtado se constitui em clássico ou intérprete do Brasil. Essa a sua marca e a de seus pares, a capacidade de colocar a realidade subdesenvolvida como prova e teste de validade para avaliar as teorias e os processos históricos, tendo sempre o propósito de decifrar esse país em formação chamado Brasil.

Apêndice

Nesse apêndice, apenas a título de Ilustração, colocamos trechos de Celso Furtado que pudemos localizar em outros autores. Nossa intenção foi apenas ilustrar o que queríamos dizer a respeito do capítulo III, *A expansão comercial*, indicando que em alguns momentos do texto, certamente para o encadeamento rígido da argumentação exigida em uma tese de doutoramento, alguns procedimentos argumentativos devem ser seguidos ainda que com uma relevância relativa para os propósitos do autor. Nos outros capítulos, vimos como há uma articulação segura nos argumentos e como as referências foram retrabalhadas em uma reorganização original. Em alguns pontos, como este analisado, talvez por exigência de seu orientador, ou tendo em vista os leitores franceses pouco familiarizados com as discussões sobre as interpretações da história portuguesa, Celso Furtado tenha transigido em interromper uma argumentação formalmente coerente para abordar um panorama geral do comércio português na África e na Ásia, sem pretensões de originalidade ou pesquisa em fontes primárias. Foi com essa intenção que resolvemos ilustrar alguns desses trechos, arranjando na coluna da esquerda o texto da dissertação, e na direita a possível fonte ou obra consultada.

Celso Furtado

João Lúcio de Azevedo observa que as relações comerciais de Portugal com Flandres se iniciaram no Século XIII, e com a Inglaterra, nos primeiros anos do século seguinte. O comércio com os portos do Levante data igualmente de época recuada. A importância desse comércio pode ser medida pelo volume de embarcações empregadas; sabido é que os portugueses, já no século XII, construíram embarcações de mais de cem toneladas. E em 1239 os burgueses do Porto se eximiam do serviço militar na campanha do Algarve “contribuindo para ela com dinheiro” [Nota 4: João Lúcio de

Trechos utilizados

Não muito depois de 1187 pensa João Lúcio de Azevedo que se teriam iniciado relações comerciais dos portugueses com Flandres; e com a Inglaterra desde os primeiros anos do século XIII. E havia também “mercadores que iam aos portos do levante designados na linguagem da época por portos de além mar” [Nota 15: João Lúcio de Azevedo, “organização econômica”, cit.]. No tempo de Dom Dinis barcos portugueses, alguns enormes para a época, de mais de cem toneladas, freqüentam portos do norte e do Mediterrâneo. O Porto intensificou-se na atividade mercantil. Em 1239 seus

Azevedo. “organização econômica”. In: *História de Portugal*, Lisboa, 1931. (FURTADO, C. *Economia colonial...*, p. 24.

“O Senegal é abordado em 1445, a Serra Leoa, um ano depois, as ilhas de Cabo Verde são descobertas em 1456, e o Equador é transposto em 1471” (FURTADO, p. 51)

Segue-se duas citações extraídas da seqüência do texto de Gonnard, uma de um cronista, e outra, de A. Krammer, *les guerres du poivre*, sem indicação de extração de Gonnard.

“Constituíam objeto desse comércio os metais preciosos, certos metais vis como o ferro, o chumbo e o estanho, os tecidos de ouro e de prata e as sedas da Pérsia e de Bengala, as porcelanas da China, as pérolas da Pérsia, os perfumes da Arábia, as lacas e os vernizes, o âmbar, o marfim, o açúcar, etc. o mar das Índias era cruzado por navios que ligavam os portos da Pérsia à China e ao Japão”. (FURTADO, p. 56

Segue-se citação de Raynal, que se encontra em Gonnard, p 74.

Outra citação mais adiante, também de Raynal, extraída da página 76.

burgueses conseguiram eximir-se do serviço militar na conquista do Algarve “contribuindo com dinheiro [Nota 16: Azevedo, *loc. cit.*]

“Freyre, *Casa-grande & Senzala*, São Paulo, Círculo do Livro, s/d. p. 226.

“Dans les dernières années de la première moitié du XVe siècle, le Sénégal et le Cap Vert sont abordés (1445), puis le Sierra Leone (1446); et, quelques années après (146), l’Infant mourait: l’Equateur ne devait être dépassé qu’em 1471”. (GONNARD, p. 45).

C’étaient les métaux précieux et certains métaux vils, ou demi-précieux (fer, plomb, étain), les innombrables épices de la Malaisie, les soieries, les étoffes d’or, et d’argent, d’autres étoffes moins chères, très recherchées encore cependant, venant de la Perse et du Bengale, les perles de Perse, les porcelaines de Chine, les parfums d’Arabie, la cochenille, les fruits frais et secs, les bois rares ou propres à la construction maritime, les laquês et vernis, l’ambre, l’ivoire, l’indigo, le sucre”. (GONNARD, p. 73-74

BIBLIOGRAFIA

Obras de Celso Furtado

FURTADO, Celso. “Marcos Barbosa e o primeiro Índio brasileiro que voou”. *Revista da Semana*, Ano XLII, nº 43, de 25 de outubro de 1941. p. 3

———. “A Intranqüilidade Japonesa”. *Revista da Semana*, Ano XLII, nº 51 de 20 de dezembro de 1941. Caderno especial pp. 38-39.

———. “As três fases do Pan-americanismo”. *Revista da Semana*, Ano XLIII, nº 3 de 17 de Janeiro de 1942. p. 3

———. “Os Inimigos de Chopin”. *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 14, de 4 de abril de 1942. p. 3

———. “A Semana Santa comemorada em Ouro Preto”. *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 15, de 11 de abril de 1942. pp. 21-31

———. “Onde fundeou Cabral a sua Armada”. *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 19 de 9 de maio de 1942. pp. 22-23 (Entrevista feita por Celso Furtado).

———. “Uma Paródia Original”. *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 22, de 30 de maio de 1942. p. 3

———. “Onde a voz do povo não é a voz de Deus”. *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 27, de 4 de julho de 1942. pp. 20, 21 e 31.

———. “Europa e América”. *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 41, de 10 de outubro de 1942. p. 3

———. “As garças”. *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 45 de 7 de novembro de 1942. p. 35.

———. Resenha de “Lord Clive, o conquistador da Índia”. *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 48, de 28 de novembro de 1942. p. 9.

———. “Nós e Buck Jones”. *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 50, de 12 de dezembro de 1942. p. 3.

———. “O mundo em guerra”. *Revista da Semana*, ano XLIII, nº 51 de 12 de dezembro de 1942. pp. 38-39.

- . “No Rio, um ‘Salon de Refusés’”. *Revista da Semana*, Ano XLIII, nº 52, de 16 de dezembro de 1942, p. 34.
- . “A Estrutura da Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos”. *Revista do Serviço Público*, Ano VII, vol. I, nº 2. Brasil, fevereiro de 1944, pp. 66-69.
- . “Notas sobre a administração de pessoal no Governo Federal Americano”. *Revista do Serviço Público*, ano VII, vol. III, nº 1. Brasil, julho de 1944, pp. 49-55.
- . “Teoria da estrutura em organização”. *Revista do Serviço Público*. Ano IX, Vol. I, nº 2. Brasil, fevereiro de 1946, pp. 17-26.
- . “Teoria do Departamento de Administração Geral”. *Revista do Serviço Público*. Ano, IX, Vol. II, nº 2. Brasil, maio de 1946 pp. 25-32.
- . “A César o que é de César”. *Revista da Semana*, nº 34 de 24 de agosto de 1946. pp. 42, 43, 44, 45 e 50.
- . “Na Iugoslávia” *Panfleto*, Ano 1, nº 11, quarta semana de outubro de 1947. pp. 23-24.
- . “Omladinska Pruga”. *Revista da Semana*, nº 47 de 22 de novembro de 1947. pp. 15, 50, 54 e 56.
- . “Trajetória da democracia na América”. *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro, vol. V, Nº 11, 1947, pp. 5-27
- . “A Opinião pública inglesa” *Panfleto*. Ano 1, nº 20, quarta semana de dezembro de 1947. pp. 25-26
- . “O Bate-boca do Hyde Park” *Panfleto*. Ano 1, nº 21, quinta semana de dezembro de 1947. pp. 10-11.
- . “Na Iugoslávia. A brigada internacional do trabalho”. *Panfleto*. Ano II, nº 22, primeira semana de janeiro de 1948. pp. 13-14.
- . “A crise econômica inglesa”. In: *Observador econômico e financeiro*. Ano XII, n.º 144, janeiro de 1948.
- . “França: evolução da política financeira”. *Observador econômico e financeiro*. Ano XIII, n.º 152, setembro de 1948.
- . “Tournant decisivo na França”. *Revista da Semana*, Nº 51 de 18 de dezembro de 1948. pp. 45, 46, 76 e 91.

———. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: Hucitec; ABPHE, 2001. (Originalmente apresentada como tese de doutorado na Sorbonne em 1948).

———. Características gerais da economia brasileira. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 1, março de 1950, pp. 7-38.

———. *A economia brasileira* (Contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954

———. O desenvolvimento econômico. In: *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, Editorial Andes, vol. 1, n. 1, janeiro/março de 1955, pp. 2-23

———. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

———. *Obra autobiográfica*. Três Tomos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

———. A fantasia organizada. In: D’AGUIAR, Rosa Freire (ed), *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. I, 1997, pp. 87-359.

———. Aventuras de um economista brasileiro. In: D’AGUIAR, Rosa Freire (ed), *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. II, 1997, pp. 11-26.

Referências Bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, C. A. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Maringá, PR: EDUEM, 2004.

ALENCATRO, Luiz Felipe de. “Introdução”. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009, pp. 23-40.

ARANTES, Paulo Eduardo; “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”. In: idem; ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Sentido da formação*: três estudos

sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 7-66.

ARÓSTEGUI, J. *A Pesquisa Histórica: teoria e método* [2001]. Bauru, SP: EDUSC, 2006

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial* [1973]. São Paulo: Ática, 1980.

———. “Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 10, pp. 175-91, jun. 1998

———. Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas (Mesa redonda: Representações, Territorialidades e Cultura Histórica, durante o Seminário “História e Cultura Histórica”). Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 25 de abril de 2007 (*mimeo*).

———. “História ou historiografia? Ciência ou Arte?” In: ARÓSTEGUI, J. *Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade & TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

AZEVEDO, João Lúcio. *Épocas de Portugal econômico: esboços de história* [1929]. Lisboa: Livraria Clássica Editora A.M. Teixeira & Ca. (Filhos), 1978.

BASTOS, Elide Rugáí. *As criaturas de prometeu*. Rio de Janeiro: Global, 2006.

BERTHOLET, Jean-Michel. Les règles de la méthode sociologique où l’instauration du raisonnement expérimental en sociologie. In: DURKHEIM, Émile. *Les règles de la méthode sociologique*. France : Flammarion, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* [1988]. 4^a ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004.

BLOCH, Marc. “Para uma história comparada das sociedades européias” [1929]. In: *Idem. História e Historiadores*. Textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa, Teorema, s/d.

BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. Ensaio em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001.

BURGUIÈRE, André. Histoire d’une Histoire: la naissance des annales. *Annales. Économies. Sociétés, Civilizations* n. 6, Paris : A. Colin, nov./dec., 1979, pp. 1347-1359.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia* [1990]. São Paulo, EDUNESP, 1997.

- CANABRAVA, Alice, Piffer. *O Açúcar nas Antilhas (1697-1755)* [1946]. São Paulo: IPE, 1981.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos 1750-1880* [1959]. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- . *Literatura e Sociedade*. [1965] São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio* [1975]. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CEPÊDA, Vera Alves. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1998.
- . O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado. Ensaio em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 167-184.
- COLE, Arthur H. & CRANDALL, Ruth. “The International Scientific Committee on Price History”. *The Journal of Economic History*, Vol. 24, No. 3 (Sep., 1964), pp. 381-388.
- DENIS, Ferdinand. Uma festa brasileira [1850] (trad. Candido Jucá Filho, com os Poemas Brasílicos de Pe. Cristóvão Valente, S.J. trad. de Plínio Ayrosa). Rio de Janeiro: EPASA, 1944. (título completo da edição de 1850: Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550; : suivie d'un fragment du XVIIe siècle roulant sur la théogonie des anciens peuples du Brésil, et des poésies en langue tupique de Christovam Valente)
- DOSSE, F. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História* [1987]. Bauru, SP: EDUSC, 2003
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses* [1986]. Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil , 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- DUARTE, Nestor. *Ordem privada e a organização política nacional: contribuição a sociologia política brasileira* [1939]. São Paulo: Companhia editora nacional, 1966
- EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998

FEBVRE, Lucien. Ports d'aujourd'hui, ports d'autrefois : à propos d'une étude sur Gênes et sur Marseille. *Annales d'histoire économique et sociale*. Paris : F. Alcan. Année 1929. Vol. 1, N. 1, pp. 94-99.

FINK, Carole. *Marc Bloch: uma vida na história* [1989]. Oeiras, Portugal: Editora Celta, 1995.

FONTANA, J. *A História dos Homens*. [1998] Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala* [1933]. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "Sérgio: presença no passado, presença no futuro" [1971]. In: Idem, *Ensaio IV. Humanismo científico e reflexão filosófica*. Lisboa: Livraria Sá da costa, 1971, pp. 265-270.

GOMES, Ângela de Castro (coord.) *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV: 1994.

GOMES, Rafael. *O privatismo e a ordem privada. A leitura do Brasil na sociologia política de Nestor Duarte*. São Paulo, FFLCH-USP, 2007. (Dissertação de Mestrado).

GONNARD, René. *La Conquête Portugaise*. [1947]. Découvreurs et Économistes. Paris: Librairie de Medicis, s/d.

GUIMARÃES, Maria Eugênia. *Celso Furtado: A utopia da Razão*. Um estudo sobre o conceito de subdesenvolvimento (1945-1964). (Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, 1999).

HEATON, Herbert. Twenty-Five Years of the Economic History Association: A Reflective Evaluation. In: *The Journal of Economic History*, Vol. 25, No. 4 (Dec., 1965), pp. 465-479.

HILL, Alette Olin; HILL JR, Boyd H. Marc Bloch and Comparative History. *The American Historical Review*, Vol. 85, No. 4 (oct., 1980), pp. 828-846.

IGLESIAS, Francisco. Celso Furtado: pensamento e ação. In: Idem. *História e ideologia*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1971, 159-234 p.

LAGO JÚNIOR, Sylvio. *A Arte do Piano: História, Compositores, Obras e Grandes intérpretes*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2001

LEFEBVRE, Jean-Paul, "Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930". *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, Année 1993, Volume 38, Num. 1, pp. 24 - 33

LEROY-BEAULIEU, Paul. *De la colonisation chez les peuples modernes*. [1874]. 2ª. Edição. Paris: Guillaumin et Cia Libraires, 1882.

- LIMA, Marcos Costa. Celso Furtado e o Conselho Deliberativo da SUDENE – 1959/1964. In: *Idem*, & DAVID, Maurício Dias (orgs). *A atualidade do Pensamento de Celso Furtado*. Goiás: Verbena Editora, 2008, pp. 231-268.
- LYON, Bryce Dale. *Henri Pirenne: A biographical and intellectual study*. s/l., E. Story-Scientia, 1974.
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. [1993] São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, 367 p.
- MANNHEIM, Karl. Planejamento democrático e a nova ciência da sociedade. In: *Revista do Serviço Público*, Brasil, ano IX, v. IV, n. 3, dezembro de 1946, pp 5-10.
- MANTEGA, Guido. *A economia Política Brasileira*. [1984]Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- MAUNIER, René. *Sociologie coloniale: Introduction à l'étude du contact des races*. [1932] Paris: Les Éditions Domat-Montchrestien, F. Loviton et cie, 1932.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* [1976]. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, 210 p.
- NOVAIS, Fernando. “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In: MORAES, R, *et alli* (orgs.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 9-26.
- NOVAIS, Fernando. “Sobre Caio Prado Júnior” [2000]. In: *idem*, *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naif, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco. “A navegação venturosa” [1983]. In: *Idem*. *A navegação venturosa*. Ensaio sobre Celso Furtado. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- _____. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. [1997] Reeditado em: *Idem*. *A navegação venturosa*. Ensaio sobre Celso Furtado. São Paulo: Editora Boitempo, 2003, 59-82p.
- PANDOLFI, Dulce. “Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites”. *Revista de Sociologia e Política*, Rio de Janeiro, v. 9, 1997.
- PIRENNE, Henri. “Les périodes de l’histoire sociale du capitalisme”. In : *Bulletin de l’Academie royale de Belgique, Classe de Lettres*, nº 5, 1914.
- _____. *De la méthode comparative en histoire*. In : MARES, G. des; GANSHOF, F.-L. (eds.). *Ve. Congrès International des Sciences Historiques*.Bruxelles: Weissenbruch, 1923. p. 1-13.
- _____. "La tâche de l'historien". Extrait de *Le Flambeau*, Agosto, 1931. pp. 2-18.

- . *Histoire de Europe*. [1917]11ª edição. Paris: Alcan; Bruxelas, N.S.E, 1936.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia) [1942]. São Paulo: Publifolha, 2000. (Coleção grandes nomes do pensamento brasileiro).
- PRADO, Maria Lígia Coelho Prado. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História da USP*, n. 153 (2ª – 2005), São Paulo: USP, pp. 11-33.
- RACINE, Pierre. Henri Pirenne et Marc Bloch, un nouveau regard sur l’histoire médiévale. In : DEYON, Pierre ; (et alli.). *Marc Bloch, l’historien et la cité*. Strasbourg : Presses Universitaires de Strasbourg, 1997, pp. 79-88.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. A inovação em história [2000]. São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*[1997]. São Paulo, Editora 34, 2000.
- RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: EDUSP, 19 (53), 2005, pp. 371-377.
- SÉE, Henri. *As origens do capitalismo moderno* [1926]. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1959
- SÉE, Henri. *Matérialisme historique et interprétation économique de l’histoire*. Paris : Giard, 1927.
- SÉRGIO, António. “A conquista de Ceuta. Anotações” [1919]. In: SÉRGIO, A. *Ensaios*. Tomo I. 3ª. Edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980.
- . “Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a gênese de Portugal” [1925 e 1932]. In: SÉRGIO, A. *Ensaios*. Tomo IV. 2ª. Edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1981.
- . “Sobre a Revolução de 1383-85” [s/d.]. In: SÉRGIO, A. *Ensaios*. Tomo VI. 1ª. Edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1971.
- SIMONSEN, Roberto. *Historia econômica do Brasil, 1500-1820* [1937]. São Paulo: Companhia editora nacional, 1977
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira* [1944]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- SOMBART, Werner. “Capitalism” [1931]. In: SELIGMAN, Edwin Robert Anderson (Ed.). *Encyclopaedia of the social sciences*. New York : Macmillan, 1944, 15 v

- SOUZA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional* [1939]. Com um capítulo de Artur Neiva e Parecer de Oliveira Vianna. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.
- SOUZA, Júlia Gomes e. *Teoria voltada para a ação: aspectos do pensamento de Celso Furtado no pré-1964*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2004.
- SOUZA, Maria do Carmo C. de, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da *Formação econômica do Brasil* de C. Furtado. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: EDUSP, 13(37), 1999, pp. , 207-214.
- _____. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. In: *Nova Economia*, 14 (1), janeiro-abril de 2004, pp11-37.
- THEVET, André. *Les singularitez de la France Antartique*. [1558] (Avec notes e commentaires de Paul Gaffarel). Paris : Maison Neuve & Cia, 1878. Disponível em : <<http://gallica2.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k411316v>> Acesso em 23 de maio de 2009.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. “Memória sobre o pau-brasil pelo Dr. Bernardino José de Souza”. In: SOUZA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional*. Com um capítulo de Artur Neiva e Parecer de Oliveira Vianna. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979, pp. 1-4.
- _____. “O idealismo da Constituição”. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org) *À margem da história da república* [1924]. 3ª Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- VIEIRA, Rosa Maria. “Celso Furtado: auto-retrato e retórica”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. Ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 157-165.
- WAHRLICH, Beatriz. *Reforma administrativa na era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1985.